MARTA REGINA SILVA DOS SANTOS VIEIRA

A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL: ANÁLISE DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE RAMALHO EANES E MÁRIO SOARES

Orientadora - **Professora Doutora Cláudia Alvares**

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa

2018

MARTA REGINA SILVA DOS SANTOS VIEIRA

A CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA EM PORTUGAL: ANÁLISE DOS DISCURSOS PRESIDENCIAIS DE RAMALHO EANES E MÁRIO SOARES

Tese de doutoramento defendida em provas públicas na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, no dia 14 de Junho de 2018, perante o júri, nomeado pelo Despacho nº. 205/2018, de 23 de Maio, com a seguinte composição:
Presidente:
Professor Doutor Mário Moutinho
Arguentes Externos:
Professora Doutora Paula Espírito Santo
Professora Doutora Maria Estrela Serran
Arguentes Internos:
Professora Doutora Regina Queiroz
Professora Doutora Maria José Brites
Orientadora:
Professora Doutora Cláudia Alvares

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

Lisboa
2018

Apenas os que dialogam podem construir pontes e vínculos.

Papa Francisco

DEDICATÓRIA

Ao Paulo e à pequena grande Inês, pilares essenciais da minha vida, pelos filmes que não vimos e momentos que não pude aproveitar convosco.

À mãe, sempre presente nos momentos importantes.

Ao pai, em sua memória.

AGRADECIMENTOS

Quero expressar o meu profundo e especial agradecimento à Professora Doutora Cláudia Álvares, por toda a dedicação, compreensão e amizade demonstradas, pelos desafios cada vez mais complexos que me foi colocando na realização deste trabalho e pelo estímulo, exigência e rigor crescente que me foi impondo à medida que caminhava para a sua conclusão.

Ao Dr. António Pina Falcão, Director de Serviços de Documentação e Arquivo da Presidência da República, agradeço a disponibilização dos discursos dos Senhores Presidentes da República, General Ramalho Eanes e Dr. Mário Soares em suporte digital.

Às minhas amigas e colegas Manuela Correia de Brito, Mariana Marques, Lúcia Piedade, constituintes do famoso *quarteto maravilha*, estou grata pelas oportunas manifestações de companheirismo e de encorajamento bem como por todas as tertúlias. À Manuela Correia de Brito, em especial, expresso o meu reconhecimento por toda a ajuda na recta final, quando já quase me faltavam as forças. Uma homenagem muito especial à quinta pessoa, B.

Ao Professor Doutor Manuel de Almeida Damásio, Ilustre Presidente do Conselho de Administração da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias estou grata pelo apoio e incentivo dados à prossecução da minha vida académica e pelas oportunidades e desafios dos últimos vinte anos me fizeram crescer académica e profissionalmente. Bem Haja!

A todos os que tornaram possível este momento, o meu profundo agradecimento.

RESUMO

A presente investigação tem como principal objetivo analisar a construção do conceito de democracia nos discursos dos dois presidentes Portugueses, Ramalho Eanes e Mário Soares, entre 1975 e 1996, correspondendo aos primórdios da IIIª República, o qual marca a consolidação da democracia após o período de ditadura autocrática de Salazar e Caetano, com duração de quase cinco décadas.

Incorporando o discurso político a história do local onde se inscreve, ele tem por objetivo agir sobre a realidade social e neste sentido constitui um elemento central na construção do conceito de democracia. O nosso corpora é composto por um conjunto de vinte discursos presidenciais, enquadrando dois tipos: os proferidos à nação em datas simbólicas e de significativa relevância histórica (Ano Novo, 25 de abril, Dia de Portugal e Dia da Implantação da República) e os proferidos por ocasião das Tomadas de Posse presidenciais.

A partir dos conteúdos transmitidos nos discursos presidenciais, pretendeu-se compreender de que forma os dois Presidentes contribuíram, com as suas especificidades próprias, para o consolidação do projecto democrático e união da identidade nacional. Para esse efeito, recorreu-se a categorias, pensadas a partir dos conceitos de democracia e poder.

O estudo do discurso político implica que se atenda quer à estratégia retórica, quer aos temas principais abordados nos discursos de Ramalho Eanes e Mário Soares, de modo a se entender de que modo as suas prioridades políticas convergiram e divergiram neste período de consolidação democrática. Foram assim formuladas categorias adicionais, contemplando estratégias da negação, inclusão (‘ingroup’ Vs. ‘outgroup’) e da linguística mediante a análise dos verbos utilizados.

Recorreu-se à metodologia da análise de conteúdo com software de tratamento de dados NVivo, como base para a nossa discussão e reflexão sobre os resultados obtidos. É possível concluir, com base nos dados coligidos, que Ramalho Eanes predomina na maioria das categorias e subcategorias, significando isto que ele contribuiu de forma mais ativa para a construção e consolidação do conceito de democracia em Portugal do que Mário Soares. Mário Soares tem essencialmente um

tema principal de pano de fundo, o do *processo* de democratização: enaltece os órgãos e instituições, o percurso e avanços alcançados para depois, mais tarde, vir a colocar um conjunto de interrogações acerca do caminho que havia já sido percorrido.

Concluímos reforçando a ideia de que, apesar das suas particularidades próprias, tanto Ramalho Eanes como Mário Soares contribuíram de modo significativo para um determinado entendimento de democracia através dos seus discursos políticos presidenciais, os quais são indissociáveis dos factores conjunturais que marcaram o seu contexto espácio-temporal.

Palavras-chave: Presidente da República, Mário Soares, Ramalho Eanes, Democracia, Discurso político, Análise de Conteúdo

ABSTRACT

The present thesis aims to analyse the construction of the concept of democracy in the speeches of two Portuguese presidents, Ramalho Eanes and Mário Soares, between 1975 and 1996, a period corresponding to the initial stage of the 3rd Republic, marking the consolidation of democracy subsequently to the autocratic dictatorship of Salazar and Caetano, the latter lasting almost five decades.

Because political discourse incorporates the history of the place in which it is inscribed, it aims to act upon social reality and, in this sense, constitutes an important element in the construction of the concept of democracy. Our analytic corpus is composed of a set of twenty presidential discourses, comprising two main typologies: those proffered to the Nation commemorating symbolic dates, indicative of significant historical relevance (New Year's, April 25, the Day of Portugal, the Day of the Implantation of the Republic) and those pronounced during presidential inaugural ceremonies. On the basis of contents transmitted in presidential speeches, we sought to understand the way in which the two presidents contributed, notwithstanding their own specificities, towards the consolidation of the democratic project and the unity of (Portuguese) national identity. To this effect, we defined categories in light of the concepts of democracy and power.

The study of political discourse implies that we attend to rhetorical strategy as well as to main themes broached in the speeches of Ramalho Eanes and Mário Soares, so as to understand where their political priorities converged and diverged during the period of consolidation of democracy. Additional categories were thus formulated, contemplating strategies of negation, inclusion (ingroup Vs. outgroup) and linguistics, the latter through the analysis of verbs used. Content analysis was performed through a qualitative data software programme, NVivo, the results of which served as a basis for our discussion and reflection on the results obtained. The data collected allows us to conclude that Ramalho Eanes prevailed in the majority of the categories and subcategories, implying that he contributed more actively in the construction and consolidation of the concept of democracy in Portugal than Mário Soares. Mário Soares essentially elects a main theme, that of the process of democratisation, as backdrop to his speeches: he praises political bodies and institutions, the trajectories and progress achieved, only to later raise a set of questions over the path that had until then been travelled.

We conclude emphasizing the idea that, despite the particularities of each president, both Ramalho Eanes and Mário Soares contributed significantly to a certain understanding of

democracy through the exercise of their presidential speeches, the latter which cannot be separated from the conjunctural factors that marked their spatial and temporal context.

Keywords: Presidents of the Republic, Mário Soares, Ramalho Eanes, Democracy, Political Speeches, Content Analysis

ABREVIATURAS

AC - Análise de conteúdo

AD-Aliança Democrática

ADP - Análise do Discurso Político

AOC – Aliança Operário-Camponesa

APU- Aliança Povo Unido

AR - Assembleia da República

ASDI - Associação Social-Democrata Independente

CDS/PP-Centro Democrático e Social / Partido Popular

CEE-Comunidade Económica Europeia

CRP- Constituição da República Portuguesa

DR - Diário da República

EFTA-European Free Trade Association (Associação Europeia de Comércio Livre)

EUA-Estados Unidos de América

FMI-Fundo Monetário Internacional

FRS - Frente Republicana e Socialista

FSP-Frente Socialista Popular

GNR-Guarda Nacional Republicana

IS-Internacional Socialista

LCI-Liga Comunista Internacionalista

MDP/CDE- Movimento Democrático Português - Comissão Democrática Eleitoral

MES – Movimento de Esquerda Socialista

MFA-Movimento das Forças Armadas

MRPP- Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

MRPP-Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado

MS – Mário Soares

OCMLP-Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa

PCP-Partido Comunista Português

PDC- Partido da Democracia Cristã

PL-Partido Liberal

PM- primeiro-ministro

POUS- Partido Operário de Unidade Socialista

PP-Partido Progresso

PPD-Partido Popular Democrático

PPES- Programa de Política Económica e Social

PPM - Partido Popular Monárquico

PR – Presidente da República

PRD - Partido Renovador Democrático

PREC- Processo Revolucionário em Curso

PRT- Partido Revolucionário dos Trabalhadores

PS-Partido Socialista

PSD-Partido Social-Democrata

PSR-Partido Socialista Revolucionário

RE – Ramalho Eanes

RTP- Rádio e Televisão de Portugal

SADQ - Software de Análise de Dados Qualitativos

SPD-Partido Social-Democrata alemão

UDP-União Democrática Popular

UEDS - União Esquerda Democrática e Social

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ÍNDICE

Table of Contents

AGRADECIMENTOS ..... **v**

INTRODUÇÃO **1**

Capítulo I – Enquadramento de Portugal no Período de 1975-1996 – Breve Perspetiva **4**

O período da pré-revolução 25 de Abril 7
O período pós-revolução 25 de Abril 12
À procura de um novo modelo de sociedade 15
A IIIª República e os Governos Constitucionais 22

Capítulo II – Revisão de Literatura **42**

Quadro conceptual 54

Capítulo III – Metodologias **86**

I – O Método **89**

1. A Organização do Material para Análise 92
Discursos de Tipo A – 'Efeméride' 93
Discursos de Tipo B – 'Cerimoniático' 94
2. A Codificação do Material de Análise - Discursos Presidenciais 99
2.1. Unidades de registo e de contexto – fragmentar para classificar 106
2.2. Regras de enumeração 106
2.3. Análise quantitativa e análise qualitativa 107
3 – Categorização 108
4 – A Inferência 116
5 – O Tratamento Estatístico e Qualitativo - Software NVivo. 117

Capítulo IV – Análise e discussão de resultados **124**

A. Resultadis das categorias de Democracia e Poder 125
Categoria de Democracia – Dimensão palavra e acoplado 125
Subcategoria "Povo" 129
Subcategoria "Responsabilidade" 133
Subcategoria "Liberdade" 137
Subcategoria "Órgãos/Instituições" 140
Subcategoria "Direitos" 143
Categoria de Poder – Dimensão palavra e acoplado 150
Subcategoria "Subordinação" 154
Subcategoria "Autoridade" 156
Subcategoria "Exercício da força" 158
B. Resultados das estratégias retóricas e temas principais 161
1. Categoria *Negação* 161
2. Categoria *Inclusão* 167
2.1. Subcategoria "Autorreferências" 169
2.2. Subcategoria "Focos coletivos" – Coletividades (referências à identidade) 171
2.3. Subcategoria "Identidade social" (referências à identidade social) 173

2.4. Subcategoria "Referências ao povo" 176
3. Categoria *Outgroup* 180
4. Categoria *Ingroup* 183
5. Categoria *Linguística - Verbos / Ambivalência* 187
5.1. Subcategoria "verbos Ação-Agressão" 189
5.2. Subcategoria "verbos Ação-Passividade" 191
5.3. Subcategoria "verbos Ação-Realização" 194
5.4. Subcategoria "Ambivalência" 197
6. Categoria *Temas Principais* 199
6.1. Subcategoria "25 de abril" 201
6.2. Subcategoria "Crise" 204
6.3. Subcategoria "Dimensão Internacional" 207
6.4. Subcategoria "Futuro" 210
6.5. Subcategoria "Nacionalismo" 213
6.6. Subcategoria "Projeto Democrático" 216

Capítulo V – CONCLUSÕES 226

Bibliografia 238

INDICE DE QUADROS

Quadro 1 – Os Tipos De Perigo Da Sociedade Democrática 73
Quadro 2 – Categorias Das Estratégias Retóricas. 105
Quadro 3 – Unidades De Registo Da Categoria: Negação. 110
Quadro 4 – Unidades De Registo Da Categoria: Inclusão. 111
Quadro 5 – Unidades De Registo Da Categoria: *Outgroup*. 112
Quadro 6 – Unidades De Registo Da Categoria: *Ingroup*. 112
Quadro 7 – Unidades De Registo Da Categoria: Linguagem. 113
Quadro 8 – Unidades De Registo Da Categoria: Temas Prioritários. 114
Quadro 9 - Distribuição Das Ocorrências Para As Palavras Derivadas De Democracia (Dimensão Democracia-Palavra) Pelos Diferentes Tipos De Discursos. 126
Quadro 10 - Distribuição Da Ocorrência Da Categoria De *Democracia*, Que Agrupa Vinte Subcategorias (Dimensão Acoplada), Pelos Diferentes Tipos De Discursos. 127
Quadro 11 – Distribuição De Ocorrências Das Subcategorias De *Democracia*. 129
Quadro 12 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Povo" Pelos Diferentes Tipos De Discurso De Eanes E De Mário Soares. 130
Quadro 13 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Povo" Nos Discursos De Tomada De Posse De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 131
Quadro 14 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Povo" Nos Discursos Do 25 De Abril De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 132
Quadro 15 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Responsabilidade" Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 134
Quadro 16 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Responsabilidade" Nos Discursos De Tomada De Posse De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 135
Quadro 17 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Responsabilidade" Nos Discursos Do 25 De Abril De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 135
Quadro 18 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Liberdade" Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 137
Quadro 19 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Liberdade" Nos Discursos Do 25 De Abril De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 138
Quadro 20 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Liberdade" Nos Discursos De Ano Novo De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 139
Quadro 21 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Órgãos/Instituições" Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 140
Quadro 22 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Órgãos/Instituições" Nos Discursos De Ano Novo De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 141
Quadro 23 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Órgãos/Instituições" Nos Discursos De Tomada De Posse De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 142
Quadro 24 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Direitos" Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 143
Quadro 25 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Direitos" Nos Discursos De Tomada De Posse De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 144
Quadro 26 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Direitos" Nos Discursos Do 25 De Abril De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 145
Quadro 27 – Distribuição De Ocorrências Da Categoria *Democracia* (Acoplado) Pelos Discursos De Ramalho Eanes E Mário Soares. 148
Quadro 28 - Distribuição Das Ocorrências Para As Palavras Derivadas De *Poder* (Dimensão Poder-Palavra) Pelos Diferentes Tipo De Discursos. 151
Quadro 29 - Distribuição Da Ocorrência Da Categoria De *Poder*, Que Agrupa Quinze Subcategorias (Dimensão Acoplada), Pelos Diferentes Tipos De Discursos. 152
Quadro 30 – Distribuição De Ocorrências Das Subcategorias De *Poder*. 153

Quadro 31 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Subordinação" Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 154
Quadro 32 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Subordinação" Nos Discursos De Tomada De Posse De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 155
Quadro 33 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Autoridade" Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 156
Quadro 34 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Autoridade" Nos Discursos De Tomada De Posse De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 157
Quadro 35 – Conteúdos Da Subcategoria "Autoridade" No Discurso De 25 De Abril De 1985 De Ramalho Eanes. 158
Quadro 36 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Exercício Da Força" Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 159
Quadro 37 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Exercício Da Força" Nos Discursos De Tomada De Posse De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 159
Quadro 38 - Distribuição Das Ocorrências Para A Categoria *Negação* Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Ramalho Eanes E Mário Soares. 162
Quadro 39 – Comparação De Conteúdos Da Categoria *Negação* Nos Discursos De Tomada De Posse De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 163
Quadro 40 – Comparação De Conteúdos Da Categoria *Negação* Nos Discursos De 25 De Abril De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 164
Quadro 41 – Palavras Exclusivas De Ramalho Eanes E De Mário Soares Associadas 166
Quadro 42 - Distribuição Das Ocorrências Para A Categoria *Inclusão* (Acoplado) Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Ramalho Eanes E Mário Soares. 168
Quadro 43 - Distribuição Das Ocorrências Das Subcategorias De *Inclusão*. 169
Quadro 44 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Autorreferência" Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 169
Quadro 45 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Autorreferência" Nos Discursos De Tomada De Posse De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 170
Quadro 46 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Focos Coletivos" Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 171
Quadro 47 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Focos Coletivos" Nos Discursos De Tomada De Posse De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 172
Quadro 48 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Focos Coletivos" Nos Discursos Do 25 De Abril De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 173
Quadro 49 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Identidade Social" Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 174
Quadro 50 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Identidade Social" Nos Discursos De Ano Novo De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 175
Quadro 51 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Identidade Social" Nos Discursos De Tomadas De Posse De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 175
Quadro 52 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Inclusão" Nos Discursos De 25 De Abril De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 176
Quadro 53 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Referências Ao Povo" Pelos Diferentes Tipos De Discurso De Eanes E De Mário Soares. 177
Quadro 54 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Referências Ao Povo" Nos Discursos De Tomada De Posse De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 178
Quadro 55 – Distribuição Das Ocorrências Da Categoria *Outgroup* Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 180
Quadro 56 – Apresentação Dos Resultados Para A Categoria *Outgroup* Nos Discursos De Ano Novo De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 181
Quadro 57 – Apresentação Dos Resultados Para A Categoria *Outgroup* Nos Discursos De Tomada De Posse De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 181

Quadro 58 – Apresentação Dos Resultados Para A Categoria *Outgroup* Nos Discursos Do Dia Da Implantação Da República De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 182
Quadro 59 – Apresentação Dos Resultados Para A Categoria *Outgroup* Nos Discursos De 25 De Abril De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 182
Quadro 60 – Distribuição Das Ocorrências Da Categoria *Ingroup* Pelos Diferentes Tipos De Discurso De Eanes E De Mário Soares. 184
Quadro 61 – Apresentação Dos Resultados Para A Categoria *Ingroup* Nos Discursos De Tomada De Posse De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 185
Quadro 62 – Apresentação Dos Resultados Para A Categoria *Ingroup* Nos Discursos Do 25 De Abril De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 186
Quadro 63 - Distribuição Das Ocorrências Para A Categoria *Linguagem – Ação E Tangibilidade* (Acoplado) Pelos Diferentes Tipos De Discurso De Ramalho Eanes E Mário Soares. 188
Quadro 64 - Resultados Da Pesquisa Dos Verbos E Da Ambivalência Nos Discursos Presidenciais. 188
Quadro 65 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Ação-Agressão" Pelos Diferentes Tipos De Discurso De Eanes E De Mário Soares. 189
Quadro 66 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Ação-Agressão" Nos Discursos De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 190
Quadro 67 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Ação-Passividade" Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 192
Quadro 68 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Ação-Passividade" Nos Discursos De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 193
Quadro 69 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Ação-Passividade" Pelos Diferentes Tipos De Discurso De Eanes E De Mário Soares. 194
Quadro 70 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Ação-Realização" Nos Discursos De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 195
Quadro 71 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Ambivalência" Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 197
Quadro 72 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Ambivalência" Nos Discursos De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 198
Quadro 73 - Distribuição Das Ocorrências Para A Categoria *Temas Principais* (Acoplado) Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Ramalho Eanes E Mário Soares. 200
Quadro 74 - Distribuição Das Ocorrências Das Subcategorias Da Categoria *Temas Principais*. 201
Quadro 75 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "25 De Abril" Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 202
Quadro 76 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "25 De Abril" Nos Discursos De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 203
Quadro 77 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Crise" Pelos Diferentes Tipos De Discurso De Eanes E De Mário Soares. 204
Quadro 78 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Crise" Nos Discursos De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 205
Quadro 79 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Dimensão Internacional" Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 207
Quadro 80 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Dimensão Internacional" Nos Discursos De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 208
Quadro 81 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Futuro" Pelos Diferentes Tipos De Discursos De Eanes E De Mário Soares. 210
Quadro 82 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Futuro" Nos Discursos De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 211
Quadro 83 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Nacionalismo" Pelos Diferentes Tipos De Discurso De Eanes E De Mário Soares. 213
Quadro 84 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Nacionalismo" Nos Discursos De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 214

Quadro 85 – Distribuição Das Ocorrências Da Subcategoria "Projeto Democrático" Pelos Diferentes Tipos De Discurso De Eanes E De Mário Soares. 217
Quadro 86 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Projeto Democrático" Nos Discursos De Tomada De Posse (1976, 1981 E 1991) E Ano Novo (1986) De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 218
Quadro 87 – Comparação De Conteúdos Da Subcategoria "Projeto Democrático" Nos Discursos De 25 De Abril De Ramalho Eanes E De Mário Soares. 220

INDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - COABITAÇÃO DOS PRESIDENTES DA REPÚBLICA RAMALHO EANES E MÁRIO SOARES COM OS PRIMEIROS-MINISTROS 6
FIGURA 2 RESULTADOS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE 1975 (CONSTITUINTE) 18
FIGURA 3 - GOVERNOS CONSTITUCIONAIS (1976-1996) 23
FIGURA 4 - RESULTADOS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE 1976 (25/4/1976) 24
FIGURA 5 - RESULTADOS ELEITORAIS DAS PRIMEIRAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1980 26
FIGURA 6 - RESULTADOS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE 1979 (2/12/1979) 29
FIGURA 7 - RESULTADOS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE 1980 (5/10/1980) 30
FIGURA 8 - RESULTADOS ELEITORAIS DAS SEGUNDAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1980 31
FIGURA 9 - RESULTADOS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE 1983 (25/4/1983) 33
FIGURA 10 – RESULTADOS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE 1985 (6/10/1985) 34
FIGURA 11 – RESULTADOS ELEITORAIS DAS TERCEIRAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1986 PRIMEIRA VOTAÇÃO 35
FIGURA 12 RESULTADOS ELEITORAIS DAS TERCEIRAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1986 SEGUNDA VOTAÇÃO 36
FIGURA 13 – RESULTADOS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE 1987 (19/07/1987) 37
FIGURA 14 – RESULTADOS ELEITORAIS DAS QUARTAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 1991 38
FIGURA 15 – RESULTADOS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE 1991 (6/10/1991) 39
FIGURA 16 – RESULTADOS ELEITORAIS NAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE 1995 (1/10/1995) 40
FIGURA 17 - AS INSTITUIÇÕES POLÍTICAS DE UMA DEMOCRACIA POLIÁRQUICA 59
FIGURA 18 - CARACTERÍSTICAS DA IGUALDADE E LIBERDADE 65
FIGURA 19 - TIPO DE DISCURSO, CATEGORIAS, POR MANDATO E ANO E POR PRESIDENTE DA REPÚBLICA. 96
FIGURA 20 - CONTRIBUTOS TEÓRICOS E CONCEPTUAIS PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO . 97
FIGURA 21 - REFERENCIAL DAS CATEGORIAS E SUBCATEGORIAS DE DEMOCRACIA E PODER. 103
FIGURA 22 – FONTES DO NVIVO. 118
FIGURA 23 – PARAMETRIZAÇÃO DA CATEGORIA DE DEMOCRACIA. 119
FIGURA 24 – PARAMETRIZAÇÃO DA CATEGORIA DE PODER 120
FIGURA 25 – PARAMETRIZAÇÃO DA CATEGORIA DE NEGAÇÃO. 120

FIGURA 26 – PARAMETRIZAÇÃO DA CATEGORIA DE LINGUAGEM VERBAL E TEMAS PRIORITÁRIOS. 121
FIGURA 27 – SUBCATEGORIA: 25 DE ABRIL. 122
FIGURA 28 – SUBCATEGORIA: PROJETO DEMOCRÁTICO. 122
FIGURA 29 – CONSULTAS POR CATEGORIAS. 123
FIGURA 30 - RESULTADOS DAS OCORRÊNCIAS PARA A CATEGORIA DE *DEMOCRACIA* (DIMENSÃO PALAVRA E ACOPLADO). 149
FIGURA 31 – PALAVRAS DE PODER (1976 A 1996). 160

INTRODUÇÃO

A nossa investigação pretende estudar os discursos políticos dos presidentes da República Portuguesa, Ramalho Eanes e Mário Soares, no período de 1976 a 1996, subsequentemente à revolução de abril, com o intuito de compreender como contribuíram para a construção e consolidação do projecto democrático ao longo de vinte anos. O estudo do discurso político sempre foi desafiante e interessante, para mim, por estar intimamente relacionado com a minha área de formação de base em ciência política. Para além das questões pessoais que acabo de referir, existe uma outra razão que torna esta investigação estimulante em Portugal e que está diretamente relacionada com a escassez de trabalhos de índole académica (ou outra) em torno dos discursos políticos dos presidentes da República, sendo esta uma área pouco acarinhada em Portugal.

O nosso objectivo é perceber como se construiu, num período específico, o conceito de democracia no discurso presidencial em Portugal. Para esse efeito, analisaremos a estratégia retórica e os temas principais de uma seleção de discursos presidenciais. Os presidentes recorrem aos mesmos temas principais? E que preocupações manifestam? São convergentes, ou divergentes em relação aos temas centrais? Existem manifestações de exercício da autoridade? Será possível chegar a um acervo de expressões/palavra que denotem uma ligação com a população?

A revisão de literatura permite-nos, quer pela consulta à base de dados PORBASE, quer pelas extensas fontes bibliográficas pesquisadas, perceber que não existe nenhum trabalho académico em Portugal com o enfoque que pretendemos desenvolver, ou seja, assente exclusivamente nos discursos políticos destes dois presidentes da República. Simultaneamente, as publicações existentes em Portugal sobre os discursos políticos dos presidentes da República (Serrano, 2000, 2002, 2006; Espírito Santo 2006, 2007, 2008 e 2010 e Delgado 2007, 2010) são em reduzido número no tocante a Mário Soares, e inexistentes, no respeitante a Ramalho Eanes. Relativamente a Eanes não se encontrou nenhum registo exepto uma Biografia publicada em 2017 (Tavares, 2017) que contextualiza muito do que aqui vamos tratar, mas que relativamente ao discurso político pouco é dito. Ao nível internacional, muito tem sido feito, nomeadamente nos EUA, onde os discursos dos presidentes são consideradas poderosas ferramentas de comunicação política, de gestão e direção

política do Estado, sendo objeto de análise quase imediata à sua preleção/exibição. Dos muitos autores a trabalhar o discurso político nas suas várias dimensões (Gronbeck & Wiese, 2005; Morris & Jonhson, 2011; Jenkins & Grant Cos, 2010; Maeda & Nishikawa, 2006; Fortin, 2012; Sigelman e Miller, 1978), destacamos Schonhardt-Bailey e Yager (2011) bem como Seyranian e Bligh (2008) que vão contribuir de forma direta e muito particular para a nossa pesquisa, uma vez que foi a partir dos seus Quadros conceptuais de análise que construímos a nossa matriz empírica e que definimos as categorias que vão permitir a análise que nos propomos fazer.

O nosso Quadro conceptual assenta em torno de dois conceitos principais: o de democracia e o de poder. No tocante, à democracia, partimos da definição de Tocqueville (2000) e introduzimos contributos de Mill (1958), Arendt (1988), Dahl (2001) e Putman (2006). No referente ao poder, partimos da perspectiva weberiana de poder carismático e nos contributos de Bourdieu (1989) todos autores de referência na ciência política, exercendo forte influência no nível do pensamento sociológico.

Será com este pano de fundo conceptual que pretendemos responder à nossa principal questão de investigação: De que modo é que os temas prioritários dos discursos dos presidentes Ramalho Eanes e Mário Soares contribuíram para a construção do conceito de democracia nos primórdios da IIIª República Portuguesa?

A abordagem do nosso objeto insere-se principalmente no âmbito das ciências da comunicação, apesar de receber contributos e suportes teóricos de outras ciências sociais, designadamente da ciência política, sociologia e história. Queremos compreender o que as palavras dos presidentes – as repetições, as ausências, a intensidade, e as tendências – são susceptíveis de revelar na sua linha de ação. Saber o que o discurso diz, subentende e acena é exatamente aquilo que fascina quem faz a análise e, infelizmente, este é um trabalho pouco desenvolvido em Portugal, o que também não lhe confere a dignidade que merece.

Para operacionalizar o nosso objectivo, as ciências sociais facultam um instrumento, a análise de conteúdo, a qual permite tratar um número alargado de discursos políticos que de outra forma não seria possível analisar. Este conjunto de técnicas implica um trabalho exaustivo com as suas divisões, cálculos e aperfeiçoamentos incessantes. Mediante recurso a um software de tratamento de dados, o NVivo, foi possível analisar qualitativamente o conteúdo dos vinte discursos

selecionados dos dois presidentes Ramalho Eanes e Mário Soares, já que aquele programa tem elevada capacidade de armazenamento de informação, permitindo arquivar os discursos, criar categorias, codificar, controlar, filtrar, efetuar pesquisas e questionar os dados com o objetivo de procurar respostas às nossas questões de investigação. Os resultados obtidos, as triangulações e sobreposições permitem-nos extrapolar um conjunto alargado de conclusões interessantes, mas vamos deixar essas conclusões para as páginas finais deste trabalho, na esperança que de tenhamos conseguido cativar o leitor.

Capítulo I – Enquadramento de Portugal no Período de 1975-1996 – Breve Perspetiva

A complexidade em que está envolta a construção do conceito de democracia no discurso político dos presidentes da República, bem como a sua evolução histórica, só pode ser percetível tendo um pano de fundo que permita perceber a conjuntura, o enquadramento, as interações e interceções das relações existentes, para podermos aclarar alguns dos momentos e ocasiões particulares mais complexas da história contemporânea de Portugal.

Começamos por esclarecer que a abordagem histórica que faremos neste capítulo não tem qualquer pretensão nesse campo científico, pois isso levar-nos-ia a um outro trabalho de investigação. Ela apenas se torna essencial para compreender e contextualizar a conjuntura geral, o ambiente vivido no período seguinte à revolução e saber como decorreu o processo que a partir do 25 de Abril confluirá quer na Constituição de 1976, quer na edificação das instituições políticas do novo regime democrático. Teremos assim ter uma perceção quase vivenciada da realidade à época, a qual será importante para a contextualização dos discursos presidenciais.

Compreender o sentido do discurso político, aquilo que ele representa enquanto *weltanschauung*[1], significa concebê-lo como um 'produto' das fronteiras políticas e das experiências comuns de um povo, de uma região geográfica, de condições ambientais e climáticas, dos recursos económicos disponíveis, sistemas socioculturais onde a linguagem reflete a forma das suas estruturas sintáticas, as suas conotações e denotações. Esta visão do mundo descreve um consistente e integral

[1] Palavra alemã do século XVIII, *weltanschauung* é um conceito fundamental da filosofia e epistemologia e refere-se a uma "perceção de mundo ampla". Adicionalmente, refere-se ao Quadro de ideias e crenças mediante os quais um indivíduo interpreta o mundo e interage com ele. Outro sentido do termo é o de uma imagem do mundo imposta ao povo de uma nação ou comunidade, isto é, uma ideologia. Pode significar "visão do mundo" ou "cosmovisão". Uma abordagem interessante encontra-se em Ribeiro, H. (2013). Totalitarismo e Cosmovisão-Fechamentos da Bio, Revista Electrónica Literatura e Autoritarismo: Ideologia, violência e mito na literatura, Nº 22, Brasil. https://periodicos.ufsm.br/index.php/LA/article/view/10118 Data de acesso 2 de Dezembro de 2017.

sentido de existência, que fornece um Quadro para gerar, sustentar e aplicar conhecimentos. Assim, iremos traçar as linhas centrais ou os aspetos nevrálgicos da conjuntura portuguesa no período compreendido entre 1977 e 1996.

O período saído da Revolução de Abril trouxe uma nova conjuntura a Portugal, caracterizada pela intensa agitação social e pela crise política, refletida nas décadas subsequentes, onde a democracia surgiu como marca indissociável do Estado de direito no âmbito da ação presidencialista. A figura do presidente da República, que representa e consubstancia a vontade popular, tornou-se um elemento central num contexto específico, onde o Estado democrático, incipiente, se tentou edificar. E porque o discurso presidencial incorpora a história do local onde se inscreve, agindo sobre a realidade social, tornou-se um elemento central na compreensão da construção do conceito de democracia.

A nossa investigação debruça-se assim sobre a análise dos discursos políticos de dois presidentes da República, nomeadamente Ramalho Eanes e Mário Soares, incidindo nas seguintes efemérides: Ano Novo, 25 de Abril, Dia de Portugal, Dia da Implantação da República e Tomadas de Posse.

Ramalho Eanes foi o primeiro presidente da República a ser eleito por sufrágio direto e universal, tendo enfrentado a difícil missão de ocupar a chefia do Estado após o chamado 'Processo Revolucionário' (1974-1975). Com um sistema democrático embrionário, com pesadas heranças e impasses herdados do período anterior, ele acabou por se confrontar nos seus mandatos com uma forte instabilidade política, onde a rotatividade dos líderes políticos não conferia as condições ideais de governabilidade. Durante os seus dois mandatos, o presidente Eanes empossou dez primeiros-ministros num clima de forte instabilidade política, por contraposição ao presidente Soares, que empossou dois e num ambiente socioeconómico mais favorável, com os ventos que sopravam da Europa e a entrada na Comunidade Económica Europeia - CEE (Ribeiro, 2011).

Mário Soares foi o segundo presidente da República eleito por sufrágio direto e universal e foi o grande obreiro da construção do projeto democrático de Portugal. Com um sistema democrático jovem, ainda a dar os primeiros passos, este é um período de aspiração a novos feitos e desafios, possível também pela maior estabilidade política, com os governos constitucionais a cumprirem os seus mandatos e a conjuntura internacional a proporcionar novos sonhos e ambições. Durante os seus dois mandatos, o presidente Soares empossou dois primeiros-ministros num

clima de prosperidade socioeconómica (cfr. Fig. 1 - Coabitação dos presidentes da República Ramalho Eanes e Mário Soares com os primeiros-ministros).

Figura 1 - Coabitação dos presidentes da República Ramalho Eanes e Mário Soares com os primeiros-ministros

Presidente da República/ Mandato	Primeiro-Ministro/Mandato	Partido
António dos Santos Ramalho Eanes =17.º= *Primeiro presidente constitucionalmente eleito ao abrigo da Constituição de 1976* 14/7/1976 a 9/3/1986	Vasco Fernando Leote de Almeida e Costa 23/6/1976 a 23-7-1976	Militar interino
	Mário Alberto Nobre Lopes Soares 23/7/1976 a 28/8/1978	Partido Socialista
	Alfredo Nobre da Costa 28/8/1978 a 22/11/1978	Nomeação presidencial
	Carlos Alberto da Mota Pinto 22/11/1978 a 1/8/1979	Nomeação presidencial (Partido Social Democrata)
	Maria de Lourdes Ruivo Silva Matos Pintasilgo 1/8/1979 a 3/1/1980	Nomeação presidencial (Partido Socialista)
	Francisco Manuel Lumbrales de Sá-Carneiro 3/1/1980 a 4/12/1980	Partido Social Democrata
	Diogo Pinto de Freitas do Amaral (interino) 4/12/1980 a 9/1/1981	Centro Democrático Social
	Francisco Pinto Balsemão 9/1/1981 a 9/6/1983	Partido Social Democrata
	Mário Alberto Nobre Lopes Soares 9/6/1983 a 6/11/1985	Partido Socialista
	Aníbal António Cavaco Silva 6/11/1985 a 28/10/1995	Partido Social Democrata
Mário Alberto Nobre Lopes Soares =18.º= *Primeiro presidente civil democraticamente eleito em mais de meio século* 9/3/1986 a 9/3/1996	Aníbal António Cavaco Silva 6/11/1985 a 28/10/1995	Partido Social Democrata
	António Manuel de Oliveira Guterres 28/10/1995 a 6/4/2002	Partido Socialista

A análise dos discursos presidenciais selecionados pretende apurar a evolução do conceito da democracia ao longo de vinte anos, o que nos leva à necessidade de compreender as conjunturas socioeconómicas e políticas da época, as quais terão influenciado a sua construção. Além disso, não podemos ignorar que os discursos inserem-se sempre num contexto, não podendo ser compreendidos em

plenitude fora do mesmo. Van Dijk (1997) entende que o significado do discurso depende sempre do contexto, enquanto Ruth Wodak (2001) coloca a sua enfâse contextual na necessidade de adoção de uma perspetiva histórica e de estarmos atentos aos elementos que a rodeiam.

Assim, vamos organizar a nossa contextualização histórica tendo por referência o 25 de Abril, como marco delimitador de dois momentos, isto é, os períodos 'pré-revolução 25 de Abril' e 'pós-revolução 25 de Abril', por entendermos possuírem elementos particulares que os diferenciam a cada um de modo peculiar.

O período da pré-revolução 25 de Abril

Em Portugal, nos anos 70 do século XX, vivia-se um ambiente deteriorado e agastado, resultante de um somatório de episódios que se iniciaram com a ditadura de 1933, e se foram acumulando, conduzindo a uma situação limite das populações e das forças armadas.

A guerra colonial, que inicialmente serviu para o regime ditatorial demonstrar a sua autoridade repressiva sobre populações, tornou-se um problema quando Marcelo Caetano se recusou a qualquer entendimento político com os movimentos de libertação, mesmo quando era patente a insatisfação dos militares por entenderem ser os bodes expiatórios da indeterminação do regime (Reis *et al.*, 1994).

Os antagonismos eram evidentes. Por um lado, um governo fechado e conservador de ideologia autoritária (nacional-colonialista), e, por outro lado, uma Europa com exigências resultantes da internacionalização de aspirações pluralistas e universalistas, que cada vez mais se impunha a todos os países. Internacionalmente, o regime estava isolado devido às suas políticas nacionalistas, debatendo-se internamente com as consequências do processo de modernização económica com a adesão de Portugal, em 1959, ao Associação Europeia de Comércio Livre (EFTA). Todavia, o chefe do Governo português entendia que não era possível renunciar à dupla qualidade de Portugal na sua relação com a Europa-África. E isso ficou bem patente com a assinatura, em julho de 1972, do Acordo Comercial entre Portugal e a CEE, tendo esta formalização sido vista pela oposição como uma aproximação não apenas económica mas com repercussões políticas (Castaño, 2015).

Nesta conjuntura, a guerra colonial tornou-se num pesadelo arquitetado pelos próprios militares do regime, os mesmos que em 1968 haviam imposto a Marcelo Caetano a defesa das colónias como condição do apoio à sua nomeação como substituto de Salazar. Para Marcelo Caetano, ela era um quebra-cabeças irresolúvel que condicionou a iniciativa de encetar um processo de liberalização das instituições políticas e conduziu à desilusão da 'ala liberal' e à radicalização das oposições de esquerda (Reis *et al.*, 1994).

Com a guerra colonial a atingir elevados níveis de violência e a extremar posições, Marcelo Caetano deu-se conta de que a ideia do federalismo, que defendia com fervor, seria então inviável. Receando que estas situações latentes pudessem gerar outro tipo de problemas que evidentemente não desejava, fez uma ténue reforma constitucional, em 1971, consentindo apenas um tímido alargamento da autonomia administrativa. Em 1974, era já notória a crescente contestação, sobretudo dos Quadros intermédios da instituição militar, e, perante tamanho desconforto, Caetano chegou a equacionar demitir-se (Vieira, 2000a).

Entretanto, o reduzidíssimo apoio de uma minoria à questão colonial e a agudização da crise económica internacional, devido à subida vertiginosa do preço do petróleo, empurrou Portugal para uma taxa e inflação insustentáveis de 30%, gerando tensões socioeconómicas e políticas tais que motivaram forte contestação da Igreja Católica e das Forças Armadas. Na Europa, países com características políticas idênticas reagiram de forma diferente. A Grécia e Espanha, duas ditaduras conservadoras como a portuguesa, conseguiram, na década de 60 do século passado, por via da integração na economia europeia, industrializar-se e urbanizar-se: contudo, com a crise internacional de 1973/74, negociaram uma 'transição' ao passo que em Portugal se deu uma 'revolução' (Ramos, 2009).

Expostas as debilidades e o enfraquecimento do regime, o qual nem com a polícia política ou a censura conseguia assegurar a sua permanência, era evidente que algo podia acontecer ou ia acontecer a qualquer momento. As frações e divisões existentes na estrutura hierárquica militar levou os Quadros militares intermédios a agremiarem-se em torno de dois generais prestigiados, Costa Gomes e Spínola. Estranhamente, durante os últimos tempos do regime ditatorial, as forças políticas e sindicais conseguiram conter as contestações e prender muitos dos contestatários e opositores, ao mesmo tempo que as universidades eram vigiadas e policiadas de tal modo que, em Lisboa, (Reis *et al.*, 1994).

As eleições de outubro de 1973 acontecerem em circunstâncias muito complexas, pois as listas oposicionistas desistiram da corrida e apesar de consistir numa força política clandestina estruturada, o Partido Comunista Português (PCP), não evidenciava suficiente consistência (Reis *et al.*, 1994).

O Partido Socialista (PS), criado em 1973, na Alemanha, estava bem organizado internacionalmente, mas, em Portugal, restringia-se à divulgação do seu programa e à imprensa clandestina. A extrema esquerda, de orientação maoísta e sobretudo circunscrita ao ambiente estudantil, era uma fração sem expressão, com exceção do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP), o qual tinha uma rede clandestina infiltrada no meio operário. Algumas iniciativas incomodaram o regime, como a publicação da revista mensal *Seara Nova*, onde coexistiam comunistas e socialistas organizados pelas Brigadas Revolucionárias, e a vigília na Capela do Rato, em Lisboa, organizada pelos católicos progressistas (Reis *et al.*, 1994). Todavia, a debilidade do regime aliada à debilidade da oposição política civil, e ao impasse da guerra colonial e à forte insatisfação dos militares, ocorria num cenário que ora era nacionalista ora era a favor da internacionalização e do processo de modernização económico e político, acabando por levar à constituição do movimento peculiar 25 de Abril (Vieira, 2000a).

A originalidade do Movimento das Forças Armadas (MFA) reside no facto de que ele foi planeado e executado apenas por militares, sem qualquer articulação ou subordinação partidária civil e teve como propósito da sua existência a democratização das instituições e a viabilização de uma solução para o problema colonial. O seu programa político visava formar um governo provisório civil, que preparasse as eleições para uma Assembleia Constituinte e assim dotar o país de instituições democráticas e uma política económica e social de defesa dos interesses das classes contra o poder dos grandes grupos monopolistas. Já a questão colonial não era consensual, pois, apesar de inicialmente se ter pensado reconhecer o direito dos povos à autodeterminação, Spínola fez cair essa ideia, fazendo crer que qualquer definição de uma política alternativa à política colonial era geradora de desacordos (Soares, 2011).

Em prol do ideário da democratização das instituições, os militares começaram a promover encontros do Movimento dos Capitães. O primeiro teve lugar em 9 de setembro de 1973, acabando por acelerar a contestação à política colonial e ao regime. Não obstante Marcelo Caetano ter cedido aos oficiais em muitos aspetos

da progressão da carreira e das questões salariais, o MFA desmobilizou-se e politizou-se. Do outro lado do Atlântico, na Beira, em Moçambique, correram notícias de que os militares não eram capazes de controlar a situação no terreno, o que abalou de forma tremenda o prestígio da instituição (Reis *et al.*, 1994; Tavares, 2017).

Em março de 1974, começaram as movimentações e as reuniões para exercer pressões, designadamente políticas, e conseguirem alcançar as suas exigências para o governo, mas a demissão dos generais Spínola e Costa Gomes acabou com qualquer esperança. Os militares desagradados precipitaram uma operação de força do MFA, quando a 16 de março fizeram uma saída do regimento das Caldas da Rainha para testar os dispositivos de defesa do governo e acabaram por criar uma onda de solidariedade com os oficiais presos, deixando antever a necessidade de uma operação militar solidamente preparada. Este trabalho veio a ser a grande tarefa de Otelo Saraiva de Carvalho, que, com Vasco Lourenço e Vítor Alves, partilhou a direção do movimento (Reis *et al.*, 1994; Vieira, 2000a).

Entre 16 de março e 25 de abril de 1974, o major Otelo Saraiva de Carvalho, professor de tática de artilharia na Academia Militar – e que no MFA fazia a ligação com Spínola – preparou o golpe no maior secretismo, pois o fator surpresa seria determinante para o sucesso da operação. No dia 24 de abril, foram ocupadas pelo MFA as instalações da rádio e televisão de Portugal (RTP), onde seriam passadas duas canções – uma delas *Grândola, Vila Morena* de José Afonso – que serviram de sinal para a saída das tropas e o Rádio Clube Português (Tavares, 2017), o local escolhido para a emissão dos primeiros comunicados: o das 4h26 min pediu à população que permanecesse em casa e mantivesse a calma e o das 7h30 min informou a mesma sobre a libertação do país de um regime que há muito o enclausurava. Igualmente, foram ocupados o quartel-general da região militar de Lisboa, o aeroporto e os ministérios do Terreiro do Paço, os quais eram controlados pela cavalaria. Por todo o país, os oficiais afetos ao MFA apoderaram-se das suas unidades. O ambiente era de tal forma indefinido que às 11h00 a embaixada americana informava Washington que desconhecia o que estava a acontecer, e que, além disso, nem tinha qualquer informação sobre quem estava envolvido ou comandava o movimento (Antunes, 1986).

Com o posto de comando do MFA instalado no quartel de Engenharia, n.º 1, na Pontinha, as escutas controlavam as comunicações do governo que só perto das

4h00 deu conta do golpe. Em contraofensiva, o governo enviou dois regimentos em que os ministros confiavam, nomeadamente a Cavalaria n.º 7 e os Lanceiros n.º 2 na Ajuda, destacamentos que tinham como intuito guardar o Terreiro do Paço, que já se encontrava ocupado com viaturas blindadas e com 240 homens da Escola Prática de Cavalaria de Santarém (Reis *et al.*, 1994) que Maia mobilizara com o seu discurso:

> "Meus senhores, como todos sabem, há diversas modalidades de Estado. Os estados socialistas, os estados capitalistas e o estado a que chegámos. Ora, nesta noite solene, vamos acabar com o estado a que chegámos! De maneira que, quem quiser vir comigo, vamos para Lisboa e acabamos com isto. Quem for voluntário, sai e forma. Quem não quiser sair, fica aqui!" (Duarte, 1995, p. 99).

A coragem e determinação do capitão Salgueiro Maia convenceu o primeiro destacamento da Cavalaria n.º 7 a render-se e, mais tarde, a enfrentar o brigadeiro Junqueiro dos Reis, que coordenou as forças do governo e ordenou que disparassem sobre ele. Mas ninguém lhe obedeceu (Santos, 2004)[2], pelo contrário, os tanques passaram para o lado de Salgueiro Maia, a Guarda Nacional Republicana (GNR) retirou-se e a Cavalaria 7 aderiu ao movimento. Os momentos que se seguiram foram de tensão e intensa negociação entre, por um lado, o Posto de Comando do MFA, na Pontinha, e Salgueiro Maia e, por outro, Marcelo Caetano.

As divergências quanto à questão colonial continuaram, com Spínola a recusar o reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e a comprometer-se apenas no Programa do MFA a "(...) *lançar os fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz*" (Reis *et al.*, 1994; pp. 17-18). Era visível que aqueles que haviam derrubado o regime estavam, também eles, fracionados quanto ao rumo do futuro, entre o federalismo e a abertura, com a consequência imediata da independência das colónias. A irresolução da guerra condicionou o processo político subsequente à revolução e acabou por estar na origem da derrota do grupo apoiante de Spínola, incapaz de garantir uma resolução para o conflito.

Portugal estava agora diante de um novo espaço e um novo tempo que levou a reequacionar o mito da defesa do império e da civilização cristã e ocidental pelo mito oposto do anti-imperialismo e da libertação nacional, quase como uma inevitabilidade. Durante décadas, Portugal esteve privado de informação política, ideológica e cultural, denotando um tecido político partidário ausente de prática

[2] O MFA confiou na relutância dos oficiais que, depois de treze anos juntos em África, não iriam então, em Lisboa, disparar uns contra os outros. Cfr. Santos, 2004, p. 155.

democrática e de alguma ingenuidade cívica. Era uma nova realidade esta que abraçava Portugal, o qual tinha um profundo desconhecimento da história europeia e um terrível atraso económico.

O período pós-revolução 25 de Abril

Com o 25 de Abril, seguiram-se dois anos dificilíssimos, com forte agitação social e política, um período durante o qual Portugal teve dois presidentes da República e seis governos provisórios (Ribeiro, 2011). Portugal era um país que em 1974 tinha uma incipiente implantação das forças políticas: "o PS Socialista tinha menos de mil ativistas e o Partido Comunista Português tinha cerca de 30 funcionários e 3 mil militantes" (Avillez , 1996; p. 217). Contudo, Mário Soares, líder do PS, "pequeno partido político português, clandestino e ilegal" (Fonseca, 2014; p. 54), conseguiu um encontro com o chanceler federal Willy Brandt, líder do Partido Social-Democrata alemão (SPD), correspondendo, dadas as circunstâncias da época, a momento histórico.

Contudo, em 1975, a realidade seria outra, já bem diferente: "o PCP reivindicaria 100.000 militantes; o PS 80.000; o Partido Popular Democrático 20.000; e o Centro Democrático Social, 7.000" (Sousa, 2000; p. 71). Assim, as diversas correntes ideológicas confrontavam uma revolução[3] dirigida por militares, tendo estes últimos por objetivo resolver o impasse colonial, já que os políticos não conseguiam responder aos problemas latentes anteriormente expostos.

Portugal vivia uma situação de forte tensão partidária, com o PS a assumir o papel de catalisador dos militares e a defender o respeito integral do programa do MFA e o PCP agarrado às políticas vanguardistas e populistas dos seus aliados militares, a qual só se esbateu no dia 25 de novembro, quando as forças políticas civis se afirmaram nos órgãos do poder e se estabeleceu o modelo democrático-

[3] A este respeito veja-se a distinção que Freitas do Amaral (1995) estabelece entre revolução democrática e revolução comunista: *"As revoluções democráticas são aquelas que, por um golpe de força derrubaram um regime ditatorial – seja ele de direitos ou de esquerda – e implantam uma democracia pluralista, que assegure as liberdades cívicas fundamentais e garanta a escolha livre dos governantes através de eleições honestas. As revoluções comunistas são aquelas que, por um golpe de força, derrubam uma ditadura de direita ou uma democracia pluralista, e implantam um regime comunista baseado na ditadura do proletariado exercida por um partido único, com supressão das liberdades cívicas fundamentais e da possibilidade de escolha livre dos governantes através de eleições honestas"*. Na opinião do autor, Portugal, entre 1974 e 1975, passou de uma revolução democrática para uma revolução comunista (Amaral, 1995, p. 241).

parlamentar (Reis *et al.*, 1994). A complexa teia de relações entre partidos, civis e fações militares levou a uma grande indefinição quanto ao modelo de sociedade, acabando a escolha por recair, à semelhança do que acontecia já na Europa ocidental, num modelo de matriz democrático-parlamentar com objetivos económico-sociais claramente socializantes. A liderança do processo político foi feita pelos militares que assumiram a dianteira e mergulharam num conflito interno entre Spínola e os militares que lideraram no MFA o 25 de Abril.

Spínola ganhou o combate interno no MFA, ao conseguir alterar o programa quanto à questão colonial e nomear generais da sua confiança para o comando das regiões militares. Costa Gomes (presidente da Junta de Salvação Nacional) ascendeu a presidente da República, nomeando para primeiro-ministro do I Governo Provisório (16 de maio de 1974 a 11 de julho de 1974) uma pessoa de sua confiança, Adelino de Palma Carlos. Esta nomeação implicou, contudo, negociações na composição do Governo Provisório, designadamente a aceitação da participação do PCP ao lado do Movimento Democrático Português/Comissão Eleitoral (MDP/CDE), contando o Conselho de Ministros com uma maioria de esquerda (Soares, 2011). Spínola, para controlar os dirigentes do MFA, integrou-os no Conselho de Estado, órgão de poder que integrava a Junta de Salvação Nacional, e a sete membros de nomeação presidencial. A sua ideia era neutralizar o MFA e controlar as Forças Armadas para levar por diante a sua estratégia federalista quanto à política colonial, mas não conseguiu, pois sobrevalorizou os dirigentes do MFA, que não se mostraram disponíveis para abdicar da sua autonomia no processo de descolonização, razão que tinha justificado o movimento revolucionário.[4]

O golpe afastara o regime autoritário, mas Portugal ziguezagueava à procura de um rumo que parecia não encontrar. Vivia-se então uma tensão social e política permanente, com a população a exigir a melhoria das condições de vida e o acesso a direitos até então suprimidos. Os partidos encontravam-se em intensa movimentação com o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) a fazer campanha contra o envio de militares para as colónias, o PCP a conquistar espaço social, nomeadamente na comunicação social, e o MDP/CDE a distinguir-se na

[4] António Spínola estava desde o início conotado com uma solução para as colónias de tipo federalista e tanto assim foi que a primeira tarefa política da Junta de Salvação Nacional era "garantir a sobrevivência da Nação como Pátria soberana no seu todo pluricontinental", proclamação lida ao país pelo general Spínola. 25 de Abril. Documento. Lisboa: Casa Via. 2.ª Ed. S.D., p. 180. (Varela, 2012; p. 405).

ocupação das autarquias. Diante desta conjuntura, Spínola e Palma Carlos avançaram numa ação concertada onde propunham a realização das eleições presidenciais e do referendo a uma 'constituição provisória' até 31 de outubro de 1974, a realização das eleições autárquicas até dezembro de 1974 e as eleições para a Assembleia Constituinte protelada para finais de 1976. Ora, por contrariar o Programa do MFA e reforçar os poderes presidenciais, essa ação foi chumbada pelo governo e pelo Conselho de Estado. Palma Carlos demitiu-se (Ramos, 2009).

O coronel Vasco Gonçalves, homem do MFA, foi indigitado por Spínola para o cargo de primeiro-ministro, encabeçando o II Governo Provisório (12 de julho a 30 setembro de 1974) o qual consistia numa coligação entre PS e PPD, embora sem a participação do líder Sá Carneiro, por discordar do modo como Adelino Palma Carlos havia sido afastado. Foi Vasco Gonçalves quem aprovou a Lei Constitucional que reconheceu o direito dos povos à autodeterminação[5], com todas as consequências que tal determinação acarretou, especialmente a aceitação da independência dos territórios ultramarinos. Este foi um duro golpe para Spínola, que apenas em teoria reconhecia a inviabilidade da sua tese federalista.

Entretanto, deu-se o 28 de setembro de 1974. Arquitetado a partir dos apelos do presidente Spínola, um grupo de cidadãos, militares e dirigentes simpatizantes do Partido Liberal (PL) e do Partido Progresso (PP), a '*maioria silenciosa* do país', entendeu dever exprimir-se contra a '*desordem e anarquia*' e, para tal, convocou uma manifestação nacional de apoio ao presidente para o dia 28 de setembro. O PCP receou que a manifestação alterasse a relação de forças, privilegiando o presidencialismo, e promoveu uma fortíssima mobilização popular com barricadas que cortaram o trânsito no acesso a Lisboa, impedindo a realização da manifestação (Vieira, 2000a). A incapacidade de Spínola impor ao PCP o respeito pelo direito de manifestação daqueles que o quisessem fazer, aliada à falta de apoio do MFA e dos dois maiores partidos, representados no Governo Provisório (PS e PSD), levaram-no a admitir que não tinha condições para continuar a conduzir os complexos processo de democratização e descolonização de acordo com a sua convicção (Amaral, 1995). Sem alternativa, demitiu-se em 30 de setembro de 1974, uma demissão explicada em

[5] Quando em 28 e julho de 1974 é publicada a lei da independência das colónias, saiu um comunicado conjunto do PS, PCP e PPD a convocar uma manifestação de apoio ao presidente da República, ao governo e ao MFA, para festejar a independência das colónias. Percebe-se neste contexto que o MFA gozava de um prestígio que lhe adveio do derrube do regime de Salazar, mas também do seu papel engrandecido pela política do PCP, partido que lhe reforçou a posição na direção do regime, nomeadamente na estabilização do Estado. (Varela, 2012, pp. 406-407).

tom pesaroso e justificada por o país estar a caminhar num rumo ao arrepio do previsto no programa e dos ideais do 25 de Abril.[6]

O facto de Spínola ter baseado a organização da manifestação em partidos não representados no governo provisório e situados à direita, sem garantir previamente o apoio popular nem dos partidos governamentais, antecipava o falhanço. Ele não teve essa perceção e tardiamente cancelou o evento, acabando por oferecer aos comunistas a oportunidade – que de outra forma eventualmente não teriam – de testar a sua força militante e de mostrar, num momento de crise, em que mãos estava o poder (Amaral, 1995). Com o triunfo dos oficiais do MFA, no verão de 1974, a correlação de forças modificou-se e, apesar do PPD permanecer no governo, verificou-se uma fortíssima viragem à esquerda quer pela estratégia seguida pelo PCP, quer pela própria constituição dos órgãos do Estado.[7]

Fechou-se, assim, o primeiro ciclo do processo revolucionário, com um manifesto prejuízo para o general Spínola, entretanto substituído pelo general Costa Gomes, que emergiu da Comissão Coordenadora do MFA (Soares, 2011).

À procura de um novo modelo de sociedade

Estava consolidada a via independentista e arrumadas as divergências relativas à questão da descolonização, embora esta última significasse uma diminuição da autonomia do movimento militar, questão delicada que mexia com os interesses instalados. Entretanto, dentro do MFA assistia-se a discordâncias quanto

[6] A propósito da luta anticolonial e da revolução portuguesa, Maxwell (1999) diz: "As crises que deslocaram Portugal decisivamente para a esquerda também empurraram a África portuguesa decisivamente para a independência (...) Quando as crises terminavam e quando as suas consequências eram visíveis – a demissão do Primeiro-Ministro Palma Carlos, a 9 de Julho, e a nomeação do Coronel Vasco Gonçalves para o seu lugar; a demissão do General Spínola, a 30 de Setembro, e a sua substituição pelo General Costa Gomes – é que eram publicamente discutidas (...) O resultado da luta numa esfera iria ajudar a consolidar a vitória ou trazer a derrota da outra."(Maxwell, 1999, p. 99).

[7] Veja-se as nomeações do Diário do Governo de 15 de outubro de 1974:
Presidente da República: saiu um militar de direita (Spínola) e entrou um de esquerda (Costa Gomes); Primeiro-Ministro: continuou um militar de esquerda, mas sai reforçado (Vasco Gonçalves); Junta de Salvação Nacional: tinha quatro membros de direita e três de esquerda, passando a ter cinco membros de esquerda e dois de direita; Ministro da Defesa Nacional: era um militar do centro-direita (Firmino Miguel) passou a ser um militar de esquerda (Vasco Gonçalves com delegação em Vítor Alves); Governo Provisório: mantêm-se os treze membros de esquerda e dois de direita, tendo-se perdido os restantes dois desta última ala política; Ministro da Comunicação Social: era um militar de direita (Saches Osório) e passou a ser um militar de esquerda (Vasco Gonçalves com delegação em Vítor Alves); e o Conselho de Estado: tinha treze membros de esquerda e cinco de direita, passando a ter dezoito de esquerda e três de direita. (Amaral, 1995, p. 252).

ao modelo de sociedade e tipo de Estado a adotar. Por um lado, defendia-se o modelo democrático-socializante de base parlamentar, mas, por outro lado, defendia-se o modelo revolucionário-socialista de base popular e sob égide de uma vanguarda militar. Este último, em virtude do 'namoro' do PCP com o sector do MFA de Vasco Gonçalves, o qual parecia recetivo às suas opções e ideologias (Reis *et al.*, 1994). O MFA organizou-se então numa estrutura de poder colegial, com funções consultivas, onde a fação de Vasco Gonçalves era já maioritária, diminuindo com isso a relevância da figura do presidente da República.

A conjuntura política incluía vários grupos: o MFA, que passou a defender o modelo marxista, contando com fortes apoios da armada, estando cada vez mais próximo do PCP; os oficiais, que dirigiam o movimento militar do 25 Abril e que defendiam um socialismo independente, por considerarem que o PS estava demasiado comprometido com a social-democracia europeia; e um novo movimento que surge em torno de Otelo a defender uma via socialista-populista, antiburocrática e basista, com ligações ao Partido Revolucionário do Proletariado (PRP) e à União Democrática Popular (UDP) (Vieira, 2000a). A acrescer a tudo isto, foi foram promulgada a seguinte legislação: a lei dos partidos (Decreto-Lei n.º 595/74, de 7 de novembro); a lei eleitoral (Decreto-Lei n.º 621-C/74, de 15 de novembro) e a lei do recenseamento eleitoral (Decreto-Lei n.º 621-A/74 de 15 de novembro) (Martins & Mendes, 2005), sendo também iniciado o processo de recenseamento, pois "a partir de Dezembro de 1974 foram recenseados 6.231.372 eleitores por comparação com cerca de 1.800.000 em 1973" (Ramos, 2009; p. 71).

Este era o pano de fundo do III Governo Provisório (Um de outubro de 1974 a 26 março de 1975) liderado por Vasco Gonçalves, que extinguiu a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado e, em sua substituição, criou o Conselho da Revolução, levando por diante uma grande reforma estrutural. O Programa de Política Económica e Social (PPES) gerou intensa discussão, deixando a descoberto as divergências ideológicas dentro do MFA e a agitação partidária na esfera civil, tendo sido aprovado a sete de janeiro de 1975 (Reis *et al.*, 1994). Quanto ao texto constitucional, surgiram divergências nas questões eleitorais e sindicais, ficando o PS e o PSD desagradados com a tentativa de hegemonia do PCP.

Entre outubro 1974 e janeiro de 1975, realizaram-se os congressos dos principais partidos, mas foi o PS que organizou o maior comício, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa (15 de março de 1975), onde Salgado Zenha se manifestou

veementemente contra a ameaça à liberdade, tomando mais tarde uma posição de discordância contra o MFA quando este subscreveu a unicidade sindical. Este foi o momento em que se deu a rutura com a cúpula dirigente e uma aproximação a Spínola, que aproveitou a situação quer para capitalizar com base na alteração das forças no seio do MFA, quer para recorrer a um golpe de força, instalando-se o clima de desconfiança entre PS e PSD, bem como entre estes e a cúpula dirigente do MFA (Vieira, 2000a). Depois de derrubado um regime de ditadura de 48 anos e de se estar ainda a procurar um rumo para a democracia, deu-se o 11 de março de 1975, uma tentativa de golpe de Estado militar que, por isso mesmo, seria ilegítimo. Exercido a partir de forças que representavam a direita contra a esquerda (ou contra o espaço que esta ocupava), não houve dificuldade em dominá-lo principalmente por ter sido precipitado e mal preparado (Tavares, 2017; Amaral, 1995). O golpe falhado de 11 de março de 1975, que teve o apoio financeiro e político da Espanha franquista, refletiu um processo de radicalização da revolução (Varela, 2012): houve greves, conflitos laborais nos mais diversos sectores, ocupações e nacionalizações, forçando o governo a atualizar salários, aprovar medidas de contenção de preços dos bens alimentares, e passar à generalização do contrato coletivo, do subsídio de férias e do de Natal.

Era o momento de pôr a campanha eleitoral na rua, dos partidos políticos virem para a cena política promover comícios, sessões de esclarecimento de norte a sul do país, tempos de antena na rádio e televisão, distribuídos de igual modo entre todos os partidos, levando a todo lado a mensagem de cada um deles e conferindo pela primeira vez ao povo a possibilidade de escolha. A participação popular no primeiro ato eleitoral português foi maciça; 91,7% dos recenseados votaram e os resultados espelharam a realidade política do país, pois, perante uma oferta de 15 partidos, os eleitores concentraram as suas escolhas em seis forças políticas, ainda que com uma clara vitória do PS com 37,87% dos votos, correspondendo a 116 deputados. Mas, para melhor detalhar os resultados da primeira eleição em democracia, veja-se a Fig. 2.

Figura 2 Resultados eleitorais nas eleições para a Assembleia da República de 1975 (Constituinte)

Partidos	N.º votos	% Votos	Mandatos	% Mandatos	NCC	NCEM
PS	2 162 972	37,87	116	46,40	24	20
PPD	1 507 282	26,39	81	32,40	24	19
PCP	711 935	12,46	30	12,00	22	9
CDS	434 879	7,61	16	6,40	22	8
MDP/CDE	236 318	4,14	5	2,00	23	4
UDP	44 877	0,79	1	0,40	10	1
ADIM	1 622	0,03	1	0,40	1	1
FSP		1,16			15	0
MÊS		1,02			15	0
MEC-ML		0,58			13	0
PPM		0,57			12	0
PUP		0,23			7	0
LCI		0,19			4	0
CDM		0,02			1	0
TOTAIS		**93,06**	**250**	**100,00**		

Fonte: DR, I Série, n.º 115 de 19 de maio de 1975. (Martins & Mendes, 2005, p. 27).
Legenda NCC – N.º Círculos onde concorreu; NCEM – N.º Círculos onde elegeu mandatos. A diferença para 100%, na coluna da percentagem de votos, corresponde ao conjunto dos votos brancos e nulos.

Uma curiosidade que ressalta da leitura dos dados acima, denotando a fragilidade das estruturas partidárias em Portugal, é que nenhuma das candidaturas foi extensiva territorialmente aos 26 círculos eleitorais, sendo que os que mais se aproximaram foram o PS e o PSD, ainda que concorrendo a 24 círculos. Um ano após a Revolução de Abril, os portugueses sabiam o que queriam e, não obstante o Conselho de Revolução ter ludibriado a vontade popular ao agregar à votação do PS a votação das restantes forças de esquerda, o PS não se deixou manietar e consolidou a sua fidelização ao projeto democrático-parlamentar pluralista.

A partir deste momento, o processo político entrou numa nova fase caracterizada quer pela divisão do MFA em frações que se digladiavam entre si, quer pelo confronto entre os dois blocos político-sociais que estabeleciam complexas teias de alianças com as diferentes frações do MFA. Os resultados eleitorais conferiram ao PS o protagonismo para assumir a matriz democracia-parlamentar pluralista e colocar em causa o vanguardismo militar. Mas na semana seguinte às eleições, por ocasião do 1º de Maio, os comunistas e os socialistas envolveram-se em conflitos, com Mário Soares a ser impedido de chegar à tribuna por dirigentes da intersindical e o Conselho de Revolução a tomar posição no conflito, tendo-se aberto as hostilidades entre PS, PCP e o Conselho de Revolução. O PS alertou o Conselho de Revolução

para a diminuição das liberdades, mas foi infrutífero o diálogo e, por isso, Mário Sores abandonou o governo, rompeu com a coligação e veio para a rua exigir a demissão de Vasco Gonçalves (Vieira, 2000a).

Ora, a combinação de todos estes acontecimentos levou a uma crise geral do Estado sem precedentes e à maior crise governativa da revolução, que culminou com a saída formal do PS, em 10 de julho de 1975, do IV Governo Provisório (26 de março a 10 julho de 1975), devido ao diferendo com o PCP, e mais tarde do PPD. O PCP foi acusado de querer implantar em Portugal uma ditadura comunista e o PS assumiu, numa campanha anticomunista, o resgate da liberdade no chamado 'verão quente', apoiado na indisponibilidade do PCP, em dirigir uma transição para o socialismo por querer disputar posições chave no aparelho de Estado e pelo descontrolo cada vez maior do movimento operário (Varela, 2012).

Assim, quando o V Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves, composto por elementos do PCP, MDP/CDE, independentes e militares, tomou posse (em 8 de agosto de 1975), já não tinha condições sociais para governar, tendo caído sem resistência dos seus próprios membros. Ainda assim, no discurso de tomada de posse, Vasco Gonçalves faz um apelo à reconciliação e à unidade das Forças Armadas, mas Costa Gomes falou explicitamente de uma solução transitória (Varela, 2012).

Em 13 de setembro de 1975, após longas discussões[8], foi aprovado o programa político e anunciado o VI Governo Provisório (24 de agosto a 25 de novembro 1975), que deveria ter sido chefiado por Carlos Fabião, o qual recuou, tendo sido indigitado no dia seguinte Pinheiro de Azevedo. Seguiu-se mais um período conturbado de forte agitação militar, contestação política e descontentamento popular, em que o governo foi desautorizado e se assistiu à humilhação do único órgão até então legitimado pela vontade popular, período esse que culminou com o 25 de novembro (Vieira, 2000a). Este traduziu-se no confronto final entre as forças moderadas do MFA e as de esquerda, conduzindo à anulação da tentativa de golpe de Estado pela extrema-esquerda, em muito devido à relação de forças internas e à

[8] Note-se a este respeito que o clima era de alguma tensão já que o espírito da letra do programa do MFA, que previa a devolução do poder a instituições civis legitimadas pelo sufrágio universal e direto, começa a ser subvertido. Ao mesmo tempo que o PS, PPD e CDS reagiam em nome do modelo da democracia parlamentar pluralista, os oficiais do MFA reagiam em nome do respeito pelos compromissos assumidos no ato revolucionário (Reis *et. al*, 1994).

conjuntura internacional, pelo que, finalmente, Portugal pôde rumar no sentido da democracia pluralista.

O processo decorrido até à aprovação da Constituição foi marcado por um condicionalismo de toda a ordem social e política, após derrube do regime cuja ditadura durou 48 anos. Em 15 meses realizou-se a descolonização que havia sido retardada durante quase duas décadas, dando-se uma corrida desenfreada ao poder que, a partir de certa altura, se manifestou num conflito de legitimidades e projetos de revolução.[9]

A dois de abril de 1976 foi aprovada a nova Constituição, com os votos contrários do CDS, por não se rever no seu pendor socializante. O modelo estabelecido de uma democracia pluralista semipresidencialista consagrava todas as garantias de um Estado de direito, tendo subordinado a governação às orientações programáticas dos partidos vencedores.

A Constituição, pelas próprias circunstâncias, era mais complexa que as anteriores, tendo como principais fundamentos a democracia representativa e a liberdade política, apesar de admitir, até à primeira revisão, a existência de um órgão de soberania composto por militares, o Conselho de Revolução. A grande preocupação do texto constitucional era a de assegurar os direitos fundamentais dos cidadãos e dos trabalhadores, assentes na afirmação das liberdades e garantias dos direitos económicos, sociais e culturais, bem como na divisão do poder (Miranda, 2007). A Constituição assentou num equilíbrio de poderes, onde:

[9] "Há numerosas análises e tentativas de interpretação, quer portuguesas, quer estrangeiras, de diversos quadrantes, a título exemplificativo, Sweezy, Paul, A luta de classes em Portugal, trad., Lisboa, 1975; Lucena, Manuel de, Portugal Correcto e Aumentado, Lisboa, 1975; Quadros, António, Portugal entre ontem e amanhã – Da cisão à revolução – Dos absolutismos à democracia, Lisboa, 1976; Lourenço, Eduardo, Os militares e o poder, Lisboa, 1975, e O fascismo nunca existiu, Lisboa, 1976; Lopes Sabino, Amadeu, Portugal é demasiado pequeno, Coimbra, 1976; Saraiva, José António e Silva, Vicente Jorge, O 25 de Abril visto da História, Lisboa, 1976; Martins Pereira, João, O socialismo, a transição e o caso português, Lisboa, 1976; Pires, Francisco Lucas, A bordo da Revolução, Lisboa, 1976; Moreira, Adriano O Novíssimo Príncipe, cit., nota 1; Pasquino, Gianfranco, "Le Portugal: de la dictature corporatiste à la démocratie socialiste", Il Político, 1977, pp. 696 e ss.; Medeiros Ferreira, José, Ensaio histórico sobre a revolução de 25 de Abril – O período pré-constitucional, Lisboa, 1983; Por tu gal em transe (1974-1985), 8.º Vol. da História de Portugal dirigida por José Mattoso, Lisboa, 1994; Bruneau, Thomas C., Politics and Nationhood – Post-Revolutinary, Portugal, Nova Iorque, 1984; Morin, Edgar, A natureza da URSS, Lisboa, 1983, pp. 102 y 103 e 111; Sousa Santos, Boaventura de, O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988), Porto, 1992, pp. 17 e ss.; Georgel, Jacques, La République Portugaise: 1974-1995, París, 1998; Maxwell, Kenneth, The Making of Portuguese Democracy , trad. portuguesa A Construção de democracia em Portugal, Lisboa, 1999; O país em revolução, Lisboa, 2001; Gunther, Richard, "A democracia portuguesa em perspectiva comparada", Análise Social, n.º 162, primavera de 2002, pp. 91 e ss." (Miranda, 2007, p. 256).

> "(…) o sistema de governo de 1976 foi moldado com a preocupação maior de evitar vícios inversos do parlamentarismo de assembleia da constituição de 1911 e da concentração de poder da Constituição de 1933, e tendo como pano de fundo a situação institucional pós-revolucionária." (Miranda, 2007, p. 263).

O presidente da República era um regulador do sistema político, de tipo semipresidencial[10], ao mesmo tempo que contrabalançava na relação quer com o Conselho de Revolução, quer com os governos que passaram a poder assumir configurações mistas. A legitimidade conferida pela Constituição ao presidente, e que no limite lhe permitia sobrepor-se ao Conselho de Revolução, era um contraponto à eventual dispersão parlamentar resultante do princípio da representação proporcional como garante do pluralismo. Ramalho Eanes, enquanto primeiro presidente da República, teve um papel determinante na conformação dos poderes presidenciais e em dez anos houve três ocasiões em que ele teve de impor a sua autoridade e comprovar que não era figura decorativa, mas antes uma voz a bem do poder político (Novais, 2010). Esses momentos, como veremos adiante, foram os seguintes: em 1978, a demissão do II Governo Constitucional de Mário Soares; em 1980, a renovação do seu mandato derrotando do projeto de Sá Carneiro; e, em 1982, a revisão constitucional, que acaba por reforçar os poderes e o estatuto do presidente, cujo poder de veto apenas pode, a partir de então, ser superado por maioria qualificada de dois terços dos deputados. Além disso, o poder de dissolução da AR foi ampliado, sendo esta a chave do equilíbrio do sistema ou, como alguns chamam, a 'bomba atómica' (Novais, 2010).[11]

O sistema eleitoral baseado no método de Hondt confere uma representação proporcional, sendo a percentagem de votos igual à de mandatos, embora dê uma ligeira vantagem ao partido mais votado. É esta a razão por que, em Portugal, não é preciso ter 50% dos votos para eleger uma maioria absoluta na Assembleia da República (AR), bastando 43% ou 44%. E o eleitorado mostrou que sabia o que queria quando, num momento-chave da história de Portugal, escolheu o presidente e um governo de correntes políticas distintas (Reis *et al.*, 1994; p. 74). No âmbito do período que analisámos, decorreram três revisões à Constituição: a de 1982, a de

[10] Como veremos mais adiante neste capítulo, durante a primeira década de democracia (entende-se iniciar com a entrada em vigor da CRP de 1976), o poder executivo esteve distribuído entre o presidente, eleito pelo povo, detentor de importantes atribuições e o primeiro-ministro, com governos multipartidários de coligação (Lobo, 2005).

[11] Depois da revisão constitucional de 1982, o poder de dissolução da AR foi utilizado três vezes entre 1976-1996. A primeira vez foi em 1983 pelo presidente Eanes, a segunda em 1985 pelo presidente Eanes e a terceira em 1987 pelo presidente Soares.

1989 e, por fim, a de 1992.[12] Na opinião contundente de Thomas Burneau (1986), o facto de a Constituição ser tão detalhada e longa não permite que seja interpretada de acordo com a evolução dos tempos e das exigências. Por isso, a Constituição acaba por ser ignorada em Portugal, perdendo a legitimidade de lei fundamental.

A IIIª República e os Governos Constitucionais

A vida política portuguesa na IIIª República vai essencialmente preocupar-se com a definição de condições políticas de estabilidade e equilíbrio no funcionamento das novas instituições e, simultaneamente, com a estratégia para a solução da crise económico-financeira, com vista a um rápido desenvolvimento do país no âmbito do processo de integração europeia.

A nível nacional, Eanes e Soares foram dois atores privilegiados deste cenário, cada um com dois mandatos consecutivos, tendo convivido com doze governos constitucionais: os primeiros dois foram governos PS (1976-78 e 1978 Mário Soares); seguiram-se os de iniciativa presidencial (1978, Nobre da Costa), (1978-79, Mota Pinto) e (1979-80, Lurdes Pintasilgo); depois o governo da Aliança Democrática (AD) (1980-81, Sá Carneiro), (1981, Pinto Balsemão) e (1981-83, Pinto Balsemão); o governo do designado Bloco Central (1983-85, Mário Soares); o governo PSD (1985-87, Cavaco Silva - PSD minoritário), (1987-91, Cavaco Silva - PSD maioria absoluta) e (1991-95, Cavaco Silva - PSD maioria absoluta). Os três últimos governos atuaram em contexto socioeconómico determinado pela integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia (CEE), depois de assinado o Tratado de Adesão em 12 de junho de 1985 pelo governo de bloco central liderado por Mário Soares (Martins & Mendes, 2005) o qual sintetizamos na Fig. 3.

[12] As alterações significativas foram: a) em 1982, redução das marcas ou expressões ideológicas vincadas de 1975; extinção do Conselho de Revolução; repensadas as relações PR, AR e Governo e criação do Tribunal Constitucional; criação do órgão consultivo do PR, o Conselho de Estado e do Conselho Superior da Defesa Nacional; e reformulação do Conselho Superior da Magistratura; b) em 1989, supressão de menções ideológicas que restavam após 1982; aprofundamento de direitos fundamentais; supressão da regra da irreversibilidade das nacionalizações posteriores ao 25 Abril de 1974; e reformulação parcial do sistema de atos legislativos; e c) em **1992,** a assinatura a sete de fevereiro, em Maastricht, do tratado institutivo da "União Europeia" (Miranda, 2007; pp. 269-274).

Figura 3 - Governos constitucionais (1976-1996)

Ano	Governos	Primeiro-Ministro	Vigência	Tipo	Duração
1976	I	Mário Soares	23 jul. 76 / 30 jan. 78	Minoritário (PS)	19
	II	Mário Soares	30 jan. 78 / 29 ago. 78	Minoritário (coligação pós-eleitoral PS-CDS)	7
	III	Nobre da Costa	29 ago. 78 / 22 nov. 78	Iniciativa presidencial	3
	IV	Mota Pinto	22 nov. 78 / 1 jul. 79		9
	V	M. Lurdes Pintassilgo	1 ago. 79 / 3 jan. 80		5
1979	VI	Sá Carneiro	3 jan. 80 / 9 jan. 81	Maioritário (AD coligação pré-eleitoral) PSD-CDS-PPM	12
1980	VII	Pinto Balsemão	9 jan. 81 / 4 set. 81		8
	VIII	Pinto Balsemão	4 set. 81 / 9 jun. 83		21
1983	IX	Mário Soares	9 jun. 83 / 6 nov. 85	Minoritário (coligação pós-eleitoral Bloco Central PS-PSD)	29
1985	X	Cavaco Silva	6 nov. 85 / 17 ago. 87	Minoritário (PSD)	21
1987	XI	Cavaco Silva	17 ago. 87 / 31 out. 9 1	Maioritário (PSD)	48
1991	XII	Cavaco Silva	31 out. 91 / 28 out. 95	Maioritário (PSD)	48
1995	XII	António Guterres	28 out. 95 / 25 0ut. 99	Minoritário (PS)	48

Fonte: (Martins & Mendes, 2005, p. 25)

A nível internacional, devemos entender que a influência europeia começou antes mesmo de Portugal ter a condição de membro da Comunidade Europeia (Prindham, 2005).

A par da Comunidade Europeia, a Internacional Socialista (IS), organização que congregava os partidos socialistas e sociais-democratas europeus ocidentais, "*foi um dos principais atores não-estatais do bloco ocidental na segunda metade da Guerra Fria*" (Fonseca, 2014; p. 52), prestando a sua solidariedade aos países que viviam em ditadura. De facto, o PS ao nível internacional tinha uma estrutura organizada e, a este respeito, o seu representante máximo, Mário Soares, soube rentabilizar esse posicionamento internacional, bastando-lhe reportar aquilo que acontecia em Portugal para conseguir obter apoios técnicos e financeiros, programas de intercâmbio para as FA e a preparação de um programa de ajuda económica da CEE. Eventualmente, os princípios que norteavam a IS foram a razão que justificou o apoio dado aos partidos socialistas e sociais-democratas na fase de transição até à implantação da democracia pluralista (Fonseca, 2014).

A Comunidade Europeia antecipou alguns problemas, não deixando que a situação em Portugal se degradasse, embora existissem vozes dissonantes e defensoras de que o apoio só devia ser concedido depois de ultrapassada a instabilidade e afastada qualquer hipótese de implantação de uma ditadura

comunista.[13] Mas a CEE não esperou e muniu-se de todos os instrumentos, designadamente a disponibilização de recursos financeiros e o apoio político inequívoco no empenho da instauração de um regime democrático e pluralista.[14] A este respeito, salienta-se a investigação que Castaño (2015) tem seguido no âmbito da linha de investigação desenvolvida pela *transitology,* na área da ciência política, onde defende que a CEE teve um papel relevante na consolidação da democratização portuguesa, a qual se iniciou com a aprovação da nova Constituição, primeiras eleições legislativas e eleição do presidente da República. Na realidade, Portugal só tinha a ganhar em integrar uma Europa política eficaz e atuante, por oposição às lógicas exclusivamente nacionais e protecionistas, que em nada favoreciam as populações e o país. A abertura das fronteiras comprometeu os representantes legítimos na defesa e respeito dos interesses e valores comuns dos Estados e cidadãos. Como defende Guilherme de Oliveira Martins acerca daquilo que devem ser os princípios enformadores da União Europeia, "a coordenação de políticas económicas, o federalismo fiscal, a coesão económica, social e territorial, a economia social de mercado e o pleno emprego constituem horizontes essenciais para a compreensão e para a afirmação do modelo social e político europeu" (Oliveira Martins, 2004; p. 198).

Entretanto, realizaram-se em Portugal as primeiras eleições legislativas em 25 de abril de 1976, ao abrigo do novo sistema constitucional, consagrado na nova Constituição da República Portuguesa, tendo o PS obtido uma vitória com 34,88% dos votos, correspondendo a 107 deputados. Os restantes resultados estão espelhados na Fig. 4.

Figura 4 - Resultados eleitorais nas eleições para a Assembleia da República de 1976 (25/4/1976)

Partidos	% Votos	Nº Mandatos	% Mandatos	NCC	NCEM
PS-Partido Socialista	34,88	107	40,68	24	23
PPD-Partido Popular Democrático	24,35	73	27,76	24	21
CDS-Centro Democrático Social	15,97	42	15,97	24	15
PCP-Partido Comunista Português	14,39	40	15,21	24	10
UDP-União Democrática Popular	1,68	1	0,38	21	1
FSP – Frente Socialista Popular	0,77			19	0
MRPP-Movimento Reorganizativo	0,66			23	0

[13] Acerca da internacionalização de Portugal veja-se o artigo de Mendes (2004).

[14] Para este apoio internacional foi determinante a descolonização e a institucionalização da democracia, esta última impulsionada pela própria viragem europeísta do PS (Castaño, 2015).

do Partido Proletariado					
MES-Movimento de Esquerda Socialista	0,57			23	0
PDC-Partido Democracia Cristã	0,54			19	0
PPM-Partido Popular Monárquico	0,52			22	0
LCI-Liga Comunista Internacional	0,30			20	0
PCP-ML	0,29			14	0
AOC-Aliança Operário Camponesa	0,29			20	0
PRT-Partido Revolucionário dos Trabalhadores	0,09			4	0
TOTAIS	**95,30**	**250**	**100,00**		

Fonte: DR, I Série, n.º 243 de 16 de outubro de 1976. (Martins & Mendes, 2005, p. 28).
Legenda NCC – N.º Círculos onde concorreu; NCEM – N.º Círculos onde elegeu mandatos.
A diferença para 100%, na coluna da percentagem de votos, corresponde ao conjunto dos votos brancos e nulos.

A análise aos dados da Fig. 4 permite-nos perceber que concorreram às eleições legislativas catorze partidos e que quase todos eles, com exceção do PRT, se candidataram à totalidade dos círculos eleitorais. Todavia, apenas cinco conseguiram ter expressão parlamentar (PS, PSD, CDS, PCP e UDP). Comparativamente com os resultados das eleições anteriores (25 de abril de 1975), verificamos que PS e PSD tiveram ligeira diminuição dos votos, respetivamente menos 2,99% e 2,04%, em contraste com o CDS, que duplicou os votos, e o PCP, que subiu em 1,9% dos votos. Em função dos resultados, Eanes convidou Mário Soares a formar governo, mas este recusou celebrar alianças com a esquerda e com a direita, e propôs formar um governo minoritário, cujo programa defendia uma nova fase no percurso da internacionalização, com abertura para negociações com vista à futura adesão, prevista ocorrer em três anos. Eanes aceitou, porque constitucionalmente nada havia que o impedisse de o fazer (Castaño, 2015). O sistema partidário português configurava-se, portanto, multipartidário, pois, apesar de o PS ser o partido preponderante, ele estava dependente dos acordos parlamentares com outros partidos para governar.

Apesar da consciência de que as dificuldades herdadas do passado recente, agravadas pela crise económica internacional, recomendavam alguma bonança e a estabilidade mínima para garantir o restabelecimento da autoridade do Estado, ainda abalada com a fragmentação do poder ao longo do processo revolucionário em curso (PREC), o governo teve algum sucesso na consolidação das novas instituições e regulamentação dos direitos, liberdades e garantias constitucionais por via da elaboração de legislação de vária ordem (Reis *et al.*, 1994).

Em 27 de junho de 1976, realizaram-se as primeiras eleições presidenciais, numa fase de consolidação do regime democrático em Portugal, tendo a candidatura de Ramalho Eanes sido promovida pelo Conselho de Revolução, e os principais partidos, exceto o PCP, por aqueles reconhecerem que o seu pendor militar constituía uma mais-valia para a segurança de um regime (Miranda, 1994). Mas Eanes não aceitou qualquer compromisso, a não ser o de cumprir a CRP e preservar o regime democrático. Os outros três candidatos eram: dois militares, o almirante Pinheiro de Azevedo e o major Otelo Saraiva de Carvalho, bem como um dirigente do PCP, Octávio Pato, estando os resultados expressos na Fig.5.

Figura 5 - Resultados eleitorais das primeiras eleições presidenciais de 1980

Candidatos	Número Votos	% Votos
Ramalho Eanes	2 967 137	61,59
Pinheiro Azevedo	692 147	14,37
Octávio Pato	365 586	7,59
Otelo Saraiva Carvalho	792 760	16,46
Fonte: (Miranda, 1994, p. 39).		

Ramalho Eanes, com os apoios do PS, PSD e CDS, venceu as eleições com 61,59% dos votos logo na primeira volta, contra 16% de Otelo. Com a eleição do presidente da República e a investidura do I Governo Constitucional fechou-se a arquitetura institucional do novo regime.

O I Governo Constitucional (23 de julho de 1976 a 30 de janeiro de 1978) gozava de uma impopularidade proporcional à frustração sentida pela população quanto às expectativas de bem-estar social, que havia projetado com a chegada do novo regime democrático, mas que a política de austeridade económica contrariava. Confrontavam-se uma política modernamente expansionista, que pretendia responder aos anseios do desenvolvimento e justiça social emanados da revolução, e uma política de restrições orçamentais e de controlo do défice da balança de transações correntes, que pretendia evitar o agravamento dos desequilíbrios financeiros (Reis *et al.*, 1994). Esta dualidade fazia acentuar a sua rivalidade com Sá Carneiro, bem como a oposição dos demais socialistas quanto à possibilidade de qualquer coligação. Sá Carneiro, líder do PSD, aproveitou essa fragilidade para influenciar Eanes, tentando distanciá-lo de Soares, de modo a encarar um governo de salvação nacional como alternativa.

Mário Soares tinha um governo débil, que colhia apoio de somente 40,6% dos 107 deputados do hemiciclo. Isso tornou-se evidente quando a moção de confiança[15] foi rejeitada (sete de dezembro de 1977), levando à sua exoneração. Este era um cenário já previsível, depois de dezassete meses de governação acompanhados de forte contestação (Filipe, 2002) onde até o presidente Eanes, no seu discurso de 25 de abril de 1977, fez uma advertência quanto à forma de governação de Soares.

Entretanto, formou-se o II Governo Constitucional que, contornando o número de deputados do Partido Social Democrata (PSD), delineou uma coligação entre PS e o Centro Democrático Social (CDS). Mas no governo havia tantas fricções entre os dois partidos que o CDS acabou por abandonar a coligação, levando à demissão do governo (27 de julho de 1978), que, entretanto, cessou funções (30 de janeiro de 1978 a 29 de agosto de 1978) (Filipe, 2002). Mas, perante o cenário político de instabilidade e a incapacidade da AR encontrar uma solução para o problema governativo, o presidente da República, o general Ramalho Eanes, viu-se obrigado a intervir. E surpreendeu todos quando introduziu uma inovação no sistema, pois, em vez de dissolver a AR, desafiou os responsáveis políticos a aceitar uma solução de sua autoria, assente na construção de soluções de governo que ficaram conhecidas como governos de iniciativa presidencial, e foram três.

O primeiro governo de iniciativa presidencial foi o III Governo Constitucional, encabeçado por Alfredo Nobre da Costa (29 de agosto de 1978 a 22 de novembro de 1978), que conseguiu aprovar o seu programa na AR, mas foi derrubado pelo PS quando este último aprovou uma moção de rejeição[16], pondo assim fim ao seu mandato (Filipe, 2002).

Igualmente constituído por iniciativa do presidente da República, o IV Governo Constitucional, encabeçado por Carlos Alberto da Mota Pinto (22 de novembro de 1978 a 31 de julho de 1979), é um governo extraparlamentar que

[15] A moção de confiança é uma iniciativa governamental dirigida à AR solicitando a aprovação de um voto de confiança durante a discussão do programa ou sobre uma declaração de política geral ou assunto de relevante interesse nacional. A sua não aprovação por maioria simples (maioria dos deputados presentes) implica a demissão do Governo. Nenhum preceito constitucional limita, na mesma sessão legislativa, o número de moções de confiança que o Governo pode solicitar ao Parlamento. (Artigos 192.º, n.º 3, 193.º e 195.º, n.º 1 al. *e)* da CRP). (Gravito, 2015, p. 5).

[16] A moção de rejeição do programa do Governo é uma iniciativa parlamentar de rejeição do programa do Governo, constitui um direito exclusivo dos grupos parlamentares, e a sua aprovação requer uma maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções (116 votos) levando à demissão do Governo. (Artigos 180.º, n.º 2 al. *h)*, n.ºs 3 e 4 e 195.º, n.º 1 al. *d)* da CRP (Gravito, 2015, p. 5).

contou com o apoio minoritário do parlamento, pois o PS absteve-se, tendo sido isso suficiente para aprovar a moção de rejeição ao programa do governo apresentada pelo PCP. Também foi apresentada uma moção de censura[17], mas não chegou a ser discutida, porque, devido ao ambiente crispado com a oposição parlamentar e a contestação social, o primeiro-ministro (PM) pediu a demissão, cessando o mandato em 7 de julho de 1979.

O presidente da República, Ramalho Eanes, dissolveu a AR, em 11 de setembro de 1979, convocou eleições intercalares[18] e indigitou Maria de Lurdes Pintasilgo para liderar o V Governo Constitucional (31 de julho de 1979 a 3 de janeiro de 1980), último de iniciativa presidencial, que numa viragem à esquerda levou a uma inversão da oposição e, entretanto, coligou-se e formou a AD, constituída pelo PSD e o CDS: foi apresentada uma moção de rejeição, mas esta foi recusada pela maioria de abstenções.[19] Os governos de iniciativa presidencial vigoraram num breve período, diante a impotência da AR, mas sobretudo porque, num momento muito peculiar da história política da República Portuguesa, o presidente da República, homem da estrutura militar, posicionou-se estrategicamente e tomou a dianteira na resolução do problema, assumindo três governos da sua confiança política. Novais (2010) fez um balanço desastroso desses governos de iniciativa presidencial, pois não tinham linha condutora, nem continuidade política ou programática, ziguezagueando entre esquerda e direita, acabando por desgastar a relação entre presidente e primeiros-ministros e entre este e o parlamento. Refere ainda que Eanes tentou afrancesar o nosso sistema semipresidencial, primeiro com governos de sua iniciativa – que serviam de tubo de ensaio ao partido – e depois com a formação de um partido presidencial (Novais, 2010).

O VI Governo Constitucional (3 de janeiro de 1980 a 9 de dezembro de 1980), encabeçado por Sá Carneiro e constituído pela coligação pré-eleitoral AD

[17] A moção de censura é uma iniciativa parlamentar com vista a reprovar a execução do programa do Governo ou a gestão de assunto de relevante interesse nacional, sendo nessa medida um instrumento de controlo do governo. Pode ser apresentada por um quarto dos deputados em efetividade de funções ou por qualquer grupo parlamentar, sendo que a sua aprovação requer maioria absoluta dos deputados em efetividade de funções (correspondendo atualmente 116 votos, até 1982 equivalia a 125 votos) e leva à demissão do Governo. Caso não seja aprovada, os seus signatários não podem apresentar outra durante a mesma sessão legislativa. (Artigos 180.º, n.º 2 al. *i)*, 194.º e 195.º, n.º 1 al. *f)* da CRP). (Gravito, 2015, p. 5).

[18] A Constituição da República Portuguesa (CRP) tinha uma norma transitória que previa que o fim da primeira legislatura ocorresse a 14 de outubro de 1980.

[19] Entretanto, em desacordo com a linha que o partido estava a seguir, um grupo de deputados do PSD saiu em rutura com o líder Sá Carneiro e formou a **Ação Social-Democrata Independente** (ASDI) (Filipe, 2002).

(composta pelos PSD, CDS e PPM), ganhou as eleições legislativas de 1979 com maioria, obtendo 42,52% dos votos, o que correspondeu a 128 deputados, estando os resultados espelhados na Fig. 6.

Figura 6 - Resultados eleitorais nas eleições para a Assembleia da República de 1979 (2/12/1979)

Partidos	% Votos	Mandatos	% Mandatos	NCC	NCEM
AD (PSD+CDS+PPM)	42,52	121	48,40	22	22
PS	27,33	74	29,60	24	23
APU (PCP+MDP-CDE)	18,80	47	18,80	22	12
PSD (regiões autónomas)	2,35	7	2,80	2	2
UDP	2,18	1	0,40	22	1
PDC	1,21			19	0
PCTP-MRPP	0,89			22	0
PSR	0,62			22	0
CDS (regiões autónomas)	0,39			2	0
UEDS	0,72			20	0
POUS	0,21			5	0
OCMLP	0,06			5	0
TOTAIS	**97,28**	250	**100,00**		

Fonte: DR, I Série, nº 295 de 24 de dezembro de 1979. (Martins & Mendes, 2005, p. 29).
Legenda NCC – N.º Círculos onde concorreu; NCEM – N.º Círculos onde elegeu mandatos. A diferença para 100%, na coluna da percentagem de votos, corresponde ao conjunto dos votos brancos e nulos.

A análise aos dados da Fig. 6 permite-nos perceber que concorreram às eleições legislativas doze partidos, dos quais apenas uma ínfima parte não se candidatou à totalidade dos círculos eleitorais[20]. Deste universo de forças políticas, seis partidos decidiram concorrer coligados, houve uma coligação de direita AD constituída pelo PSD/CDS/PPM e outra de esquerda APU-Aliança Povo Unido constituída pelo PCP/MDP/CDE. Comparativamente com os resultados das eleições anteriores (25 de abril de 1976), verificamos que o PS baixou os seus votos em 7,55%, mas, em contrapartida, o Partido Comunista Português (PCP) obteve o seu melhor resultado eleitoral com a coligação APU/PCP e o Movimento Democrático Português/Comissão Democrática Eleitoral (MDP/CDE).

Esta nova conjuntura abriu um novo ciclo na vida política e parlamentar, resultado de um acordo pré-eleitoral que conseguiu garantir a maioria na Assembleia e conferir um pendor parlamentar ao sistema de governo. Não obstante, foram apresentadas duas moções de rejeição ao programa do governo pelo PS e pelo PCP,

[20] Conforme estipulado na CRP e de acordo com a aplicação da Lei n.º 14/79, de 16 de maio, o número de deputados a eleger seria de 250 e o número de círculos eleitorais passou de 24 para 22: 18 no Continente, dois na ilhas e dois círculos da emigração (Martins & Mendes, 2005, p. 29)

tendo ambas sido rejeitadas, e a AD conseguiu aprovar o seu programa. Mas, para consolidar a sua credibilidade, o governo decidiu apresentar uma moção de confiança que veio a ser aprovada com 128 votos (PSD, CDS, PPM e cinco independentes). Pela primeira vez, foi possível delinear antecipadamente a sua ação de acordo com um calendário eleitoral, o que permitiu ao PSD ganhar terreno e ver reforçada a sua maioria absoluta.

Com o termo da primeira Legislatura, realizaram-se a cinco de outubro de 1980 as eleições legislativas, iniciando-se a segunda legislatura (1980-1983), com a continuação da governação a AD, que reforçou a sua liderança, conforme resultados espelhados na Fig. 7.

Figura 7 - Resultados eleitorais nas eleições para a Assembleia da República de 1980 (5/10/1980)

Partidos	% Votos	Mandatos	% Mandatos	NCC	NCEM
AD (PSD+CDS+PPM)	44,91	121	50,40	20	22
FRS (PS+ASDI+UEDS)	26,65	71	28,40	18	18
APU	16,75	41	16,40	22	12
PSD (regiões autónomas)	2,45	8	3,20	2	2
UDP	1,38	1	0,40	22	1
POUST/PST	1,38			22	0
PS	1,11	3	1,20	4	4
PSR	1,00			22	0
PT	0,65			22	0
PCTP/MRPP	0,59			22	0
PDC/MIRN/PDP/FN	0,40			21	0
CDS (regiões autónomas)	0,23			1	0
UDA-PDA	0,14			8	0
TOTAIS	**97,64**	**250**	**100,00**		

Fonte: DR, I Série, nº 254 de 3 de novembro de 1980. (Martins & Mendes, 2005, p. 30).
Legenda NCC – N.º Círculos onde concorreu; NCEM – N.º Círculos onde elegeu mandatos. A diferença para 100%, na coluna da percentagem de votos, corresponde ao conjunto dos votos brancos e nulos.

A análise aos dados da Fig. 7 permite-nos verificar que, com a coligação, a AD consolidou os resultados anteriores e teve ligeira subida, por contraponto com o PS, em coligação com Associação Social-Democrata Independente (ASDI) e a União de Esquerda Democrática e Social (UEDS), que diminuiu a sua votação, bem com a APU. Assim, o VI Governo Constitucional foi novamente liderado por Sá Carneiro, mas não chegou ao fim, pois o avião em que viajou, a 4 de dezembro de 1980, despenhou-se, provocando a sua morte e o término abrupto do seu mandato (9 de janeiro de 1981).

Entretanto, em sete de dezembro de 1980, realizaram-se as segundas eleições presidenciais, as quais já decorreram num ambiente mais competitivo, sendo que Eanes procurou reeleger-se, disputando a corrida com Soares Carneiro – o candidato mais importante por ser apoiado pela coligação governamental –, major Otelo Saraiva de Carvalho, general Galvão Melo, coronel Pires Veloso, sendo os três oriundos da estrutura militar, Aires Rodrigues (extrema-esquerda) e Carlos Brito (PCP). Este último desistiu a favor de Eanes. Os resultados constam da Fig. 8.

Figura 8 - Resultados eleitorais das segundas eleições presidenciais de 1980

Candidatos	Número Votos	% Votos
Soares Carneiro	2 325 481	40,23
Pires Veloso	45 132	0,78
Otelo Saraiva Carvalho	85 896	1,49
Ramalho Eanes	3 262 520	56,44
Galvão Melo	48 468	0,84
Aires Rodrigues	12 745	0,22
TOTAL	5 780 242	100
Fonte: (Miranda, 1994, p. 41).		

Ramalho Eanes com o apoio do PS, mas não de Mário Soares, que a dois meses das eleições abandonou a liderança do partido e lhe retirou o apoio, e do PCP foi reeleito presidente da República de Portugal, à primeira volta, com 56,44%.

Quando o VII Governo Constitucional iniciou funções (9 de janeiro de 1981 a 4 de setembro de 1981), encontrou uma maioria parlamentar, formada pela coligação PSD, o CDS e o PPM, que não a que havia eleito o presidente da República. A liderança do PSD era assegurada por um primeiro-ministro de recurso, Francisco Pinto Balsemão, que, apesar da difícil conjuntura e debilidade do governo, conseguiu aprovar o programa do governo com a recusa das moções de rejeição - apresentadas pelos partidos Frente Republicana e Socialista (FRS), PCP e MDP - e a aprovação de uma moção de confiança (Vieira, 2000b). Todavia, este governo durou apenas sete meses, pois a forte contestação, aliada a uma intensa luta social, levou o primeiro-ministro a pedir a exoneração (14 de agosto de1981), impossibilitando a AD de cumprir o seu mandato de quatro anos e abrindo assim uma crise política. Esta crise acabou por despoletar o empossamento de um novo governo, o VIII Governo Constitucional (4 de setembro de 1981 a 9 de junho de 1983), constituído pela coligação AD (PSD, CDS e PPM), novamente com Francisco Pinto Balsemão na

liderança, mas integrando Freitas do Amaral. O programa do governo foi aprovado, embora as moções de rejeição tivessem sido apoiadas pela oposição (Filipe, 2002).

A década de 1980 do século passado registou uma conjuntura difícil, acompanhada de forte agitação social, marcada por duas greves gerais e por graves confrontos entre manifestantes e forças policiais, como foi o caso do 1.º Maio no Porto. Ao mesmo tempo, politicamente, dava-se um grande passo, com a primeira revisão constitucional a extinguir o Conselho de Revolução e a pôr termo à presença dos militares, enquanto tal, nos órgãos de poder político. A criação do Tribunal Constitucional e a alteração dos poderes do presidente da República, designadamente a restrição dos poderes de demissão do governo aos casos em que fosse inevitável para garantir o regular funcionamento das instituições democráticas (Art.º 198.º, n.º 2.º CRP) também foram importantes para a consolidação da democracia (Filipe, 2002).

Com os maus resultados da AD nas eleições autárquicas (12 de dezembro de 1982) o primeiro-Ministro Francisco Pinto Balsemão formalizou o pedido de demissão, o que obrigou o presidente da República Ramalho Eanes a dissolver a AR (4 de fevereiro de 1983) e a convocar eleições antecipadas para 25 de abril de 1983 (Martins & Mendes, 2005).

Das eleições legislativas de 25 de abril de 1983 saiu o IX Governo Constitucional (9 de junho de 1983 a 6 de novembro 1985). Este, encabeçado por Mário Soares, foi constituído por uma coligação pós-eleitoral, o chamado Bloco Central (composto pelo PS e PSD, liderado por Mota Pinto), uma vez que o PS ganhou as eleições, mas, com 36,12 votos, apenas conseguiu 101 mandatos, estando os resultados indicados na Fig. 9. Com este posicionamento, Mário Soares preveniu-se da turbulência de que podia ser alvo um governo minoritário, como já havia acontecido, ao mesmo tempo que garantiu uma maioria parlamentar de apoio ao Governo à volta de 70%.

Figura 9 - Resultados eleitorais nas eleições para a Assembleia da República de 1983 (25/4/1983)

Partidos	% Votos	Nº Mandatos	% Mandatos	NCC	NCEM
PS	36,12	101	40,40	22	22
PPD-PSD	27,24	75	30,00	22	22
APU (PCP+MDP)	18,07	44	17,60	22	12
CDS	12,56	30	12,00	22	15
PDC	0,69			21	0
UDP	0,48			17	0
UDP-FER União Democrática Popular-Frente Esquerda Revolucionária	0,44			5	0
PPM	0,48			16	0
PCTP-MRPP	0,37			22	0
POUS-Partido Operário de Unidade Socialista	0,34			22	0
FER	0,23			17	0
LST	0,20			21	0
OCMLP-Organização Comunista Marxista-Leninista Portuguesa	0,11			14	0
TOTAIS	**97,33**	**250**	**100,00**		

Fonte: DR, I Série, n.º 121 de 26 de maio de 1983 (Martins & Mendes, 2005, p. 31).

Legenda NCC – N.º Círculos onde concorreu; NCEM – N.º Círculos onde elegeu mandatos. A diferença para 100%, na coluna da percentagem de votos, corresponde ao conjunto dos votos brancos e nulos.

A análise aos dados da Fig. 9 permite-nos perceber que concorreram às eleições legislativas treze partidos, dos quais apenas quatro (a APU em coligação com PCP+MDP) se candidatou à totalidade dos círculos eleitorais. Foram esses mesmos os únicos partidos a conseguir representação parlamentar: PS, PPD-PSD, APU (PCP+MDP) e CDS. Comparativamente com as últimas eleições (5 de outubro de 1980), verificou-se que o PS teve uma subida de 9,47% e a APU de 1,32% de votos, por oposição aos partidos que integravam a AD, que foram fortemente penalizados, tendo ambos, o PSD e o CDS, diminuído os votos (respetivamente 17,67% e 32,35%). Com estes resultados, o PPM desapareceu do mapa parlamentar. Foi a fragilidade dos governos minoritários que levou o PS a formar a coligação com o PPD-PSD, para garantir a estabilidade do parlamento. O programa deste Governo foi aprovado, assim como a moção de confiança, mas ele não durou mais de dois anos (nove de junho de 1983 a doze de julho de 1985.

Portugal estava mergulhado numa profunda crise económica e social, com um elevado número de desempregados, atrasos no pagamento de salários e renegociação de um segundo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI),

situação a que se somava a crise do sistema partidário, que provocou forte descontentamento na população, perda da popularidade dos partidos do bloco central, os quais estavam, também eles, incapazes de dar expressão ao descontentamento, não podendo tão pouco ser considerados uma alternativa ao governo. É neste contexto que o presidente da República, Ramalho Eanes, colocou a hipótese de coordenar um novo partido, seguindo uma linha de orientação política diferente das existentes, para responder ao desafio do momento (Filipe, 2002).

Mas, contra todas as expectativas, aconteceu o improvável no XII Congresso do PSD da Figueira da Foz, com Cavaco Silva a ser eleito presidente do partido (19 de maio de 1985), a romper com a coligação governamental e a comunicar essa decisão ao PS e ao presidente. Consequentemente, todos os membros do PS que integravam a coligação apresentaram a demissão ao presidente Ramalho Eanes, inclusive Mário Soares, que então dissolveu a Assembleia e acabou com o Bloco Central (Vieira, 2000b).

Quando, em seis de outubro de 1985, se realizaram as eleições legislativas antecipadas, o PSD venceu com 29,87% dos votos e, apesar da bancada minoritária (vejam-se os resultados eleitorais na Fig. 10), Cavaco Silva formou o X Governo Constitucional (6 de novembro de 1985 a 17 de agosto de 1987) viabilizado pelo Partido Renovador Democrático (PRD), o qual se absteve nas moções de rejeição ao programa de governo apresentadas pelo PS, PCP e MDP.

Figura 10 – Resultados eleitorais nas eleições para a Assembleia da República de 1985 (6/10/1985)

Partidos	% Votos	Mandatos	% Mandatos	NCC	NCEM
PPD-PSD	29,87	88	35,20	22	22
PS	20,77	57	22,80	22	21
PRD	17,92	45	18,00	22	14
APU (PCP+MDP)	15,49	38	15,20	22	
CDS	9,96	22	8,80	22	
UDP	1,27			22	
PDC	0,72			22	
PSR-Partido Socialista Revolucionário	0,61			22	
PCTP-MRTP	0,34			22	
POUS	0,33			22	
PC(R)	0,22			19	
TOTAIS	**97,33**	**250**	**100,00**		

Fonte: DR, I Série, n.º 250 de 30 de outubro de 1985. (Martins & Mendes, 2005, p. 32).
Legenda NCC – N.º Círculos onde concorreu; NCEM – N.º Círculos onde elegeu mandatos. A diferença para 100%, na coluna da percentagem de votos, corresponde ao conjunto dos votos brancos e nulos.

A análise aos dados da Fig. 10 evidencia que as eleições legislativas de 1985 foram as que tiveram menos concorrentes, apenas 11 partidos/coligações. Destaca-se pela novidade o PRD que, concorrendo pela primeira vez, conseguiu 17,92% dos votos e tornou-se a terceira força política, fazendo uma nova repartição da distribuição de votos. Comparativamente com as últimas eleições (25 de abril de 1983), todas as restantes forças políticas com representação parlamentar desceram a sua votação, no caso do PS de forma expressiva com menos 15,33%, correspondendo a 44 deputados, e, de forma mais ténue, na APU com menos 2,6%, e CDS com menos 2,60%.

Entretanto, Mário Soares suspendeu as suas funções de secretário-geral do PS para se candidatar à Presidência da República em novembro de 1985.

Em 16 de fevereiro de 1986, realizaram-se as terceiras eleições presidenciais, que decorreram num ambiente totalmente diferente das duas eleições anteriores e que encerraram algumas particularidades: i) desde logo, porque não concorreram militares; ii) manifestou-se de forma clara a bipolarização entre esquerda e direita; iii) surgiu uma candidatura à direita e várias de esquerda; iv) pela primeira vez, foi necessário realizar duas votações. Candidataram-se à direita, Freitas do Amaral, apoiado pelo PSD, e, à esquerda, Mário Soares, apoiado pelo PS. Salgado Zenha foi apoiado pelo PRD, partido fundado por Eanes, e depois pelo PCP, Maria de Lurdes Pintassilgo foi apoiada por independentes e, ainda, por pequenos grupos de esquerda, enquanto Ângelo Veloso desistiu. Os resultados foram os que constam da Fig. 11.

Figura 11 – Resultados eleitorais das terceiras eleições presidenciais de 1986 Primeira Votação

Candidatos	Número Votos	% Votos
Salgado Zenha	1 185 867	20,88
Lurdes Pintassilgo	418 961	7,38
Freitas do Amaral	2629 597	46,31
Mário Soares	1 443 683	25,43
TOTAL	5 678 108	100
Fonte: (Miranda,1994, p. 43).		

Como nenhum candidato obteve maioria absoluta, houve uma segunda volta com os dois candidatos mais votados tendo os resultados sido os da Fig. 12.

Figura 12 Resultados eleitorais das terceiras eleições presidenciais de 1986 Segunda Votação

Candidatos	Número Votos	% Votos
Freitas do Amaral	2 872 064	48,82
Mário Soares	3 010 756	51,18
TOTAL	5 882 820	100

Fonte: (Miranda, 1994, p. 43).

Mário Soares ganhou as eleições com 51,18% dos votos e tornou-se no primeiro presidente civil da história portuguesa, eleito diretamente pelo povo. A sua vitória contou com os votos da esquerda – PCP inclusive – mas só foi conseguida à segunda volta, e tangencialmente, a Diogo Freitas do Amaral, apoiado pelos partidos da antiga AD. Meses antes, a vitória de Soares teria sido impensável, pois Soares abandonara o governo sob grande impopularidade (Vieira, 2000b).

A postura institucional de Mário Soares variou de modo significativo ao longo dos dez anos dos seus mandatos. No primeiro, apoiou, com aparente passividade, o governo, sobretudo quando dissolveu a AR em 1987 e impediu Victor Crespo de formar governo; efectivamente, ele fez o impensável, porque a esquerda aprovara a moção de censura e estava disponível para viabilizar o governo, mas Soares colocou-se ao lado do governo de direita, dissolvendo a AR, e convocando eleições. Assim, deu ao PSD a oportunidade de chegar à maioria absoluta (Novais, 2010). Aparentemente, esta terá sido a sua estratégia para a renovação do mandato, pois só assim se pode entender a mudança tão drástica de comportamento. No seu segundo mandato, Soares elegeu Cavaco Silva como inimigo e deixou de ser o presidente fiel, moderador do sistema, para passar a ser protagonista ativo da luta partidária (Novais, 2010). Recorreu ao veto 21 vezes e ao Tribunal Constitucional outras tantas, impedindo Cavaco Silva de governar e de se insurgir contras as 'forças de bloqueio' (Novais 2010).

Cavaco Silva usufruiu de uma conjuntura económica mais favorável que os seus antecessores, mas tinha um governo minoritário, e isso obrigava-o a negociar com a oposição todas as iniciativas, designadamente os orçamentos de Estado, como aconteceu em 1986 e 1987 (Filipe, 2002).

Descontente com a conjuntura desfavorável, o PRD apresentou uma moção de censura (quatro de abril de 1987) ao Governo, que foi aprovada com os votos a favor do PS e levou à dissolução da AR e à convocação de eleições antecipadas para

18 de agosto de 1987. Este ato de vitimização do Governo, determinado pelo PRD, partido que havia permitido a sua viabilização, teve um gigantesco impacto político no PSD, catapultando-o para uma maioria absoluta e no PRD foi o primeiro mas decisivo ato do seu suicídio político (Martins & Mendes, 2005).

Quando, em 19 de julho de 1987, se realizaram as eleições legislativas antecipadas devido à aprovação da moção de censura, o PSD, liderado por Cavaco Silva teve maioria absoluta, com 50,22% dos votos e uma representação parlamentar de 148 deputados (vejam-se os restantes resultados eleitorais na Fig. 13), constituindo o XI Governo Constitucional (17 de agosto de 1987 a 31 de outubro de 1991), sendo o primeiro a cumprir o seu mandato até ao fim.

Figura 13 – Resultados eleitorais nas eleições para a Assembleia da República de 1987 (19/07/1987)

Partidos	% Votos	Mandatos	% Mandatos	NCC	NCEM
PPD-PSD	50,22	148	59,20	22	22
PS	22,24	60	24,00	22	20
CDU (PCP+PEV)	12,14	31	12,40	22	10
PRD	4,91	7	2,80	22	4
CDS	4,44	4	1,60	22	3
UDP	0,89			22	0
PSR	0,58			21	0
PDC-Partido da Democracia Cristã	0,56			22	0
PCTP-MRPP	0,37			22	0
PCR	0.33			19	0
POUS	0,16			2	0
TOTAIS	**96,84**	**250**	**100,00**		

Fonte: DR, I Série, n.º 182 de 10 de agosto de 1987. (Martins & Mendes, 2005, p. 33).
Legenda NCC – N.º Círculos onde concorreu; NCEM – N.º Círculos onde elegeu mandatos. A diferença para 100%, na coluna da percentagem de votos, corresponde ao conjunto dos votos brancos e nulos.

A análise aos dados da Fig. 13 indica-nos que se mantiveram os mesmos onze partidos/coligações, pelo que, comparativamente com as eleições anteriores (seis de outubro de 1985), destacamos, pela negativa, a queda vertiginosa do Partido Renovador Democrático (PRD), com menos 13,01%, e o CDS, com menos 5,52% votos e, pela positiva, o PS, que subiu ligeiramente com 1,47% votos. Com esta maioria parlamentar absoluta de um só partido e governo (59% de deputados), iniciou-se um novo ciclo político em Portugal.

Foi durante este mandato (1987/1991) que ocorreu a segunda revisão da CRP (1989), e se abriu caminho à privatização dos sectores básicos da economia portuguesa, ao mesmo tempo que se reduziu o número de deputados, de 250 para 230. A maioria manteve-se estável durante todo o mandato, mas nos partidos da oposição houve algumas alterações, desde logo com a ausência de representação parlamentar do PRD, processo que culminou com a adesão dos seus principais Quadros a outros partidos, sobretudo ao PSD; também o PCP viu reduzida a participação parlamentar, acartando as consequências das transformações sociais da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a dissidência de alguns dos seus Quadros e a diminuição do número de deputados por via da revisão constitucional de 1989, fatores que contribuíram para a redução da sua base social. O PS aparentou ser o único partido a ser beneficiado pela conjuntura, assim reforçando a tendência para a bipolarização do sistema político e partidário (Martins & Mendes, 2005; Filipe, 2002).

Em 13 de janeiro de 1991, realizaram-se as quartas eleições presidenciais num ambiente aparentemente mais pacífico, por comparação com os mandatos conturbados de Eanes. Soares não teve grandes dificuldades na reeleição, sobretudo depois de o PSD lhe expressar apoio, eventualmente na expectativa que a sua postura institucional se mantivesse. Concorreram Basílio Horta, apoiado pelo CDS, Carlos Carvalhas, apoiado pelo PCP, e Carlos Marques, apoiado pela extrema-esquerda, tendo os resultados sido os que constam na Fig. 14.

Figura 14 – Resultados eleitorais das quartas eleições presidenciais de 1991

Candidatos	Número Votos	% Votos
Basílio Horta	696 379	14,16
Mário Soares	3 459 521	70.35
Carlos Carvalhas	635 373	12,92
Carlos Marques	126 581	2,57
TOTAL	5 678 108	100
Fonte: (Miranda, 1994, p. 45).		

Mário Soares foi reeleito à primeira volta, com o voto passivo do PSD, e ganhou as eleições com 70,40% dos votos contra 14,16% de Basílio Horta.

Entretanto, no mesmo ano, a seis de outubro, realizaram-se as eleições legislativas, ganhas novamente por Cavaco Silva (PSD) com maioria absoluta 50,6%, dos votos, e uma representação parlamentar de 135 deputados (vejam-se os restantes

resultados eleitorais na Fig. 15), contra o principal adversário, Jorge Sampaio (PS). Constitui-se assim o XII Governo Constitucional (31 de outubro de 1991 a 28 de outubro de 1995).

Figura 15 – Resultados eleitorais nas eleições para a Assembleia da República de 1991 (6/10/1991)

Partidos	% Votos	Mandatos	% Mandatos	NCC	NCEM
PPD-PSD	50,60	135	58,70	22	22
PS	29,13	72	31,30	22	21
APU(PCP+PEC)	8,8	17	7,39	22	6
CDS	4,43	5	2,17	22	4
PSN	1,68	1	0,43	19	1
PSR	1,12			22	0
PCTP-MRPP	0,85			22	0
PRD	0,61			22	0
PPM	0,44			22	0
PDA	0,19			13	0
FER	0,12			5	0
UDP	0,11			2	0
TOTAIS	**98,80**	**230**	**100,00**		

Fonte: DR, I Série, n.º 249, de 29 de outubro de 1991. (Martins & Mendes, 2005, p. 34).
Legenda **NCC** – N.º Círculos onde concorreu; **NCEM** – N.º Círculos onde elegeu mandatos. A diferença para 100%, na coluna da percentagem de votos, corresponde ao conjunto dos votos brancos e nulos.

A análise aos dados da Fig. 15 demonstra que concorreram 12 partidos/coligações, às eleições de 1991, mas que apenas quatro o fizeram em todos os círculos eleitorais. Comparativamente com as eleições anteriores (19 de julho de 1987): o PSD renovou a maioria absoluta, obtendo 50,6 %, o que lhe conferiu uma sólida representação parlamentar, com 135 deputados; o PS aumentou significativamente a sua votação para mais 6,90%; o PRD continuou em declínio, obtendo 0,60% votos; a APU perdeu 3,6% votos, o que se traduziu numa perda importante de 14 deputados, restando-lhe apenas 17; e o CDS, apesar de manter a votação, conseguiu eleger um deputado.

O PSD viveu a sua segunda maioria absoluta alicerçado num ambiente favorável de crescimento económico, resultante do apoio da integração europeia, apesar de nesse mesmo ano se verificar o abrandamento da economia, levando ao surgimento de manifestações de desagrado e mal-estar relativamente ao Governo. Começam também a ser evidentes as fricções com o presidente Mário Soares, o qual, à semelhança do que lhe fizera Ramalho Eanes quando ele era Primeiro-ministro,

começou a fazer reparos à forma de atuação do Governo de Cavaco Silva (Vieira, 2000b; Filipe, 2002). Entretanto, Cavaco Silva anunciou que não se iria recandidatar, abandonando a liderança do PSD e o partido entrou numa crise profunda que se refletiu nos resultados das eleições legislativas de 1 de outubro de 1990, com António Guterres (PS) a vencer as eleições com uma maioria relativa de 43,76% e uma representação parlamentar de 112 deputados (vejam-se os restantes resultados eleitorais na Fig. 16). Constitui-se então o XIII Governo Constitucional (28 de outubro de 1995 a 25 de outubro de1999).

Figura 16 – Resultados eleitorais nas eleições para a Assembleia da República de 1995 (1/10/1995)

Partidos	% Votos	Mandatos	% Mandatos	NCC	NCEM
PS	43,76	112	48,70	22	21
PPD-PSD	34,12	88	38,26	22	21
CDS	9,05	15	6,52	22	7
CDU (PCP+PEV)	8,57	15	6,52	22	6
PSR	0,64			22	0
UDP	0,57			22	0
PCTP-MRPP	0,70			22	0
PSN	0,21			13	0
PG	0,14			8	0
PPM-MPT	0,1			6	0
MPT	0,14			7	0
MUT	0,04			5	0
PDA	0,04			5	0
TOTAIS	**98,80**	**230**	**100,00**		

Fonte: DR, I Série, n.º 246, de 24 de outubro de 1995. (Martins & Mendes, 2005, p. 35).
Legenda NCC – N.º Círculos onde concorreu; NCEM – N.º Círculos onde elegeu mandatos. A diferença para 100%, na coluna da percentagem de votos, corresponde ao conjunto dos votos brancos e nulos.

A análise aos dados da Fig. 16 evidencia um aumento do número de concorrentes, para treze partidos/coligações, mas com apenas sete partidos/coligações a candidatarem-se a todos os círculos eleitorais. Comparativamente com as eleições anteriores (6 de outubro de 1991), o PS ganhou as eleições com maioria relativa, ficando a quatro deputados da maioria absoluta; o PSD perdeu 16,48% votos, o que se traduziu numa perda significativa de 47 deputados, ficando reduzido no hemiciclo a 88 deputados; o CDS, sob a liderança de Manuel Monteiro, registou uma recuperação, que se traduziu em 9% de votos e 15 deputados; e o PCP manteve a sua posição praticamente inalterada com 8,6%. O programa do governo minoritário, sob a liderança de António Guterres, foi o

primeiro a ser aprovado na AR, sem que tenha havido qualquer moção de rejeição ou de confiança, devido à inexistência de uma oposição coesa. Esta situação permitiu, por um lado, ao governo gerir pendularmente alianças pontuais e, por outro lado, à Assembleia recuperar os poderes legislativos e o protagonismo que havia perdido – e tanto assim foi que grande parte das leis da República aprovadas neste mandato passaram por longos processos de negociação com as oposições (Martins & Mendes, 2005).

Serviu este capítulo para contextualizar o período entre 1976 e 1996. Quisemos aqui destacar as questões políticas que perpassaram esta altura algo conturbada da história recente portuguesa, designadamente a forte agitação vivida no início do processo democrático, questões essas que nos vão ajudar na interpretação do nosso objeto de análise. De seguida, vamos identificar os temas estruturantes dos discursos presidenciais e tentar saber que lugar neles ocupa o conceito de democracia para, finalmente, compreenderemos como o uso deste último se foi alterando e evoluindo ao longo de vinte anos, em resposta aos desenvolvimentos externos que caracterizaram a conjuntura histórica dessa época. Os discursos foram proferidos em diferentes efemérides, em contextos específicos, sendo uns autênticas intervenções públicas, explicitamente dirigidas a um público alargado, nacional e internacional, enquanto outros representam um momento de empossamento especificamente dirigido a um público mais específico. Estes discursos consistem, em nossa opinião, em importantes instrumentos de comunicação política, na medida em que difundem uma linha de ação orientadora de quem os profere.

No próximo capítulo, vamos abordar a forma como desenvolveremos o nosso trabalho de investigação, centrando-nos na metodologia seguida para que possamos cumprir os propósitos da nossa pesquisa.

Capítulo II – Revisão de Literatura

Pretendemos analisar os discursos presidenciais de Eanes e Soares no período de 1976-1996 e perceber como foi construído o conceito de democracia ao longo do tempo em Portugal. Impõe-se portanto que na nossa investigação se passe em revista a produção científica em Portugal, mas também na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA), desenvolvida em torno da temática do presidente da República, procurando averiguar, designadamente, como é que os conceitos teóricos relevantes têm sido enunciados, o que é que a literatura nos indica serem as principais lacunas a serem preenchidas, e até que ponto o nosso trabalho poderá ir nesse caminho.

Com base na revisão de literatura efectuada, constatam-se dois aspetos fulcrais: primeiro, o da não existência de nenhum trabalho académico em Portugal com o enfoque que pretendemos desenvolver, ou seja, assente exclusivamente nos discursos políticos dos presidentes da República (afirma-se isto tendo em conta a consulta quer à base de dados PORBASE, quer às extensas fontes bibliográficas pesquisadas); e, em segundo lugar, a verificação de que os trabalhos académicos existentes em Portugal sobre os discursos políticos dos presidentes da República [Serrano, Estrela (2000, 2002, 2006); Espírito Santo, Paula (2006, 2007, 2008 e 2010) e Salgado, Susana (2007, 2010)] são em reduzido número no tocante a Mário Soares, e inexistentes, no respeitante a Ramalho Eanes, não se tendo encontrado, neste último caso, registo algum até à data.

Estrela Serrano desenvolveu o seu trabalho de investigação académica centrada em dois temas: o aparelho de comunicação do presidente da República e as presidências abertas, sempre no intuito de demonstrar que a presidência de Mário Soares se caracterizava pela existência de uma clara estratégia de comunicação. No primeiro caso, Serrano (2002) analisou os aparelhos de comunicação dos dirigentes políticos, que ocupam um lugar central, e observou a forma i) como os líderes se relacionam com os aparelhos e como estes transmitem a sua mensagem, e ii) como os líderes, apoiados no aparelho, interagem com os destinatários da mensagem. No segundo caso, Serrano (2006) analisou a cobertura jornalística das campanhas

eleitorais para a eleição do presidente da República, procurando estabelecer uma relação que permita a compreensão das configurações assumidas pela política na contemporaneidade, especialmente nas democracias ocidentais, onde as eleições são o instrumento pelo qual se fazem as escolhas políticas. Ambos os seus trabalhos académicos foram pioneiros nesta temática em Portugal, tendo recorrido essencialmente a literatura estrangeira, sobretudo norte-americana, pois a nível nacional pouca bibliografia haveria à época incidindo sobre tópico similar.

Paula Espírito Santo (2006), analisou os *slogans* das campanhas para as eleições presidenciais em Portugal entre 1976-2006, período de institucionalização da democracia o qual, no pós-revolução, se centrou muito na figura do presidente da República por também conferir credibilidade política do ponto de vista interno e internacional. Ela tinha como objetivo apurar as representações discursivas políticas do ponto de vista ideológico e valorativo, procurando perceber como aquelas provocaram a adesão dos cidadãos ao ideário político e, concretamente, ao projecto personificado pelo candidato presidencial. Conclui que a mensagem, no que diz respeito à sua forma, se mantém quase inalterada na sua construção linguística ao longo dos 30 anos. Já quanto ao conteúdo das representações discursivas, terá ocorrido uma mudança visto que em 1976 se enfatiza os motivos político-ideológicos e a defesa dos valores democráticos enquanto, a partir dos anos 80, se passa a salientar os traços de personalidade, motivações, atitudes e ações do candidato. Com o amadurecimento da democracia em Portugal os motivos ideológicos vão dando lugar à competição política e eleitoral e aí os destaques vão para os traços de personalidade e actuação dos candidatos. Espírito Santo (2007) analisou o conteúdo dos discursos de tomada de posse dos presidentes da República, desde as primeiras eleições presidenciais portuguesas, em 1976, até 2006, com o objetivo de caracterizar as tendências de comunicação num plano sociopolítico, partindo do pressuposto de que a comunicação do presidente da República é importante e reflete o desenlace sucessivo e permanente da construção do Estado Português. Assim, e apesar de em Portugal vigorar um sistema político de regime semipresidencialista, a gestão política do Estado está a cargo de dois órgãos: a Assembleia da República, que assume a definição das estratégias de gestão, e a Presidência da República que, detendo um papel mais simbólico ao nível da representação nacional, é o garante da estabilidade democrática e do equilíbrio de poderes entre os diversos órgãos de soberania do

Estado. Espírito Santo quis demonstrar que o conteúdo dos discursos de tomada de posse presidenciais refletem e simbolizam, com clareza, a evolução de valores políticos e sociais em Portugal. O seu material de análise foram sete discursos de tomada de posse do presidente da República, o que constitui um conjunto significativo, não só em termos comunicacionais mas também políticos, pela representação simbólica de que se revestem. Espírito Santo e Rita Figueiras (2010) analisaram também a evolução da comunicação eleitoral nos últimos 50 anos e como esta, quer por via da americanização da política, quer por via das transformações politicas e mediáticas dos processos de globalização e da modernidade, foi ficando semelhante nos diferentes países.

Susana Salgado (2005) analisou as relações entre media e política ao longo do tempo a partir das transformações da visibilidade e dos media na transmissão das imagens e das mensagens dos líderes políticos os quais, simultaneamente, preservavam a preocupação de a construção da imagem do líder ter de ser coerente com o contexto e necessidades da época. A imagem do candidato é construída e transmitida à população para que possa votar e, nessa medida, os meios audiovisuais mudaram a linguagem da política e a sua aparência mas não mudaram a sua essência nem as suas preocupações fundamentais, entre elas, construir cenários ou imagens dos líderes. Salgado (2007) analisou, ainda, as notícias publicadas na imprensa relativas às eleições presidenciais de 2006, tendo presente que elas não só significavam uma renovação de mandato, como ainda a possibilidade de, pela primeira vez desde 25 abril, se poder eleger um presidente de direita. Assinala também a relevância que ganhava novamente a figura do presidente, num contexto de grave crise económica, procurando perceber se a conjuntura influenciou o sentido de voto. Para a autora, estamos diante de um jornalismo interpretativo onde construir cenários, assim como antecipar situações nos media, é normal, implicando que se possa publicar notícias factuais sobre o que aconteceu mas também sobre o que poderá vir a acontecer. Todavia, esta situação não acontece apenas no jornalismo, pois também a política tem sofrido alterações semelhantes devido à sua crescente mediatização, a qual Salgado considera resultar de uma 'americanização' das campanhas eleitorais, estando estas últimas cada vez mais dependentes da capacidade de fazer passar a sua mensagem nos órgãos de informação com êxito.

Em linha de continuidade com estas autoras, também iremos analisar discursos presidenciais por recurso à metodologia da análise de conteúdo, através de uma amostra que pretende abarcar o período de estudo (1976-1996) com o intuito de perceber como ele contribui para a construção da democracia e apurar como concorre para o surgimento de um arquétipo da figura de 'presidente'.

Estas são as referências bibliográficas que, ao nível nacional, incidem sobre o entrecruzamento de comunicação política e presidente da República. No entanto, se nos debruçarmos sobre a temática ao nível internacional, muito tem sido feito, nomeadamente nos EUA, onde os discursos dos presidentes são consideradas poderosas ferramentas de comunicação política e de gestão e direção política do Estado, sendo objeto de análise quase imediata à sua prelecção/exibição.

Wlodarek (Wlodarek, 2010) analisa cinco discursos entregues pelo presidente George W. Bush, nos três meses subsequentes ao 11 de setembro,[21] procurando referências aos valores da sociedade americana, tais como liberdade, sentido de pertença, direitos humanos, justiça, propriedade privada, respeito, ajuda (particularmente, ajuda a terceiros no sentido altruísta), patriotismo. Estes valores são representados como sendo capazes de unir a nação americana, caracterizada pela multiplicidade de grupos éticos e minorias, para trabalhar em prol do objetivo comum, a saber, a luta contra o terrorismo global. O recurso aos valores americanos contribuem substancialmente para a unidade da nação e, por isso, são usualmente referidos pelos políticos dos EUA nos seus discursos para unir a nação. Wlodarek (2010) percebeu que se recorre com muita frequência ao conceito de 'sentido de pertença' por oposição aos de 'direitos humanos' e 'patriotismo', levando-o a deduzir que estes últimos então não integram os valores supostamente (reverenciados e obedecidos pelos destinatários. Os políticos moldam seus discursos ao conhecimento e crenças dos destinatários de modo a serem o mais persuasivo possível. Tanto Wlodarek (2010) como Chruszczewski (2002) defendem, nesta perspetiva, que o discurso político é totalmente dependente das pessoas, pois é produzido por elas. Por fim, os discursos do presidente George W. Bush também poderiam ser vistos como realizações verbais meticulosamente preparadas, suficientemente convincentes para que outros países se tornassem aliados de Bush na luta dos EUA com terroristas (Wlodarek, 2010).

[21] O 11 de Setembro de 2001 foi um conjunto de ataques suicidas contra os Estados Unidos coordenados pela organização fundamentalista islâmica al-Qaeda onde morreram milhares de pessoas.

O presidente George W. Bush foi, uma vez mais, analisado a propósito do furacão Katrina (Styles, 2006), depois de, acusado de ingerência, ter assumido pessoalmente a culpa pelas falhas e deficiências da resposta governamental a este desastre. O estudo de Styles baseia-se em documentos governamentais e informações de assuntos públicos para analisar os fatos do evento, as políticas e os alinhamentos organizacionais existentes antes do desastre e o desempenho do presidente. Conclui que a forma como os presidentes lideram, gerem funcionários federais, lidam com os meios de comunicação, abordam as relações entre o governo federal e o Estado, definem os limites das relações civil-militares, elaboram suas agendas políticas e escolhem os nomeados políticos para cargos de responsabilidade contribuem para a sua capacidade, ou incapacidade, para enfrentar as demandas impostas por catástrofes. Em alguns aspectos, as decisões políticas tomadas pelo presidente e sua administração antes do desastre impediram seriamente a capacidade do governo federal de mitigar, se preparar e responder à catástrofe.

Amy Busher (Busher, 2006) examinou 194 artigos sobre a Hillary Clinton no *New York Times* durante o período eleitoral, entre 6 de fevereiro de 2000 até 7 de novembro de 2000, para perceber como os meios de comunicação enquadraram a candidata para o cargo político, observando quer o tipo de Quadros usados, quer o tom da cobertura de notícias. O estudo combinou pesquisas sobre eleições políticas, estereótipos de género e uma análise indutiva da cobertura das eleições para encontrar quatro variáveis (atividade política, campanha, estereótipo de género e primeira-dama tradicional) tendo os resultados mostrado que Hillary Clinton recebeu mais cobertura com base na atividade política do que em qualquer outro Quadro. Foi importante examinar a cobertura de notícias de Hillary Clinton durante esta eleição porque numerosos estudos demonstravam que os enquadramentos noticiosos de um evento ou indivíduo podem influenciar a perceção das pessoas sobre esse evento ou indivíduo. Segundo esta perspetiva, a influência exercida pelos media radica na sua capacidade para enquadrar: "O modo como uma escolha é 'enquadrada' traduz-se numa sugestão contextual que pode influenciar profundamente os resultados das decisões" (Iyengar, 1991; p.11). O estudo demonstrou, por um lado, que Hillary Clinton, candidata às eleições para o Senado federal dos EUA , em 2000, pelo partido Democrata, foi descrita mais em termos de sua candidatura do que em termos de seu papel de primeira-dama ou com base em estereótipos de género; por outro lado, essa

investigação contrariou outros estudos que apontavam os media como fazendo cobertura negativa de mulheres que ultrapassassem os limites tradicionalmente impostos ao sexo feminino, pois verificou-se que a maioria das notícias foi neutra.

Thomas Holbrook (1996) analisa as eleições presidenciais americanas de 1948 a 1992, agregando o indicador finanças pessoais e, seguindo a lógica de Gelman e King (1993) e Holbrook (1996) percebe que à medida que a campanha se desenrola as pessoas ficam mais informadas e as suas decisões tornam-se mais previsíveis. Os resultados das eleições são assim produzidos conjuntamente condições políticas (níveis de popularidade) e económicas (avaliação retrospetiva das finanças pessoais) essencialmente nacionais; ainda que este modelo seja estável e ofereça estimativas precisas, tendo permitido, por exemplo, prever a vitória democrata em 1996, Holbrook não deixou de advertir que uma campanha mais ou menos persuasiva pode fazer a diferença.

Bruce E. Gronbeck e Danielle R. Wiese (2005) analisaram a evolução da campanha presidencial americana à luz das tecnologias de comunicação, focando as mudanças que estas introduziram nos processos políticos inspirando a repersonalização das eleições presidenciais. O que se destacou na comunicação eleitoral em 2004 foi a interação parassocial (Horton & Wohl, 1956) ou seja, o estabelecimento de uma relação social, por via do contacto directo com o sistema de campanha, entre os cidadãos e alguns protagonistas políticos. Este reconhecimento gera emoções positivas ou negativas, sendo um bom elemento de constituição de relações sociais no quotidiano. Estas eleições presidenciais também foram analisadas (Brown, R. 2005) à luz da teoria da dramaturgia de Erving Goffman[22] observando vários parâmetros descritos por este autor como desempenho, controlo expressivo, desidentificação, gestão de região e estigmatização. A cultura político-económica mudou num período de inovação tecnológica, indicando uma célere evolução com influências recíprocas. A cultura política colocou ênfase nos cidadãos ao nível individual e as tecnologias de comunicação móvel facilitaram conexões entre agentes políticos e o cidadão comum. O pós-modernismo da política de cibersegurança (Gray, 2002) foi assim superado por campanhas modernas, desenvolvidas no terreno

[22] E ainda que a dramaturgia se aplique a contextos interpessoais, a orientação simbólica da dramaturgia e seu rico vocabulário terminológico tornam-se particularmente adequados para a análise da comunicação política, amplamente percebida como um domínio teatral e simbólico.

em 2004, com a ciberpolítica a concentrar-se em colocar pessoas reais, em lugares reais, na comunidade.

Eric Morris e Jessica M. Jonhson (2011) analisaram as estratégias de choque de Barack Obama e John McCain durante os debates da campanha de 2008 e concluíram que as diferenças entre os formatos de debate podem encorajar os candidatos a usar uma variedade de abordagens para explicar suas posições políticas, melhorando a compreensão pública das opiniões e personalidades dos candidatos. Os candidatos recorreram a manobras estratégicas para ganhar eleições e a questão de saber se tais manobras constituem descarrilamentos é deixada ao público mais amplo. Assim, o ponto de equilíbrio entre retórica e dialética permanece desigual e favorece a retórica.

Keith Jenkins e Grant Cos (2010) analisaram as estratégias de Barack Obama para criar uma voz moral pragmática para a presidência, argumentando que a campanha retórica inclusiva de Obama incorporou um pragmatismo retórico entendido como discurso que negoceia incerteza, gera conhecimento baseado no interesse humano, expressa individualismo (pluralismo) e constrói comunidades. Descobriram que a incerteza das situações políticas, sociais e retóricas da nação constitui o alicerce que serviu de base à encenação de todas as reivindicações de Obama; os fins da sua retórica de campanha eram a preocupação tradicional de constituir e reconstituir a comunidade. Obama encarou a comunicação de frente, recorrendo à 'performance' para potenciar o que ela tem de melhor, onde o significado do que é dito corresponde, pelo menos, ao que é 'feito' (Pearce, 2009, p. 10).

Ko Maeda e Misa Nishikawa (2006) estudaram a estabilidade do controlo partidário e do poder executivo em 65 democracia, entre 1950 e 1998, em diversas regiões do planeta (EUA, Inglaterra, Japão etc) Investigaram o desempenho dos partidos políticos e mediram a durabilidade política com base no tempo em que os partidos políticos permaneceram no poder; examinaram as diferenças entre sistemas presidenciais e parlamentares quanto à durabilidade do governo, tendo em conta o tempo que as pessoas permaneceram no gabinete executivo e a forma como a distribuição do poder no gabinete influenciava a durabilidade do governo nos sistemas parlamentares e presenciais. Concluem que existem diferenças nos incentivos dos partidos: os sistemas parlamentares permitem que as partes sigam

diferentes objetivos enquanto os presidenciais incentivam principalmente as atividades de busca de voto. Consequentemente, os governos presidenciais tendem a alternar-se regularmente e poucos conseguem permanecer no cargo por mais do que três mandatos, enquanto os governos parlamentares podem durar um período de tempo excepcionalmente longo, se bem que alguns caiam ao fim de alguns meses, em parte devido à ausência de termos fixos. No presidencialismo, ficou evidente a responsabilidade governamental no sentido de proceder à substituição do chefe executivo.

Jessica Fortin (2012) analisou o grau de confiança e força atribuída a governos com base nalguns índices (Frye et al., 2000; Armingeon e Careja, 2007; Shugart e Carey, 1992) formulados a partir de um conjunto de prerrogativas constitucionais individuais alocadas ao chefe de Estado (vetos parciais, decretos, poderes orçamentais, disposições de referendos, iniciação de legislação, formação de gabinete, demissão de gabinete, censura e dissolução de assembleias).[23] Os resultados vieram levantar uma série de questões, designadamente o interesse em manter o próprio índice de medição usado pela maioria das abordagens, uma vez que as variáveis têm importâncias diferenciadas na leitura do mesmo fenómeno. Fortin apurou que, neste índice, nem todos os elementos têm relevância equivalente na contabilização, pelo que é preciso ter cautela na interpretação dos resultados compostos.

Para Steven Greene (2011) os modelos de aprovação presidencial não explicam por completo a 'psicologia da avaliação presidencial', defendendo assim que, se avaliarmos a personalidade dos presidentes segundo padrões semelhantes aos que utilizamos para avaliar pessoas que encontramos na vida quotidiana, então a relação entre o caráter presidencial e a aprovação geral do cargo presidencial deveriam permanecer relativamente estável, independentemente da natureza exata do caráter de um presidente a título individual. Os resultados vieram demonstrar que as avaliações da personalidade presidencial desempenham um papel significativo nas avaliações da aprovação do cargo presidencial. Assim como um presidente

[23] A propósito do veto presidencial, veja-se o estudo de Samuel Hoff (1991). Considerando o veto presidencial um poder influente relativamente ignorado pelo chefe executivo, propõe-se criar um modelo que permita examinar os fatores que levaram ao veto presidencial no período entre 1889 e 1988. Conclui que a qualificação que deve ser feita é a de que o veto é apenas uma face do poder presidencial, desconhecendo-se até onde ele poderá afetar o apoio institucional e público ao Congresso e ao governo.

incompetente deve ser punido nas classificações de aprovação, um altamente competente provavelmente será recompensado. O que os cidadãos pensam do presidente como pessoa influencia fortemente o que pensam dele como presidente.

William Gorton e Janie Diels (2011) usaram uma combinação de codificação humana e análise de conteúdo assistida por computador para apurar se o uso de termos científicos abstratos tem vindo a aumentar, ao longo do tempo, nos debates presidenciais. O estudo indica que os candidatos aos debates presidenciais não só recorrem pouco a termos abstratos da ciência para explicar fenómenos, particularmente fenómenos económicos, como também não estão muito propensos a estabelecer relações causais ou lógicas entre esses termos e esta foi uma descoberta desanimadora. Em todo o caso o estudo não é claro ao mesmo tempo que não encontra nenhuma evidência de que o discurso político americano se tenha tornado menos científico.

Estes são alguns dos muitos autores que ao nível internacional têm vindo a trabalhar a temática do presidente da República e que nós selecionados, exatamente, pelas diferentes abordagens interessantes que desenvolveram. Contudo agora vamos dedicar um olhar especial aos autores, Schonhardt-Bailey e Yager (2011) e Viviane Seyranian e Michelle Bligh (2008), pelos estudos que levaram a cabo e pelos contributos que trazem ao nosso trabalho de investigação.

Schonhardt-Bailey e Yager (2011) analisaram o texto dos discursos dos líderes Reagan e Thatcher para apurar onde convergiam e divergiam nas suas prioridades, pois o seu objetivo era medir qual dos dois se centrava mais em prioridades nacionais. Os autores apontam as relações pessoais entre o presidente Ronald Reagan e a primeira-ministra Margaret Thatcher como tendo facilitado a '*revolução conservadora*' quer nos Estados Unidos da América, quer no Reino Unido. A revolução conservadora manifestava-se nas prioridades de Thatcher e Reagan em termos da sua filosofia de base e da camaradagem partidária, ao limitar o alcance do governo (numa defesa do liberalismo) e ao procurar conter a ameaça nuclear soviética. Nesta perspectiva, Thatcher e Reagan aparentavam convergir não só na sua filosofia e prioridades políticas, como também, em certo grau, nos seus estilos de liderança. Esse conservadorismo da década de 1980 associado a estes dois líderes continuou, segundo Schonhardt-Bailey e Yager, posteriormente a influenciar as decisões dos líderes políticos americanos e britânicos, tanto como modelo a imitar

como a evitar. Salientam também aspetos que contribuem para diferenciar Thatcher de Reagan, apontando-se, entre estes, a personalidade: enquanto Reagan teria uma personalidade descontraída, Thatcher caracterizar-se-ia pela intensidade e 'prepotência'. Ao nível das prioridades nacionais, Thatcher elegeu a reforma dos serviços públicos e dedicou pouco esforço retórico a temas de inspiração religiosa, enquanto Reagan se concentrou no aperfeiçoamento da linguagem retórica para inspirar os americanos a acreditarem em si mesmos e, mais amplamente, para prosseguir a 'divina' missão dos Estados Unidos no mundo. Concluem que, apesar de aparentes semelhanças da sua filosofia e prioridades políticas de Thatcher e Reagan, estas acabam por divergir entre si, o que se reflete nos estilos de liderança de cada um. Por exemplo, para Reagan a convicção surgia muito próxima das ideias espirituais, ao passo que para Thatcher a convicção refletia mais uma determinação para prosseguir os esforços de implementação da sua agenda legislativa. Em suma, enquanto Reagan colocava o seu enfoque na inspiração, Thatcher centrava-se na reforma administrativa com vista à eficácia.

Viviane Seyranian e Michelle Bligh (2008) tiveram por base as teorias já existentes (Lewin, 1951; Fiol et al., 1999)[24] para o seu estudo sobre as diferenças entre líderes carismáticos e não carismáticos quanto às estratégias retóricas utilizadas para persuadir os seguidores – e consequente mudança dos valores pessoais e sociais – a adotarem a sua visão de mudança social. Estas estratégias ocorrem numa sequência temporal [25] onde os líderes manipulam os diferentes aspectos das motivações pessoais dos seguidores (desejos e medos) bem como os valores sociais (convenção e inovação) durante etapas separadas e temporariamente distintas. Foram seleccionados e codificados três discursos de forma a refletirem cada uma das três fases da mudança social: um discurso do início do mandato para corresponder à 1ª Fase de Instauração de Quadros Disruptivos (*frame-breaking*); um do meio para

[24] Iremos utilizar o modelo que estes autores como base para a construção da nossa matriz de análise dos discursos presidenciais mas abordaremos a sua importância no capítulo seguinte.

[25] Na 1ª Fase os líderes recorrem a estratégias para desvalorizar o valor que as pessoas dão a determinada questão (negando o desejo das pessoas de manter o status quo ou negando seu medo de mudança ou inovação); Na 2ª Fase, os líderes empregam estratégias de movimentação de Quadros, tentando mover o estado neutro das pessoas de não-suporte para convenção ou sem medo de mudanças para apoiar mudanças. Eles também conseguem isso: (a) incentivando o desejo das pessoas por não convenções; ou, (b) encorajando as pessoas a temerem não mudar a velha convenção; Na 3ª fase os líderes usam o realinhamento de Quadros para convencer os seguidores a apoiar sua nova visão, quer: (a) substituindo o desejo de não convenção por um desejo de mudança ou inovação; ou, (b) substituindo o medo de não mudar a antiga convenção para um desejo de inovação. É nesta fase final que os líderes carismáticos mobilizam seu apoio de seguidores e os encorajam a agir.

corresponder à 2ª Fase de Mudança de Quadro (*frame-moving*); e um do final do mandato para corresponder à 3ª Fase de Realinhamento de Quadros (*frame-realigning*). Os três discursos representaram as três fases temporais da mudança social ao longo do primeiro mandato do presidente no cargo. Da análise que fizeram ao constructo de estratégias retóricas – negação, inclusão, semelhança com seguidores, imagens, usando menos inspiração e linguagem conceptual – os autores concluíram que os líderes carismáticos tendem a recorrer a dispositivos retóricos específicos para motivar os seguidores para a mudança social, socorrendo-se de várias técnicas negação, semelhança com seguidores, ação e tangibilidade, às vezes numa mesma etapa para alcançar seus fins. Seyranian & Bligh recorreram à análise de conteúdo para estudar as estratégias retóricas de mudança social a partir do uso de determinadas categorias de palavras: negação (palavras de função negativa), inclusão (identidade social, foco coletivo, excepto as autorreferências), semelhança com seguidores (nivelamento, familiaridade), inspiração, ação (agressão, realização, excepto a passividade e ambivalência) e tangibilidade (concretude„insistência), categorias essas que foram operacionalizados tendo por base os dicionários criados por Bligh, Kohles & Meindl (2004), os quais vão servir de apoio ao nosso trabalho empírico do enquadramento conceptual sobre democracia.

Estes autores serão um ponto de partida para a nossa pesquisa: com base no modelo de Bailey e Yager (2011) vamos utilizar os temas prioritários dos discursos dos presidentes da República de Portugal, Ramalho Eanes e Mário Soares, para tentar perceber onde convergem e onde divergem na construção do conceito de Democracia; e, com base no modelo de Seyranian e Bligh (2008) vamos recorrer às estratégias retóricas (negação, inclusão, linguagem – verbos e ambivalência) e estando nós a tratar de um 'fenómeno' em transformação (a democracia) estaremos atentos às três etapas distintas: Quadros disruptos, mudança de Quadros e realinhamento de Quadros. Em síntese, estes são os contributos que estes autores emprestam à nossa grelha de investigação.

O nosso desígnio com esta investigação é combater o aparente desinteresse académico pela figura presidencial, o qual pode estar relacionado com o facto de não ser um cargo executivo, estando antes dotado de um poder simbólico, tornando-se assim possivelmente menos 'apetecível' do ponto de vista da análise política no âmbito da Ciência Política tradicional. Ao caracterizarmos o discurso presidencial de

Ramalho Eanes e Mário Soares, procuramos perceber a evolução do conceito de democracia em cada um dos presidentes ao longo de quatro mandatos, mas também, paralelamente, na comparação entre eles, atentaremos às convergências e divergências presentes nos textos. Para esse efeito, a nossa análise do discurso político presidencial vai incidir sobre as temáticas principais, de *modo* a podermos compreender onde as respetivas prioridades políticas convergiram e divergiram.

Incorporando o discurso político a história do local onde se inscreve, ele tem por objetivo não só refletir sobre a realidade social, como também agir sobre a mesma, consistindo assim num elemento absolutamente central na construção do conceito de democracia. O nosso estudo inicia-se exatamente no período do o 25 de Abril, momento em que se configura necessária a redefinição da esfera pública formal. Pretendemos assim estabelecer uma ligação entre os discursos políticos dos presidentes Soares e Eanes e o contexto histórico no qual se inscreveram, de modo a compreender influências recíprocas na redefinição da democracia e na construção progressiva daquilo que veio a afirmar-se como um Estado democrático moderno.

Julgamos que a realização deste trabalho de investigação é importante enquanto ponto de referência comparativo relativamente ao passado recente da sociedade portuguesa, passado esse que remete para uma liderança política que se procurava afirmar num contexto de democracia frágil, ainda por consolidar, especialmente numa altura em que grassa a abstenção e a descrença em relação às lideranças políticas.

Naturalmente que ao entusiasmo que norteia esta investigação, não é indiferente o facto de a minha formação de base assentar exatamente na área científica da ciência política e de ela constituir o alicerce da minha produção científica, como aconteceu na dissertação de mestrado, cuja área científica incide sobre os estudos africanos mas cujo enfoque foi a implementação das autarquias locais em Moçambique. Parece, pois, manifesto que as opções tomadas no âmbito deste projeto de tese se enquadram no caminho anteriormente traçado, denunciando a minha vocação para a ciência política, mas agora interligando-a à vertente da comunicação política.

Ainda, e não obstante as razões pessoais anteriormente referidas, existe uma outra razão que, na nossa opinião, torna esta investigação interessante no contexto português e que está diretamente relacionada com o facto de haver uma escassez de

trabalhos de índole académica (ou outra) em torno dos discursos políticos dos presidentes da República. Por último, o facto do discurso político em Portugal merecer pouca atenção por parte da comunidade científica acaba por corroborar o nosso sentimento de que esta investigação é necessária e, sobretudo, inovadora no atual contexto.

Quadro conceptual

Pretendemos analisar o discurso político presidencial para perceber como contribui para o constructo do conceito de democracia no Portugal pós-revolucionário e como concorre para a construção de um arquétipo da figura de 'presidente'. Para esse efeito, iremos recorrer a um Quadro conceptual que assenta essencialmente em dois conceitos principais: o de democracia e o de poder (poder carismático).

O conceito de democracia impõe desde logo fazer uma análise do seu significado já que este foi variando, desde a sua origem na antiguidade grega, de acordo com contextos geográficos e históricos distintos, parecendo por vezes ilustrar realidades diferentes Efectivamente, o termo *demokratía* é etimologicamente composto por *demos* (povo) e *kratos* (poder). A democracia surgiu na Grécia antiga como modelo de governação onde todas as decisões essenciais à vida em comunidade eram tomadas em assembleia popular, local onde se reuniam os cidadãos que participavam na vida política da *polis*. Era na esfera da *oikos* que prevaleciam as necessidades da vida em família, como condição natural para a liberdade. Porém, nesta mesma sociedade apenas uma percentagem mínima da população tinha estatuto de cidadão, uma vez que os escravos – que constituíam a maioria da população –, as mulheres e os estrangeiros não gozavam de direitos políticos mas eram quem desempenhava as funções hoje associadas à execução pelo 'povo' (Freire & Sousa, 2017).

Foi com a emancipação de segmentos da população, até então destituídos de propriedades, que começou uma nova era, pois até então eram considerados como fazendo parte da propriedade privada dos sectores mais privilegiados (Arendt,

2007).[26] Ao contrário da propriedade, a riqueza, quer individual quer publicamente distribuída, nunca foi tida como sagrada na Grécia antiga. Também a riqueza de um estrangeiro, ou de um escravo, não substituía essa propriedade, nem a pobreza fazia com que o chefe de família perdesse o seu posicionamento no mundo, nem mesmo a sua categoria de cidadão. Mas se porventura chegasse mesmo a perder a propriedade, perdia igualmente a cidadania e a proteção da lei (Arendt, 2007), assim demonstrando a importância de se estar em posse de 'propriedades', em sentido lato, para se assegurar o estatuto de cidadão com direitos e deveres próprios.

Ainda que virtuosa, esta forma de participação popular enformava, na sua génese, uma antítese à democrática, conduzindo Tocqueville à seguinte ideia sobre a democracia entre os gregos:

> "(...) Em Atenas, todos os cidadãos participavam dos negócios públicos, mas não havia mais que vinte mil cidadãos em mais de trezentos e cinquenta mil habitantes: todos os outros eram escravos e cumpriam a maior parte das funções que hoje pertencem ao povo e até a classe media. Atenas, com o seu sufrágio universal, não passava pois, afinal de contas, de uma república aristocrática, em que todos os nobres tinham igual direito ao governo." (Tocqueville, 2000, p. 71).

Segundo Rui Ramos, até ao final do Século XVII a democracia foi entendida como 'forma de governo' mas nunca como 'sinónimo de povo' ou como 'forma de Governo onde manda o povo'(Ramos, 2012; p. 167). Também Almeida Garrett a definiu, mas num sentido mais territorial, enquanto 'forma de governo para Portugal' (Garrett, 1985) à qual faltava o equilíbrio constitucional, mais tarde consagrado pelo princípio contraditório (Ramos, 2012; 170).

Entre os Séculos XVII e XVIII o conceito de democracia conheceu vários desenvolvimentos com vista a responder aos abusos de poder que caracterizaram os governos autoritários que vigoravam num contexto europeu.

As revoluções modernas trazem à ribalta as questões sociais, sobretudo depois da experiência colonial americana, e vêm colocar em causa a ideia de que a pobreza seja inerente à condição humana e que a distinção (de poucos) fosse inevitável e eterna. Ao mesmo tempo essas revoluções faziam ascender ao poder

[26] A palavra propriedade era à época utilizada num sentido muito específico, ela significava que "o indivíduo possuía o seu lugar em determinada parte do mundo e portanto pertencia ao corpo político, isto é, chefiava uma das famílias que, no conjunto, constituíam a esfera pública" (Arendt, 2007 p. 71).

tiranos, que, explorando o pressuposto da igualdade de condição, colhiam apoios junto das camadas mais pobres (Arendt, 1988). E será a conjugação destas duas situações que leva Hannah Arendt (1988) a afirmar que:

> "(na antiguidade) os tiranos subiram ao poder com o apoio das camadas simples ou pobres, e que a sua maior probabilidade de se conservarem no poder estava no desejo do povo ter igualdade de condição. A relação entre riqueza e governo, em qualquer país, e o entendimento de que as formas de governo estão ligadas à distribuição da riqueza, a suspeita de que o poder político pode simplesmente acompanhar o poder económico, e, finalmente, a conclusão de que o interesse pode ser a força motriz de toda a luta política – tudo isso não é, naturalmente, invenção de Marx, nem tampouco de Harrington: "Domínio é propriedade, real ou pessoal"; nem de Rohan: "Os Reis comandam o povo, e o interesse comanda os reis". (...) na Idade Moderna, e não antes, os homens começaram a duvidar que a pobreza fosse inerente à condição humana, a duvidar que a distinção entre os poucos que, por circunstâncias, força ou fraude, conseguiram libertar-se dos grilhões da pobreza, e a miserável multidão dos trabalhadores, fosse inevitável e eterna." (Arendt, 1988, p. 18).

Com base nas ideias desenvolvidas por John Locke, Jean Jacques Rousseau e Montesquieu, entre outros, a mudança consubstanciou-se nas Revoluções inglesa (1688-1689), norte-americana (1776) e francesa (1789). A grande novidade que a revolução trouxe foi a experiência de se ser livre e de se poder fazer coisas novas, e essas duas possibilidade estiveram conjuntamente na base do *pathos* que encontramos na revolução americana e francesa.

As guerras civis e as lutas entre facções representavam na antiguidade uma ameaça para todo o corpo político. O que estes fenómenos têm em comum com a revolução é o facto de serem feitos por recurso à violência, sendo, por isso, tão confundíveis levando Arendt (Arendt, 1988) a afirmar:

> "onde a violência for utilizada para constituir uma forma de governo completamente diferente, para dar origem à formação de um novo corpo político, onde a libertação da opressão almeje, pelo menos, a constituição da liberdade, é que podemos falar de revolução." (Arendt, 1988, p. 28).

Nesta questão das revoluções, Maquiavel foi percursor da reflexão sobre a possibilidade de criação de um corpo político estável, permanente e duradouro porque se deteve a observar a ascensão de um domínio puramente secular, onde os postulados e sua acção eram independentes da igreja assim como dos padrões morais,

transcendendo essa esfera. Para ele, as pessoas que ingressavam na política tinham de aprender a 'não ser boas' e a não agir segundo os preceitos cristãos (Arendt, 1988).[27]

Maquiavel foi dominante no pensamento político do século XVIII, aspirando a que, pelo uso da violência no campo da política, se encontrassem qualidades extraordinárias em alguns homens que os pudesse fazer igualar ao poder divino. E a busca de Maquiavel pela glória de Roma e a sua veneração à história romana – e à possibilidade de regular a conduta dos cidadãos por via da autoridade – levam-no a desejar a unificação da Itália, mais do que as cidades-Estado, e assim surge o novo termo Estado-Nação (Arendt, 1988), o qual virá a ser futuramente importante, na tradição do Iluminismo humanista, como instrumento de defesa de cidadania nacional, independentemente de raça, sexo ou classe social.

Mais tarde, em 1844, o *Dicionário Universal da Língua Portuguesa: de autoria de um Sociedade de Literatos de Lisboa* vem assim definir o conceito 'doutrinário' de democracia:

> "soberania do povo" e "forma de governo em que o povo tem toda a autoridade e é regido por chefes que escolhe por tempo limitado, que pode revogar, processar e castigar" mas também "governo, despotismo popular; subdivisão da tirania entre muitos cidadãos." (Ramos, 2012, p. 179).

Outrossim, Alexandre Herculano defende que a democracia é a "utilização pelos políticos da "plebe acumulada" nos "grandes centros de população" para revoluções" (Ramos, 2012; p. 81).

A evolução do conceito de democracia surge pois associado ao próprio processo de desenvolvimento social, às reformas que este acarretou e às instituições que destruiu, o que leva Vítor de Sá a afirmar "o poder não abusa porque a sua acção é mais ou menos ilimitada, mas sim porque está mal constituído, porque assenta sobre princípios, sobre bases, falsos" (Sá, Vítor, in Ramos, 2012; p. 179).

No Século XIX, Antero de Quental, compara a democratização da Península Ibérica com a própria história liberal, "(...) quem diz democracia, diz naturalmente república. Se a democracia é uma ideia, a república é a sua palavra; se é uma vontade, a república é a sua acção; se é um sentimento, a república é o seu poema" (Ramos, 2012, pp. 217-219).

Durante o Século XIX o conceito de democracia assumiu dois sentidos distintos consoante a base em que se apoiava: por um lado, tínhamos um governo de

[27] Macchiavelli, Niccolò (1952) Oeuvres completes. Pléiades. P. 15 in Arendt (1988), p. 29

maioria eleito por via do sufrágio do povo, por oposição à monarquia, de tendência dinástica; por outro lado, tínhamos a população sem estatuto nobre ou eclesiástico e a sua representação política' (Ramos, 2012). Acerca deste primeiro sentido, Rafael Bluteau (1712) dicionarista que segue a tendência da época, associou uma aura pejorativa ao governo democrático, reforçando que a democracia não era apenas o oposto de monarquia mas sobretudo o contrário de bom governo, uma vez que sujeitava os negócios de Estado à deliberação directa e pública de todos (Ramos, 2012; p. 166).

Em 1864, em Gettysburg, Abraham Lincoln define a democracia como o 'governo do povo, pelo povo e para o povo' e, a partir desse momento, começam a surgir múltiplas propostas conceptuais de democracia fazendo com que, por vezes, quase perca o significado (Freire e Sousa, 2017; p. 14). A forma tradicional de democracia liberal valoriza o 'governo do povo' enquanto a forma mais radical de democracia totalitária valoriza o 'governo para o povo', partindo-se do pressuposto de que só um líder carismático e ditador absoluto pode consubstanciar e articular os verdadeiros interesses do povo. Existe uma latente "tensão entre "governo do povo" ou "governo pelo povo", que promove a participação popular, seja de forma directa ou indirecta, e de "governo para o povo" , que se diz sempre no interesse da população, e que sustentou os regimes fascistas e comunistas do século XX" (Freire e Sousa, 2004; p. 15).

Em meados do século XIX, a visão tradicional de democracia era ignorada ou esquecida e, quando lembrada, era tratada como se fosse irrelevante. Stuart Mill insurgiu-se contra essa situação, em 1861, defendendo:

> É evidente que o único governo que pode corresponder plenamente a todas as exigências do estado social é um governo em que todo o povo participa; em que qualquer participação, mesmo na menor função pública, é útil; que a participação deveria ser por toda a parte tão grande quanto permita o grau geral de melhoria da comunidade; e que, em última análise, nada pode ser menos desejável do que a admissão de todos numa parcela do poder soberano do estado. Numa comunidade que exceda o tamanho de uma cidadezinha, *todos* não podem participar pessoalmente de qualquer porção dos negócios públicos, a não ser alguma muito pequena; portanto, o tipo ideal do governo perfeito deve ser representativo (Stuart Mill, 1958, p. 55).

A democracia é uma forma de governo que se fundamenta no consentimento popular, designadamente na participação dos cidadãos nas decisões políticas, ou nas

eleições dos representantes nos órgãos governamentais. Todavia, o regime democrático limita o poder e garante a alternância governativa através das eleições, conservando os direitos cívicos de governantes e governados, respeitando sempre a competitividade política. Agora, não é certo que, por existir uma estrutura política democrática, todos os cidadãos vivam debaixo do teto de uma democracia, lembrando-se aqui o fenómeno da abstenção eleitoral como manifestação evidente do distanciamento entre os eleitores e os representantes políticos e da sua não participação no todo (Gugliano, 2004).

Numa abordagem mais recente, do Século XX, Sebastião Menezes (1945) afirma, "quando a República se governa por uma só cabeça, se chama Monarquia; quando por muitos Nobres, e ilustres, se chama Aristocracia; quando por muitos populares, se chama Democracia" (Menezes, 1945; p. 6).

Para Robert Dahl (2001) o moderno governo democrático, centrado em princípios do pluralismo e sistemas multipartidários competitivos (por vezes chamado de democracia Poliárquica) integra seis 'instituições' (vide Fig. XX), conceito que aqui assumimos tal como o autor o considera, como aquelas que proporcionam oportunidades e direitos democráticos, condição absolutamente necessários para a democracia existir. E, assim como os direitos são elementos necessários às instituições politicas democráticas, a democracia também é intrínseca a um sistema de direitos

Figura 17 - As Instituições Políticas de uma Democracia Poliárquica

Instituições políticas		**Para satisfazer os critérios democráticos são necessárias**	
1	Representantes eleitos	→	Participação efetiva
2	Eleições livres, justas e frequentes		Igualdade de voto
3	Liberdade de expressão		Participação efetiva + Entendimento Esclarecido
4	Informação alternativa		Participação efetiva
5	Autonomia para as Associações		Participação efetiva
6	Cidadania inclusiva		Entendimento Esclarecido + Plena Inclusão
Fonte: Dahl (2001)			

Observando a Figura 17, percebemos que as seis instituições políticas existem para satisfazer necessidades específicas da democracia[28], o que nos compele a fazer uma breve explicação dos contributos de cada uma delas.

1. Democracia e representantes eleitos *(o controle das decisões políticas é feito por funcionários eleitos pelos cidadãos)* – a prática da democracia no que respeita à escolha por meio de eleições de representantes com autoridade para legislar é algo relativamente recente (século XX), sobretudo se pensarmos no acesso de todos a esse direito. A necessidade de escolha de representantes, por meio de eleições, terá primeiro acontecido na Idade Média quando, por força da necessidade de imposição de taxas, fazer o levantamento de exércitos e legislar, os monarcas perceberam que precisavam de obter consentimento da nobreza, do alto clero e de alguns anónimos – embora não muito anónimos – nas maiores cidades (Dahl, 2001; p. 107). Convém recordar que até ao século XVIII, a visão comum era a de que um governo, democrático ou republicano, simbolizasse o 'governo do povo' e que, para governar, o povo teria de se reunir em um único local e votar sobre decretos, leis ou políticas. E se é verdade que como se defendia Dahl a democracia só poderia existir numa pequena unidade, como uma cidade, pequena ou grande, autores como Jean-Jacques Rousseau e Montesquieu conheciam as desvantagens de um pequeno Estado, sobretudo pela desvantagem militar, pelo que não depositavam grandes esperanças no futuro da democracia.

2. Democracia e eleições livres, justas e frequentes *(os funcionários são escolhidos em eleições livres e justas onde a coerção é incomum)* – parte-se pois do pressuposto que existe igualdade porque todos têm a mesma oportunidade de acesso ao voto: este tem de ser *livre*, para os cidadãos votarem sem medo de represálias, e *justas*, significando isso que todos os votos devem ser contados igualmente. Simultaneamente, deve-se garantir que não existem abusos e nessa medida é necessário estabelecer um período de frequência em que as eleições devem ocorrer

[28] "Tomadas integralmente, essas seis instituições políticas não constituem apenas um novo tipo de sistema político, mas uma nova espécie de governo popular, um tipo de "democracia" que jamais existira pelos 25 séculos de experiência, desde a primeira *democracia* em Atenas e a primeira *república* em Roma. Tomadas em seu conjunto, as instituições do moderno governo representativo democrático são historicamente únicas; por isso é bom que recebam seu próprio nome. Esse tipo moderno de governo democrático em grande escala às vezes é chamado de *poliarquia* —democracia poliárquica". In Dahl (2001), p. 104.

(Dahl, 2001, pp. 109-110).

3. Democracia e liberdade de expressão (*os cidadãos têm direito de se expressar sem temer punições em questões políticas*) – o direito à liberdade de expressão não significa apenas ter o direito de falar, mas também a capacidade e o direito de ouvir as diferentes opiniões dos outros.

4. Democracia e informação alternativa *(os cidadãos têm direito de procurar fontes independentes de informação)* – os cidadãos, quando procuram esclarecer algum assunto devem poder auscultar fontes de informação independentes, sem controlo do governo, e livres de domínio por qualquer grupo ou ponto de vista.

5. Democracia e associações independentes *(direito dos cidadãos se organizarem em associações com vista à defesa dos seus vários direitos e interesses)* – as associações políticas são necessárias e desejáveis porque são uma fonte de *educação cívica e esclarecimento cívico* em democracia: "proporcionam informação aos cidadãos e, além disso, oportunidades para discutir, deliberar e adquirir habilidades políticas" (Dahl, 2001; pp. 111-112).

6. Democracia e cidadania inclusiva *(a nenhum cidadão pode ser recusado nenhum dos direitos anteriormente referidos*) – todas as nações que se intitulem democráticas devem ter instituições democráticas porque esse é o indicador que permite medir e perceber se é possível a transição completa para a democracia representativa moderna. Nos países onde já ocorreu essa transição, importa agora reforçar, aprofundar e consolidar essas Instituições. E é por via das instituições que se estabelece um nível mínimo para a democracia.

Durante séculos, os direitos concedidos aos cidadãos de se envolverem plenamente na vida política estavam restritos a uma minoria de adultos porque o governo dito 'democrático' era um governo de apenas alguns homens (não de todos).[29] Com a passagem do Século XVIII para o Século XIX, marcada por profundas transformações, surge Tocqueville a defender que a democracia é a conjugação da liberdade com a da igualdade, exigindo limites à actuação do Estado e uma maior participação dos cidadãos no exercício do poder político.

[29] A este propósito importa relembrar que foi só no século XX que toda a população adulta, com residência permanente num país, passou a ter direito de se envolver na vida política da sociedade democrática (Dahl, 2001, p. 104).

A referência a Tocqueville (*A Democracia na América*) é incontornável no âmbito desta tese, pela importância de que se reveste para o nosso enquadramento teórico a sua análise sobre a democracia e os seus riscos, destacando-se, de entre eles, a tirania da maioria e o individualismos como os mais perigosos. Embora já tivéssemos aludido anteriormente que o conceito de democracia adquire um amplo leque de interpretações e uma pluralidade de significações em função dos contextos históricos que integra, importa salientar que no pensamento político ocidental ao longo do tempo têm prevalecido duas tradições interpretativas, a do *republicanismo* por um lado e a do *liberalismo* por outro, de entre muitas outras possíveis.

O *republicanismo* remonta a Aristóteles e à *res pulica* romana tendo sido redefinido na modernidade, sobretudo pela obra de Maquiavel que atribui ao cidadão virtudes cívicas, qualidades-tipo que devem ser cultivadas pelos cidadãos para manter a estabilidade da comunidade política e o equilíbrio da relação direitos/deveres.

Por sua vez, o *liberalismo* foi criado para integrar o conjunto de doutrinas e ideias políticas económicas que defendiam os conceitos de liberdade e autonomia individuais com base no pensamento de John Locke e na Revolução Gloriosa (1688-1689).[30] E o liberalismo ficou de tal modo depositário dos valores da liberdade e da propriedade, entre outros, que a cidadania passou a ser o meio de validação dos direitos que o Estado se compromete garantir aos indivíduos. [31]

Detenhamo-nos no modelo liberal de democracia de Tocqueville assente no *projecto de cidadania* e nos conceitos de '*liberdade'* e '*iniciativa individual'* com vista a promover a participação dos cidadãos nas associações, as quais fundamentam

[30] A chamada Revolução Gloriosa foi em grande parte não-violenta, por isso chamada também de "*Revolução sem Sangue*". Ela teve lugar no Reino Unido em 1688-1689. *O rei Jaime II, da dinastia Stuart, católico, foi removido do trono de Inglaterra, Escócia e País de Gales*, sendo substituído por sua filha, Maria II e pelo genro, o nobre neerlandês Guilherme, Príncipe de Orange.
A Revolução Gloriosa foi *um dos eventos mais importantes na longa evolução dos poderes do Parlamento do Reino Unido e da Coroa Britânica*. A aprovação, pelo Parlamento, da *Bill of Rights* (Declaração de Direitos), *tornou impossível o retorno de um católico à monarquia e acabou com as tentativas anteriores de instauração do absolutismo monárquico nas ilhas britânicas, ao circunscrever os poderes do rei*. O evento marcou a submissão da Coroa ante o Parlamento. Desde então, os novos monarcas devem a sua posição ao Parlamento.
Antes da Revolução Inglesa, o poder do rei era absolutista, uma vez que contestá-lo era um sacrilégio. Depois, *o poder do rei se viu reduzido, onde o rei existe e reina, mas não governa, quem governa é o Primeiro-Ministro, através do Parlamento* (Costa, 2014).
https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2014/01/25/revolucao-inglesa-de-suditos-a-cidadaos-eleitores/ Data de acesso 4 de Dezembro 2017

[31] Rohling 2015. http://dx.doi.org/10.5007/1806-5023.2015v12n1p80 Data de acesso 4 de Dezembro de 2017

as virtudes cívicas e contribuem para a formação de bons cidadãos. Esta parece ter sido a forma encontrada para impedir a desvirtualização das funções do Estado e combater os referidos grandes perigos da democracia: a tirania da maioria e o individualismo.

O liberalismo de Tocqueville tem na igualdade e na democracia o centro nodal da sua obra. A própria interpretação que faz da Revolução Francesa é o que lhe permite explicar o crescimento do Estado no período posterior, propor soluções para proteger o indivíduo do Estado e da tirania das maiorias, aceitar como inevitável o advento da democracia, definindo-a a partir da noção de igualdade. Mas, como qualquer outra, a paixão pela igualdade faz com que o homem democrático pense no curto prazo, gerando tendências individualistas que vão esbarrar com a tendência centralizadora do Estado, a qual, gradualmente, começa a regular os detalhes da vida privada e pública. E porque esta combinação pode gerar despotismos impeditivos da plena igualdade de condição, Tocqueville designa-a de 'tirania da maioria' a qual apenas pode ser evitada com o refrear da paixão da igualdade, por um lado, e o exercício da liberdade, por outro.

Para Tocqueville, o princípio da 'soberania do povo' define a democracia na esfera política embora aquele não seja mais do que a manifestação de um fenómeno mais amplo e profundo e, esse sim, específico da era democrática, o princípio da igualdade de condições. Efectivamente, esse autor pretende romper com as ideias preconcebidas dos estatutos hierarquizados à nascença.

Na sociedade americana a religião tem um papel fundamental no desenvolvimento dos sentimentos morais do cidadão, conjuntamente com o associativismo, pois ambos ajudam a consolidar o bem e as virtudes cívicas. Tocqueville foca a sua análise da democracia em torno dos conceitos de democracia e de igualdade, e na forma como estes interagem e se interrelacionam com o governo democrático e a sociedade nas dimensões religiosa, educacional, étnica e cívica.

Na sua obra, Tocqueville coloca em evidencia Maquiavel, Hobbes, Locke e Rousseau, os quais entendiam que os dirigentes políticos deviam depender das suas próprias capacidades, por contraponto a si próprio, o qual defendia que os dirigentes deviam governar em função das circunstâncias, procurando chegar a um 'tipo ideal' de democracia (Cremonese, 2013, p. 175).

O interesse de Tocqueville era perceber o impacto das condições sociais e políticas sobre as democracias e as reações dos cidadãos à instabilidade por aquele provocado, partindo de duas premissas:

1ª O conservadorismo nas sociedades democráticas radica no facto destas tenderem a garantir melhores condições de vida à generalidade dos cidadãos; por conseguinte, geram receios naqueles que, estando na posse de algo, temem perdê-lo com a possível eclosão de instabilidade futura.

2ª As sociedades democráticas tendem a dedicar-se ao comércio e à indústria; apesar destas actividades garantirem o acesso a rendimentos seguros e substanciais, também provocam a volatilidade social.

Estas duas premissas corroboram que as classes médias democráticas são essencialmente conservadoras e se dedicam à indústria e comércio, porque através dessas actividades, garantem os proveitos para o seu bem estar e o da sua família, estando então livres para prosseguir os ideais políticos e o gosto pela liberdade. Este tipo de análise de Tocqueville, inovador à época, vai subordinar a acção política nas democracias ao Estado social e aos modos de vida (Franco, 2008). Isto permite-nos afirmar que, para Tocqueville, as ideias políticas e o gosto pela liberdade são decorrentes da estabilidade e do bem estar proporcionados pelos proventos resultantes de actividade comercial.

Mas como as consequências sociais e políticas da democratização estão intimamente relacionadas com o nível de desenvolvimento democrático do país onde acontecem, é possível que noutro país, com um nível de desenvolvimento distinto, se produzam outros efeitos, podendo estes se traduzir quer numa democracia liberal, quer numa tirania democrática (Franco, 2012).

A discussão dos conceitos de democracia e igualdade decorre em simultâneo com o processo de igualização das condições sociais, onde o homem democrático surge com o duplo papel de beneficiário das potencialidades positivas e moderador das potencialidades negativas. A ideia de que os cidadãos são livres nas suas escolhas não permite que a sua liberdade seja destruída, embora esta fique condicionada às contingências e refém da contextualização histórica e política particulares que integra (Franco, 2012).

Esta marcha pela igualdade, ao criar uma aspiração à ‘igualização de

condições', é negativa e acaba por condicionar a liberdade. Veremos mais adiante como o associativismo ganha protagonismo nesta luta da liberdade para superar a igualdade e a 'igualização das condições'. Para melhor entendermos o pensamento de Tocqueville, veja-se a Fig. 18 onde apresentamos as características relevantes da igualdade e da liberdade.

Figura 18 - Características da igualdade e liberdade

IGUALDADE	LIBERDADE
É o elemento distintivo da democracia nas sociedades democráticas, mas pode sobrepor-se à liberdade	Não é possível sem a igualdade;
Parece estar ao alcance de todos	É difícil ser conquistada mas perde-se com facilidade
A igualdade confere abundante "satisfação" a cada cidadão na resposta às suas necessidades em busca de melhores condições	A liberdade política confere alguma "satisfação" mas apenas a um certo número de cidadãos
A produção dos seus efeitos sente-se prontamente e propaga-se velozmente	Não tem benefícios imediatamente detectáveis mas os prejuízos são bem visíveis
Influencia as ideias, os sentimentos, os hábitos e as relações entre cidadãos, residindo aqui o seu charme.	Manifesta-se (positivamente) na vontade e iniciativa do homem democrático de melhorar as condições de vida e (negativamente) na inveja e gosto depravado pela igualização
A democracia conduz ao individualismo (que pode degenerar em egoísmo) e autoafirmação dos homens, tornando-os estranhos uns em relação aos outros	Não está exclusivamente associada à democracia mas é absolutamente indispensável à sua sobrevivência
Fonte: (Franco, 2012)	

Para Tocqueville é pela acção política dos cidadãos que se manifesta a liberdade na igualdade originando todavia duas tendências, aparentemente contraditórias: uma de cariz individualista que conduz os homens à independência – quando consideramos todos os indivíduos como iguais nivelamos o universo e depois não conseguimos reconhecer a nenhum outro indivíduo ou outra entidade legitimidade como fonte de autoridade - embora esta liberdade possa gerar turbulência e anarquia, acabando por constituir uma ameaça à própria democracia; e outra que tendo um carácter mais generalista, decorrente da era democrática, conduz os homens no caminho da servidão. Falamos da centralização e uniformização, com vista ao reforço do poder político central e alargamento da sua esfera de intervenção (Tocqueville, 2000).

É, pois, à luz desta dicotomia que devemos entender o individualismo na sua relação com a igualdade. Porque quando o individualismo se associa à igualdade, especialmente num contexto pós-revolução democrática, o cidadão sente-se menorizado se tiver de abdicar da sua opinião para aceitar a opinião 'do outro', ao mesmo tempo que também não confia em si próprio. Resta-lhe um último cenário: confiar na maioria que ele próprio integra. Nas interações da vida quotidiana estabelecem-se relações entre o cidadão e as forças simbólicas que muitas vezes não permitem outra opção que não seja a aceitação (submissa ou revoltada) da definição dominante ou da sua assimilação, a qual supõe uma apropriação das características individuais em prol da conquista de uma identidade colectiva (Bourdieu, 1989).

A maioria dominante, aceite individualmente por todos, empurra o homem democrático (independente) para a indiferença e o ócio. O receio de Tocqueville é o de que o poder degenere e se torne tirano, dando lugar a um Estado centralizador onde impera a tirania da maioria (Franco, 2012).

O conceito de democracia da tradição cultural do iluminismo indica que a democracia reside na soberania da vontade geral do povo mas o que Tocqueville vem defender é que a democracia não pode degenerar numa vontade geral ilimitada – em nome do povo – porque o poder ilimitado (qualquer que seja a sua origem) é entendido como despotismo. Isto porque Tocqueville é um defensor da liberdade e um opositor do despotismo, independentemente da sua origem poder radicar num indivíduo ou num coletivo.

A liberdade política na sociedade igualitária de massas (a 'democracia' como Tocqueville a denomina) depende de uma praxis e de um conjunto de valores cujos pressupostos tendem a ser destruídos pelo desenvolvimento continuado das disposições internas à própria democracia. Tal significa que, nas sociedades modernas, o individualismo inerente ao estado social democrático e o consequente confinamento dos homens às esferas da privacidade geram uma crescente indiferença cívica que constitui o novo despotismo. E este 'novo despotismo', intrinsecamente democrático, uniformiza ideais, sentimentos e costumes, outorgando uma tranquilidade e ordem à sociedade que degrada os homens, sem os atormentar, levando ao desaparecimento da diversidade e do pluralismo.

Ficamos diante de um paradoxo pois, se por um lado a democracia permitiu a independência e a liberdade de cada cidadão, por outro lado também possibilitou a

intromissão de uma vontade exterior na vontade das esferas individuais de cada um dos indivíduo (Franco, 2012). E, por isso, é essencial encontrar um equilíbrio entre a aceitação da opinião do outro e a capacidade de cada um usufruir da sua própria independência, pois todo o ser humano tem direito à esfera privada, onde desfruta de plena liberdade desde que não vá contra a Lei.

O homem democrático deve possuir *liberdade* para determinar o seu destino e para consentir perante a autoridade a que deverá obediência. Porque a liberdade é justa, reconhecendo os homens como iguais, a democracia (igualdade) torna-se um facto histórico, providencial e natural que se concretiza num direito universal consagrado na lei.

Uma vez que vamos analisar a evolução da democracia em Portugal, numa conjuntura social, cultural e política específica do período pós-revolução, onde todos os cidadãos são constitucionalmente iguais perante a lei e estão em igualdade diante das mesmas oportunidades, vamos utilizar para o nosso trabalho o conceito de democracia de Tocqueville, o qual pressupõe o seguinte:

> "O que semeia mais confusão no espírito é o uso que se faz destas palavras: *democracia*, *instituições democráticas*, *governo democrático*. Enquanto não chegarmos a defini-las claramente e a entendermo-nos sobre a sua definição, viveremos no meio de uma inextricável confusão de ideias para maior benefício dos demagogos e dos déspotas. Dir-se-á que um país governado por um príncipe absoluto é uma democracia, porque ele governará por meio de leis ou com instituições favoráveis à condição do povo. O seu governo será um *governo democrático*. Formará uma *monarquia democrática* .
> Ora os termos *democracia*, *monarquia*, *governo democrático*, de acordo com o verdadeiro sentido das palavras, só podem querer dizer uma coisa: um governo no qual o povo toma maior ou menor parte no governo. O seu sentido está intimamente ligado à **ideia da liberdade política**. Dar o epíteto de governo democrático a um governo onde não há liberdade política é enunciar um absurdo palpável, de acordo com o sentido natural das palavras." (Itálicos e negrito no original. Franco, 2012, p. 211).

Como já referimos anteriormente, o processo de "igualização das condições" é de tal forma importante para o pensamento de Tocqueville que este acaba por definir assim 'sociedade democrática':

> "É democrática a sociedade onde subsistem distinções de ordens, onde não há diferença de condições hereditárias. (...) é democrática a sociedade marcada por uma dinâmica que considera à partida que todos os indivíduos são social e politicamente iguais (...) o que significa que, pelo menos em princípio, todas as profissões, oportunidades, distinções e honras estão abertas a todos." (Franco, 2012, p. 27).

Sabemos que o fim último das sociedades democráticas é alcançar o bem-estar material essencialmente por duas ordens de razões. A primeira está intimamente associada à necessidade – resultante da condição democrática – que a própria dinâmica da vida democrática permite alcançar e, por isso, faz recear perder. Podemos dizer que ela representa uma visão positiva do homem democrático e da sua incessante busca pelo conforto material (*efeitos positivos*). A segunda resulta do orgulho dos homens, característica inerente à natureza humana que se aviva com a democracia. Podemos dizer que ela representa uma visão negativa do homem democrático e daquilo a que os excessos podem conduzir, nomeadamente à obsessão (*efeitos negativos*) com a acumulação de riqueza (Franco, 2012). A procura pela diferença, em contrarrelógio com a dinâmica da igualização das condições, leva a maior parte das vezes à competição entre os cidadãos, podendo tornar-se numa obsessão, pelo que importa perceber se aquilo que o homem democrático valoriza é realmente a liberdade ou a condição de bem estar material. Isto porque, se a maioria usar o poder em benefício próprio, os cidadãos vão tornar-se cada vez mais hábeis numa função específica, ao mesmo tempo que perdem capacidades gerais. E a democracia que supostamente traria a independência acaba paradoxalmente por lhe limitar o exercício da livre vontade.

Entretanto, Tocqueville reconhece três características da democracia (norte-americana) que no Séc. XX foram desenvolvidas pela obra de Robert Putnam, nomeadamente:

Em primeiro lugar, o *governo local* surge como berço da democracia, encontrando-se no seio da comunidade onde se desenvolve o 'espírito comunitário'; em segundo lugar, a *associação cívica* revela-se um pilar da democracia, onde se dá a participação dos cidadãos de forma voluntária (espírito cívico) em prol da promoção da união e progresso, permitindo desenvolver o gosto da liberdade (democracia participativa); e, em terceiro lugar, o espírito religioso e educacional anda de mãos dadas na sociedade americana, diz Tocqueville, por contraposição à Europa onde colidem. Nesta perspectiva, a crença religiosa e os hábitos impedem os EUA de caírem no despotismo da maioria. Um século depois, Max Weber, num contexto europeu, vem dizer que a religião desapareceria com o avanço da modernização e com o processo de secularização (Cremonese, 2013). No tocante ao associativismo, Tocqueville defende a existência de múltiplas associações de interesse de modo a impedir a constituição de uma maioria opressiva e o monopólio

de todas as demandas dos cidadãos. A participação dos cidadãos na sociedade pressupunha a existência de uma institucionalização organizada e eficiente: dos costumes, circunstâncias e tempo, fomentando simultaneamente o desenvolvimento da região. Isto não significa um centralismo tal das decisões das Nações europeias que afaste os cidadãos dos maiores acontecimentos da vida pública, ficando totalmente excluídos (e ignorando) as decisões políticas. Os governos democráticos devem permitir que os cidadãos usem a sua liberdade política (Cremonese, 2008; Arendt, 1988, p. 24)[32] pois só assim haverá independência (liberdade) colectiva. Por este motivo na associação cívica os interesses individuais estão submetidos aos interesses colectivos, razão que leva Robert Putnam (1996) a afirmar que,

> "na comunidade cívica, a cidadania implica direitos e deveres iguais para todos. (..) Tal comunidade será tanto mais cívica quanto mais a política se aproximar do ideal de igualdade política entre cidadãos que seguem as regras de reciprocidade e participam no governo." (Putman, 2006, 102).

Serão as diferenças na vida cívica, baseadas em histórias político-institucionais distintas, que Putnam identifica como responsáveis pelas diferenças em relação ao desempenho das instituições, dos governos e, como consequência, do sistema produtivo nas diferentes regiões da Itália.

Uma das grandes preocupações de Tocqueville é a conciliação entre o respeito pela liberdade individual dos cidadãos e a preservação da cidadania na democracia (Franco, 2012), pois existe o perigo da democracia moderna, fruto do individualismo, cair na indiferença. É preciso contrariar esse movimento através da participação direta dos cidadãos na gestão da coisa pública, aquilo a que Friedmann (1992)[33] chamará mais tarde *emporwerment*.

A respeito da cidadania, importa destacar a posição de Peter Dahlgren (2006) que defende dever esta ser contextualizada com base na teoria política, ou seja no âmbito do liberalismo, comunitarismo e republicanismo, sendo estes dois últimos encarados como 'desafiadores' para o paradigma liberal dominante. O clássico modelo liberal de democracia e cidadania coloca em evidência os direitos individuais

[32] A liberdade tem tido ao longo dos séculos um papel relevante e controverso no pensamento filosófico e religioso (desde o declínio do mundo antigo ao nascimento do moderno) e por razões que não interessa discutir aqui, os homens não se preocupavam com isso. Mesmo em teoria política persistia um entendimento distorcido - "a gama mais ou menos livre de atividades não politicas que um determinado corpo político permite e garante àqueles que o constituem" - daquilo que verdadeiramente é a liberdade política, um fenómeno político (Arendt, 1988, p. 24).
[33] Para aprofundar o conceito de empowerment veja-se a obra de Friedmann, 1996.

e atribui ao Estado um papel minimalista, apenas de proteção da liberdade dos cidadãos, permitindo que estes persigam as suas vidas, os seus interesses, as suas escolhas e a felicidade, sem causar danos a outros.

Com o advento da hegemonia neoliberal, esta interpretação do Estado agiliza-se ainda mais: o Estado pode promover a liberdade individual, pelo menos, reduzindo os obstáculos à dinâmica do mercado. Por contraponto, o comunitarismo é visto como uma espécie de resposta ao individualismo extremado do liberalismo. Enquanto o republicanismo reconhece elementos da tradição liberal (designadamente os direitos individuais) e o comunitarismo (os laços cívicos),

Os escritores da tradição republicana insistem na participação ativa dos cidadãos na autogestão democrática porque, tal como Tocqueville reconhecia, o envolvimento na vida pública é não só um dever mas também algo que oferece as suas próprias recompensas pessoais. Ao participar da democracia, o republicanismo vê as pessoas a conectar-se entre si e a desenvolver-se como indivíduos.

Assim, no republicanismo ressalta não apenas a dimensão formal e jurídica da conceptualização da democracia, como no liberalismo, mas também a dimensão ética. O republicanismo afirma que a democracia exige virtudes cívicas da parte dos seus cidadãos e o cultivar dessas virtudes transforma os cidadãos em melhores pessoas através do desenvolvimento de competências que, de outro modo, permaneceriam insatisfeitas.

Nas sociedades igualitárias os cidadãos apenas aceitam submeter-se a uma disciplina que respeite a igualdade e que não lhes seja imposta do exterior. Para Tocqueville apenas a fé religiosa, é capaz de criar essa disciplina moral (interior) em cada homem e, de entre as diversas religiões existentes, o cristianismo parece ser aquele que melhor consagra a noção de igualdade. Além disso, é significativo o efeito 'moderador' da religião sobre a vida das sociedades, pelos hábitos de contenção, pela capacidade de regulação da obsessão com a acumulação de bens materiais, favorecendo a tranquilidade e estabilidade (Franco, 2012). Tudo isto é assim, segundo Tocqueville, enquanto a religião for respeitada na sua autonomia relativamente à democracia política.

A experiência e os hábitos comuns dos homens, a sua interação e capacidade de influência reciproca mediante a partilha e construção de diálogos mútuos são o que proporciona a evolução do conhecimento e do progresso. As características que

Tocqueville encontrou na sociedade americana destacam um aspecto importante, revelando que o poder político nos EUA surgiu através da criação de pequenas comunidades locais, por ser a forma mais natural, espontânea e livre de agremiar homens. As comunidades locais norte-americanas, ao contrário do que acontecia na Europa, especialmente em França, integram na sua vivência os costumes, as crenças, as leis e os hábitos de forma livre, com base numa prática que emparelha dois princípios: por um lado, o respeito por um código moral puritano, reverenciador das crenças religiosas e defensor de princípios gerais tais como a condenação do ócio e o desenvolvimento de talentos pessoais; por outro lado, a obediência do direito consuetudinário inglês que consagra a intervenção do povo nos assuntos públicos de votação livre, a responsabilização daqueles que exercem cargos de autoridade, a liberdade individual e o sistema de júri (Franco, 2012).

Os Estados Unidos, como nação recém-fundada[34], instauram de imediato o Estado laico e a liberdade religiosa, o que leva Giddens a afirmar "a liberdade de expressão religiosa foi legalizada pela instituição americana muito antes de existir tolerância religiosa em qualquer outra sociedade ocidental" (Giddens, 2004; p. 533).

Ora, a prática instituída desta liberdade vai conferir à comunidade local dois atributos relevantes: o poder e a independência. O poder é distribuído por vários cidadãos, os quais se tornam detentores de deveres comunais, sentindo-se assim como parte integrante do todo. Por esta razão, Tocqueville equipara as comunidades locais às repúblicas democráticas modernas, e é este pluralismo, ao invés da centralização do poder, das comunidades locais e das associações que neutraliza a tirania da maioria (Franco, 2012). Em França, ao contrário do que aconteceu em Inglaterra, não se verificou uma transição progressiva entre aristocracia e democracia, entre feudalismo e igualdade, impossibilitando assim o aparecimento da liberdade ao nível local.

A procura das razões que conduziram a esta situação levam Tocqueville a estudar o fenómeno da centralização, onde identificou dois modelos: a 'centralização governamental', correspondendo à concentração dos poderes executivo e legislativo da nação; e a 'centralização administrativa', correspondendo à concentração numa única instância o poder de regular e realizar os interesses particulares de todas as

[34] Note-se que os EUA, ao serem uma Nação de raízes protestantes (com a maioria da população a reger-se pelos valores do puritanismo protestante), trazem em sua ética a vocação para o trabalho como uma dádiva divina, constituindo assim um dever a se cumprir com dedicação.

regiões e localidades. A centralização administrativa enfraquece a democracia, a liberdade local e a cidadania, pelo que o desafio do processo de democratização é conseguir manter os poderes separados (Franco, 2012). Este era um aspecto lateral ao nosso trabalho, que não podíamos deixar de referir, mas em que não vamos deter-nos mais por não ter interesse específico na nossa análise.

A vida dos homens nas suas dimensões moral, social, económica desenvolve-se espontaneamente na comunidade onde melhor fica salvaguardada a sua liberdade política. E o que Tocqueville estudou acerca dos hábitos dos americanos revelou-nos que eles estão constantemente envolvidos em todo o tipo de associações (religiosas, morais, sérias, fúteis, gerais, particulares, de vasta ou limitada envergadura), sejam políticas, sejam civis (Franco, 2012).

As associações políticas desenvolvem um papel fundamental nas sociedades democráticas passando o seu desenvolvimento por três fases: i) poder de adesão, quando os homens estabelecem laços de natureza intelectual; ii) poder de reunião, quando homens se agrupam para constituir partido ou movimento mais vasto; e, iii) capacidade de representação, quando formam pequenos governos dentro do governo (Franco, 2012). Só quando se supera estas três fases é que se consegue combater a apatia política dos cidadãos e criar um centro de influência e de acção política para contrabalançar o poder central democrático.

No entanto, em função da sua localização geográfica, as associações podem ser encaradas em diferentes perspectivas, "os europeus olham para a associação política como um instrumento de combate e de duração conjuntural, os americanos encaram-na como um meio duradouro para enfraquecer o império da maioria e fortalecer os argumentos de cada grupo associado" (Sublinhados nossos. Franco, 2012; p. 146)

Entre as condições necessárias, assinaladas por Tocqueville, à liberdade política, ao desenvolvimento da humanidade e à defesa da própria civilização, encontram-se o empreendedorismo e a capacidade de iniciativa individual de cada cidadão democrático. O associativismo consiste nas 'arte' e 'ciência' indispensáveis à sobrevivência e ao progresso da civilização humana, sobretudo em resposta ao individualismo exagerado e à crescente abstração das modernas sociedades democráticas.

Corrobora-se assim que as associações, ao contribuírem para a

materialização do princípio da representatividade, ajudam na obtenção de consensos com vista à estabilidade política e a contrapor a tirania da maioria. Porque uma sociedade democrática, para ser sadia e garantir aos seus cidadãos a capacidade de defenderem a liberdade, tem de evidenciar uma relação proporcionalmente equilibrada entre igualdade e associativismo.

Destacamos, a este propósito, a relevância da imprensa escrita para a democracia que, tal como as associações, através da disseminação por extensos territórios, mantém a população informada da vida nacional, difunde o conhecimento e reconhece-lhe a importância de participar nos assuntos públicos. Nesta perspectiva, a imprensa, ao servir todos independentemente da classe social, acaba por ser o veículo de expressão das diferentes opiniões ou sentimentos de injustiça (Franco, 2012,)

Da análise à obra de Tocqueville é manifesto que o conceito de democracia se move em torno de outros três conceitos, tão ou mais relevantes à sua existência: a liberdade, a igualdade e a virtude cívica. Percebemos que as fronteiras entre estes conceitos são ténues mas se quisermos uma sociedade democrática e justa, onde os homens são livres, então devem ser tomadas algumas precauções na forma como os homens se interligam e relacionam, a fim de evitar a tirania da maioria e o despotismo democrático, os dois grandes perigos da democracia (cfr. Quadro 1 onde sintetizamos o que acabamos de referir).

Quadro 1 – Os tipos de perigo da sociedade democrática

Sociedade Democrática	Tipos	Perigos
Projecto de Cidadania pode gerar dois tipos de sociedades que se distinguem pela acção política	**Tirana** se sofrer desvio pelo processo da igualização: *i) pode afectar as minorias;* *ii) opõe-se ao individualismo.*	**Tirania da Maioria** *É preciso:* *- encontrar forma de limitar e controlar o poder para evitar abusos pois receia-se que a cultura 'igualitária' de uma maioria destrua e reprima as possibilidades de manifestação das minorais;* *- desenvolver hábitos, valores e costumes definidos por uma maioria por forma a que quaisquer actividades ou manifestações de ideias que escapassem ao que a massa da população acreditasse ser a normalidade seriam proibidas.* *- a existência de uma democracia real implica aceitar a divergência de opinião, mesmo que dominante (e assim evita-se a tirania da maioria), para salvaguarda da liberdade individual.*

	Liberal se sofrer desvio pelo processo da igualização: *pode surgir Estado autoritário despótico que chama a si todas as actividades e interfere nas liberdades fundamentais*	**Despotismo Democrático** *É preciso:* *- evitar a concentração de poder que gera tipos de despotismo temidos pelas sociedades democráticas.* *-cuidar da relação da liberdade com a igualdade, para que a primeira não seja asfixiada pela segunda, conduzindo à escravidão;* *- controlar o individualismo oriundo do processo de igualização das condições sociais, porque o homem tem vindo a dedicar-se crescentemente aos assuntos privados, abandonado os negócios públicos, o que permite que o Estado se apodere da administração pública e, consequentemente, intervenha nas liberdades fundamentais dos indivíduos.*
A democracia está associada a um processo igualitário, mas ela deve também permitir aos homens serem livres.		
Fonte: Rohling (2015)		

O grande problema político da teoria de Tocqueville é conseguir conciliar o inevitável aumento do poder social, produzido pela progressiva igualdade de condições, com a participação política dos membros de uma comunidade. A solução encontrada, indo para além das instituições políticas de soberania, foi a concessão das liberdades políticas associadas às vantagens da 'descentralização administrativa' e da criação de 'associações livres', estas últimas assumindo um papel preponderante enquanto agentes da superação do individualismo ao mesmo tempo que ajudam a superar o isolamento humano na democracia.

O patriotismo é uma outra dimensão da cidadania nas sociedades democráticas, embora se tratasse de um sentimento indefinido e difuso que somente nos séculos XVII e XVIII, com o surgimento das grandes monarquias constitucionalistas, se fortificou em associação com o gosto pelos costumes antigos, as memórias e os tempos de outrora.

Foi com o advento da democracia que surgiu o patriotismo, associado ao modo republicano de governo, sobretudo nos EUA (Franco, 2012). Já um novo patriotismo, fundamentando-se no quotidiano da vida local e formando-se na ligação entre as comunidades locais e a vida nacional, só num segundo momento se expande à vida nacional. Aquilo que liga e evidencia o amor de cada cidadão pela comunidade local onde nasceu e viveu é o modo de vida, os costumes, os hábitos e a língua particular que lhe permitem estabelecer laços distintivos e peculiares, de forma especial, à localidade.

O Quadro conceptual do termo 'democracia' aqui traçado irá permitir-nos posteriormente fazer a análise de conteúdo dos discursos dos presidentes Ramalho Eanes e Mário Soares. Procederemos agora à desconstrução analítica da segunda parte da definição anteriormente mencionada como estando na origem etimológica de democracia, nomeadamente o 'poder', aqui entendido como *poder 'carismático'* ou *'simbólico'*. Para este efeito, optámos por nos sustentar em Marx Weber[35] para definir o enquadramento teórico conceptual. Esta escolha deveu-se especialmente à sua tipologia dos três modelos de autoridade, com a autoridade 'burocrático-legal' a exercer grande influência, até aos dias de hoje, na Sociologia, apesar de os outros dois tipos, o 'tradicional' e o 'carismático', terem sido ignorados na maioria das pesquisas empíricas (Friendland, 1964). Foram efetivamente muitos os autores a estudar o conceito de autoridade, mas à nossa investigação interessa sobretudo a abordagem weberiana do poder carismático, pois entendemos que a figura do presidente da República se reveste de um poder secular, o qual advém de um conjunto de características que acabam por lhe conferir 'carisma'.

Para Weber o poder político desempenha uma função social, já que é o canal através do qual se dá a tomada de decisões na sociedade civil, articulando dois modelos, um de autoridade, justificado pela prestação de serviço aos subordinados que aceitam obedecer por reconhecerem essa vantagem, mas também por sentirem o dever moral de o fazer, e um outro de poder e força, que impõe a obrigação de todos se subordinarem às decisões que implicam o conjunto do colectivo

Mas analisar o conceito de poder em Weber remete-nos então imediatamente para o conceito de 'carisma', elemento promotor e permanente das relações de poder, forma pura de dominação legítima, quase como sinónimo de poder. Esta ligação entre poder e carisma resulta nem tanto de ambos se basearem na crença, ou no reconhecimento pessoal do herói (guerreiro), mas antes no facto de ambos terem um carácter eminentemente autoritário e dominador (Ghislandi, 2007).

Para a Sociologia o conceito de poder carismático não tem sido de grande utilidade empírica, por contraposição ao que acontece na Ciência Política, onde ele tem exercido forte influência no pensamento sociológico (Friendland, 1964). O carisma é uma qualidade observável no homem, através dos seus actos e atitudes, que

[35] A escolha deste autor parece ser a mais adequada quer por constituir referência no âmbito da Ciência Política, quer por continuar a exercer uma forte influência no nível do pensamento sociológico.

nunca precisou de confirmação externa por corresponder a uma 'dádiva de graça' de determinada pessoa (Friendland, 1964).

O conceito de carisma torna-se todavia útil quando estudado no seio das mudanças sociais onde ocorre. Por exemplo, em África o carisma genuíno, tem de ser compreendido de acordo com os protagonistas e as circunstâncias sociais em que a sua mensagem foi passada (Friendland, 1964). Para Weber o carisma tem sido um fenómeno recorrente porque as pessoas dotadas do dom da graça - para melhor ou pior - afirmaram sua liderança sob todas as condições históricas pelo que, nessa medida, a forma como os líderes carismáticos incipientes são gerados pode ser uma função, até certo ponto, do sistema cultural que pode encorajar ou impedir o surgimento de fortes personalidades inovadoras. (Friendland, 1964).

Weber entende o 'carisma' como poder já edificado, alicerçado no carácter sacro do chefe, assente na dedicação pessoal do discípulo. É líder carismático quem seja dotado de um conjunto de poderes excepcionais, qualidades sobrenaturais e sobre-humanas com base na inacessibilidade, exemplaridade e origem divinal (Camurça, 1986). São esses 'poderes mágicos' que permitem que o líder carismático exercer influência sobre os demais e, simultaneamente, validar a sua autoridade carismática e justificar a sua liderança. O poder simbólico enquanto poder de fazer crer, de fazer transformar quer a visão do mundo, quer a acção sobre o mundo, é um poder quase mágico que permite obter o que se obtém por recurso à violência (física ou económica).

O poder simbólico define-se na relação entre aqueles que o exercem e os que lhe estão sujeitos na própria estrutura do campo em que se produz e reproduz a crença (Bourdieu, 1989). E, quando assim é, o líder reflete ideais culturais, correspondendo à figura do 'herói', tal como acontece com o presidente da República, Comandante Supremo das Forças Armadas Portuguesas. E o envolvimento do líder com os seus governados está bem patente nos discursos que remetem para a partilha de características identitárias comuns, demostrando, por um lado, a sua preocupação em adequar-se às conjunturas locais, nacionais e regionais e, por outro lado, o seu interesse em manter, mas especialmente aumentar, a popularidade, porque é isso que lhe garante o poder e a sua continuidade (Bord, 2011).

O carisma político baseia o seu reconhecimento na dedicação de seguidores, devoção ao inaudito e glorificação do extraordinário. Esta dedicação geralmente nasce da dificuldade diante de uma crise, a qual, no processo de ser ultrapassada, suscita entusiasmo, pautado na vocação (Camurça, 1968). A influência carismática weberiana tem determinantes sociais distintas a afectar o líder, desde logo, as alterações às condições prévias, como seja uma crise social ou uma mudança social rápida. É, portanto, em tempos de relativa estabilidade que o poder carismático se torna menos visível, simplesmente porque a perspectiva de haver alternativas diminui a hipótese de colher apoios junto aos eleitores.

Importa então saber de onde resulta a autoridade do poder político, pois é difícil distinguir, observar, explicar ou avaliar o poder político senão pelas suas manifestações e realizações exteriores. Apesar de se saber, ou de se crer saber, o que o 'poder' pode fazer, não somos capazes de definir a sua substância nem essência (Loewenstein, p. 1968). A autoridade e o poder político do líder ganham dimensão e importância sempre que a mensagem transmitida é relevante e significativa para os governados, ou seja, a audiência (Friendland, 1964).

Então e qual a relação existente entre o carácter da autoridade e a força ou importância do líder? A força carismática resulta da mobilização política e de toda a dedicação e empenho à causa, podendo levar ao reconhecimento; no entanto, sem a subordinação de um número considerável de indivíduos disposto a aceitar essa obediência, tudo fica posto em causa.

Na relação entre governante e governados, o poder ou a capacidade de o líder se fazer obedecer assenta em diferentes motivos de acatamento, como seja o respeito, a veneração, a consideração, a obediência, todos eles conferindo a legitimidade necessária ao líder. Assim, qualquer abalo desta fé legitimadora tem habitualmente consequências de vasto alcance.

A legitimidade do poder outrora fundamentava-se na prestação de serviços à comunidade, na gestão da palavra, da representação e da redistribuição. Nas sociedades ancestrais, os sistemas simbólicos exerciam uma função política importantíssima, pois legitimavam simultaneamente a dominação de uns (violência simbólica) e a subordinação de outros (Bourdieu, 1989).

Os sistemas simbólicos contribuíram assim para assegurar a dominação de uns, situação a que Weber chamou 'domesticação dos domesticados', os quais tendiam a colocar sempre o capital específico a que deviam a sua posição no topo da

hierarquia dos princípios da hierarquização. Também as relações de poder eram indissociáveis das relações de dominação/subordinação e do território que iam agregando, pelo que, em conjunturas de morte e sucessão, os tempos eram extremamente suscetíveis às manipulações em torno do poder.

A força da autoridade do líder fundamenta-se nos seus estados afectivos e dura enquanto o líder conseguir prever o bem-estar dos seus governados, pois de contrário o seu carisma abandona-o. A autoridade é, segundo Weber, diferente do poder, pois enquanto o poder pode ser exercido contra a resistência do outro, a autoridade implica a legitimação do poder e só o poder legitimado se pode transformar em autoridade, ou dominação legítima (Rocha, 2005). A obediência ao líder surge não em virtude de direito próprio, mas antes em função das regras estatutárias que determinam a quem e por quanto tempo se lhe deve obedecer, porque quem ordena também obedece, este é o princípio basilar do poder (Weber, 2005). Obedece-se pelas qualidades pessoais extraordinárias e sobre-humanas do líder carismático, mas quando este perde a sua semelhança com o divino, ou é despojado da sua força heróica e da fé das massas nas suas qualidades de chefia, também desvanece o seu poder. Em suma a legitimação do líder advém da apreciação carismática que dele tenham os governados, e importa salientar que este poder carismático, no estado puro, tem um carácter plenamente autoritário e dominador.

Curioso nesta dinâmica é que o líder carismático, apesar de representar um tipo de autoridade externa ou transcendente, que se reveste do messianismo inerente à lei divina ou natural, o destino ou o povo, encontra a vocação da sua 'mensagem' dentro de si mesmo, sozinho. Weber considera o carisma uma qualidade altamente individual, significando isso que o sentido de missão vem de um impulso interior e não de uma ordem externa. No entanto, esse mesmo carisma depende do reconhecimento externo da grandeza do líder, bem como do estabelecimento de um vínculo emocional entre líder e público, de modo a surtir efeito (Meddin, 1976). Na sua forma mais pura, esta dominação carismática é a que mais oposição oferece à autoridade estabelecida (tanto tradicional como racional), já que representa exatamente a antítese da regularidade, previsibilidade e rotina que distinguem esta última.

Baseando-se a dominação carismática no carisma pessoal, ela subverte o passado e neste sentido específico é revolucionária. Quando bem-sucedida, é capaz

de transformar os valores e quebrar as normas tradicionais vigentes. A dominação carismática, baseada na crença e devoção ao líder, fundamenta-se na emoção e não é racional (Rocha, 2005; Friendland, 1964). Opõe-se assim à dominação racional-legal, estabelecida com fundamento na lei e no seu cumprimento, a qual encontra na burocracia o tipo tecnicamente mais puro, caracterizando-se por uma racionalização dos Quadros administrativos (Rocha 2007; Camurça, 1986; Friendland, 1964) visível nos Estados democrático-liberais estabelecidos na Europa depois das revoluções americana e francesa. Opõe-se ainda à dominação tradicional-patriarcal (sociedades não capitalistas), estabelecida com base na crença no carácter sagrado das antigas tradições e na legitimidade daqueles que foram chamados pela tradição a exercer a autoridade. A dominação tradicional reencontra-se no feudalismo e nas monarquias, bem como na dominação patriarcal, patrimonial ou de *status* que, estando ligada aos precedentes do passado, vive da sua articulação com as tradições.

Todavia, por corresponder a uma força revolucionária e instável, a dominação carismática tende a ser de curta duração para mais tarde voltar a emergir, naquilo que se designa como a rotinização do carisma. Assim, é preciso prestar atenção às mudanças na estrutura social porque, em regra, fazem emergir e geram incipientes carismáticos, sendo útil aclarar as circunstâncias que imperam ao seu surgimento. Eles acabam por se desenvolver genuinamente, em consonância com um meio envolvente mas também arriscando uma aventura onde o perigo espreita, o que os faz colher apoios dos cidadãos que se identificam e reconhecem o seu valor, tornando-se seus seguidores. Podemos dizer que foi a este fenómeno que Bourdieu (1989) chamou poder simbólico, o qual só pode ser exercido por meio de uma cumplicidade entre aqueles que não querem saber estar-lhe sujeitos e os outros que não querem saber estar a exercê-lo. Neste sentido, ele é invisível. Bourdieu define-o assim,

> "O poder simbólico é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*: (..) uma concepção homogénea do tempo, do espaço, do número, da causa que torna possível a concordância entre as inteligências." (Bourdieu, 1989; p. 9).

Ora, se pensar a democracia só é possível dentro do Quadro conceptual que apresentámos, o qual se impôs na maioria dos Estados do Ocidente, moldando-se às especificidades contextuais, importa apurar quais as particularidades que subjazem ao entendimento de democracia no caso do Estado português. Não poderíamos, no

entanto, prosseguir um trabalho que se baseia na análise do discurso sem fazer referência a Aristóteles, sobretudo pela importância que ele atribui à "arte de produzir discursos, mais precisamente "discursos persuasivos" (*pisteis*), ou seja, argumentações (...)" (Aristóteles, 2005; p. 12).

Com o aparecimento da democracia na antiguidade grega, a retórica evoluiu e elevou-se à 'arte de bem falar' tendo, durante muito tempo, sido representada por Córax, Górgias e Protágoras, não como uma verdade, mas antes como algo verosímil (*eikos*), o que levou a uma multiplicidade de opiniões, quase sempre conflituantes e contraditórias, em torno do objeto do discurso retórico.

A natureza da retórica desencadeou diversas correntes, tendo as concepções clássicas variado em função dos seus autores: enquanto uns encaram a retórica como geradora de persuasão (Córax, Tísias, Górgias e Platão), outros (Aristóteles) defendem que a retórica apenas pretende descobrir os meios de persuasão mais adequados relativos a um dado assunto (Aristóteles, 2005). O que ambas as abordagens têm em comum é o facto de pressuporem que tanto a retórica como o seu estudo pretendem criar e elaborar discursos com fins persuasivos.

Aristóteles fez um trabalho pioneiro louvável ao sistematizar o estudo da retórica, convicto que estava de que não podia aquela ser simples persuasão, mas antes assentar numa distinção e escolha dos meios adequados para persuadir, o que o levou a identificar três classes de meios de persuasão (apelos à audiência): o *ethos*, o *pathos* e o *logos*. Para Aristóteles o ethos é a persuasão exercida pelo próprio orador que, pelo seu carácter e forma como discursa, consegue levar os outros a pensar que é credível; o pathos remete para a capacidade de os próprios ouvintes se sentirem persuadidos quando o discurso do orador lhes desperta emoções; e o logos consiste no exercício de persuasão conseguido pelo próprio discurso quando este comprova uma 'verdade' por meio dos argumentos adequados. O orador usa a razão e o raciocínio na construção de um argumento, significando isto que este deve ser objectivo e, nessa medida, pode ser indutivo, se pretende chegar a conclusões, ou dedutivo, se pretende tirar conclusões específicas. A grande inovação de Aristóteles foi, efectivamente, a de ter destacado o argumento lógico como elemento central na arte da persuasão, no seio da qual a retórica recorre a uma teoria da argumentação persuasiva, o que viria a determinar a análise e interpretação de discursos.

Considera Aristóteles o discurso é o verdadeiro fornecedor de provas de persuasão, podendo estas originar no carácter moral do orador, na disposição do ouvinte ou ainda no grau de verosimilhança do discurso, a saber:

1. *Persuade-se pelo carácter* quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé. De uma maneira geral, acreditamos em pessoas honestas mas sobretudo naquelas que não deixam margem para dúvidas. Note-se que esta confiança tem de resultar do discurso e não de uma opinião prévia sobre o carácter do orador;
2. *Persuade-se pela disposição dos ouvintes* sempre que eles são levados a sentir emoção por meio do discurso, pois os juízos que emitimos variam as matizes dos nossos sentimentos.
3. *Persuadimos pelo discurso* quando mostramos a verdade ou o que parece verdadeiro, a partir do que é persuasivo em cada caso particular.

Um olhar mais atento permite-nos perceber como a retórica teoriza sobre o que parece verdadeiro para pessoas de uma certa condição, assim como também procede a uma dialética (Aristóteles, 2005) uma vez que a sua função é tratar das questões sobre as quais deliberamos e, efectivamente, nós apenas deliberamos sobre aquilo que admite duas possibilidades de solução. Não podemos deliberar sobre o vazio, aquilo que não aconteceu ou que podia ter acontecido. Esta faceta da retórica aristotélica está bem condensada em Edward Corbelt (1971), quando defende a retórica como "produto da experiência consumada de hábeis oradores, a elaboração resultante da análise das suas estratégias, a codificação de preceitos nascidos da experiência com o objetivo de ajudar outros a exercitarem-se corretamente nas técnicas de persuasão" (Corbelt, 1971; p. XI).

Para Aristóteles a retórica não tinha apenas como função "persuadir, mas ver o que cada caso comporta de persuasivo" (Aristóteles, 2005). A retórica consiste assim numa arte, a arte de procurar, em qualquer situação, o meio de persuasão disponível, constituindo um recurso indispensável num mundo de incertezas e conflitos ideológicos. Com efeito, as ideologias são sempre duplamente determinadas – elas devem as suas características mais especificas não só às classe ou frações de classe cujos interesses elas exprimem, mas também aos interesses específicos daquelas que as produzem e à lógica especifica do campo de produção. Isto permite-nos evitar a redução brutal dos produtos ideológicos aos interesses das classes que

eles servem, escapando simultaneamente à ilusão de que as produções ideológicas são autossuficientes e autogeradas, passiveis de uma análise pura (Bourdieu, 1989).

Aristóteles debruça-se sobre a retórica que se ocupa da arte da comunicação, do discurso feito em público com fins persuasivos, razão pela qual consideramos importante esta abordagem para a nossa investigação, uma vez que acresce um contributo significativo à análise dos discursos dos presidentes da República. No século XX, a retórica é recuperada como objecto de estudo de interesse e um dos responsáveis é Chaim Perelman que, juntamente com Lucie Olbrechts-Tyteca, escrevem *O Tratado da Argumentação - A Nova Retórica* (2002), em consequência da generalização das teses relativistas e do descrédito das ideologias (Zagar, 2010).

A *Retórica*, obra de Aristóteles[36] que lançou as bases da retórica ocidental, define-a como a arte de procurar, em qualquer situação, os meios de persuasão disponíveis. Partindo deste entendimento, Perelman desenvolve e completa esta definição, argumentando "que seu objeto é o estudo das técnicas discursivas que visam provocar ou aumentar a adesão das mentes às teses apresentadas a seu assentimento" (Perelman, 2002; p. 5). Este autor adiciona quatro observações para lhe explicitar o alcance: i) a retórica procura persuadir por meio do discurso; ii) respeita a demonstração e a relação da lógica formal, pois uma palavra pode ser interpretada de acordo com vários sentidos e, quando se trata de aclarar uma noção vaga ou confusa, surge o problema da escolha e da decisão que a lógica formal não consegue resolver por o estudo dos argumentos caber à retórica; iii) a adesão a uma tese pode ter intensidade variável pois nunca se sabe com que outra tese ou outro valor ela poderia entrar em competição, em caso de incompatibilidade e, por conseguinte, de escolha inevitável; e, iv) a retórica não se confunde com a lógica formal das ciências positivistas, pois diz respeito mais à adesão do que à verdade propriamente dita: enquanto as verdades são impessoais, a adesão é sempre uma adesão de um ou mais espíritos aos quais nos dirigimos, ou seja, um auditório (Perelman, 2000; p. 143 In Mazzali, 2008).

[36] A Retórica é um texto de autoria de Aristóteles, composto por três livros (I: 1354a - 1377b, II: 1377b - 1403a, III: 1403a - 1420a) onde ele analisa e fundamenta os três géneros retóricos: (i) o deliberativo que procura persuadir ou dissuadir; (ii) o judiciário que acusa ou defende e; (iii) o epidítico que elogia ou censura (Mazzali, 2008).

É a matriz aristotélica e o seu sistema retórico[37] que serve como paradigma para o estudo posterior da retórica que sobrevive, sem grandes mudanças, até o século XIX. Cícero é um dos responsáveis pela difusão da retórica grega, desenvolvendo o modelo aristotélico, pois para ele a arte retórica é razão e eloquência. Pela sua força persuasiva, estas últimas tornavam-se elementos indispensáveis na busca da verdade. A eloquência é um ideal sem o qual qualquer saber é inútil, "incapaz de fazer qualquer bem às cidades" (Mazzali, 2008; p. 11). Para Cícero o orador deve decidir o que está em jogo, porque é ele que tem de falar, decidindo sobre o tema de elocuação. Tal implica que o orador refira: 1) se algo aconteceu ou não; 2) o que aconteceu; 3) qual a natureza / qualidade do que aconteceu; 4) qual o lugar / autoridade apropriados para discutir o que aconteceu.

A teoria clássica da argumentação, que remonta a Aristóteles e Cícero, recorre com frequência a um conceito, o do topos (topoi em plural) aristotélico (esquema argumentativo), que permite interpretar um argumento para chegar a determinada conclusão. O topos é um padrão completo ou uma fórmula, um argumento pronto que pode ser mencionado em determinada fase da fala (para produzir um certo efeito, ou, ainda mais importante, para justificar uma determinada conclusão). Esta compreensão também prevaleceu no Renascimento, com a maioria dos topoi aristotélicos a serem considerados instruções gerais que permitem articular uma conclusão a partir de determinadas premissas. Em tempos recentes, Ruth Wodak veio recuperar o uso dos topoi no âmbito da análise crítica de discurso para testar argumentos falaciosos, devendo o investigador i) identificar clara e inequivocamente argumentos e conclusões num determinado fragmento do discurso, e ii) mostrar como é possível aos topoi estarem relacionados com esses argumentos. Os topoi são

[37] Sobre as partes que compõe o discurso retórico diz Mazzali: "Na composição do discurso a retórica é dividida em quatro fases por seu orador: 1ª fase é a da invenção (heurésis), da concepção do discurso, na qual o inventor (orador) cataloga todos os argumentos (topoi) e os meios de persuasão de acordo com o gênero a que pertença o discurso (deliberativo, judiciário ou epidíctico). É neste momento que se opera a criação dos conceitos que servirão de base para o discurso. A 2ª fase é a da disposição (táxis), da organização do discurso, dividida em cinco partes: exórdio (prooimion), narração (piegésis), confirmação (pistis), digressão (parekbasis) e peroração (epílogos). A 3ª fase é a da elocução (lexis) que é a parte do discurso que trata do estilo, do bom vernáculo; aqui se escolhem as frases com as figuras; e a 4ª fase é a da ação (hypocrisis), fase da pronunciação do discurso, o meio pelo qual se atinge o público (envolve expressão oral e corporal). Aqui se exprimem sentimentos, nem sempre verdadeiros, com o intuito de persuadir o público. Esse é um recurso tipicamente oral. Aristóteles desenvolverá o conceito de entinema (enthymeísthai; considerar, refletir). Acredita-se que o entinema e o exemplo sejam recursos mais lógicos. O entinema é um silogismo, mas é um silogismo truncado, faltando-lhe umas das duas premissas, por estar subentendida (a título de endoxa, uma opinião que não é necessário expor, visto ser "óbvia") (Stirn, 2006, p. 64. In Mazzali 2008).

caracterizados pela sua "generalidade extrema", diz Perelman (1958/1983; pp. 112-113), o que os torna utilizáveis em todas as situações. É a degeneração da retórica e a falta de interesse pelo estudo de lugares comuns que servem de base aos topoi que levaram ao desenvolvimento de uma oratória dirigida contra a fortuna, a sensualidade, a preguiça, etc., apesar do seu caráter extremamente particular (Perelman, 1958/1983).

Os lugares comuns de Perelman caracterizam-se por banalidades que não excluem especificidades e particularidades extremas: esses lugares são nada mais do que lugares comuns aristotélicos aplicados a assuntos particulares. É por isso que há uma tendência a esquecer que os lugares comuns formam um arsenal indispensável no qual todos os que querem persuadir os outros devem encontrar o que procuram.

Para a nova retórica (Perelman e Olbrechts-Tyteca, 1958/1983; p. 113), os topoi são definidos como premissas muito gerais que nos ajudam a construir valores e hierarquias.[38] Perelman fez algumas observações interessantes e importantes sobre o papel e o uso de topoi nas sociedades contemporâneas: por um lado, mesmo que sejam os lugares gerais que mais atraem a nossa atenção, há um interesse inegável em examinar os lugares mais particulares e que são dominantes em diferentes sociedades por nos permitirem caracterizá-los; por outro lado, mesmo quando estamos lidando com lugares muito gerais, é notável que, para cada lugar, possamos encontrar um lugar oposto: por exemplo, à superioridade de duração ocupada por um lugar clássico, podemos opor o precário, ou seja, algo que só dura um momento, correspondente a um lugar romântico (Perelman / Olbrechts-Tyteca, 1958/1983; p. 114).

No nosso trabalho, iremos analisar o discurso político, o qual consiste num subgénero discursivo estratégico que contribui incontestavelmente para a formação da opinião pública, atitudes, opiniões, vontades e desejos (Charaudeau, 2015). E os políticos utilizam o confronto, o antagonismo de posições para sublinhar as diferenças que os separa dos seus adversários, mas também porque ao enfatizarem as suas qualidades e a bondade das suas propostas estão a dramatizar, alertando para os

[38] Na opinião de muitos teóricos da argumentação, *The New Rhetoric* tem três deficiências principais: 1) Perelman e Olbrechts-Tyteca não desenvolvem critérios suficientes para a distinção entre argumentos sonoros e falaciosos; 2) Esses autores raramente fornecem reconstruções explícitas de argumentos, apesar da sua intenção claramente expressa de reconstruir sua estrutura interna; 3) Não desenvolvem critérios sistemáticos para a demarcação de esquemas de argumento" (Zagar, 2010, p. 21).

riscos empolados que uma hipotética escolha dos seus adversários acarretaria (Teles, 2017). Por exemplo, no caso da tomada de posse dos presidentes Ramalho Eanes e Mário Soares, os seus discursos correspondem a um cerimonial de investidura, ritualizado e simbólico, ao mesmo tempo vigilante quanto aos fatores externos e internos, respetiva envolvência e suas dimensões.

Todos nós nos deixamos persuadir pelo que é conveniente – e o que preserva o Estado é conveniente. Mas nunca se discute o quão soberana é a manifestação do soberano, ou como variam as manifestações de soberania consoante a forma de governo (democracia, oligarquia, aristocracia e monarquia). Apesar disso, as escolhas são feitas tendo em conta o fim último de cada uma das formas de governo e o fim último da democracia é a liberdade.

No capítulo seguinte vamos dar conta de como pretendemos desenvolver o nosso trabalho, designadamente a metodologia que iremos seguir com vista a responder às questões que norteiam a nossa investigação.

Capítulo III – Metodologias

Há muito que este trabalho era alvo do nosso particular interesse, pelo que a oportunidade de o levar por diante, por meio de uma investigação enquadrada no âmbito de uma tese de doutoramento, é, por si só, razão suficientemente aliciante e motivadora para a sua realização.

Antes de encetarmos uma análise detalhada, começámos por ler, genericamente, os discursos proferidos pelos presidentes Eanes e Soares que tínhamos disponíveis, sem fazer qualquer seleção prévia, mas antes a deixarmo-nos conduzir pelo relato fascinante dos acontecimentos da época, ao mesmo tempo tão intemporal. Uma vez mergulhados nas diversas conjunturas e enquadramentos, ficámos em condições de tomar decisões quanto às opções que nos iriam nortear na prossecução e desenvolvimento da linha de ação do presente trabalho. Semelhantemente, e não menos importante, para nós, ficou claro quais os caminhos que não queríamos seguir.

A construção metodológica da investigação foi orientada com o intuito de responder às questões que ao longo do trabalho nos foram surgindo de modo a confirmar ou infirmar a nossa hipótese central. Nessa medida, a investigação pretende analisar a construção discursiva do conceito de democracia ao longo de vinte anos nos discursos de dois presidentes da República Portuguesa, Ramalho Eanes e Mário Soares, num período que marca a consolidação da democracia após a ditadura autocrática de quase cinco décadas de Salazar e Caetano, este último apenas na fase final do regime.

Queremos perceber como evoluiu a construção do conceito de democracia e como ele contribuiu para a consolidação de um perfil constitucional daquele que é o órgão de regulação e moderação no sistema de governo do Estado português. Pretendemos estudar o conceito de democracia em Portugal a partir dos discursos dos presidentes da República por serem a figura do Estado que representa a nação portuguesa enquanto identidade coletiva. Escolhemos discursos proferidos em momentos emblemáticos para o país, sobretudo pela relevância que os seus conteúdos podem transmitir para a construção de uma identidade nacional. Propomos

saber quais as categorizações utilizadas, os temas principais, as suas prioridades e perceber como concorrem para o arquétipo da liderança presidencial. O nosso objetivo é compreender de que forma os temas principais e as estratégias discursivas contribuíram para a consolidação da democracia em termos institucionais e como estiveram presentes no discurso presidencial. Seguimos uma abordagem holística, de modo a conseguirmos estudar os diferentes discursos políticos nos seus variados enquadramentos, entendendo-os sempre como parte do todo, no caso do sistema político nacional. Esta opção inviabiliza uma interpretação isolada, impondo a compreensão do contexto sociopolítico, especialmente do que era o sentimento vivido e sentido como democrático no período pós-revolução (Bell, 1997).

No nosso trabalho, vamos por vezes recorrer aos parâmetros da análise de discurso, prática de pesquisa de grande utilidade no âmbito dos estudos de comunicação, apesar de, por vezes, existir um uso abusivo dessa metodologia, quer seja pela falsa crença de que pode responder a tudo, quer pela falta de rigor na sua aplicação (Cárdenas, 2015). O termo 'discurso' é polissémico quanto ao seu termo no sentido comum, podendo ainda estar revestido de alguma ambiguidade. A palavra 'discurso' costuma ser entendida como texto. Mas texto e discurso são palavras distintas: *texto* significa 'manifestação concreta do discurso', logo, 'produto em si', enquanto *discurso* significa "todo o processo de produção linguística que se põe em jogo para produzir algo" (Giménez, 1983; Lozano e Peña-Marin, 1997). O discurso, agregador do texto e da prática discursiva e social, é o que permite apreender as dimensões políticas e ideológicas, defendendo-se, nesta perspetiva, que "os discursos não apenas refletem ou representam entidades e relações sociais, mas também as constroem ou as 'constituem'" (Fairclough, 2001; p. 22). O discurso não é apenas a informação que se transmite, mas sobretudo, o efeito sentido sobre os destinatários da mensagem.

Cárdenas identifica três tendências na conceptualização do discurso: i) a abordagem formalista onde o discurso é entendido como fonte em si mesmo, ou seja, como unidade linguística tomada no seu todo; ii) a abordagem enunciativa onde o discurso é entendido como parte de um modelo de comunicação, definido em função do lugar, espaço e destinatários; e iii) a abordagem materialista onde o discurso é entendido como "prática social vinculada às suas condições sociais de produção e ao seu marco de produção institucional, ideológica, cultural e histórico-conjuntural" (Cárdenas, 2015; p. 377). O discurso é determinado quer pelas posições ideológicas,

quer pelos momentos históricos e sociais em que são produzidas as palavras e os respetivos significados (Cárdenas, 2015).

A análise de discurso é uma metodologia que inclui um conjunto de procedimentos com o objetivo de incidirem num corpus previamente delimitado, onde podemos ainda aplicar conceitos e ferramentas de interpretação[39]. Ela evidencia a importância da comunicação e do discurso na difusão de uma ideologia, razão pela qual a comunicação política é considerada a linguagem do poder.

A Análise do Discurso Político (ADP) tem por objetivo "a análise do discurso do ponto de vista das influências ideológicas e como desvelamento da mobilização do sentido de serviço das relações dissimétricas de poder" (Cárdenas, 2015; p. 379). Não se debruçando sobre o discurso linguístico em si mesmo, ela faz desaparecer e reaparecer as contradições, mostrando o jogo entre o protagonista e a sua ideologia (Foucault, 1969).A análise de discurso precisa de compreender como é que um objeto simbólico produz sentido – e o sentido não está nas próprias palavras, encontrando-se aquém e além delas (Orlandi, 1999). Ela é um instrumento para entender as práticas discursivas produzidas em toda a esfera da vida social onde o uso da palavra faz parte das atividades em que essas práticas se desenvolvem. No nosso caso, servirá para compreender a construção da democracia, tendo em conta as conjunturas e contextos em que os discursos são produzidos (Calsamiglia y Tusón, 1997).

A abordagem do nosso objeto insere-se principalmente no âmbito das ciências da comunicação, recebendo contributos e suportes teóricos de outras ciências sociais, designadamente da ciência política, sociologia e história. Queremos compreender o que as palavras dos presidentes – as repetições, as ausências, a intensidade e as tendências – são suscetíveis de revelar na sua linha de ação. E, para este efeito, as ciências sociais facultam um instrumento, a análise de conteúdo, a qual permite tratar um número alargado de discursos políticos que de outra forma não

[39] Fazemos nota que para além da AD existem ainda as Teorias do Discurso (TD) e os Estudos sobre o Discurso (ED). Embora todas funcionem como subsistemas, encontramos nelas diferenças matriciais: "A Teoria do Discurso resume os aspetos conceptuais que caracterizam o discurso como prática social, as operações que se realizam e os processos gerais em que se inscreve. Esta teoria é um conjunto de juízos sobre o discurso e sobre as suas propriedades, características e eventuais usos. Os Estudos do Discurso (ED) supõem já um trabalho que pode ser de caráter documental e conceptual sem aplicação dos respectivos conceitos a um corpus delimitado. A diferença de matriz consiste no facto de considerarmos a Teoria do Discurso (TD) como uma abordagem basicamente conceptual, enquanto que os Estudos do Discurso (ED) implicam um grau de aplicação sobre alguma realidade sem que haja, necessariamente, a medição da Análise de Discursos (AD) como metodologia de análise sobre um corpo de textos e praticas discursivas" (Cárdenas, 2015; p. 378).

seria possível analisar. Este conjunto de técnicas implica um trabalho exaustivo, com as suas categorizações, codificações, descodificações e aperfeiçoamentos incessantes.

I – O Método

A análise de conteúdo apresenta os dados de modo a poderem ser tratados cientificamente, implicando determinadas qualidades que, se não estiverem presentes, anulam a sua validade (Janeira, 1948). Estas preocupações epistemológicas também inquietam Berelson (1954), o qual afirma que "a análise de conteúdo é uma técnica de investigação que tem por finalidade a descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação" (Bardin, 2011; p. 20). A abordagem de Berelson é por natureza exigente, motivando alguma transposição da parte de alguns autores com o intuito de a tornarem um pouco mais maleável, passando isso pela forma como propõem a sua validação: i) anular toda e qualquer forma de subjetividade para os resultados serem viáveis; ii) considerar exaustiva e sistematicamente todos os elementos que podem servir o fim pretendido; e iii) apresentar quantitativamente os resultados com cálculo das frequências, embora nem sempre assim aconteça.

Quando se estuda toda a complexidade temática e aquilo que esta técnica potencia, ela parece-nos ter elasticidade suficiente para abarcar tudo o que é comunicação social (Janeira, 1972). Esta técnica é um meio através do qual conseguimos detetar valores sociais, imagens, modelos ou símbolos de uma sociedade humana, os quais sobressaem como constantes, evidentes e homogéneos em elementos que, depois de recolhidos em quantidades suficientes, vão ser inventariados. E a partir daqui estabelece-se uma correlação com um índice de frequência, que nos permite perceber que, num contexto específico, esse Quadro referencial produz um conjunto de mensagens possível de estudar de forma objetiva.

É, então, construído um Quadro sociocultural de análise de conteúdo que nos dá uma estrutura estatística (quantitativa), onde se apuram as ocorrências das unidades de análise (unidade de contexto) que viermos a definir. Procura-se, em particular, desmembrar o texto em unidades de significação (unidade de registo), analisando a sua carga avaliativa (avaliativa-qualitativa), isto é, onde os elementos categorizados foram transmitidos, o que transmitiram ou o que se pretendia transmitir

(Janeira, 1972). São dois os objetivos da análise de conteúdo: o primeiro é *superar a incerteza*, ou seja, perceber se aquilo que "eu julgo ver na mensagem estará lá efetivamente contido" (Bardin, 2011; p. 31) e quais são as minhas perceções iniciais passíveis de generalização; e o segundo consiste em *enriquecer a leitura*, ou seja, aprofundar, desenvolver e engrandecer a leitura inaugural para assim aumentarmos o grau de pertinência e produtividade "pela descoberta de conteúdos e de estruturas que confirmam (ou infirmam) o que se procura demonstrar a propósito das mensagens" (Bardin, 2011; p. 31), ou simplesmente clarificar significações que à partida para nós não eram, nem estavam, percetíveis. Estes dois aspetos aliados, o desejo de rigor e a necessidade de descoberta, são a força motriz da análise de conteúdo, o que faz com que as suas técnicas sejam continuamente renovadas em função do domínio e objetivo pretendidos, reinventando-se a cada momento da investigação (Janeira, 1972; Bardin, 2011). A análise de conteúdo consiste assim num conjunto de técnicas de análise de comunicação cujo campo de aplicação é vastíssimo, devendo prevalecer a sistematização do tipo de comunicação de acordo com critérios, tais como protagonistas da comunicação, natureza da comunicação, ocasião da comunicação e por aí em diante.

Bardin defende que "a descrição analítica funciona segundo procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens" (2011; p. 37), devendo, por isso, constituir o primeiro tratamento descritivo a dar à comunicação, quer seja através da análise dos significados (temática), quer seja através da análise dos significantes (lexical). Para Berelson, a análise de conteúdo é "uma técnica de investigação que através de uma descrição objetiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto das comunicações tem por finalidade a interpretação *destas* mesmas comunicações" (Bardin, 2011; p. 38).

Em termos do procedimento da análise categorial podemos, ou não, delimitar as *unidades de registo* (palavra, frase), mas devemos definir as *unidades de contexto*, superiores às unidades de registo, para conseguirmos perceber a significação dos elementos obtidos e os repor no seu contexto (Bardin, 2011). A análise categorial permite *classificar* os elementos de significação constitutivos da mensagem para *deduzir* certos dados, os quais vamos manipular para *inferir* (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o protagonista ou o seu meio (Bardin, 2011; Laperrière, 2008). A principal pretensão da análise de conteúdo é conseguir fornecer técnicas precisas e objetivas que consigam garantir a descoberta de um 'verdadeiro'

significado (Rocha, S. & Deusdará, B., 2005). A análise de conteúdo descreve as situações, mas pretende também interpretar o sentido do que foi dito, podendo, por isso, a investigação empírica incluir:

> "uma série de operações como descrever os fenómenos (nível descritivo), descobrir as suas covariações ou associações (nível correlacional e *grosso modo* objetivo da análise categorial) e ainda descobrir relações de causalidade/de interpretação das dinâmicas sociais em estudo (nível interpretativo e *grosso modo* correspondendo à análise tipológica)." (Guerra, 2006, p. 69)

A análise de conteúdo é "um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/receção (variáveis inferidas) destas mensagens" (Bardin, 2011; p. 44). Ao ter em consideração as significações (conteúdo) e, eventualmente, a forma e distribuição destes conteúdos (índices formais e análise de ocorrência), a análise de conteúdo procura conhecer, captar, aquilo que está por trás das palavras sobre as quais se debruça, ajustando-se e reconstruindo-se em torno dos indicadores e variáveis. Ela segue quatro etapas: 1.ª redução e seleção da informação; 2.ª descrição; 3.ª interpretação/verificação; e 4.ª escrita e divulgação. As análises tipológicas, categoriais e temáticas enquadram-se nas chamadas 'análises descritivas' onde se agrupa a informação em diferentes lógicas, com vista a transmitir as súmulas e, nesse processo, o investigador tem uma forte intervenção.

No nosso trabalho, optámos por três tipos de análise descritivas (a análise tipológica, análise categorial e a análise temática aprofundada), porque necessitámos de ter alguma flexibilidade, ajustando os objetivos da nossa pesquisa para fazer uma análise interpretativa (Guerra, 2006). A **análise tipológica** ordena os discursos, classifica-os de acordo com os critérios previamente estabelecidos e encontra as variáveis escondidas (semelhanças e diferenças) que explicam eventuais variações, ao mesmo tempo que faz uma reconstrução interpretativa da realidade social para melhor a compreendermos (Passeron, 1991). O processo de construção lógica sobre a realidade recorre a tipologias ou ideais-tipo (Weber, 1992) que mais não são do que uma esquematização, ou matriz, do nosso objeto de pesquisa que, por conter reflexões abstratas, nos norteiam na compreensão do real e consentem interpretar os

resultados obtidos com a ideia abstrata que dele construímos, dando-lhe um entendimento sociológico (Schnapper, 1999). A ênfase numa ou várias facetas determinantes da realidade e da subsequente ordenação dos fenómenos, em função de cada dimensão analítica, permite formar um Quadro de pensamento homogéneo irreplicável. A análise categorial identifica variáveis pertinentes que influenciam o fenómeno social coletivo da democracia que estamos a estudar, de forma a captar as variáveis explicativas (embora nem todos os discursos contenham todas as variáveis). Esta análise faz a medição para uma explicação e para a construção de um *tipo ideal*[40]. A análise temática identifica nos discursos os *corpus* centrais e, com recurso ao programa informático NVivo, procede à análise quer da frequência de ocorrência, quer da contextualização das mesmas no âmbito do conteúdo temático. A análise tipológica, categorial e temática aprofundada é uma análise interpretativa onde vamos relacionar o fenómeno social coletivo da democracia com o processo histórico em que ocorre e os seus protagonistas, os presidentes de República. Iremos questionar, neste âmbito, a evolução da democracia face às interrogações que concebemos à luz do nosso objeto de estudo. A interpretação dos dados vai envolver um trabalho intenso e denso, primeiro de inferência da multiplicidade de informações que constitui o nosso objeto de análise e, segundo, de constante triangulação entre a teoria, conceitos e resultados obtidos.

1. A Organização do Material para Análise

Os discursos políticos são 'eventos' formais solenizados, onde a mensagem e destinatários são cuidadosamente estudados, assim como a forma, muitas vezes mais do que o conteúdo. Nós, com a nossa investigação, queremos saber como foi construído o conceito de democracia nos discursos presidenciais de Eanes e Soares ao longo de vinte anos. Apesar de o conceito de democracia ter a sua força e dimensão materializadas na formação da opinião pública, o nosso desígnio rapidamente se confrontou com o problema de existirem 1.279 discursos proferidos

[40] Um tipo ideal é um procedimento muito utilizado na pesquisa científica para fazer comparações de informações empíricas, pois fornece um "Quadro simplificado e esquematizado do objeto da pesquisa com o qual a observação sistemática do real [...] deve ser confrontada" (Schnapper, 2000, p. 30). Depois, através das análises tipológicas, apuram-se "os traços essenciais que permitem efetivamente, consoante os casos, sintetizar as aquisições da pesquisa de modo a delas extrair as características fundamentais ou a elaborar um modelo abstrato com o qual as condutas podem ser comparadas" (Schnapper, 2000, p. 30).

pelos presidentes da República de Portugal, Ramalho Eanes e Mário Soares, ao longo de vinte anos.[41] De facto, este universo incomensurável obrigou-nos a estruturar o trabalho e definir o *corpus*, conjunto de discursos que vamos submeter a procedimentos analíticos, bem como a cumprir todos os requisitos. Possuíamos um conjunto vasto de discursos presidenciais proferidos nas mais diversas ocasiões, o que implicava estabelecer um critério plausível de seleção dos mesmos e, por isso, começámos por os agrupar em dois tipos, conforme abaixo explicitamos.

Discursos de Tipo A – 'Efeméride'

Incluem-se no *'Tipo A – Efeméride'* os discursos que satisfaçam duas condições: i) obedecerem à mesma periodicidade anual e ii) ocorrerem de forma sequencial e interrupta no tempo, pois dessa forma conseguimos criar um elo de ligação entre os dois presidentes. E aqui encontramos todos os discursos proferidos à nação em datas simbólicas e de significativa relevância histórica, onde o presidente exterioriza o seu posicionamento quanto aos factos históricos vividos e suas influências no presente, acabando muitas vezes por fazer o estado da arte da política portuguesa. Considerámos no *'Tipo A – Efeméride'* os discursos presidenciais proferidos por ocasião: a) Ano Novo; b) 25 de Abril; c) Dia de Portugal; e d) Dia da Implantação da República. No período de 1976-1996, estes discursos perfaziam um universo de quarenta discursos, o que nos pareceu ainda um universo amplo.

Assim, tomámos como base de referência o modelo de Seyranian e Bligh (2007), o qual defende que a transformação social ocorre numa sequência temporal, mas em três etapas distintas. Extrapolou-se a partir daí para o nosso caso que trata da construção do conceito de democracia nas duas primeiras décadas após a revolução de Abril, resultando no seguinte: 1.ª Fase de Instauração de Quadros Disruptivos (*frame-breaking*) - o primeiro discurso do 1.º mandato de presidência; 2.ª Fase de Mudança de Quadro (*frame-moving*) - o último discurso do primeiro mandato e o primeiro discurso do segundo mandato de presidência; 3.ª Fase de Realinhamento de Quadros (*frame-realigning*) onde consideramos o último discurso do segundo mandato de presidência. Para representarmos as três fases da transformação social da democracia em Portugal no período em análise – o qual inclui dois presidentes e

[41] O presidente da República Ramalho Eanes proferiu 626 discursos oficiais entre 1976-1986 e o presidente da República Mário Soares proferiu 653 discursos oficiais entre 1986-1996.

quatro mandatos –, selecionámos quatro discursos por cada efeméride: os dois temporalmente mais distantes e os dois mais próximos em Ramalho Eanes e Mário Soares, integrando a amostra os seguintes discursos por efeméride e ano: Ano Novo (1977, 1986, 1987 e 1996), 25 de Abril (1977, 1985, 1986 e 1995), Dia de Portugal (1977, 1985, 1986 e 1995), e Dia da Implantação da República (1977, 1985, 1986 e 1995), amostra esta composta por dezasseis discursos, representando 20% do universo de 80 discursos *'Tipo A – Efeméride'*.

Não seletividade: no '*Tipo A – Efeméride'* não foram selecionados, por razões metodológicas, os discursos de Ano Novo, 25 de Abril, Dia de Portugal e Dia da Implantação da República proferidos nos segundos, terceiros e quartos anos civis do Primeiro Mandato e nos primeiros, segundos e terceiros anos civis do Segundo Mandato. A nossa matriz incide em três momentos dos vinte anos em análise, daí incidindo a escolha nos primeiros discursos dos primeiros mandatos e os últimos discursos dos segundo mandatos (1976/77; 1986/87; e 1996/95), assegurando desta forma a representatividade e a exclusividade.

Discursos de Tipo B – 'Cerimoniático'

Incluem-se no *'Tipo B – Cerimoniático'* os discursos proferidos por Ramalho Eanes e Mário Soares por ocasião das suas tomadas de posse, momento que regista a fronteira e a interceção da sua linha de ação com a esfera do poder executivo, denunciando a multiplicidade de temáticas associadas à situação sociopolítica, bem como as suas preocupações relativamente ao futuro do país. Estes momentos são cerimónias de um tipo peculiar que acabam por levar a reflexões e balanços sobre a nação. Considerámos, no *'Tipo B – Cerimoniático'*, os discursos proferidos por ocasião das tomadas de posse dos presidentes da República, no período de 1976-1996, o que perfaz um universo de quatro discursos. Como pretendemos fazer uma análise vertical (*corte vertical ou diacrónico*) sobre a construção do conceito de democracia, estes discursos trazem o maior interesse e pertinência à presente investigação. Integram assim a nossa amostra os seguintes discursos: Tomada de Posse (1976, 1981, 1986 e 1991) - amostra composta por quatro discursos, representando 100% dos discursos de *'Tipo B – Cerimoniático'*.

As metodologias qualitativas e quantitativas necessitam que tenhamos em atenção os princípios da diversificação e da saturação, pois é neles que reside a capacidade de generalização. O princípio da diversificação foi garantido pela heterogeneidade dos temas dos discursos: quer pela *diversificação externa* – onde integrámos 20 discursos referentes às efemérides do Ano Novo, 25 Abril, Dia de Portugal, Dia da Implantação da República e Tomadas de Posse presidenciais, pois quisemos dar uma visão global do fenómeno da democracia com o maior número possível de situações diversificadas (Guerra, 2006) – quer pela *diversificação interna*, ao considerarmos dois presidentes da República. O princípio da saturação, o qual encontra bases em Glauser e Strauss (1967), é um conceito central na pesquisa qualitativa que pretende cumprir duas funções essenciais: por um lado, indica o momento em que devemos parar a recolha de dados e, por outro lado, permite generalizar os resultados ao universo de trabalho a que o grupo analisado pertence. Em regra, diz-se que o conceito está saturado quando os dados recolhidos já não trazem mais informações novas ou diferentes que justifiquem o aumento da recolha de material empírico. Neste contexto, a saturação é uma categoria de análise, em que nos apercebemos da repetição, fenómeno que denuncia já não haver nada de novo a recolher quanto ao objeto de pesquisa. Não existindo motivo para exceção, a nossa pesquisa passou pelos três graus de maturação: exploração, análise e síntese, e saturação, sendo esta última aquela que nos vai garantir e permitir a generalização.

Utilizámos a palavra amostra, embora alguns autores (Guerra, 2006; Pires, 1997) defendam que esta não é a terminologia mais adequada para nos referirmos ao nosso corpo de análise num sentido não probabilístico. Nem tão pouco se devia discutir no âmbito da análise qualitativa se a amostra é probabilística ou não probabilística (Guerra, 2006; Pires, 1997), pois trata-se de 'casos únicos' (consiste na escolha de uma pessoa ou local para levar a cabo estudo de caso) ou de 'casos múltiplos' (consiste na comparação de diferentes situações). Na análise qualitativa: "Recorre-se à amostra que é de tipo não probabilístico. A amostra não se constitui por acaso, mas em função de características específicas que o investigador quer pesquisar (...) é uma amostra teórica, não probabilística" (Pires, 1997; p. 97). No nosso caso, a construção do corpo de análise foi feita em função de características específicas que nós definimos para a nossa pesquisa, sendo a nossa forma de análise intencional (Pires, 1997b; p. 97).

> "As características da análise qualitativa não facilitam uma definição *a priori* do universo de análise, porque, em primeiro lugar, a pesquisa qualitativa é muito maleável, o objeto evolui, a amostra pode alterar-se ao longo do processo; e, por outro lado, é difícil (se não mesmo impossível) definir uma amostra sem fazer referência ao processo de construção do objeto; assim é quase impossível definir uma amostra para as análises qualitativas, dada a diversidade de objetos e métodos." (Guerra, 2006, p. 43)

Como evidenciámos anteriormente, a nossa seleção teve em conta as regras da *exaustividade* (e de *não seletividade*), da *homogeneidade* patente nos procedimentos de uniformização, e *da representatividade,* ficando o *corpus* constituído por um conjunto de vinte discursos. O *'Tipo A – Efeméride'* dispõe de uma amostra de dezasseis discursos que corresponde a 20% do universo e o *'Tipo B – Cerimoniático'* (Fig. 19) dispõe de uma amostra de quatro discursos que corresponde a 100% do universo. No cômputo geral, ambos os tipos, A e B, perfazem um universo de 84 discursos sendo a nossa amostra de 20 discursos, o que corresponde a 24% do universo.

Figura 19 - Tipo de discurso, categorias, por mandato e ano e por presidente da República. - Corpus da Investigação -

Tipo de discurso	Categorias de discursos	Discursos selecionados por presidente da República			
		Ramalho Eanes		Mário Soares	
		1.º Mandato (ano)	2.º Mandato (ano)	1.º Mandato (ano)	2.º Mandato (ano)
Tipo A Efeméride	Ano Novo	1977	1986	1987	1996
	25 de Abril	1977	1985	1986	1995
	Dia de Portugal	1977	1985	1986	1995
	Implantação da República	1977	1985	1986	1995
Tipo B Cerimoniático	Tomada de Posse RE	1976 (14/7/1976)	1981 (14/1/1981)	----	----
	Tomada de Posse MS	----	----	1986 (9/3/1986)	1991 (9/3/1991)
	Total parcial	**5**	**5**	**5**	**5**
	Totais acumulados	**20**			

Para entender a construção do conceito de democracia em Portugal precisamos de saber o que tradicionalmente é entendido pelo conceito de democracia na Europa e no Ocidente, e de que modo o conceito de poder, bem como a retórica dos líderes políticos são determinantes na consolidação dessa mesma democracia. Pretendemos desenvolver um modelo concetual e analítico que nos conduza a um

Quadro hipotético explicativo da dinâmica social que a nossa investigação interroga (Guerra, 2006). É aqui que a interação entre teoria e empiria é horizontal (sincrónica) e não vertical (como na lógica hipotética dedutiva) e vamos assim definindo o foco da nossa pesquisa.

Iremos construir uma matriz com base nos contributos conceptuais e teóricos para o entendimento da democracia no Ocidente, contributos esses que permitem procurar respostas às nossas indagações. Abaixo, apresentamos um Quadro síntese com o *apport* dos autores que escolhemos para suportar a nossa hipótese.

Figura 20 - Contributos teóricos e conceptuais para análise de conteúdo .

Objetivos	***Conceitos e estratégias retóricas***	***Finalidade***
Analisar como é categorização do conceito de democracia em RE e MS	*Democracia e subcategorias democracia*	*Identificar semelhanças e diferenças no conceito de democracia RE e MS*
Analisar como é expressa a liderança e afirmação do poder em RE e MS	*Poder e subcategorias poder*	*Identificar semelhanças e dissemelhanças nas lideranças presidenciais em RE e MS*
Identificar em RE e MS as palavras que manifestam desencanto e sentimentos de negação (negação)	*Negação (estratégia retórica)*	*Comparar a utilização de palavras que manifestam desencanto e sentimentos de negação em RE e MS*
Perceber em RE e MS como é feita a mobilização do grupo de pertença para os ideais preconizados	*Inclusão (estratégia retórica)*	*Perceber como são estabelecidos os consensos e como RE e MS ganham a confiança dos seguidores*
Identificar outros destinatários da mensagem que não os do Ingroup	*Outgroup (estratégia retórica)*	*Saber como são referenciados os opositores da mensagem*
Identificar os destinatários principais da mensagem	*Ingroup (estratégia retórica)*	*Perceber quem são os destinatários da mensagem*
Perceber a recorrência de verbos bem como a ambivalência	*Linguagem (conceptual +ação e tangibilidade)*	*Identificar que tipos de verbos são utilizados e sua significação*
Reconhecer os temas importantes que sustentam a base do poder de RE e MS	*Temas Principais (estratégia retórica)*	*Comparar temas importantes que sustentam discursos de RE e MS*

A partir dos conceitos apontados com base na revisão de literatura efetuada, vamos produzir um corpo de hipóteses que pretendemos que seja a representação hipotética da democracia nos discursos de Eanes e Soares, como também a interpretação das dinâmicas sociais.

A pergunta principal de investigação é a seguinte:

De que modo é que os temas prioritários dos discursos dos presidentes Ramalho Eanes e Mário Soares contribuíram para a construção do conceito de democracia nos primórdios da IIIª República Portuguesa.

Considerando que esta é uma questão suficientemente aberta, construímos um conjunto de sub-hipóteses intrincadas com as categorias e que são as seguintes:

a) Como é categorizado o conceito de democracia nos discursos dos presidentes Ramalho Eanes (1976/1985) e Mário Soares (1986-1996) ao longo dos dois mandatos? Existem alterações terminológicas entre 1976 e 1996? Onde foram convergentes e se aproximaram? Onde foram divergentes e se afastaram?

   ⇒ Categoria Democracia

b) Como se manifesta a autoridade legítima para afirmação do poder (liderança) dos presidentes Ramalho Eanes (1976/1985) e Mário Soares (1986-1996) ao longo dos dois mandatos?

   ⇒ Categoria Poder

c) Que palavras manifestam desencantamento e sentimentos de negação nos discursos dos presidentes Ramalho Eanes (1976/1985) e Mário Soares (1986-1996)?

   ⇒ Categoria Negação

d) Que expressões/palavras, pertencentes ao acervo cultural, servem de sustentáculo à mobilização da população (Inclusão) nos discursos dos presidentes Ramalho Eanes (1976/1985) e Mário Soares (1986-1996)?

   ⇒ Categoria Inclusão

e) Como está patenteado o grupo de opositores ao sistema (*Outgroup*) nos discursos dos presidentes Ramalho Eanes (1976/1985) e Mário Soares (1986-1996)?

   ⇒ Categoria *Outgroup*

f) Como está exteriorizado o grupo interno de pertença (*Ingroup*) nos discursos dos presidentes Ramalho Eanes (1976/1985) e Mário Soares (1986-1996)?

   ⇒ Categoria *Ingroup*

g) De que maneira os presidentes Ramalho Eanes (1976/1985) e Mário Soares (1986-1996) evidenciam e concretizam os seus propósitos nos discursos?

   ⇒ Categoria Verbos/ambivalência

h) Que temas principais constituíram preocupação dos presidentes Ramalho Eanes (1976/1985) e Mário Soares (1986-1996)? Existem alterações terminológicas entre 1976 e 1996? Onde foram convergentes, onde se aproximaram? Onde foram divergentes, onde se afastaram?

   ⇒ Categoria Temas Principais

Podemos dizer que a investigação se desenvolve, essencialmente, em torno de três grandes eixos:

I. Sintetizar, analisar e avaliar a bibliografia relevante e a investigação existente em Portugal referente à análise de conteúdo dos discursos políticos dos presidentes;
II. Identificar os critérios, aspetos ou motivações que determinam (e em que medida) as diferentes lideranças presidenciais, numa perspetiva comparativa que estará muito atenta à evolução da conjuntura socioeconómica e política;
III. Analisar os discursos presidenciais previamente selecionados e conseguir identificar um conjunto de elementos que nos permitam caracterizar o conceito de democracia.

Preparados os materiais e definido o *corpus* de análise, estão reunidas as condições para avançarmos para as próximas etapas.

2. A Codificação do Material de Análise - Discursos Presidenciais

Esta é uma fase muito importante do nosso trabalho, pois é aqui que vamos codificar os discursos presidenciais. Tal como Bardin refere:

> "a *codificação* corresponde a uma transformação – efetuada segundo regras precisas – dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão; suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices." (Bardin, 2011, p. 129)

Ou ainda, como afirma Holsti (1969), "a codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo" (Bardin, 2011; p. 129).

Com a revisão de literatura, ficámos devidamente documentados acerca dos trabalhos que existem, o que abordaram, a forma como trataram a informação, as metodologias e os recursos que utilizaram, o que indubitavelmente constitui uma mais-valia na hora de elaborar a matriz de análise. Para a construção empírica da matriz, prosseguindo o nosso objetivo, vão concorrer diretamente os contributos de dois modelos, o de Seyranian & Bligh (2008) e o de Schonhardt-Bailey and Yager (2009).

O modelo de Seyranian & Bligh (2008) contribui para a nossa matriz porque define as estratégias retóricas (negação, inclusão, semelhança com seguidores (*Ingroup*), linguagem concetual, inspiração, ação e tangibilidade) utilizadas pelos líderes no decurso de um processo de transformação social, através de uma retórica orientada para o *Ingroup*, com o intuito destes os acompanharem nos ideais/propostas apresentadas. Já referimos anteriormente que esta mudança social ocorre numa sequência temporal, mas em três fases distintas: 1.ª Fase de Instauração de Quadros Disruptivos (*frame-breaking*), 2.ª Fase de Mudança de Quadro (*frame-moving*) e uma 3.ª Fase de Realinhamento de Quadros (*frame-realigning*). Retenhamo-nos nas razões pelas quais estas categorias são relevantes:

1. NEGAÇÃO - Os processos de mudança social na primeira e segunda fase envolvem negar e neutralizar os valores dos grupos convencionais e mobilizar os seguidores (*Ingroup*) para as mudanças propostas do líder carismático através da dupla negação, o que implica negar os valores sociais e pessoais anexados à convenção. Prestou-se particular atenção aos termos de negação que denotam contrações negativas, palavras de função negativas e conjuntos nulos (por exemplo, 'não são, não devem, não, nem nada, nada') e prefixos semânticos ('des' ou 'in'/'im'), pois a segunda fase envolve minar o *status quo* através da dupla negação para mobilizar seguidores em prol da visão do líder.
2. INCLUSÃO – Na segunda fase dos processos de mudança social deve ser destacada a necessidade de mudar os valores pessoais dos

seguidores de um estado neutro para um estado ativo e mobilizar os valores pessoais e sociais em torno da inovação ou, então, da convenção. O líder realiza essa tarefa desafiadora através da construção de consenso e da criação de confiança, designadamente pelo uso de linguagem inclusiva (com elevado grau de eficácia) relevante para a afirmação da identidade social dos seguidores (Tajfel, 1974; Turner, 1981; Haslam *et al*., 2001; Hogg, Hains, & Mason, 1998; Shamir *et al*., 1993) e para enfatizar a sensação de semelhança com os seguidores (Bligh *et al*., 2004a; Fiol *et al*., 1999; Shamir *et al*., 1994). A literatura de influência social mostra que as pessoas são mais propensas a serem persuadidas (Cialdini & Trost, 1998) e a confiar (Fiske, 1998) tanto em membros do grupo como nos indivíduos com os quais partilham semelhanças. Ela mostra igualmente que um veículo retórico para surtir influência envolve a constituição do próprio líder como membro do grupo (Reicher & Hopkins, 1996), o que pode ser parcialmente realizado usando linguagem inclusiva, por exemplo, 'nos', 'Nós'. (Fiol *et al*., 1999).

3. LINGUAGEM CONCEPTUAL (Ambivalência) – Alguns autores defendem que os líderes carismáticos usam níveis de abstração (palavras ambíguas suscetíveis a interpretações múltiplas) em oposição ao concreto para aumentar o sentimento de consenso e confiança, e incentivar os seguidores a calibrarem os seus valores pessoais com aqueles que são defendidos pelo líder (Fiol *et al*., 1999). Outros dizem que há evidências que os líderes carismáticos usam linguagem menos abstrata (conceptual) e mais concreta, nomeadamente através da evocação de imagens (Emrich *et al*., 2001). Efetivamente, os líderes carismáticos usariam mais imagens e menos linguagem conceptual na terceira fase (Fiol *et al*., 1999), onde procuram renavegar e garantir a permanência dos seus valores (Lewin, 1951) ao mesmo tempo que pretendem inspirar seguidores em direção a metas e ações relacionadas com as suas visões. Os líderes carismáticos enfatizam metas vagas e distantes, com resultados utópicos para incentivar a fé dos seguidores num futuro melhor (Shami *et al*., 1993). As pesquisas e a teoria existentes demonstram que os líderes carismáticos podem recorrer mais

ao uso da retórica por forma a inspirar os seguidores em direção a objetivos e ações (na terceira fase). Com efeito, as imagens permitem mobilizar objetivos de forma vaga e distal para provocar um futuro vitorioso e utópico (Shamir *et al*., 1993).

4. AÇÃO E TANGIBILIDADE – Os líderes carismáticos utilizam uma linguagem mais ativa e tangível na terceira fase, após acontecimentos marcantes (por exemplo, os atentados do 11 de Setembro). As atribuições carismáticas podem estar mais ou menos relacionadas com o uso dessas construções retóricas; no entanto, o uso de linguagem menos tangível pode ser um artefacto único de um ambiente pós-crise. Num contexto mais amplo do que uma crise nacional e particularmente num contexto (como aquele que caracteriza a terceira fase), os líderes pretendem persuadir os seus seguidores a se esforçarem continuamente para alcançar os seus objetivos e a visão do mundo que preconizam. Os líderes podem tentar inspirar os seus seguidores através de uma linguagem mais relacionada com a ação, manifestando-se como mais tangível precisamente para destacar e solidificar realizações e objetivos passados e presentes.
5. INSPIRAÇÃO – Para fazer reavivar os valores e as normas inovadoras na terceira fase, os líderes usam a afirmação e os motivadores pessoais do canal desenvolvidos na segunda fase em direção aos seus objetivos e visão (Fiol *et al*., 1999). Os líderes carismáticos afirmam e aumentam a autoestima dos seguidores (Shamor *et al*. 1993), destacam o seu esforço em torno dos valores alegadamente partilhados em comum e capacitam-nos da sua força e confiança para agir em prol do "senso de correção moral" (Shamir *et al*., 1993; p. 582). Para tanto, os líderes recorrem às virtudes abstratas universais dos discípulos e das qualidades morais desejáveis, como, por exemplo, a misericórdia, coragem, sabedoria, patriotismo, etc. A persuasão ocorre quando os líderes enfatizam valores pré-existentes que definem a auto-identidade (Watkins, 2001) e, nessa medida, os valores e as ações inovadoras ainda estão incorporadas nas ideias socialmente convencionais (Fiol *et al*., 1999) e satisfazem a consistência do autoconceito. Ao tentar reconfigurar os valores sociais durante a terceira fase, alguns líderes, os carismáticos, parecem ser mais

> propensos a afirmar os valores dos seguidores, apelando à mobilização em torno de valores pré-existentes e procurando capacitar os seus seguidores por meio de termos inspiradores (por exemplo, virtudes abstratas como coragem, autossacrifício, sabedoria).

Nós vamos utilizar estas cinco categorias de estratégias retóricas no nosso trabalho, por considerarmos que nos ajudam a perceber não só as diferenças entre os dois protagonistas, como também analisar a transformação do fenómeno da democracia ao longo de vinte anos. O outro modelo que teremos em consideração para a elaboração da nossa matriz é o de Schonhardt-Bailey and Yager (2009), o qual faz uma análise comparativa dos discursos de dois líderes políticos, com base nas temáticas consideradas prioritárias, procurando perceber onde as prioridades de cada um se aproximavam e se afastavam.

Assim, a partir dos modelos apresentados e da revisão de literatura efetuada, reunimos dados quantitativos da ocorrência das palavras dos discursos e começámos a desenvolver a nossa matriz, cuja construção obedeceu aos seguintes parâmetros:

1.º - A partir do enquadramento teórico e da abordagem empírica dos diversos autores, descobrimos um conjunto determinado de palavras que nos ajudaram a classificar as categorias referentes à Democracia e Poder – veja-se Fig. 21.

Figura 21 - Referencial das categorias e subcategorias de Democracia e Poder.

Categorias	Subcategorias - Descrição (palavras)	
DEMOCRACIA	1. Associação	11. Liberdade
	2. Bem-estar	12. Necessidade
	3. Cidadania	13. Órgãos/Instituições
	4. Comunidade	14. Participação
	5. Descentralização	15. Patriotismo
	6. Direitos	16. Povo
	7. Estabilidade	17. Religião
	8. Igualdade	18. Republicano/República/republicanismo
	9. Justiça	19. Responsabilidade
	10. Liberalismo	20. Revolução

PODER	1. Aceitação	9. Pacificador
	2. Autoridade	10. Persuasão
	3. Crise	11. Qualidades
	4. Discursivo	12. Simbólico
	5. Exercício da Força	13. Subordinação
	6. Individual	14. Tradicional
	7. Legítimo	15. Violência
	8. Liderança	

2.º - A partir da revisão de literatura com os contributos de Seyranian & Bligh (2008) e de Schonhardt-Bailey & Yager (2009) identificamos seis categorias, para as estratégias de retórica: (1) Negação, (2) Inclusão, (3) *Outgroup*[42], (4) *Ingroup*, (5) Linguagem Conceptual-Ambivalência/Ação e Tangibilidade e, para os temas prioritários: (6) Temas prioritários os quais operacionalizámos com seis subcategorias i) 25 de Abril; ii) Crise, iii) Dimensão Internacional, iv) Futuro; v) Nacionalismo, e vi) Projeto Democrático. Podendo parecer redundante a existência simultânea das categorias de Inclusão e *Ingroup*, desde já aclaramos que uma não anula a outra, antes pelo contrário, complementam-se. A Inclusão agrega todas as referências que remetam para o coletivo social, mas sobretudo para o que advém por via da pertença a esse grupo (participação, direitos), enquanto que o *Ingroup* diz respeito, exclusivamente, àqueles que são os destinatários do discurso.

Estas seis categorias, aliadas às outras duas de Democracia e Poder, serão os nossos principais instrumentos na observação e compreensão da realidade que pretendemos investigar. Importa ressaltar que a codificação que fizemos teve como base os primeiros resultados de uma análise quantitativa de frequência de palavras que realizámos sobre os vinte discursos, conjugados com uma triangulação do Quadro conceptual e teórico, tendo-se procurado construir a unidade de registo. Para melhor evidenciarmos o que referimos, segue-se um Quadro com detalhes da descrição de cada categoria.

[42] A categoria do *Outgroup* foi adicionada por nós para podermos enquadrar todos aqueles que são referenciados nos textos do discurso, mas que, todavia, não são os destinatários da mensagem – é uma identificação ao contrário.

Quadro 2 – Categorias das estratégias retóricas.

CATEGORIAS			DESCRIÇÃO
1 - NEGAÇÃO Palavras de função negativas			Padrão de contrações negativas, palavras com funções negativas
			Conjuntos nulos
			Elementos designativos de negação - prefixos 'in' / im" / "ir"
			Elementos designativos de negação – prefixos "des" exprimem a noção de negação e separação ou cessação (desapontam); exprimem reforço (desencanto)
			Elemento designativo de privação ou negação "sem"
			Partícula disjuntiva e negativa
2 – INCLUSÃO			Palavras que denotam uma identidade social compartilhada; pronomes possessivos (em vez de vosso/vossa)
Subcategorias		*2.1. Identidade social*	Palavras que denotam uma identidade social compartilhada
		2.2. Foco coletivo - Coletividades	Nomes (substantivos) singulares que conotam pluralidade, tendo como função diminuir a especificidade refletindo uma dependência em modalidades categóricas do pensamento. Incluem agrupamentos sociais, grupos de trabalho e entidades geográficas.
		2.3. Referências ao povo	Palavras que referem cidadania (de um modo geral), incluindo as designações sociológica, política e de grupos genéricos
		2.4. Autorreferências	Todas as referências de primeira pessoa que refletem o lócus de atuação residente no ato falante e não no mundo em geral
3 - INGROUP			Todos aqueles a quem o discurso diz respeito e envolve
4 - OUTGROUP			Referências aos opositores do sistema
5 -LINGUAGEM	***Ação – tangibilidade***	*5.1. Ação - agressão*	Verbos que denotam a competição humana e a ação vigorosa, incluindo a energia física, a dominação social, e o objetivo-diretamente.
		5.2. Ação - realização	Verbos que manifestam ações construtivas - que expressam a tarefa-conclusão e o comportamento humano organizado.
		5.3. Ação - passividade	Verbos que denunciam incapacidade - que variam da neutralidade à inatividade, incluindo termos da conformidade, submissão e cessação
	Conceptual l	*5.4. Ambivalência*	Palavras que expressam hesitação ou incerteza, implicando incapacidade ou falta de vontade de um falante para se comprometer o que está sendo dito
6 - TEMAS PRIORITÁRIOS			25 de Abril / Ditadura
			Crise / Recuperar o país
			Dimensão Internacional
			Futuro/Pensar Futuro
			Nacionalismo
			Projeto Democrático

2.1. Unidades de registo e de contexto – fragmentar para classificar

Vamos submeter os discursos à análise de conteúdo, o que significa fragmentar e fazer a rutura com o texto para encontrar as unidades de análise que têm um certo grau de arbitrariedade, já que foram escolhidas em função das perguntas, objetivos e hipóteses da nossa investigação. E foi aqui que iniciámos a escolha da nossa tomada de decisões, conceitos, perguntas-chave, assinalando também o surgimento das primeiras indagações. Constituído o 'Marco Teórico Conceptual' (Cárnedas, 2015), ficamos com uma matriz flexível e que ajuda a tomar decisões metodológicas e a tornar mais rigoroso o olhar sobre os discursos.

Começámos por identificar a unidade de contexto e a unidade de registo. A *unidade de contexto* é uma parte da frase, um segmento, que faz sentido por si só e de onde vamos extrair a unidade de registo – uma ou mais – que será o elemento de significação a codificar ou classificar. Assim, o contexto da *palavra* é a frase e o contexto da frase é o *tema.* E é esta lógica que permite compreender a codificação e significação exata da unidade de registo. Por vezes, é também necessária uma referência ao contexto próximo ou longínquo da unidade a registar (Bardin, 2011). A *unidade de registo* "é a unidade de significação a codificar e corresponde ao segmento de conteúdo a considerar como unidade base visando a categorização e a contagem frequencial" (Bardin, 2011; p. 131) composta pelas *palavras* que consideramos pertinentes para o *tema,* uma vez que estamos a estudar a tendência de um fenómeno social (democracia). Esta pode ser formal (palavra) ou semântica (quando se formam unidades de sentido/ significado) e é o que leva à codificação. Berelson definia o tema como "uma afirmação acerca de um assunto. Quer dizer, uma frase, ou uma frase composta, habitualmente um resumo ou uma frase condensada, por influência da qual pode ser afetado um vasto conjunto de formulações singulares" (Bardin, 2011; p.131).

2.2. Regras de enumeração

Definidas as unidades de registo, importa destacar aquelas que foram as regras da enumeração da nossa investigação:

A *presença (ou ausência*): a presença de elementos de acordo com o definido em matriz pode ser significativo e funcionar como um indicador, assim como a ausência desses mesmos elementos pode veicular um sentido e constituir uma variável importante.

A *frequência*: quantas mais vezes aparecer a ocorrência tanto mais significativa é a expressão/sentido em relação ao que procuro atingir; a regularidade quantitativa é aquilo que se considera como significativo (embora nem sempre os itens tenham o mesmo valor).

A *intensidade*: é relevante quando fazemos uma análise dos valores e ideologias e pode ser considerada em função da semântica dos verbos (qual o tempo verbal), dos advérbios de modo (palavras onde sufixo 'mente' se junta à forma feminina dos adjetivos), dos adjetivos e atributos qualitativos.

Com base na leitura dos discursos, vamos construir uma grelha vertical onde a primeira coluna apresenta as categorias e onde, nas colunas seguintes, vai surgir o número de ocorrências e o contexto em que as mesmas aparecem, permitindo-nos fazer a inferência (Guerra, 2006).

2.3. Análise quantitativa e análise qualitativa

A análise de conteúdo recorre à análise quantitativa para aferir da *frequência de aparição* de determinados elementos na mensagem, daí extraindo os dados descritivos através de um método estatístico fiel, exato e controlado. No entanto, esta metodologia assenta e consiste essencialmente numa análise qualitativa, processo mais intuitivo, maleável e adaptável a índices não previstos, ou à evolução das hipóteses. Por essa razão, é importante atender ao conteúdo da mensagem, mas também ao contexto exterior a este (o enquadramento), ou seja, há que ter em conta quem fala a quem e em que circunstâncias, e quais os acontecimentos anteriores ou paralelos à transmissão da mensagem. O que caracteriza de forma peculiar a análise de conteúdo é o facto de a inferência se fundamentar, sempre que é realizada, na presença do índice (tema, palavra, etc.) e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual. O reconhecimento da objetividade do mundo social e as suas regularidades (Miles & Huberman, 1984) bem como o papel central que nela desempenham as significações construídas pelos atores sociais, levam-nos a procurar

a sistematização e rigor caracterizado pela combinação entre dados objetivos e subjetivos, qualitativos e quantitativos e verificação na elaboração teórica. Ao mesmo tempo, orientamo-nos por uma análise comparativa contínua, contemplando a categorização, o estabelecimento de relação entre categorias, a formulação e verificação de hipóteses sobre essas relações, a especificação das condições de surgimento de um fenómeno e de suas consequências, bem como a passagem da codificação aberta e substantiva à codificação circunscrita e formal.

3 – Categorização

O processo de classificação de elementos de um conjunto chama-se *categorização*, o qual será mais tarde reagrupado de acordo com os critérios previamente definidos: pode ser segundo o género (analogia) ou categoria e, neste caso, agrega um conjunto de elementos (unidades de registo) que será reagrupado sob um título genérico (Bardin, 2011). A *categorização* obrigou-nos a estabelecer uma relação entre cada um dos elementos, sendo o seu reagrupamento feito em função dos aspetos comuns. Pode dizer-se que este é um processo estruturalista, pois, numa primeira fase, inventaria, e, numa segunda, classifica e introduz alguma organização nas mensagens (Laperrièrre, 2008; Bardin, 2011).

A *categorização* dá-nos uma representação simplificada dos dados brutos, os quais na análise quantitativa alimentam as inferências finais. A *categorização* (passagem e dados brutos para dados organizados) fragmenta o texto, mas não deve introduzir desvios (Bardin, 2011), obedecendo às seguintes regras:

Exclusão mútua: cada elemento só pode ser classificado em uma categoria;

Homogeneidade: um conjunto categorial só pode ter um registo e uma dimensão;

Pertinência: quando a categoria está adaptada ao material e o objetivo de análise está escolhido;

Objetividade e fidelidade: a grelha categorial não deve prestar-se à distorção de resultados, sendo desejável que o material seja todo classificado da mesma maneira, ou seja, diferentes codificadores devem chegar a resultados iguais;

Produtividade: quando as categorias fornecem resultados férteis em índices, inferências e hipóteses novas e em dados exatos.

Vamos procurar categorias que ajudem a definir e compreender o conceito de democracia e, para isso, efetuámos *análises horizontais* e *verticais*, permitindo-nos organizar as tipologias interpretativas das variáveis (ou temas) que influenciaram o fenómeno social da democracia e a diversidade de situações em que a mesma ocorre. No capítulo seguinte, vamos divulgar os resultados obtidos. Identificámos as categorias significativas que admitem a *categorização* do conceito de democracia, e que, simultaneamente, apontem algumas dissemelhanças entre os dois protagonistas políticos, partindo do pressuposto que este é um constructo formado no próprio ato discursivo e que não existe como algo 'exterior' ao discurso. Vamos considerar também, nesta evolução do conceito, o modo como os elementos que o integram se relacionam entre si por ser essencial para a compreensão da liderança de cada um dos protagonistas políticos. Para a nossa investigação, depois de se ter procedido à categorização e aplicação das regras, foram identificadas as unidades de registo. Assim, ao Quadro n.º 2, anteriormente apresentado, adicionamos uma coluna com as unidades de registo, onde constam as palavras associadas por categoria, tal como se demonstra nos Quadros seguinte (Quadro nº 3 a Quadro nº 8).

Quadro 3 – Unidades de registo da categoria: Negação.

CATEGORIA (Descrição)	UNIDADES DE REGISTO
1 - NEGAÇÃO	
Padrão de contrações negativas, palavras com funções negativas	Não
Conjuntos nulos	Ninguém, Nenhum
Elementos designativos de negação – prefixos IN	Inaceitáveis, inadmissíveis, inalienável, incapacidade, incapaz, incertezas, incito, incomodidade, incomparável, incompatibilidade, incompetência, incompleta, inconformados, inconformismo, inconsciente, incontestável, inconveniente, incorrecto, indeclinável, indefectível, indefinição, indelével, , indesmentível, indiferentes, indisciplina, indiscutíveis, indissoluvelmente, indomavelmente, indulgente, inegável, inelutável, inesperado, inevitáveis, inexperiência, infelicidade, infelizmente, inflexível, influir, inimaginável, injúrias, injustiça, injustificáveis, injustificável, injustos, insatisfeitos, insegura, insegurança, insensibilidade, insistência, instabilidade, insubstituível, insucedida, insurreccional, insurreição, insuspeitados, intacta, interdependência, intolerância, intransigência, invejável, invencíveis, inverter, inviabilizaram, inviável, inviolável
Elementos designativos de negação – prefixos IM	Impaciência, imparcialidade, impasses, ímpeto, impedirem, impor, imposição, impotente, imprescindíveis, imprescriptível, imprevisibilidade, imprevisíveis, improváveis, impunidade
Elementos designativos de negação – prefixos IRR	Irresponsáveis, irresponsabilidade, irreparáveis, irremediavelmente, irrefutável, irrecusável, irrealistas, irracionalidade
Elementos designativos de negação – prefixos "DES" exprimem a noção de negação e separação ou cessação; exprimem reforço	Desagravar, desagregação, desalojados, desânimo, desastre, desbloqueamento, descaracterização, descolonização, descrença, descrente, descriminação, desculpa, desencanto, desenraizados, desequilíbrios, desfavorecidas, desfeito, desgostem, desgraça, desigualdades, desinteresse, desmente, desmerecido, desmobilizou, desorganização, desprendimento, despreza, desprotegidos, desregulações, desrespeito, dessacralizando, desvario.
Elemento designativo de privação ou negação	Sem
Partícula disjuntiva e negativa	Nem

Quadro 4 – Unidades de registo da categoria: Inclusão.

CATEGORIA (Descrição)	UNIDADES DE REGISTO
2. INCLUSÃO	
2.1. Autorreferências *Todas as referências de primeira pessoa que refletem o lócus de atuação residente no ato falante e não no mundo em geral*	Eu, eu vou, eu sou, eu tenho Me, Sou, Meu(s)/minha(s) Eu mesmo
2.2. Foco coletivo – Coletividades *Nomes (substantivos) singulares que conotam pluralidade, que funcionam para diminuir a especificidade refletindo uma dependência em modalidades categóricas do pensamento. Inclui agrupamentos sociais, grupos de trabalho, e entidades geográficas*	África, africana/o(s), árabes, armadas, artistas, assaltantes, camaradas, cientistas, comandante, compatriotas, conselheiros, continente, corpos, deficientes, demagógicos, diáspora, docentes, emigrantes, empresários, escritores, europeias, europeu(s), exilados, filósofo, gerações, guarda, historiadores, homens, humano(s), indivíduos, industriais, jovens, juventude, mulheres, mundo, nacional, nações, país, pessoal, pobres, professores, profissionais, protagonistas, servidores, território, universalista, velhos
2.3. Identidade social *Palavras que denotam uma identidade social compartilhada*	Eles, Nós, Vós Nos, Nosso(s), Todo(s)
Pronomes possessivos (em vez de vosso/vossa)	Seu(s), Sua(s)
2.4. Referência dos Povos *Palavras que referem cidadania (de um modo geral), incluindo as designações sociológica, política e de grupos genéricos.*	Agências, agentes, aliados, alianças, assembleia, associações, autoridades, candidatos, cidadania, cidadãos, cidade, clientela, clientelismo, comunidade(s), comunitária/o, concidadãos, constitucional, deputados, dirigentes, eleições, eleitoral, eleitos, estadista, geopolíticas, globalização, governo(s), grupos, hemiciclo, legislatura(s), liberais, lusíadas, lusófono/lusófona/lusófonos, Maastricht, magistrados, mandatários, membros, minorias, minoritário, municipais, municipal, municipal*, organização(s), órgão(s), parlamentar, participação, partidos, patriótico/patriótica/patriotismo, povo, presidente(s), regionalização, república, republicano/a(s), sociedade(s), solidariedade, sufrágio, tribunais, voto(s)

Quadro 5 – Unidades de registo da categoria: *Outgroup*.

CATEGORIA (Descrição)	UNIDADES DE REGISTO
3. OUTGROUP	
Referências aos opositores do sistema	Bloqueios
	Categorias rígidas de pensamento, demasiado deterministas
	Derrotámos as ditaduras, que eram o principal inimigo
	Elevando-os acima dos sectarismos, da arrogância e de tentação clientelista
	Fetichismo passadista
	Forças interessadas
	Minoria restrita
	Marginais da política
	Os profetas da desgraça
	Prisioneiros de ceticismo ou de quaisquer sentimentos derrotistas
	Velhos imobilismos
	Parasitas
	Demissionistas
	Retrógrados

Quadro 6 – Unidades de registo da categoria: *Ingroup*.

CATEGORIA (Descrição)	UNIDADES DE REGISTO
4. INGROUP	
Todos aqueles a quem o discurso diz respeito e envolve	Camarada(s)
	Cidadão(s)
	Compatriota(s)
	Comunidade(s)
	Geração
	Juventude
	Nação
	Patriotas
	População
	Portugal
	Português
	Portuguesas(es)
	Povo
	Sociedade

Quadro 7 – Unidades de registo da categoria: Linguagem.

CATEGORIA (Descrição)	UNIDADES DE REGISTO
5. LINGUAGEM	
Ação – tangibilidade	
5.1. Ação - agressão *Verbos que denotam a competição humana, ação vigorosa, incluindo a energia física, a dominação social*	Abandonar, abusar, acabar, afastar, ameaçar, apagar, arrancar, atingir, atraiçoar, bater, cair, carecer, combater, condenar, contestar, contra, degenerar, delapidar, demitir, denunciar, derrotar, derrubar, desagregar, dissociar, eliminar, encerrar, erradicar, esbanjar, estagnar, excluir, exigir, fugir, furtar, impedir, impor, incumbir, intimidar, lutar, menosprezar, negar, obrigar, reconciliar, render, renunciar, reprimir, sacudir, submeter, trair, transgredir, usurpar, violar.
5.2. Ação - passividade *Verbos que denunciam incapacidade (variam da neutralidade à inatividade), incluindo termos da conformidade, submissão e cessação*	Aceitar, abdicar, acatar, acolher, adiar, afastar, assistir, conciliar, confundir, deixar, descuidar, desperdiçar, dispensar, esperar, esquecer, evitar, forjar, iludir, minimizar, obedecer, ocultar, pedir, percorrer, permitir, reconhecer, retomar, tolerar.
5.3. Ação - realização *Verbos que manifestam ações construtivas - que expressam a tarefa realizada e o comportamento humano organizado*	Actuar, afirmar, agir, articular, assegurar, assentar, assumir, atrever, capaz, celebrar, competição, compreender, concertada, conhecer, conquista, conseguir, construir, contar, contribuir, convencer, corrigir, criar, cultivar, dar, defender, definir, desenvolver, designar, dever, elaborar, elevar, empenhar, empreender, enaltecer, encontrar, enfrentar, enraizar, ensinar, entender, escoar, esforçar, estabelecer, estar, explicar, fazer, fomentar, fortalecer, ganhar, garantir, gerir, haver, honrar, influir, investir, manifestar, merecer, mobilizar, modernizar, motor, organizar, orientar, pagar, participar, partilhar, pensar, pertencer, planear, poder, preservar, prever, procurar, produzir, promover, reabrir, reafirmar, realizar, reconstruir, renovar, reorganizar, resistir, saber, ser, servir, superar, ter, trabalhar, transformar, vencer, viver.
Ambivalência	
5.4. Ambivalência *Palavras que expressam hesitação ou incerteza, implicando incapacidade ou falta de vontade de um falante para se comprometer o que está sendo dito*	acaso, adivinhar, alegadamente, ao que tudo indica, aproximado, confundido, decerto, desconfio, dilema, duvida, em algum lugar, eventualmente, hesita, parece, palpita-me, pelos vistos, poderia, possivelmente, presumivelmente, quase, quem sabe, supor, suposição, supostamente, talvez, teoricamente e vago

Quadro 8 – Unidades de registo da categoria: Temas Prioritários.

CATEGORIA (Descrição)	UNIDADES DE REGISTO
6. TEMAS PRIOTIRTÁRIOS	
6.1. 25 de Abril	Autoritarismo / Autoritárias / Autoridade
	Ditadura / Agonias / Agitação
	Esforço
	Esperança
	Ideais – Liberdade, Abril, Revolução, Democracia
	Justiça
	Liberdade(s) / Livre / Livremente
	Maturidade / Bom Senso
	Militar / Militares
	Movimento Patriótico
	Paz
	Revolução / Revolucionária/o(s)
	Sacrifícios / Sacrificada
6.2. Crise / Recuperar o país	Consenso nacional
	Construir / Conquista / Criar / Desafiar / Intervir
	Determinação / Dedicação / Competência
	Confiança / Fé / Fidelidade
	Crise / Dificuldades / Dependência / Sacrifício
	Civismo
	Desesperança / Injustiça Social / Instabilidade
	Honestidade / Capacidade / Integridade Moral
	Identidade /Missão Nacional / Produção
	Mudanças / Evolução
	Prestígio / Eficácia
	Promessa
	Recomeçar / Reconstruir / Reconversão / Recuperação / Renovar / Reformar
6.3. Dimensão Internacional	Abertura
	Adesão CEE / Internacional
	África/africanos
	Comunidade / Território
	Descolonização / Colónias
	Difícil
	Europa / Europeias / Europeus / Comunitário
	Indefinição /sombrio
	Oportunidade
	Vocação
	Mundo

Continuação

CATEGORIA (Descrição)	UNIDADES DE REGISTO
6. TEMAS PRIORITÁRIOS (continuação)	
6.4. Futuro/Pensar Futuro/	Aventura
	Bem-Comum
	Consciente(s)
	Consolidar
	Cultura/ Educação / Formação
	Desenvolvimento
	Devoção
	Direito(s)
	Espírito Crítico
	Exigência(s)
	Gerações/Jovens/Juventude
	Homens Livres
	Humanismo
	Igualdades
	Iniciativa
	Inovação
	Inspiradores / Doutrinadores / Militantes
	Sociedade
	Pensamento
	Poderes
	Sistema
	Tolerância
6.5. Nacionalismo	Continente(s) / Comunidade
	Distrito /Estado / Localidade
	Nacionais / Nacional / Nacionalismos / Nação
	País / Pátria /
	Portuguesa
6.6. Projeto Democrático (bases / pressupostos)	Assembleia / Deputado(s) / Parlamentar
	Cidadania / Instituições / Órgãos / Voto
	Condições / Expectativa(s) Sociais
	Coragem / Orgulho
	Corrupção / Criminalidade / Conflitos
	Democracia (Regime) /Democratas / Democrática/o(s) / Democratização
	Dignidade / Valores
	Ideológica / Ideológicos
	Igualdade / Direitos / Oportunidades / Equilíbrio(s) / Justo
	Legítimo / Legitimidade
	Participação/ Mobilização
	Partidos / Partidária(os)/ Poder /
	Pobres / Excluídos / Marginalizados / Desempregados/ Imigrados / Idosos
	Política/Políticos
	Problemas / Preocupações / Sobressaltos / Perigo(s)
	Projeto (Evolução / Expansão / Modernidade / Mudança, Progresso)
	Modernidade / Progresso / Mudança
	Responsabilidade / Rigor / Ética
	Segurança
	Tempo

4 – A Inferência

Ao realizar uma análise de conteúdo, o nosso objetivo é o de fornecer informações adicionais ao conteúdo da mensagem, consistindo numa vontade de ir mais além de uma leitura superficial dos discursos. Para o efeito, recorremos a:

⇒ Código (codificação), como indicador para conseguirmos revelar realidades subjacentes através, por exemplo, das palavras utilizadas por Mário Soares e Ramalho Eanes nos seus discursos. O que é que esse vocabulário nos revela? Quem diz o quê e a quem? E com que grau de consistência é emitida (e recebida) a mensagem?

⇒ Significação, remetendo para o sentido da mensagem. Que temas estão presentes nos discursos de Ano Novo de Ramalho Eanes? Que temas estão presentes nos discursos do 25 de Abril de Ramalho Eanes? Existe alguma ordem na abordagem dos temas, alguma sequência? Às vezes, os códigos estão ligados a segundas significações (mitos, símbolos, valores). Quais serão os valores contidos na temática dos discursos de Ano Novo, por exemplo?

Como defende Hosti, o que se pretende com qualquer investigação é produzir inferências válidas, a partir dos dados ou, como prefere Namenwirth, a inferência não passa de um termo elegante para designar a indução, a partir dos factos.

Compreende-se assim que a análise de conteúdo seja um excelente instrumento de indicação para investigar as causas (variáveis inferidas) a partir dos efeitos (variáveis de inferência ou indicadores). Indicadores e inferências têm naturezas muito diversas; por exemplo, a variável inferida pode manifestar-se pelo quociente entre palavras da categoria NÓS (nós, eles, nosso, próprio) e a palavra da categoria DEMOCRACIA (cidadania, participação, liberdade), podendo demonstrar-se que o quociente lexical (variável de inferência ou indicador) aumenta significativamente com o passar do tempo e a consolidação da democracia. Nós iremos trabalhar com inferências específicas, tal como Osgood (1959) as entende, ou seja, vamos, desta forma, responder às nossas questões de investigação.

No capítulo IV, abordaremos a discussão dos resultados (inferência e interpretação), momento em que confrontamos os resultados com a teoria utilizada.

Por outras palavras, aqui tornamos os resultados significativos. É também nessa ocasião que iremos discutir que contributos trazem os resultados observados para o conhecimento geral existente sobre o tema.

5 – O Tratamento Estatístico e Qualitativo - Software NVivo.

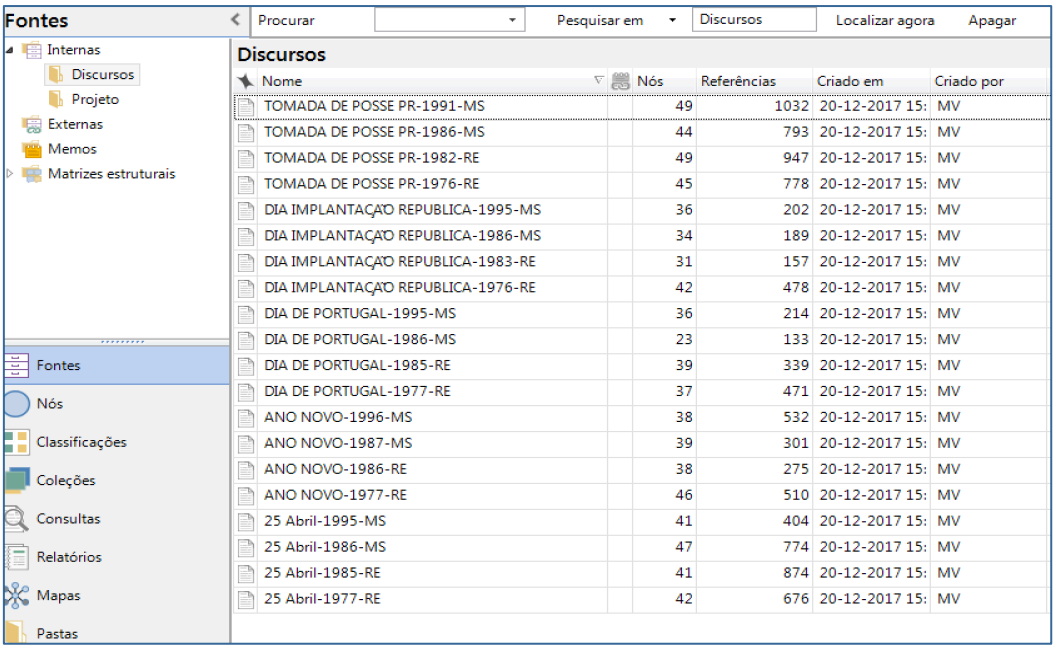
Para o tratamento do nosso material recorremos a um Software de Análise de Dados Qualitativos (SADQ), o Nvivo que é um programa que utiliza bancos de dados – no nosso caso os discursos políticos – possibilitando uma extensão na forma como os textos podem ser trabalhados, proporcionando maneiras de administrar e estruturar os aspectos da análise qualitativa (Gibbs, 2009). As principais funcionalidades nos SAQD's como o Nvivo são o armazenamento de textos (discursos), a criação dos códigos em forma hierárquica, o acesso aos textos codificados ao mesmo tempo que posso aceder à análise dos textos codificados no seu contexto original, a redação de notas ou memorandos (Gibbs, 2009). Seguidamente a codificar podemos controlar, filtrar, efetuar pesquisas e questionar os dados com o objetivo de procurar respostas às nossas questões de investigação. Relativamente à técnica de análise qualitativa, o Nvivo tem funcionalidades específicas para a codificação e categorização, através da criação e manutenção da hierarquia de códigos e associação destes a pontos específicos no material analisado, além de ferramentas de busca otimizadas para estes processos (Saillard, 2011; Schonfelder, 2011). A utilização de SADQs altera o modo com podemos tratar dados qualitativos, uma vez que promovem uma maior facilidade para a visualização de relações entre conjuntos de dados, aumentam a velocidade de resposta através das análises e aumentam a transparência dos trabalhos, pois os softwares automaticamente registram as informações pertinentes às analises realizadas. Neste medida ele é um poderosíssimo instrumento de sintetização da informação, imprescindível para quem, fazendo investigação, precisa de ter os dados sempre organizados, facilitando ainda o refinamento da investigação e a reexaminação sempre que necessário.

Assim, todas as fontes (20 discursos) foram organizadas numa única base de dados no software NVivo e classificados de acordo com os seguintes atributos:

1. Tipo (tipo de discurso, 25 de Abril, Ano Novo, etc.);

2. Ano (ano do discurso);
3. Autor (autor do discurso, Mário Soares ou Ramalho Eanes);
4. Mandato (1.º ou 2.º mandato).

Figura 22 – Fontes do NVivo.



Depois desta organização das fontes, o conteúdo foi analisado e codificado de acordo com as categorias e subcategorias analíticas em estudo, sendo a denominação utilizada no NVivo de nós e sub-nós.

As categorias foram criadas utilizando uma metodologia dedutiva, tendo em conta os resultados da primeira análise feita aos discursos com base num conjunto de categorias previamente definidas de acordo com a literatura e/ou no conhecimento do investigador.

O primeiro processo de codificação foi realizado com base em pesquisas de texto realizadas no software. A pesquisa de texto possibilita a procura de uma palavra-chave, termo ou conceito, onde também é possível agrupar palavras semelhantes de acordo com uma escala com os seguintes níveis:

1. Correspondência exata;
2. Palavras derivadas;
3. Sinónimos;
4. Especializações;

5. Generalizações.

Também a disseminação da informação pode ter vários níveis:

1. Nenhum
2. Referência de codificação
3. Contexto estreito
4. Contexto amplo
5. Contexto personalizado
6. Toda a fonte

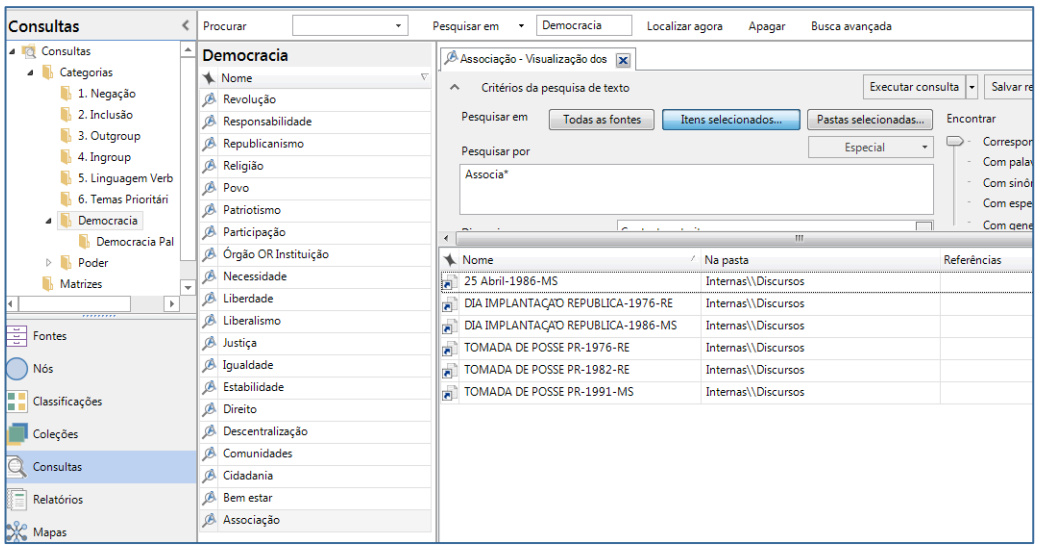
No nosso trabalho o tratamento das categorias contou com algumas variáveis as quais passamos de seguida a explicar de forma detalhada.

A categoria Democracia está operacionalizada com vinte subcategorias e foi parametrizada de acordo com os seguintes requisitos:

I. Pesquisa disseminada para todas por 'campo estreito';
II. Correspondência exata para cinco palavras ('associação', 'bem estar', 'cidadania', 'republicano / república / republicanismo' e revolução);
III. Correspondência por sinónimos para três palavras ('liberalismo', 'povo' e 'religião');
IV. Correspondência por palavras derivadas para as restantes doze palavras ('comunidades', 'descentralização', 'direito', 'estabilidade', 'igualdade', 'justiça', 'liberdade', 'necessidade', 'órgão/instituição', 'participação', 'patriotismo', 'responsabilidade').

Abaixo (Fig. 23) demonstramos o exemplo da categoria Democracia.

Figura 23 – Parametrização da categoria de Democracia.

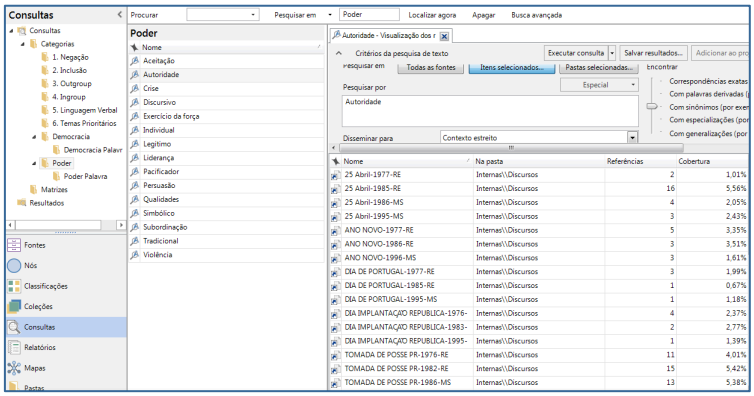


A categoria Poder está operacionalizada com quinze subcategorias e foi parametrizada de acordo com os seguintes requisitos:

I. Pesquisa disseminada para todas por 'campo estreito';
II. Correspondência exata para duas palavras ('aceitação', 'individual');
III. Correspondência por palavras derivadas para duas palavras ('crise' e "exercício da força');
IV. Correspondência por sinónimos para onze palavras ('autoridade', 'discursivo', 'legítimo', 'liderança', 'pacificador', 'persuasão', 'qualidades', 'simbólico', 'subordinação', 'tradicional' e 'violência').

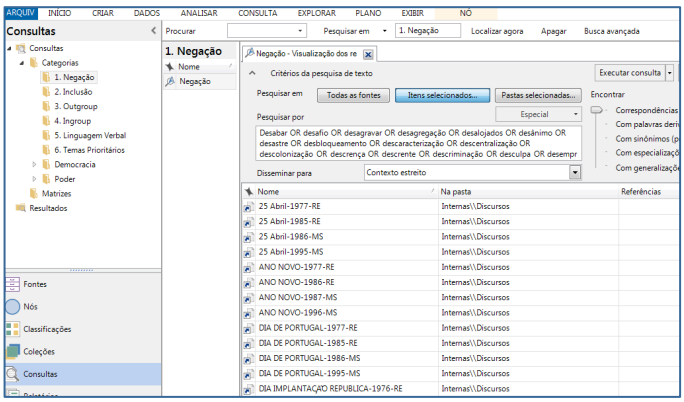
Abaixo (Fig. 24) demonstramos o exemplo da categoria Poder.

Figura 24 – Parametrização da categoria de Poder



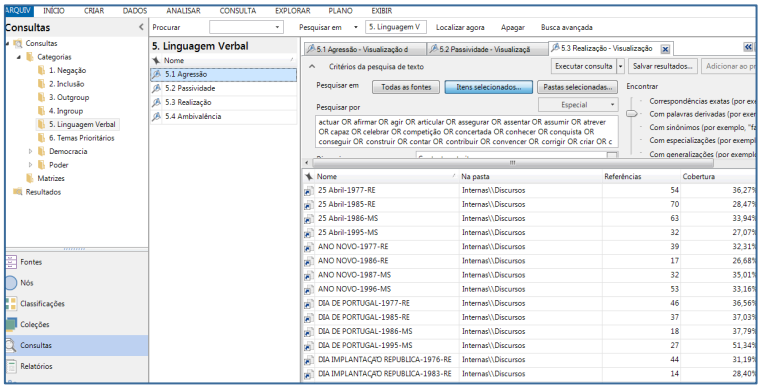
As categorias de Negação, Inclusão, *Outgroup* e *Ingroup*, foram submetidas à pesquisa por 'correspondência exata' e 'campo estreito' conforme o seguinte exemplo. Abaixo (Fig. 25) demonstramos o exemplo da categoria Negação.

Figura 25 – Parametrização da categoria de Negação.



Por último, as categorias de *Linguagem verbal* e *Temas Prioritários* foram submetidas à pesquisa por 'correspondência por palavras derivadas' e 'campo estreito' conforme (Fig. 26) abaixo demonstramos o exemplo da categoria Negação.

Figura 26 – Parametrização da categoria de Linguagem Verbal e Temas Prioritários.



Nesta primeira fase da codificação, foram efetuadas pesquisas de texto com os seguintes parâmetros:

⇒ Termo pesquisado: foram definidos para cada categoria um conjunto de termos/palavras-chave, que possibilitaram a procura e a codificação do conteúdo associado aos termos pesquisados.

⇒ Agrupamento: em alguns casos, os termos de pesquisa foram agrupados em sinónimos, de modo a agrupar palavras semelhantes no mesmo nó.

⇒ Disseminação: cada ocorrência deu origem a uma referência de codificação. Essa ocorrência, foi contextualizada automaticamente pelo software Nvivo num contexto estreito, onde se incluiu na referência as 5 palavras à esquerda e à direita do termo pesquisado.

Numa segunda fase do processo de codificação, foram analisadas todas as referências codificadas pelo processo anterior, procedendo-se depois à sua descodificação e recodificação quando necessário. Este passo foi fundamental para melhorar o grau de fiabilidade do conteúdo codificado através das pesquisas de texto. No caso de algumas categorias houve necessidade de ajustar o campo de pesquisa de 'sinónimos' para 'correspondência exata', uma vez que os resultados estavam a incluir informação pouco relevante para a nossa investigação. Nesta situação encontravam-se todas as subcategorias da categoria Temas Importantes, pelo que foram ajustadas para 'pesquisa palavras derivadas', o que fez aumentar

substancialmente o número de ocorrências (porque o que anteriormente era contabilizado como uma ocorrência – por exemplo, um parágrafo – agora, por força do novo critério, que obriga à contagem unitária, duplica e em alguns casos triplica o número de ocorrências. Em todo o caso, o seu grau de eficácia aumentou substancialmente conferindo à pesquisa maior rigor. Abaixo vejam-se as Fig. 27 e 28, nas subcategorias de '25 de Abril' e 'Projecto Democrático', respectivamente.

Figura 27 – Subcategoria: 25 de Abril.

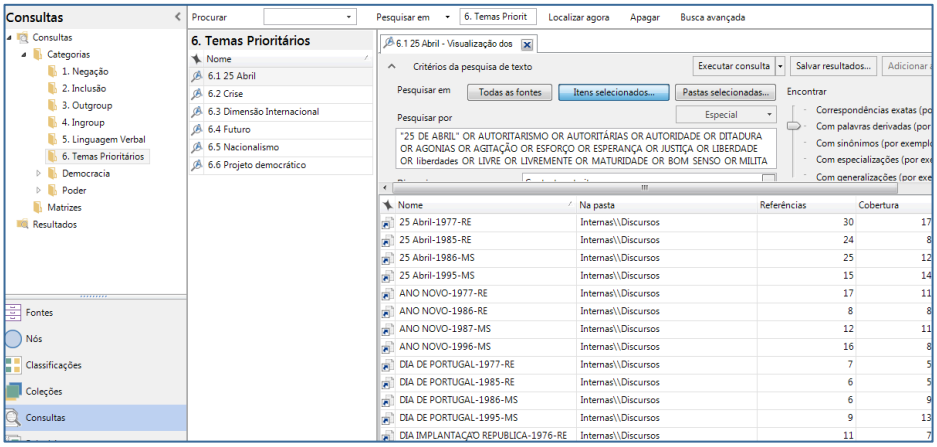
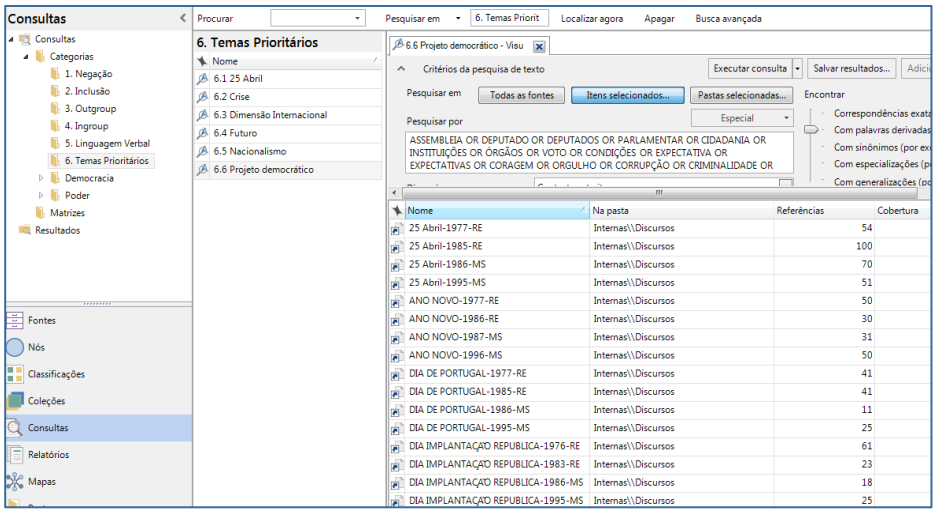
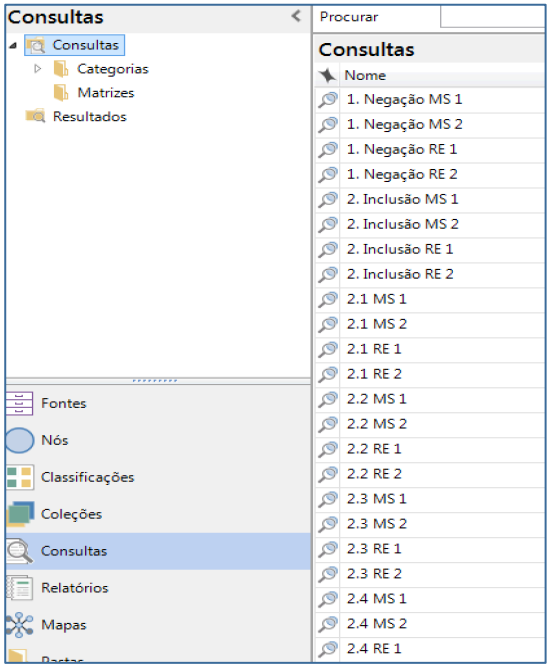


Figura 28 – Subcategoria: Projeto Democrático.



Com o auxílio do software NVivo, construímos um conjunto de consultas que nos permitissem cruzar várias variáveis e assim alcançar os resultados pretendidos (veja-se Fig. 29).

Figura 29 – Consultas por Categorias.



De seguida criaram-se várias matrizes estruturais, onde se cruzaram os conteúdos codificados em vários nós e sub-nós do projeto, de forma a encontrar coocorrências, diferenças, semelhanças ou outro indicador pertinente para a análise.

No próximo capítulo, vamos demonstrar passo a passo os resultados obtidos, recorrendo à frequência de palavras, criação de gráficos, árvores de palavras, análise de cluster e nuvens, com vista a responder às nossas indagações.

Capítulo IV – Análise e discussão de resultados

Neste capítulo vamos apresentar os resultados da nossa investigação, onde utilizamos a análise de conteúdo e o sistema de tratamento de dados NVivo nas fontes (vinte discursos presidenciais), que serviram de base à codificação das oito categorias, as quais têm associado um conjunto de unidades de registo (palavras), de modo a possibilitar encontrar as respostas que procuramos e que vamos discutir.

Pretendemos ressaltar os resultados mais significativos encontrados no trabalho de pesquisa efetuado. Trata-se de uma reflexão crítica, de modo a confrontar os resultados que obtivemos com os resultados de estudos semelhantes, confrontando as ideias de diferentes autores com a nossa própria opinião. Os objetivos, questões de investigação e hipóteses formuladas serão analisados em pormenor.

Começamos por referir que foi o seguinte aspeto que norteou a nossa investigação: saber como o discurso presidencial contribuiu para a construção do conceito de democracia em Portugal; com este objectivo em mente, analisou-se o modo como os temas principais, que sobressaem da análise dos discursos dos dois presidentes da República, contribuíram para a formação de um entendimento comum de democracia no contexto algo conturbado que sucede ao 25 de abril. Isso leva-nos a estabelecer uma ligação entre os discursos políticos dos presidentes Soares e Eanes com o contexto histórico no qual se inscreveram, de modo a compreender influências recíprocas na redefinição do próprio processo de construção democrática e na edificação daquilo que veio a afirmar-se como um Estado democrático moderno.

O Quadro conceptual da nossa investigação tinha como pressuposto a elaboração de uma matriz para o conceito teórico de democracia (Arendt, 1988, 2007; Mill, 1958; Robert Dahl, 2001; Tocqueville, 2000; Putman, 2006) em Portugal. Procurámos responder a um conjunto de indagações: como é categorizado o conceito de democracia nos discursos dos presidentes Ramalho Eanes (1976/1985) e Mário Soares (1986-1996) ao longo dos dois mandatos? Existem alterações terminológicas entre 1976 e 1996? Onde foram convergentes e se aproximaram? Onde foram divergentes e se afastaram?

Atendendo ao volume de informação recolhida, entendemos fazer apresentações distintas para as nossas categorias com o intuito, esperemos alcançado, de as tornar mais percetíveis e interessantes ao leitor. Vamos apresentar e discutir os resultados qualitativos e quantitativos da nossa pesquisa – centrando-nos sempre nas cinco melhores ocorrências, por representarem 25% da amostra – no que se refere às categorias conceptuais de *Democracia* e de *Poder*, para de seguida apresentar os resultados das Estratégias Retóricas, constituída por seis categorias: (1) *Negação*; (2) *Inclusão*; (3) *Outgroup*; (4) *Ingroup*; (5) *Linguagem*: *Verbos* / *Ambivalência* e (6) *Temas principais*, os quais estão também divididos pelas seguintes sub-categorias: 6.1. "25 de abril"; 6.2. "Crise"; 6.3. "Dimensão internacional"; 6.4. "Nacionalismo"; 6.5. "Futuro"; e, 6.6. "Projeto democrático".

A. Resultadis das categorias de Democracia e Poder

Vamos apresentar os dados quantitativos e qualitativos que resultaram da nossa investigação relativamente aos dois conceitos centrais da nossa tese, democracia e poder.

Categoria de Democracia – Dimensão palavra e acoplado

Começamos por referir que trabalhámos a categoria *Democracia* em duas dimensões distintas: numa, construímos uma pesquisa geral em torno de palavras da mesma família (designámo-la de *Democracia–palavra*); e, noutra, construímos uma pesquisa em torno de vinte subcategorias (designámo-la de *Democracia-acoplado*)[43], tendo ambas as pesquisas sido submetidas às especificações que detalhámos no capítulo anterior. O nosso objetivo era perceber se a categoria *Democracia* mantinha os mesmos padrões e resultados quando pesquisada apenas pela palavra ou quando operacionalizada através de um conjunto de subcategorias.

[43] No capítulo III explicámos que apuramos as vinte subcategorias de *Democracia* a partir do enquadramento teórico e da abordagem empírica dos diversos autores onde descobrimos um conjunto determinado de palavras que nos ajudaram a classificar esta categoria, as quais foram posteriormente corroboradas pela pesquisa de dados quantitativos da ocorrência das palavras dos discursos.

A primeira consistiu na pesquisa de um grupo de palavras da mesma família de *Democracia* (democrático, democrática, democráticos, democráticas, democratização e democratas) com o objetivo de despistar o número de ocorrências e prevalências. A pesquisa da dimensão *democracia-palavra* obteve 177 referências, variando o intervalo maior entre 24-1, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 17,28% e 1,49%. É Ramalho Eanes quem reúne o maior número de ocorrências, 111 referências, contra 66 de Mário Soares, sendo estas mais salientes nos discursos de Tomada de Posse (1976, 1981, 1986), 25 de abril (1985) e Dia da Implantação da República (1976), conforme podemos observar pelos resultados espelhados no Quadro 9.

Quadro 9 - Distribuição das ocorrências para as palavras derivadas de Democracia (dimensão democracia-palavra) pelos diferentes tipos de discursos.

Tipo de Discurso	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**24**	17,28%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**21**	12,80%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**18**	14,61%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	**16**	16,43%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	**14**	19,04%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	12	11,54%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	12	7,17%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	12	19,36%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	10	13,43%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	9	12,92%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	7	11,45%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	5	14,57%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	4	8,45%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	3	7,72%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	3	8,13%
ANO NOVO	M. Soares	1996	3	2,92%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	1	3,40%
ANO NOVO	M. Soares	1987	1	2,08%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	1	3,51%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	1	1,49%
TOTAL DE REFERÊNCIAS			**177**	

A segunda consistiu numa pesquisa em torno da categoria *Democracia* (dimensão *democracia-acoplada*), que originalmente teve indexadas dezassete subcategorias, resultantes da revisão de literatura e dos contributos de cada um dos autores, o que nos permitiu operacionalizar a investigação e criar no NVivo os "nós" e os "sub-nós". Os primeiros resultados vieram demonstrar que um grupo de palavras

relevantes na literatura havia ficado de fora, levando-nos a fazer um reajuste nas subcategorias associadas à categoria de *Democracia* e a adicionar-lhe mais três: "participação", "justiça" e "órgãos/ instituições", ficando assim em vinte subcategorias as correspondências à categoria de *Democracia*.

O que a pesquisa revelou foi a pertinência da subcategorização atribuída à categoria *Democracia*: ("Associação", "Bem-estar", "Cidadania", "Comunidades", "Descentralização", "Direitos", "Estabilidade", "Igualdade", "Justiça", "Liberalismo" "Liberdade", "Necessidade", "Órgão e Instituições", "Participação", "Patriotismo", "Povo", "Religião", "Republicanismo", "Responsabilidade" e "Revolução"), pois os resultados obtidos evidenciam uma maior expressividade de ocorrências, encontrando 935 referências para a categoria *Democracia* (dimensão *democracia-acoplada*). Dos resultados apurados evidencia-se uma ocorrência de palavras por discurso que varia no intervalo maior entre 19-97, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 36,22% e 43,37%. Mário Soares é o protagonista de ambos os resultados: no discurso do Dia de Portugal (1986) regista o valor mais baixo e no discurso de Tomada de Posse (1991) do segundo mandato regista o valor mais alto. Outro dado interessante: Ramalho Eanes é quem reúne o maior número de ocorrências, 495 referências contra 440 de Mário Soares, mas é Mário Soares quem tem maior cobertura global, 461,74% contra 438,17% de Eanes, salientando-se estas nos discursos de Tomada de Posse (1976, 1981, 1986 e 1991), e do 25 de abril (1986), conforme explicitado no Quadro 10.

Quadro 10 - Distribuição da ocorrência da categoria de *Democracia*, que agrupa vinte subcategorias (dimensão acoplada), pelos diferentes tipos de discursos.

Tipo de Discurso	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**97**	43,37%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**83**	43,50%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	**82**	58,15%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**76**	50,89%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	**64**	44,17%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	63	57,78%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	61	58,03%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	57	30,62%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	49	44,66%
ANO NOVO	M. Soares	1996	47	43,53%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	33	38,72%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	32	39,21%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	30	42,08%

ANO NOVO	M. Soares	1987	28	41,81%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	27	65,23%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	25	36,72%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	22	48,11%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	21	42,43%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	19	34,67%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	19	36,22%
TOTAL DE REFERÊNCIAS			**935**	

Relativamente a esta categoria, parece-nos existir aqui uma tendência quanto ao tipo de discurso, uma vez que a maioria das ocorrências das subcategorias se encontram nos discursos relativos à Tomada de Posse e 25 de abril. Isto pode significar que, num país onde a democracia começava a dar os primeiros passos, as Tomadas de Posse acabam por ser momentos fortemente solenizados e ritualizados, constituindo ocasião relevante para a afirmação dos valores e princípios do Estado democrático, sobretudo a partir de uma figura que foi eleita pelo "povo".

De um modo geral, e se compararmos os resultados globais de categoria *Democracia* nas duas dimensões (palavra e acoplado), fica bem patente que é na dimensão acoplado que as ocorrências ganham maior expressão e que de modo incontestável apontam os discursos de Tomadas de Posse como os grandes portadores dessa informação. Outra diferença a destacar é quanto ao protagonista: na família de palavras *democracia* (dimensão *democracia-palavra*) lidera Ramalho Eanes, enquanto que na categoria *Democracia* (dimensão *democracia-acoplada*) lidera Mário Soares.

Seguidamente, vamos percecionar como o resultado de 935 referências para a categoria *Democracia* se encontra distribuído pelas vinte subcategorias.

Como se verifica, as subcategorias "povo", "responsabilidade", "liberdade", "órgão/instituições" e "direitos" lideram as ocorrências, apesar de a primeira se destacar com cerca de 1/3 do total das ocorrências. As subcategorias "participação", "justiça" e "órgãos/ instituições" – que foram adicionadas após os primeiros resultados indicarem a sua relevância – encontram-se bem posicionadas: uma delas encontra-se numa posição cimeira e as outras duas encontram-se nas primeiras dez posições da tabela. Para além disso, as três destacam-se pela extensão de fontes onde são referenciadas – veja-se o Quadro 11 com os resultados das ocorrências das subcategorias de *Democracia*.

Quadro 11 – Distribuição de ocorrências das subcategorias de *Democracia*.

Designação da Subcategoria	Fontes	Referências
Povo	19	**305**
Responsabilidade	19	**100**
Liberdade	19	**83**
Órgão e Instituições	15	**71**
Direitos	17	**61**
Comunidade	14	60
Participação	15	48
Liberalismo	16	39
Justiça	14	31
Revolução	12	28
Estabilidade	9	26
Necessidade	9	16
Bem-estar	8	11
Igualdade	8	11
Patriotismo	7	9
Descentralização	5	8
Republicanismo	2	8
Associação	6	7
Cidadania	6	7
Religião	6	6
TOTAL DE REFERÊNCIAS		**935**

Considerando que o interesse do trabalho se pode perder pelo excesso de informação recolhida, o que obviamente não pretendemos, foi difícil encontrar um critério que presidisse à seleção dos "textos" a divulgar. Atendendo a que a frequência das palavras é, quase sempre, o elemento que nos reconduz na investigação, optámos, relativamente à categoria de *Democracia*, por apresentar dados qualitativos das cinco categorias com mais ocorrências "Povo", "Responsabilidade", "Liberdade", "Órgãos/Instituições" e "Direitos", correspondendo a 66,4% do total de resultados, o que nos parece expressivo para critério. Apresentamos de seguida alguns conteúdos de texto destas subcategorias, aqueles em que estão mais salientes, quer pelo número de repetições, quer pelo contexto que enformam, organizados pelo tipo de discurso, onde se evidencia a "força" da palavra categorizada.

Subcategoria "Povo"

A subcategoria "Povo" tem 305 ocorrências, variando o intervalo maior entre 3-38 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 10,09% e 22,75%. No global, é Ramalho Eanes que tem mais ocorrências, 175 referências contra 130 de Mário Soares, mas, se nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, é Mário Soares quem prevalece com maiores ocorrências nos discursos de Tomada de Posse (1986 e 1991) e discurso do 25 de abril (1986) – veja-se o Quadro 12 com a distribuição pelos diferentes tipos de discurso.

Quadro 12 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Povo" pelos diferentes tipos de discurso de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE PR	M. Soares	1991	**38**	22,75%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	**33**	39,73%
TOMADA DE POSSE PR	R. Eanes	1976	**32**	27,89%
TOMADA DE POSSE PR	M. Soares	1986	**23**	19,12%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	**23**	21,21%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	22	28,30%
ANO NOVO	M. Soares	1996	19	19,52%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	19	11,90%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	17	26,32%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	17	22,11%
TOMADA DE POSSE PR	R. Eanes	1981	14	9,07%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	12	21,00%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	6	11,78%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	6	15,83%
ANO NOVO	M. Soares	1987	6	17,60%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	6	19,88%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	5	7,11%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	4	14,90%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	3	10,09%
TOTAL DE REFERÊNCIAS			**305**	

Na subcategoria "Povo" são os discursos de Tomada de Posse que lideram as ocorrências, com 107 referências, seguindo-se os do 25 de abril (80 referências), os de Ano Novo (53 referências), os do Dia de Portugal (39 referências) e, por último, os do Dia da Implantação da República (26 referências). Se compararmos os protagonistas por tipo de discurso, verificamos que Ramalho Eanes, no segundo mandato (1981), diminuiu o uso desta palavra em todos os tipos de discursos em cerca de 50%, enquanto Mário Soares aumentou a sua utilização no segundo mandato

(1996). A única exceção ao referido é o discurso do 25 de abril de 1995. No início das funções presidenciais, Ramalho Eanes teve necessidade de fazer um apelo expresso ao coletivo e ao *Ingroup*, o qual estava desmoralizado devido à história política recente, onde habitualmente não era tido nem considerado, com vista a agremiar a população ao projeto que pretendia desenvolver no país. Mário Soares, no seu primeiro mandato, recuperou ligeiramente a utilização e força que esta palavra parecia ter perdido no segundo mandato de Eanes, isto apesar de ser no seu segundo mandato (1991) que encontramos o maior número de referências, com exceção para o discurso do 25 de abril.

Percebemos pelos resultados alcançados relativamente ao uso desta subcategoria que Ramalho Eanes e Mário Soares divergem nos anos mais próximos e convergem nos anos mais distantes. Mas, para melhor visionarmos, seguem-se os Quadros 13 e 14 onde contextualizamos a utilização da subcategoria "Povo" nos discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril.

Quadro 13 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Povo" nos discursos de Tomada de Posse de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
1.ª TOMADA DE POSSE (1976) CONTEÚDO / Cobertura %	**1.ª TOMADA DE POSSE (1986) CONTEÚDO / Cobertura %**
Mas a firmeza com que o **povo** português soube responder a todas as situações ditatoriais, a sua determinação de viver a liberdade e a paz demostram a justeza do programa do MFA e a firme adesão do **povo** português a sua mensagem, que em 25 de novembro de 1975 ficou de novo claramente expressa **1,33%** (...) serenamente, contribuindo de modo decisivo para um consciente empenhamento do **povo** português nas ingentes tarefas da reconstrução nacional (...). Esta hora é de optimismo e de esperança. Mas julgo que trairia as expectativas do **povo** que me elegeu, se não tivesse dado testemunho de alguns dos principais problemas que a todos afligem. **1,86%** Somos um **povo** amante da paz e queremos contribuir activamente para uma solução pacífica dos problemas que afligem a vida dos povos. **3,06%** Saibamos todos ser dignos dessa história e	Foi com igual humildade e com sentido pesado das responsabilidades que assumi, perante os Senhores Deputados, legítimos representantes do **povo** português, o meu compromisso para com a Nação. **1,27%** A sua ilustre presença é um testemunho de solidariedade para com o **Povo Português**, que muito me sensibiliza. **1,42%** Os **Portugueses** têm a garantia de que tudo farei para as evitar, poupando perdas de tempo irreparáveis e recursos que nos fazem falta e serão melhor aplicados numa estratégia nacional de desenvolvimento (...) **1,54%** o poder local tem modificado, com as suas realizações, a própria estrutura de Portugal e trazido às **populações** melhoramentos sem paralelo na nossa história (...) **0,94%** É na fidelidade a esses princípios e responsabilidades que continuaremos a afirmar e a lutar, na medida das nossas

deste futuro; saibamos ser dignos do **povo** a que pertencemos – e que Portugal se cumpra em Portugal. **0,70%**	possibilidades, pelo direito imprescritível do povo de Timor Leste à autodeterminação e independência. **0,93%**
2.ª TOMADA DE POSSE (1981) CONTEÚDO / Cobertura %	**2.ª TOMADA DE POSSE (1991) CONTEÚDO / Cobertura %**
Por isso encontro o primeiro e mais importante resultado da minha reeleição na expressão clara da vontade do **povo** português em manter, sem rupturas, o processo democrático aberto em **0,61%** A solidariedade social, resultante da integração de cada **cidadão** na comunidade nacional, impõe que se assumam inteiramente as exigências (...) **0,69%** Fizemos o mundo conhecido, relacionámos culturas, desenvolvemos a convivência fraterna com outros **povos**, contribuímos para a concepção aberta e ecuménica que marca a cultura europeia **0,71%** (...) Essas condições aumentaram a capacidade de realização e de satisfação das necessidades das **populações** e deram uma consciência mais firme, porque mais flexível, à unidade nacional. **1,05%** (...) como Presidente de todos os **portugueses**, perante esta assembleia e perante o país, o compromisso solene de defender e de garantir a nossa democracia **0,55%** Saibamos todos ser dignos da nossa história e do nosso futuro. Saibamos ser dignos do **povo** a que pertencemos. **0,52 %**	(...) as minhas primeiras palavras serão para agradecer, com humildade sincera e pleno sentido das minhas responsabilidades, ao **Povo Português**, fundamento primeiro e último da soberania nacional (...) **0,75%** constitucional, do regular funcionamento das instituições democráticas, legitimadas pelo voto **popular**, e dos princípios inspiradores do Estado de Direito, que somos **0,65%** Conheço hoje melhor Portugal e os **portugueses**. Percorri o País em todos os sentidos, de norte a sul, do litoral **0,48%** Não entro, obviamente, nessa problemática eleitoral que respeita principalmente aos partidos e que o **Povo Português**, em plena liberdade, deverá dirimir. **0,59%** Aproveito este momento solene para saudar carinhosamente a **população** de Macau, na pessoa dos seus legítimos representantes, aqui presentes (...) **0,61%** estimulando, ao mesmo tempo, o espírito crítico dos **cidadãos**, a inovação, em todos os domínios da vida nacional e a criatividade da Sociedade Civil, tão necessárias. **0,52%**

Quadro 14 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Povo" nos discursos do 25 de abril de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	**MÁRIO SOARES**
25 DE ABRIL (1977) CONTEÚDO / Cobertura %	**25 DE ABRIL (1986) CONTEÚDO / Cobertura %**
Esta cerimónia marca o ponto mais alto nos actos com que o **povo** português tem vindo a celebrar o 25 de abril. Nos dois anos anteriores o povo celebrou-o exercendo os direitos reassumidos: votou – e através do seu voto ergueu as traves mestras da nova sociedade. **1,55%** Somos uma **geração** de sacrifício: quantos	(...) mas antes de convivência cívica e de verdadeira concórdia nacional, sem discriminações, e tendo por único fundamento o respeito mais absoluto pela vontade popular livremente expressa pelos Portugueses. **1,66%** de origem própria e alheia, mas importa reconhecer que o **Povo Português,** em todas

de nós em busca do pão ou por força do dever abandonámos a terra e a família, o país e os amigos para voltar, tantos anos depois, marcados pelos (...) **1,95%** Mas não sou eu o único **português** que assumiu compromissos com a nação. Porque recuso demitir-me das responsabilidades que o **povo português** colocou sobre os meus ombros, é meu dever exigir aos meus **compatriotas** que estejam à altura das suas próprias responsabilidades (...) **2,58%**	as circunstâncias, teve sempre a sabedoria, nas **0,86%** Portugal está hoje em condições de retomar um papel importante (...) na linha da sua história, da sua velha e original cultura, da vocação própria do seu **povo** e dos seus próprios projectos nacionais. Os Portugueses têm de se convencer disso (...) **0,82**

Os resultados apresentados permitem-nos concluir que Ramalho Eanes recorre quase exclusivamente ao emprego da palavra "povo" e isso pode ser entendido atendendo à conjuntura pós-revolução, onde havia necessidade de afirmação e luta pelos direitos do povo. Já Mário Soares prefere recorrer a sinónimos como cidadãos, populares, populações, revelando a evolução própria dos tempos. É interessante, todavia, notar que na maioria das vezes em que Soares emprega a palavra 'povo' a usa de forma composta, como "povo português", podendo isto ser duplamente entendido, seja como um apelo ao nacionalismo, seja simplesmente para contrariar a forte conotação que o termo 'povo' tinha com o período do pós 25 de abril.

Subcategoria "Responsabilidade"

A subcategoria "Responsabilidade" tem 100 ocorrências, variando o intervalo maior entre 1-15 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 2,65% e 10,27%. No global, é Ramalho Eanes que tem mais ocorrências, 64 referências, contra 36 de Mário Soares. Olhando apenas às cinco primeiras posições da tabela, Ramalho Eanes prevalece com maiores ocorrências nos discursos de Tomada de Posse (1981) e discursos do 25 de abril (1977 e 1985) – veja-se o Quadro 15 com a distribuição pelos diferentes tipos de discursos.

Quadro 15 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Responsabilidade" pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**15**	10,27%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**10**	5,90%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	**9**	10,16%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**7**	4,41%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	**7**	8,85%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	7	14,06%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	7	6,69%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	5	8,56%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	4	3,60%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	4	4,00%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	4	3,28%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	3	4,10%
ANO NOVO	M. Soares	1996	3	3,45%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	3	3,86%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	3	11,96%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	3	8,68%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	3	8,23%
ANO NOVO	M. Soares	1987	2	4,30%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	1	2,65%
TOTAL DE REFERÊNCIAS			**100**	

Na subcategoria "responsabilidade" são os discursos de Tomada de Posse (1981 e 1991) que lideram as ocorrências, com 36 referências, seguindo-se os do 25 de abril (23 referências), os de Ano Novo (19 referências), os do Dia de Portugal (14 referências) e, por último, os do Dia da Implantação da República (8 referências). Se compararmos os protagonistas pelo tipo de discurso verificamos grande inconstância: Ramalho Eanes entre o primeiro e o segundo mandato aumenta a frequência nos discursos do Dia da Portugal e de Tomada de Posse, diminui nos do 25 de abril e do Dia da Implantação da República, mantendo-se inalterado no de Ano Novo; Mário Soares entre o primeiro e o segundo mandato aumenta a frequência nos discursos de Ano Novo e de Tomada de Posse, diminui nos do 25 de abril e do Dia da Implantação da República, mantendo-se inalterado no do Dia da Portugal.

Como vimos, a instabilidade dos resultados não nos permite apontar nesta subcategoria qualquer tendência de convergência ou divergência entre Ramalho Eanes e Mário Soares. Mas, para melhor visionarmos, seguem-se dois Quadros onde contextualizamos a utilização da subcategoria "Responsabilidade" nos discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril.

Quadro 16 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Responsabilidade" nos discursos de Tomada de Posse de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
1.ª TOMADA DE POSSE (1976) CONTEÚDO / Cobertura %	**1.ª TOMADA DE POSSE (1986) CONTEÚDO / Cobertura %**
A adesão a um projecto político que lhe foi apresentado sem ambiguidades e com realismo. Esta adesão **responsabiliza** todos os portugueses na participação efectiva na construção de um estado (...) **0,84%** Estou certo de que todos assumiremos as **responsabilidades** históricas que nos cabem, neste iniciar de uma nova era (...) **0,76%** (...) Mas todas as forças políticas serão de certo modo **responsáveis** pela criação de condições que permitam a concretização do programa que esta assembleia vier a aprovar. **0,84%**	E uma escolha que me honra e que me **responsabiliza**. Tudo farei para estar à altura da **responsabilidade** histórica que me foi confiada pelo voto livre dos Portugueses **1,07%** Foi com igual humildade e com o sentido pesado das **responsabilidades** que assumi, perante os Senhores Deputados, legítimos representantes do povo português o meu compromisso para com a Nação. **0,88%** Tudo farei para garantir a estabilidade política e institucional, de acordo com a **responsabilidade** que me foi conferida pelos Portugueses. **0,86%**
2.ª TOMADA DE POSSE (1981) CONTEÚDO / Cobertura %	**2.ª TOMADA DE POSSE (1991) CONTEÚDO / Cobertura %**
Competirá sem dúvida, ao estado democrático, **responsabilidade** de afirmação do interesse nacional. **0,73%** (...) Acesso real às oportunidades, da sua realização no Quadro das **responsabilidades** consagrado pelas regras democráticas. **0,78%** Se não for assim, a comunicação social trai a sua **responsabilidade** democrática, aviltando os seus profissionais e pervertendo um instrumento essencial **0,68%** É neste Quadro de esperança e de **responsabilidade** que assumo, como presidente de todos os portugueses, perante esta **0,68%**	para agradecer, com humildade sincera e pleno sentido das minhas **responsabilidades**, ao Povo Português, fundamento primeiro e último da soberania nacional **0,61%** (...) uma comunicação social verdadeiramente independente e ciosa das suas garantias deontológicas e qualificações profissionais — como lhe cumpre — mas **responsável** e **responsabilizável** perante órgãos jurisdicionais, eles também, em absoluto, independentes do poder político e do poder económico. **0,77%**

Quadro 17 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Responsabilidade" nos discursos do 25 de abril de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
25 DE ABRIL (1977) CONTEÚDO / Cobertura %	**25 DE ABRIL (1986) CONTEÚDO / Cobertura %**
Os compromissos que afirmamos com o povo que a todos elegeu impõem que	Vivemos hoje numa sociedade aberta, **responsável,** pacífica, de incontestável

reflictamos nas **responsabilidades,** como esse mesmo povo crescentemente reclama. **1,12%** (...) a mobilização do povo português para a modernização do país também passa pela capacidade de colaboração entre os homens sobre quem pesa a **responsabilidade** da liderança dos movimentos políticos. **1,18%** Porque recuso demitir-me das **responsabilidades** que o povo português colocou sobre os meus ombros, é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias **responsabilidades**. **2,16%**	vitalidade democrática, onde as instituições funcionam com **1,16%** Aí também devemos investir em força, a partir de agora, descentralizando iniciativas, libertando e **responsabilizando** as energias criadoras da sociedade civil, demasiado tuteladas ou dependentes **1,11%**
25 DE ABRIL (1985) **CONTEÚDO / Cobertura %**	**25 DE ABRIL (1986)** **CONTEÚDO / Cobertura %**
Não o soube entender a crispação imobilista e arcaica dos **responsáveis** políticos do momento. Por desígnio e por inércia, o regime **0,57%** Pertence-nos a **responsabilidade** de saber como transformar os riscos e as incertezas em oportunidade de mudança positivas e motivadores **0,65%**	a falta de ética no exercício dos cargos públicos, têm minado, em alguns países europeus, a confiança que deve existir entre os cidadãos, as instituições e os **responsáveis** que, legitimamente, os representam. **1,56%** (...) vivemos um tempo histórico que não é nada fácil e que, por isso, nos impõe, de novo, especiais **responsabilidades**. Os espectaculares avanços da ciência e das técnicas, as novas **1,37%**

Os resultados evidenciam uma maior ocorrência no emprego desta palavra por Ramalho Eanes e atenta à conjuntura histórico-política. É compreensível que assim acontecesse, pois vivia-se um período de enumeras alterações políticas, decorrentes do derrube do regime de ditadura, as quais implicavam o futuro da população e, nessa medida, impunham forte sentido de responsabilidade dos dirigentes e representantes políticos da nação. Ao mesmo tempo verifica-se uma tendência para Ramalho Eanes e Mário Soares convergirem nos anos de 1985 e 1986, compreendida pela recente adesão de Portugal à União Europeia (à época Comunidade Económica Europeia), onde se impunham os formalismos dos procedimentos políticos e económicos.

Subcategoria "Liberdade"

A subcategoria "Liberdade" tem 83 ocorrências, variando o intervalo maior entre 1-11 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 1,37% e 9,92%. No global, é Ramalho Eanes que tem mais ocorrências, 42 referências contra 41 de Mário Soares. Olhando para as cinco primeiras posições da tabela, é Mário Soares que lidera, integrando os seus dois discursos do 25 de abril (1986 e 1995), mas prevalece Ramalho Eanes com três discursos: discurso de Tomada de Posse (1976 e 1981) e discurso do 25 de abril (1977) – veja-se o Quadro 18 com a distribuição pelos diferentes tipos de discursos.

Quadro 18 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Liberdade" pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	11	9,92%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	10	10,57%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	8	5,02%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	6	8,71%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	6	4,57%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	6	3,25%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	5	5,65%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	5	15,91%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	4	2,49%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	3	3,58%
ANO NOVO	M. Soares	1987	3	5,64%
ANO NOVO	M. Soares	1996	3	3,10%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	3	6,92%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	3	7,24%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	2	5,66%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	2	1,53%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	1	2,14%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	1	1,12%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	1	1,37%
TOTAL DE REFERÊNCIAS			**83**	

Na subcategoria "Liberdade" são os discursos do 25 de abril que lideram as ocorrências, com 31 referências, seguindo-se os de Tomada de Posse (22 referências), os do Dia da Implantação da República (16 referências), os de Ano Novo (10 referências) e, por último, os do Dia de Portugal (4 referências). Se compararmos os protagonistas pelo tipo de discurso, verificamos que quer Ramalho

Eanes quer Mário Soares, no segundo mandato (1981 e 1991), diminuem o uso desta palavra. A exceção ocorre nos discursos de Tomada Posse, onde se verifica em ambos exatamente a tendência oposta. De seguida, apresentamos dois Quadros onde contextualizamos a utilização da subcategoria "Liberdade" nos discursos do 25 de abril e Ano Novo.

Quadro 19 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Liberdade" nos discursos do 25 de abril de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
25 DE ABRIL (1977) **CONTEÚDO / Cobertura %**	**25 DE ABRIL (1986)** **CONTEÚDO / Cobertura %**
Em Abril de 1974 as forças armadas saíram à rua em defesa dos ideais da **liberdade** e da democracia. Em novembro de 1975 (...), de novo intervieram para assegurar que a **liberdade** reconquistada não seria traída. Hoje, desfilaram nas ruas de Lisboa reafirmando o seu empenho no serviço dos mesmos valores. A elas, todas elas, se deve privilegiadamente a **liberdade** que hoje foi utilizada nesta assembleia. **3,31%** Se temos o crédito das **liberdades** e dos direitos conquistados, se temos a segurança da democracia a definir as regras do comportamento político, se temos a ideais da **liberdade** de um povo a respeitar, nada pode desculpar que os **1,99%** Fizemos progressos evidentes na nossa convivência em **liberdade**. **1,21%** O melhor modo de defender as **liberdades** e os direitos consagrados pelas leis fundamentais do país é impedir que eles sejam quotidianamente desrespeitados. **1,05%**	Doze anos depois do movimento patriótico que restituiu a **liberdade** aos Portugueses, tornando-os cidadãos na plenitude dos seus direitos **0,97%** democracia pluralista que temos vindo colectivamente a construir, desde 1974, em paz e **liberdade**, superando dificuldades imensas e inevitáveis contradições. **1,05%** (...) um futuro que queremos de **liberdade**, de afirmação nacional, de respeito pelos outros e pelo seu **0,86%** os militares de Abril e todos aqueles que ao longo dos anos, e foram tantos, indomavelmente, se bateram pela liberdade e pelo direito ao respeito da sua própria dignidade de cidadãos. **0,86%** Os Portugueses estão naturalmente orgulhosos da **liberdade** que usufruem (...) **0,91%** Elevar ao máximo a **liberdade** de as pessoas viverem como desejam implica (...) ampliar a gama de escolhas e, portanto, a dimensão de **liberdade** aberta às pessoas. **1,34%**
25 DE ABRIL (1985) **CONTEÚDO / Cobertura %**	**25 DE ABRIL (1995)** **CONTEÚDO / Cobertura %**
(...) tinha como princípio orientador fundamental a devolução à Nação dos valores da **liberdade**, da democracia e da dignidade. **0,64%** (...) necessidade de modernização da nossa sociedade, traduzida nos valores de **liberdade**, de solidariedade e de abertura **0,63%**	(...) livre dos portugueses, representou uma opção inequívoca em favor da **liberdade**, da democracia pluralista (...) **1,52%** (...) para reafirmar, solenemente, o nosso total empenhamento na defesa da **liberdade** e no aperfeiçoamento da nossa democracia pluralista. **1,54%** Pertenço a uma geração de portugueses para

Aproveitá-la é uma exigência da justiça, da **liberdade** e da democracia. **0,59%**	quem esse dia foi o melhor das suas vidas, porque representou a concretização de uma luta intransigente pela **liberdade**, que sempre mantiveram, década após década. Muitos ficaram pelo caminho. **1,59%**

Quadro 20 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Liberdade" nos discursos de Ano Novo de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	**MÁRIO SOARES**
ANO NOVO (1977) **CONTEÚDO / Cobertura %**	**ANO NOVO (1987)** **CONTEÚDO / Cobertura %**
Aqui se jogam os direitos de cidadania arduamente conquistados, a qualidade de vida e o futuro em **liberdade** de todos os portugueses. Será na resolução da crise que **1,16%** Mas a vitória que obtivemos só em parte corresponde ao ideal da revolução. Conquistámos a **liberdade** política. Mas a liberdade real só a teremos quando todos os **portugueses** puderem viver, fraternalmente, o projecto colectivo (...) **1,47%**	(...) a fim de lhes garantir, finalmente, a solidariedade e a justiça social a que têm direito numa sociedade moderna, desenvolvida e de **liberdade**. **2,04%** A **liberdade** tem sido criadora, mas, só por si, não basta. **1,69%** Incito-vos a que juntos, solidariamente, contribuamos para que Portugal, terra de **liberdade** e de paz, seja também um lugar seguro, de convivência **1,91%**
ANO NOVO (1986) **CONTEÚDO / Cobertura %**	**ANO NOVO (1996)** **CONTEÚDO / Cobertura %**
(...) a marcha responsável do país na direcção de metas pré-fixadas, fiscalizáveis e fiscalizadas, sempre identificáveis com a **liberdade**, a justiça, a verdade e a fraternidade, o bem-estar **2,14%**	Mas é hoje uma terra de paz, de concórdia, de convívio tolerante e de **liberdade** — bens preciosos em qualquer Nação — onde existe uma sensibilidade efectiva aos direitos humanos. **1,09%** (...) pois que um Povo, com tal maturidade e coesão, é capaz de equacionar, debater e resolver — em paz, **liberdade** e sem qualquer receio do futuro — os problemas que lhe surjam pela frente (...) **0.97%**

Os resultados apresentados permitem-nos perceber que nesta subcategoria são os discursos do 25 de abril e de Tomada de Posse que se destacam, entendendo-se isso pela carga simbólica que carregam e pela mensagem de perspetiva futura que apresentam.

Subcategoria "Órgãos/Instituições"

A subcategoria "Órgãos/Instituições" tem 71 ocorrências, variando o intervalo maior entre 1-11 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 2,51% e 14,26%. No global, é Ramalho Eanes que tem mais ocorrências, 42 referências contra 29 de Mário Soares. Olhando para as cinco primeiras posições da tabela, é Ramalho Eanes que lidera, tendo três discursos associados: o discurso de Ano Novo (1977), o discurso de Tomada de Posse (1976) e o discurso do Dia da Implantação da República (1976) – veja-se o Quadro 21 com a distribuição pelos diferentes tipos de discursos.

Quadro 21 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Órgãos/Instituições" pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
ANO NOVO	R. Eanes	1977	**11**	14,26%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**8**	6,62%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	**8**	7,11%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	**7**	8,43%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**7**	4,71%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	6	6,17%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	6	4,06%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	5	3,33%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	3	4,24%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	2	2,49%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	2	4,52%
ANO NOVO	M. Soares	1987	2	3,84%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	2	7,26%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	1	2,85%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	1	2,51%
TOTAL DE REFERÊNCIAS			**71**	

Na subcategoria "Órgãos/Instituições" são os discursos de Tomada de Posse que lideram as ocorrências, com 29 referências, seguindo-se os discursos do 25 de abril (16 referências), os discursos de Ano Novo (15 referências), os discursos do Dia da Implantação da República (10 referências) e, por último, o discurso do Dia de Portugal (1 referência). Se compararmos os protagonistas pelo tipo de discurso, e apesar de não haver dados para todos eles, parece haver uma tendência em Ramalho Eanes para no segundo mandato (1981) diminuir o uso desta palavra em todos os tipos de discursos, o mesmo se verificando em Mário Soares. Simultaneamente,

revela-se em Ramalho Eanes e Mário Soares uma convergência nos anos mais próximos e uma divergência nos anos mais distantes. Mas, para melhor visionarmos, seguem-se dois Quadros onde contextualizamos a utilização da subcategoria "Órgãos/Instituições" nos discursos de Ano Novo e de Tomada de Posse.

Quadro 22 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Órgãos/instituições" nos discursos de Ano Novo de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
ANO NOVO (1977) **CONTEÚDO / Cobertura %**	**ANO NOVO (1987)** **CONTEÚDO / Cobertura %**
Entramos em 1977 com as **instituições** que nos regem plenamente constituídas e democraticamente legitimadas. **1,44%** Condição de partida é que os **órgãos do poder** sejam fiéis ao seu mandato, cumpram prontamente as suas missões e sirvam, acima de tudo, o País. A prática política das diversas **instituições** não pode isolar-se da situação concreta que atravessamos (...) **2,36%** A experiência colhida já no funcionamento dos **órgãos constitucionais** imporá, por certo, que se proceda a uma reflexão **1,31%** Tão importante como a actividade de cada **órgão é o seu funcionamento articulado**. Há por isso que repensar todo o sistema de relações entre as forças e os órgãos políticos. Quando estão em causa valores fundamentais as responsabilidades são iguais qualquer que seja o posicionamento das forças políticas quanto aos **órgãos de poder**. **2,43%** que honestamente procuram nas escolas os instrumentos do futuro. Os **órgãos de soberania** assumirão as responsabilidades que a sua origem democrática lhes impõe. **1,37%**	1987 terá de ser o ano da confiança em nós próprios, nos nossos recursos, na vitalidade das nossas instituições. O ano que hoje começa dar-nos-á a oportunidade **1,75%**
ANO NOVO (1986) **CONTEÚDO / Cobertura %**	**ANO NOVO (1996)** **CONTEÚDO / Cobertura %**
Perante a acção governativa, e de igual forma perante os outros **Órgãos de Soberania** e demais instituições que enformam a nossa vida democrática, no sentido de garantir a indispensável estabilidade. **2,46%**	**0%**

Quadro 23 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Órgãos/instituições" nos discursos de Tomada de Posse de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
1.ª TOMADA DE POSSE (1976) CONTEÚDO / Cobertura %	**1.ª TOMADA DE POSSE (1986) CONTEÚDO / Cobertura %**
Os cidadãos democratas e patriotas, e de todos os outros **órgãos, instituições e agentes do Estado**. Estou certo de que todos assumiremos (...) **0,78%** Um **Estado de direito** democrático se caracteriza pela pluralidade e independência dos **órgãos e poderes constituídos**. comprometo-me a respeitar a esfera (...) **0,82%** Entrada em vigência plena da nossa lei fundamental e dos **órgãos** nela instituído; representando a materialização de compromissos tomados, contribuirá eficazmente (...) **0,92%**	Para tanto exige-se a responsabilidade solidária e a cooperação leal dos **órgãos de soberania**, cabendo ao Presidente da República, pelas suas próprias funções **0,84%** Conheço e compreendo os problemas dos partidos, quer estejam no **Governo**, quer na Oposição. Os partidos são **instituições** essenciais à democracia — tão essenciais que sem eles não há democracia (...) **0,80** Os tribunais são **órgãos de soberania** a quem incumbe, na administração da justiça, assegurar a defesa dos direitos e interesses **0,96** Agirei no respeito escrupuloso das minhas competências, observando em relação aos outros **órgãos de soberania** a separação e interdependência estabelecidas na Constituição. **1,00%**
2.ª TOMADA DE POSSE (1981) CONTEÚDO / Cobertura %	**2.ª TOMADA DE POSSE (1991) CONTEÚDO / Cobertura %**
(...) a muitos políticos, que são democraticamente afirmadas e praticadas por organizações e instituições, que correspondem aos anseios e sentimentos da maioria dos portugueses **0,73%** Transparência de processos, respeito pelas regras de relação entre os órgãos de soberania. O presidente da república exercerá o seu mandato sem nunca ultrapassar as suas competências ou usurpar poderes alheios **0,64%**	(...) e como garante que sou, por imperativo constitucional, do regular funcionamento das instituições democráticas, legitimadas pelo voto popular (...) **0,66%** Em Portugal, como exemplos recentes demonstram, as instituições funcionam e a independência dos Tribunais é felizmente um facto (...) **0,60%** "Presidente de todos os portugueses" — isento, independente, solidário com os outros órgãos de soberania, intransigente na defesa da Constituição e da legalidade (...) **0,59%**

A subcategoria "Órgão e Instituições" foi referenciada de modo mais saliente nos discursos próximos ao período pós-revolução e, nessa medida, é Ramalho Eanes, por força das circunstâncias, que aí sobressai. De facto, havia uma necessidade, quase forçosa, de fazer respeitar a ordem e o funcionamento das instituições, evidenciando que o respeito pelos diversos órgãos de poder

democráticos era essencial. E, quanto a isso, não é irrelevante o facto de Ramalho Eanes provir da estrutura militar.

Subcategoria "Direitos"

A subcategoria "Direitos" tem 61 ocorrências, variando o intervalo maior entre 1-8 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente de 2,12% e 6,71%. No global, é Mário Soares que tem mais ocorrências, 38 referências contra 23 de Ramalho Eanes, e, se nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, continua a ser Mário Soares quem prevalece com maiores ocorrências nos discursos de Tomada de Posse (1986 e 1991), discurso do 25 de abril (1986) e discurso de Ano Novo (1996) – veja-se o Quadro XX com a distribuição pelos diferentes tipos de discursos.

Quadro 24 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Direitos" pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	8	6,71%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	7	6,44%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	6	3,87%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	5	5,22%
ANO NOVO	M. Soares	1996	5	6,11%
ANO NOVO	M. Soares	1987	4	7,46%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	4	4,51%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	4	2,96%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	4	2,23%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	3	4,82%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	2	2,20%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	2	5,68%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	2	5,62%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	2	7,05%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	1	1,80%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	1	1,52%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	1	2,12%
TOTAL DE REFERÊNCIAS			**61**	

Na subcategoria "Direitos" são os discursos de Tomada de Posse que lideram as ocorrências, com 22 referências , seguindo-se os do 25 de abril (15 referências), os de Ano Novo (12 referências), os do Dia da Implantação da

República (9 referências) e, por último, os do Dia de Portugal (3 referências). Se quisermos comparar os protagonistas pelo tipo de discurso, não dispomos de elementos suficientes que nos permitam afirmar que existe uma tendência, mas parece haver uma convergência nos anos mais próximos e uma divergência nos anos mais distantes. Para melhor compreensão, seguem-se dois Quadros onde contextualizamos a utilização da subcategoria "Direitos" nos discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril.

Quadro 25 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Direitos" nos discursos de Tomada de Posse de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
1.ª TOMADA DE POSSE (1976) CONTEÚDO / Cobertura %	**1.ª TOMADA DE POSSE (1986) CONTEÚDO / Cobertura %**
(...) os diversos órgãos de soberania que caracterizam um Estado de **direito**, cabe aqui a evocação (...) **0,68%** (...) a assegurar e desenvolver as condições que hão-de garantir o primado do Estado de **direito** democrático e as bases. de uma sociedade socialista. **0,72%** (...) exercerei o cargo de presidente da república consciente de que um Estado de **direito** democrático se caracteriza pela pluralidade e independência dos órgãos (...) **0,80%** (...) e esta recuperação não se fará em nenhum caso a custa dos legítimos **direitos** dos trabalhadores, das suas organizações e associações, e evidentemente só os poderá favorecer. **0,76%**	(...) dos seus direitos e liberdades, bem como dos seus **direitos** e deveres económicos, sociais e culturais, são imperativos constitucionais (...) **0,84%** Os órgãos de soberania a quem incumbe, na administração da justiça, assegurar a defesa dos **direitos** e interesses legalmente protegidos dos cidadãos (...) **0,89%** (...) um pilar essencial na manutenção e aperfeiçoamento do Estado de **direito**. **0,81%**
2.ª TOMADA DE POSSE (1981) CONTEÚDO / Cobertura %	**2.ª TOMADA DE POSSE (1991) CONTEÚDO / Cobertura %**
(...) a realização plena da liberdade e da dignidade do homem, a afirmação responsável dos seus **direitos** e deveres, a garantia permanente dos vínculos de solidariedade (...) **0,61%** (...) garante e que assegura a todos e sem excepção os **direitos** de livre expressão, de livre associação, de acesso real às oportunidades (...) **0,53%** (...) garantindo condições de existência, de segurança e de apoio a que todos têm **direito**	pelo voto popular, e dos princípios inspiradores do Estado de **Direito**, que somos, baseado na observância da lei e da legalidade, no respeito pelos **direitos** humanos e das minorias (...) **0,82%** (...) do interesse nacional, desde que o sejam no respeito pelo **direito** de cada cidadão ao seu bom nome e dignidade. Em caso de lesão desses **direitos** — ou de conflito — é aos Tribunais, independentes do poder político (...) **0,84%**

numa sociedade que recusa a opressão e a exploração. **0,54%**	(...) gradual universalização das regras do pluralismo democrático, a observância dos **direitos** humanos, e o sentimento generalizado de que o Mundo (...) **0,56%**

Quadro 26 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Direitos" nos discursos do 25 de abril de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
25 DE ABRIL (1977) CONTEÚDO / Cobertura %	**25 DE ABRIL (1986) CONTEÚDO / Cobertura %**
Nos dois anos anteriores o povo celebrou-o exercendo os **direitos** reassumidos: votou – e através do seu voto ergueu as traves mestras da nova sociedade **1,00%** Se temos o crédito das liberdades e dos **direitos** conquistados, se temos a segurança da democracia a definir as regras do comportamento (...) **1,02%** O melhor modo de defender as liberdades e os **direitos** consagrados pelas leis fundamentais do país é impedir que eles **1,02%** (...) mesmo lugar, garantir condições de existência de um Estado de **direito** democrático. Mas não sou eu o único português que assumiu compromissos com a Nação **1,02%**	(...) liberdade aos Portugueses, tornando-os cidadãos na plenitude dos seus **direitos**, comemorar o 25 de Abril não pode nem deve ser uma rotina **0,84%** (...) um futuro que queremos de liberdade, de afirmação nacional, de respeito pelos outros e pelo seu **direito** à diferença, de prosperidade e de paz. **0,76%** (...) que nos recupere de um atraso secular, em segurança e no respeito pelos **direitos** de todos. **0,85%** Consolidado o regime democrático, membros de pleno **direito** da Comunidade Europeia, vencidos os desequilíbrios financeiros externos, que tanto (...) **1,11%**
25 DE ABRIL (1985) CONTEÚDO / Cobertura %	**25 DE ABRIL (1995) CONTEÚDO / Cobertura %**
0	(...) para designar a mesma complexa realidade, condicionam o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos e a relação entre eleitores e eleitos. **1,35%** Que fazer para que a manifestação de respeitáveis sentimentos [humanos] se não transforme num espectáculo abusivo, ferindo os direitos essenciais à intimidade e à reserva? Como fazer para que o direito de todos ao acesso dos bens materiais e culturais se não traduza numa degradante perda de qualidade (...) **2,11%**

A palavra "Direitos" foi referenciada maioritariamente por Mário Soares, sobretudo na sua recondução como Presidente da República (1986), o que não será em vão uma vez que os direitos adquiridos por via de pertença à União Europeia se

alargaram nesta fase. Também nesta categoria os resultados não nos permitem apontar uma tendência.

As restantes subcategorias que foram relevantes para a construção da categoria *Democracia* – nomeadamente, "Comunidade" (60 referências), "Participação" (48 referências), "Liberalismo" (39 referências), "Justiça" (31 referências), "Revolução", (28 referências), "Estabilidade" (26 referências), "Necessidade" (16 referências), "Bem-estar" (11 referências), "Igualdade" (11 referências), "Patriotismo" (9 referências), "Descentralização" (8 referências), "Republicanismo" (8 referências), "Associação" (7 referências), "Cidadania" (7 referências) e "Religião" (6 referências) – , aqui perdem alguma expressividade na abordagem quantitativa. No entanto, aproveitamos para deixar uma breve síntese destas subcategorias:

- Subcategoria "Comunidade": foi uma palavra mais utilizada por Mário Soares do que por Ramalho Eanes, tendo prevalecido o seu uso no discurso do 25 de abril (1986), com 11 ocorrências, e no de Tomada de Posse (1991), com 9 ocorrências em paralelo com o do 25 de abril de Ramalho Eanes. A utilização desta palavra "comunidade" surge ampliada no contexto muito particular da adesão de Portugal à União Europeia e onde a mensagem presidencial visava consolidar o processo que em 1986 havia tido início com Mário Soares, desta feita na qualidade de chefe do executivo.
- Subcategoria "Participação": foi uma palavra mais utilizada por Mário Soares do que por Ramalho Eanes, tendo prevalecido o seu uso nos discursos do 25 de abril (1986 e 1995) e de Dia da Implantação da República (1995) contra o seu uso diminuto num discurso de Tomada de Posse de Ramalho Eanes (1976). E este apelo à participação dos cidadãos na sociedade onde vivem e que por força disso integram resultou, por um lado, da própria consolidação do processo democrático, e, por outro lado, do processo de globalização decorrente da integração de Portugal na União Europeia.
- Subcategoria "Liberalismo": foi uma palavra mais referenciada por Mário Soares do que por Ramalho Eanes; no entanto, é Eanes quem lidera as ocorrências com o discurso de Ano Novo (1977), seguindo-se

Mário Soares com os discurso de Tomada de Posse (1991), Dia da Implantação da República (1995) e 25 de abril (1986), neste último caso em paralelo com Ramalho Eanes com o discurso de Tomada de Posse (1981).

- Subcategoria "Justiça": foi uma palavra maioritariamente utilizada por Ramalho Eanes, tendo prevalecido o seu uso nos discursos de Tomada de Posse (1976 e 1981), Dia de Portugal (1985) e Dia da Implantação da República (1976 e 1983), advindo do facto de ter vivenciado uma conjuntura económica, política e militar onde a desconfiança, desordem e contrainformação eram as palavras-chave do seu quotidiano.
- Subcategoria "Revolução": foi uma palavra maioritariamente utilizada por Ramalho Eanes, tendo prevalecido o seu uso nos discursos de Tomada de Posse (1976 e 1981), 25 de abril (1977 e 1985) e Ano Novo (1977), e é entendível pelas circunstâncias históricas mas também pelo facto de Ramalho Eanes ter sido o primeiro Presidente da República eleito no período pós-revolução e fazer recurso ao uso da palavra em discursos que são altamente simbólicos.
- As subcategorias "Estabilidade", "Necessidade", "Bem-estar", "Igualdade", "Patriotismo", "Descentralização", "Republicanismo", "Associação", "Cidadania" e "Religião" tem ocorrências abaixo de 10 referências, carecendo de expressividade e, por isso mesmo, não serão aqui detalhadas.

Para fecharmos a análise da categoria *Democracia*, fizemos uma análise das flutuações nas ocorrências entre os primeiros e segundos mandatos donde concluímos que Ramalho Eanes aumenta a ocorrência da categoria *Democracia* nos discursos do 25 de abril e nas Tomadas de Posse (1976 e 1981) e diminui a mesma nos discursos de Ano Novo, Dia de Portugal e Dia da Implantação da República, ao passo que Mário Soares aumenta a ocorrência da categoria *Democracia* nos discursos de Ano Novo, Dia de Portugal, Dia da Implantação da República e Tomadas de Posse (1976 e 1981), diminuindo a mesma nos discursos do 25 de abril. Podemos afirmar que é nas Tomadas de Posse que Eanes e Soares convergem por oposição a outros momentos onde divergem – conforme indicado no Quadro 27.

Quadro 27 – Distribuição de ocorrências da categoria *Democracia* (acoplado) pelos discursos de Ramalho Eanes e Mário Soares.

Categoria	Tipo de Discursos	Presidente/mandatos			
Democracia Acoplado (20 subcategorias)	25 de abril	RE		MS	
		1977	1985	1986	1995
		40	42	46	22
	Ano Novo	RE		MS	
		1977	1986	1987	1995
		32	12	14	35
	Dia Portugal	RE		MS	
		1977	1985	1986	1995
		25	21	9	15
	Implantação da República	RE		MS	
		1976	1983	1986	1995
		29	10	13	15
	Tomada de Posse	RE		MS	
		1976	1981	1986	1996
		48	51	39	58
LEGENDA:					
Aumenta nº de ocorrências do 1º para o 2º mandato					
Diminui nºde ocorrências do 1º para o 2º mandato					

Através da análise à categoria *Democracia* foi possível perceber algumas oscilações nas ocorrências em torno das subcategorias, em alguns casos inexpressivas, mas também o quanto aquela categoria é saliente, sobretudo nos discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril. Isto significa que a conjuntura política e social vivida à época em Portugal exerce influência sobre a construção do discurso, pois, coincidindo com momentos políticos importantes, como sejam a implementação do modelo democrático pluralista, a consagração do Estado de direito, a garantia dos direitos fundamentais e da liberdade política, cabe ao presidente da República, garante único da nação, o papel de regulador do sistema, o que, dada a qualidade embrionária de todo o processo, levou a momentos de efetiva imposição da autoridade.

Uma consulta às principais tendências (recorrência de palavras) permite-nos ter uma ideia visual da recorrência das palavras indexadas a democracia – veja-se a Fig. 31.

Figura 30 - Resultados das ocorrências para a categoria de *Democracia* (dimensão palavra e acoplado).



Os resultados da categoria *Democracia* evidenciam que os avanços e recuos das suas subcategorias resultam de um conjunto de acontecimentos históricos, políticos e sociais que influem na evolução da própria construção do conceito de democracia em Portugal. Igualmente se percebe que ele surge intrinsecamente associado ao processo de progresso e desenvolvimento social do país e às reformas que se impunha fazer em prol do projeto democrático. O facto de "povo" ser a palavra predominante remete-nos para a forma tradicional de democracia que valoriza o "governo para o povo", ao mesmo tempo que encontra nele (povo) o seu fundamento, ou para o princípio da "soberania do povo" (Tocqueville) e para o pensamento de Abraham Lincoln de "governo do povo, pelo povo e para o povo" (Freire e Sousa, 2017:14).

Estamos a falar de presidentes e não de primeiros-ministros, como sabemos, mas, se nos contextualizarmos, percebemos que o Portugal dos anos subsequentes à revolução de abril era um país sem estruturas formalmente constituídas, onde os próprios partidos não tinham representação em toda a extensão territorial, e onde as convulsões políticas, sociais e económicas aconteciam com mais frequência do que se desejava. Nesta linha de reflexões surge o edifício do moderno governo democrático de Dahl (2001), em verdadeira sintonia com aquela que era a postura institucional de Ramalho Eanes: ser justo e proporcionar as mesmas oportunidades e direitos democráticos a todos no âmbito das instituições políticas democráticas. Ele

foi o homem do leme, firme e hirto nas suas convicções, impondo, sempre que necessário, a ordem.

Mas para isso era preciso que a sua autoridade fosse reconhecida por todos e existisse uma manifestação de obediência de forma clara. Para Weber a grande diferença entre autoridade e poder é que a primeira é legitimada por terceiros e a segunda pode ser exercida contra a resistência de terceiros. Seguidamente vamos procurar respostas à seguinte questão: como manifestam a autoridade legítima para afirmação do poder os presidentes Ramalho Eanes (1976/1985) e Mário Soares (1986-1996) ao longo dos dois mandatos?

Categoria de Poder – Dimensão palavra e acoplado

Igualmente como aconteceu com a categoria *Democracia* também a categoria *Poder* foi trabalhada em duas dimensões distintas: numa, construímos uma pesquisa geral em torno de palavras da mesma família (designámo-la de *Poder–palavra*); e, noutra, construímos uma pesquisa em torno de quinze subcategorias (designámo-la de *Poder-acoplado*)[44], tendo ambas as pesquisas sido submetidas às especificações que detalhámos no capítulo anterior. O nosso objetivo aqui era perceber se a categoria *Poder* mantinha os mesmos padrões e resultados quando pesquisada apenas pela palavra ou quando operacionalizada através de um conjunto de subcategorias.

A primeira consistiu na pesquisa de um grupo de palavras da mesma família de *Poder* (poder e poderes) com o objetivo de despistar o número de ocorrências e prevalências. A pesquisa da dimensão *poder-palavra* obteve 59 referências, variando o intervalo maior entre 1-8, correspondendo a uma cobertura, respetivamente de 2,63% e 5,16%. É Ramalho Eanes quem reúne o maior número de ocorrências, 42 referências, contra 17 de Mário Soares, sendo estas mais salientes nos discursos de Tomada de Posse (1981, 1991), 25 de abril (197) , Dia da Implantação da República

[44] No capítulo III explicámos que apurámos as quinze subcategorias de *Poder* a partir do enquadramento teórico e da abordagem empírica dos diversos autores aí abordados. As teorias sobre o poder aí expostas servem de base à definição do *Poder* enquanto categoria, a qual nos ajuda a codificar um conjunto determinado de palavras associado à mesma, na sequência de se ter efetuado análise de conteúdo assente na frequência da ocorrência das palavras nos discursos presidenciais..

(1976) e Dia de Ano Novo (1977), conforme podemos observar pelos resultados espelhados no Quadro 28.

Quadro 28 - Distribuição das ocorrências para as palavras derivadas de *Poder* (dimensão poder-palavra) pelos diferentes tipo de discursos.

Tipo de Discurso	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**8**	5,16%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	**7**	7,90%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**7**	4,38%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	**5**	5,43%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	**5**	6,07%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	5	3,95%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	4	3,64%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	3	1,69%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	3	7,04%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	3	2,59%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	2	5,08%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	2	2,51%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	2	2,93%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	1	1,11%
ANO NOVO	M. Soares	1987	1	2,05%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	1	2,63%
TOTAL DE REFERÊNCIAS			**61**	

A segunda consistiu numa pesquisa em torno da categoria *Poder* (dimensão *poder-acoplada*), à qual foram indexadas quinze subcategorias, resultantes da revisão de literatura e dos contributos de cada um dos autores, o que nos permitiu operacionalizar a investigação e criar no NVivo os "nós" e os "sub-nós".

O que a pesquisa revelou foi a pertinência da subcategorização atribuída à categoria *Poder*: "Aceitação", "Autoridade", "Crise", "Discursivo", "Exercício da força", "Individual", "Legítimo", "Liderança", "Pacificador", "Persuasão", "Qualidades", "Simbólico", "Subordinação", "Tradicional" e "Violência"), pois os resultados obtidos evidenciam alguma expressividade de ocorrências, encontrando 380 referências para a categoria *Poder* (dimensão *poder-acoplada*). Dos resultados apurados evidencia-se uma ocorrência de palavras por discurso que varia no intervalo maior entre 3-46 referências, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 7,44% e 25,94%. Em termos globais, é em Ramalho Eanes que encontramos mais ocorrências, 238 referências, contra 142 de Mário Soares. Coincidentemente, é também ele que lidera a tabela com o discurso de Tomada de Posse (1981) com 46

referências, enquanto Mário Soares regista o valor mais baixo no discurso do Dia da Implantação da República (1995) com 3 referências – Cfr. Quadro 29 abaixo .

Quadro 29 - Distribuição da ocorrência da categoria de *Poder*, que agrupa quinze subcategorias (dimensão acoplada), pelos diferentes tipos de discursos.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**46**	25,94%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**45**	23,26%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**38**	17,29%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**34**	21,75%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	**32**	23,02%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	28	26,84%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	25	23,75%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	22	19,06%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	22	24,87%
ANO NOVO	M. Soares	1995	16	16,71%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	13	16,94%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	12	14,19%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	12	20,09%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	10	19,29%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	7	15,87%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	4	13,77%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	4	11,12%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	4	15,75%
ANO NOVO	M. Soares	1987	3	6,45%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	3	7,44%
TOTAL DE REFERÊNCIAS			**380**	

Relativamente à categoria *Poder* parece-nos existir uma tendência quanto ao tipo de discurso, uma vez que a maioria das ocorrências das subcategorias se encontra nos discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril. Isto pode significar que, num país onde a democracia era embrionária, a necessidade de afirmação da autoridade e do poder era incontornável como forma de alcançar os objetivos, designadamente da construção do projeto democrático. Outrossim, se compararmos os resultados da palavra poder (dimensão *palavra*) com os da categoria *Poder* (dimensão *acoplado*) é visível a relevância da dimensão acoplada, onde as

ocorrências ganham expressividade e de modo indubitável apontam os discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril como os grandes portadores dessa informação. Estas duas dimensões têm ainda em comum o mesmo líder, Ramalho Eanes. Vejamos de seguida a distribuição do resultado das 380 referências das subcategorias de *Poder* – Quadro 30.

Quadro 30 – Distribuição de ocorrências das subcategorias de *Poder*.

Designação da Subcategorias	Fontes	Referências
Subordinação	**20**	**99**
Autoridade	**17**	**92**
Exercício da força	**12**	**44**
Legítimo	**13**	**34**
Crise	**12**	**34**
Aceitação	10	21
Qualidades	14	16
Violência	6	11
Liderança	8	9
Discursivo	7	8
Individual	3	3
Persuasão	3	3
Tradicional	3	3
Pacificador	2	2
Simbólico	1	1
TOTAL DE REFERÊNCIAS		**380**

Na categoria *Poder* iremos adotar o mesmo procedimento da categoria *Democracia*, isto é, com base na frequência das palavras vamos apresentar dados qualitativos das três subcategorias com mais ocorrências ("Subordinação", "Autoridade", "Exercício da Força"), correspondendo estas a 62% do total de resultados, o que nos parece uma percentagem expressiva. Apresentamos de seguida alguns conteúdos de texto destas subcategorias, aqueles em que estão mais salientes, quer pelo número de repetições, quer pelo contexto que enformam, organizados pelo tipo de discurso, onde se evidencia a "força" da palavra categorizada.

Subcategoria "Subordinação"

A subcategoria "Subordinação" tem 99 ocorrências, variando o intervalo maior entre 1-12 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 2,48% e 6,32%. No global, é Mário Soares que tem mais ocorrências, 54 referências contra 45 de Ramalho Eanes, posição que confirma quando nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, sobressaindo Mário Soares com maiores ocorrências nos discursos de Tomada de Posse (1986 e 1991), discurso do 25 de abril (1986) e discurso de Ano Novo (1996) – veja-se o Quadro 31 com a distribuição pelos diferentes tipos de discursos.

Quadro 31 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Subordinação" pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**12**	6,32%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	**10**	9,64%
27 DE ABRIL	M. Soares	1986	**9**	9,13%
ANO NOVO	M. Soares	1996	**9**	10,06%
26 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**8**	5,13%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	8	4,91%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	7	12,11%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	6	4,48%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	5	5,93%
28 DE ABRIL	M. Soares	1995	5	6,88%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	4	4,68%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	3	4,02%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	3	8,09%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	2	4,68%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	2	7,07%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	2	7,00%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	1	1,22%
ANO NOVO	M. Soares	1987	1	1,78%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	1	2,61%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	1	2,48%
TOTAL REFERÊNCIAS			**92**	

Na subcategoria "Subordinação" são os discursos de Tomada de Posse que lideram as ocorrências, com 36 referências , seguindo-se os do 25 de abril (27 referências), os do Dia de Portugal (15 referências), os de Ano Novo (13 referências) e, por último, os do Dia da Implantação da República (8 referências). Na comparação por tipo de discurso, verificamos que Ramalho Eanes, no segundo mandato (1981),

com exceção para o discurso do Dia da Implantação de República, aumentou o uso desta palavra, enquanto Mário Soares é mais irregular, não permitindo ver qualquer tendência. A imperatividade de demonstrar o modo de funcionamento dos novos órgãos e instituições do Estado levou muitas vezes à necessidade de impor a autoridade e de forma veemente. Mas detenhamo-nos no Quadro seguinte, onde contextualizamos a utilização da subcategoria "Subordinação" nos discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril.

Quadro 32 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Subordinação" nos discursos de Tomada de Posse de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
1.ª TOMADA DE POSSE (1976) CONTEÚDO / Cobertura %	**1.ª TOMADA DE POSSE (1986) CONTEÚDO / Cobertura %**
jurei defender a constituição e cumprirei com fidelidade o meu **dever**. mas esse é também o **dever** de todos os cidadãos democratas e patriotas, e de todos **0,87%**	Estarei atento, como meu **dever**, às indicações desta Casa, que todos os democratas têm dever de prestigiar, e manterei com V. Exa , Senhor Presidente da Assembleia, e com todos os partidos aqui representados, um diálogo atento e permanente. **1,15%** Tal como a entendo, a função presidencial **não deve ser interferida** por projectos pessoais nem por egoísmos partidários, sejam de que natureza forem. **0,88%**
2.ª TOMADA DE POSSE (1981) CONTEÚDO / Cobertura %	**2.ª TOMADA DE POSSE (1991) CONTEÚDO / Cobertura %**
De valores fundamentais determina a dimensão ética em que considero **dever** situar-se o presidente da república como **garante** último da democracia e da unidade nacional. **0,60%** se estes são os princípios gerais a que se **subordina** a acção política do presidente da república, em função dos seus poderes constitucionais **0,57%**	(...) assumiremos, pela primeira vez, a presidência da Comunidade, com todas as **obrigações** e responsabilidades internacionais que daí decorrem, havemos de reconhecer que o tempo urge (...) **0,60%** O poder político, como qualquer poder, **deve** ser susceptível de contestação e de crítica, aceitando a controvérsia como um facto natural e mesmo salutar (...) **0,56%**

Percebemos, pelos textos extraídos, que esta subcategoria "subordinação" é utilizada por ambos os presidentes para evidenciar junto dos intervenientes da complexa teia de relações funcionais e hierárquicas, que compõem a estrutura do edifício do Estado, quais são as responsabilidades, obrigações e deveres de cada um.

Subcategoria "Autoridade"

A subcategoria "Autoridade" tem 92 ocorrências, variando o intervalo maior entre 1-12 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente de 1,27% e 10,12%. No global, é Ramalho Eanes quem lidera com mais ocorrências, 60 referências contra 32 de Mário Soares, posição que confirma, quando nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, sobressaindo as maiores ocorrências associadas aos discursos do 25 de abril (1985) e de Tomada de Posse (1976 e 1981). Mário Soares é quem tem o resultado mais baixo (1 referência) no discurso do Dia da Implantação da República – veja-se o Quadro 33 com a distribuição pelos diferentes tipos de discursos.

Quadro 33 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Autoridade" pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**16**	10,38%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**14**	9,68%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	**12**	10,12%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**10**	7,63%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**8**	4,46%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	5	5,96%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	4	3,65%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	4	4,61%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	3	4,37%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	3	6,66%
ANO NOVO	M. Soares	1996	3	2,99%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	3	3,91%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	2	2,12%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	2	5,85%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	1	1,27%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	1	2,32%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	1	2,46%
TOTAL REFERÊNCIAS			**92**	

Na subcategoria "Autoridade" são os discursos de Tomada de Posse que lideram as ocorrências, com 44 referências, seguindo-se os do 25 de abril (25 referências), os de Ano Novo (11 referências), os do Dia da Implantação da República (7 referências) e, por último, do Dia de Portugal. Na comparação por tipo de discurso, verificamos que, no seu segundo mandato (1981), Ramalho Eanes aumenta o uso desta palavra nos discursos do 25 de abril e nos de Tomada de Posse,

e que Mário Soares, no segundo mandato (1991), vai no sentido oposto, diminuindo o seu uso. Vejamos os Quadros seguintes, onde contextualizamos a utilização da subcategoria "Autoridade" nos discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril.

Quadro 34 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Autoridade" nos discursos de Tomada de Posse de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
1.ª TOMADA DE POSSE (1976) **CONTEÚDO / Cobertura %**	**1.ª TOMADA DE POSSE (1986)** **CONTEÚDO / Cobertura %**
(...) esta adesão **responsabiliza todos** os portugueses na participação efectiva na construção de um estado e de um regime de que a constituição e o fundamento. **0,72%** as novas leis, depende em larga medida o clima de **autoridade democrática** e a garantia de igualdade dos cidadãos. **0,71%**	Senhor Presidente da Assembleia da República, as generosas palavras de confiança e de apreço que me dirigiu, com a **autoridade democrática** e o talento que lhe são unanimemente reconhecidos. **0,76%** Consciente do perigo que sucessivas crises representam para o regime, tenho defendido que a **estabilidade política** e a paz social são condições indispensáveis (...) **0,85%** Vivi por dentro todas as crises políticas do regime e penso **conhecer-lhes** as razões e os mecanismos subtis (...) **0,76%**
2.ª TOMADA DE POSSE (1981) **CONTEÚDO / Cobertura %**	**2.ª TOMADA DE POSSE (1991)** **CONTEÚDO / Cobertura %**
ou que admitiam ainda a utilização das **posições de autoridade** do executivo para condicionar a expressão legítima de correntes de opinião. **0,71%** Neste sentido, foram superados pela expressão eleitoral o voluntarismo que se apoia na **autoridade**, e os projectos de concentração formal dos poderes políticos **0,65%** (...) respeito recíproco entre presidente da república, assembleia da república e governo, **no Quadro das respectivas competências constitucionais**, e de acção concertada (...) **0,74%**	que **respeito** por igual, oferecendo uma solidariedade institucional sem falhas ao Governo legítimo, porque resultou do voto popular expresso nas eleições legislativas **0,64%** É assim que se estruturam as democracias modernas e essa é mesmo a sua mais **efectiva superioridade** sobre os regimes fechados. O poder político, como o poder económico (...) **0,49%** (...) na **convergência de pontos de vista** entre os órgãos de soberania da República e as autoridades da China Popular, quanto à estratégia do desenvolvimento integrado definida **0,56%**

Quadro 35 – Conteúdos da subcategoria "Autoridade" no discurso de 25 de abril de 1985 de Ramalho Eanes.

RAMALHO EANES
25 DE ABRIL (1985) **CONTEÚDO / Cobertura %**
Nação, assegurando esse propósito através de uma transição gradual do **regime autoritário** de então para um **novo Quadro** de pluralismo e de democracia política **(0,59%)**
A transição do autoritarismo para um regime de democracia pluralista ficou, em suma, a dever-se ao empenho de uma geração (...) **(0,58%)**
Impõe-se-lhes mostrar que a democracia é o regime que mais considera o homem, na sua dignidade, que, sendo eminentemente individual é também indissoluvelmente social. **(0,54%)**

A subcategoria "Autoridade" é utilizada por Ramalho Eanes e Mário Soares muitas vezes para acentuar as divergências entre aquele que foi o regime derrubado, graças e com o apoio de todos, e o outro, com um novo Quadro institucional onde os organismos funcionam na interdependência funcional e hierárquica uns dos outros. Ramalho Eanes é o presidente que se predispõe, fazendo referência expressa a isso, a utilizar dos meios de força para garantir a normalidade.

Subcategoria "Exercício da força"

A subcategoria "Exercício da força" tem 44 ocorrências, variando o intervalo maior entre 1-9 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 2,48% e 6,64%. No global, é Ramalho Eanes quem lidera com mais ocorrências, 32 referências contra 12 de Mário Soares, posição que confirma, quando nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, sobressaindo as maiores ocorrências associadas aos discurso de Tomada de Posse (1976), do Dia da Implantação da República e do 25 de abril (1977 e 1985). Mário Soares integra a terceira posição, com o discurso de Tomada de Posse (1991) cabendo-lhe também a ele o discurso com o menor número de ocorrências (1 referência) – veja-se o Quadro 36 com a distribuição pelos diferentes tipos de discursos.

Quadro 36 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Exercício da força" pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**9**	6,64%
DIA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA	R. Eanes	1976	**7**	8,21%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**7**	3,70%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	**6**	6,44%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**5**	3,15%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	2	2,53%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	2	1,65%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	2	1,57%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	1	0,97%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	1	2,40%
ANO NOVO	M. Soares	1987	1	1,88%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	1	2,48%
TOTAL REFERÊNCIAS			**44**	

Na subcategoria "Exercício da autoridade" são os discursos de Tomada de Posse que lideram as ocorrências, com 20 referências, seguindo-se os do Dia da Implantação da República (7 referências), os de Ano Novo (4 referências) e, por último, do Dia de Portugal (1 referência). Como temos ocorrências com valores baixos, é já difícil encontrar tendências embora se aponte uma evidência interessante: são os discursos de Tomada de Posse do intervalo de tempo maior (1976 e 1991) que registam os maiores valores desta ocorrência. Vejamos o Quadro seguinte, onde contextualizamos a utilização da subcategoria "Exercício da autoridade" nos discursos de Tomada de Posse (1976 e 1991).

Quadro 37 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Exercício da força" nos discursos de Tomada de Posse de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
1.ª TOMADA DE POSSE (1976) **CONTEÚDO / Cobertura %**	**2.ª TOMADA DE POSSE (1991)** **CONTEÚDO / Cobertura %**
Foi um duro e difícil caminho de resistência até um 25 de Abril em que as forças armadas restituíram a este povo o seu próprio país, a este país o seu lugar no mundo **0,73%** A quantos na **resistência a ditadura** ou no movimento das forças armadas deram o melhor de si próprios (...) **0,67%** As forças armadas assumiram, ao depor em	(...) as reformas também necessárias do Estado, o qual deixará, pela força das coisas, de ser proteccionista e em permanência interventor, para necessariamente ser, na Europa em construção (...) **0,54%** as ideias e as pessoas. Está em via de se construir, pela força das coisas, uma nova ordem internacional. Qual ela seja, é a

25 de abril um regime antidemocrático **0,71%** Consagra o conselho da revolução como a expressão política das forças armadas, como garante do seu cumprimento (...) **0,74%**	grande questão **0,45%**

Foi igualmente possível, com as subcategorias de *Poder* definidas, fazer uma pesquisa das principais tendências (recorrência de palavras) e perceber como estas se relacionam, obtendo um efeito visual interessante que se traduz pela Fig. 32 abaixo.

Figura 31 – Palavras de Poder (1976 a 1996).



As subcategorias de *Poder* selecionadas para a pesquisa são relevantes para entender a extensão do conceito; contudo, dada a pouca representatividade, não se justifica fazer uma apresentação de detalhe quantitativo e qualitativo por se tornar pouco apelativo. Todavia, a sua relevância vai para além dos números, sobretudo porque nos permitiu perceber de onde resulta a autoridade do poder político (Loewenstein, 1968). É na relação entre presidente e população que a sua liderança vence, sempre que se faz obedecer, com o respeito, os direitos, a obediência e a justiça a conferirem-lhe a legitimidade de que precisa. Corrobora-se, assim, que o poder (e a autoridade) se fortifica sempre que atua em favor do povo subordinado

(Friendland, 1964; Rocha, 2005). Este preceito parte do pressuposto de que, por via das concretizações e realizações, existe um reconhecimento de todos os que lhe estão sujeitos/subordinados – e não estamos a falar de poder executivo –, levando-o para a dimensão do poder simbólico, legitimado pelo carisma (Loewenstein, 1968; Bourdieu, 1989). As relações de poder são sempre relações de subordinação, tal como defendia Weber ("domesticação dos domesticados") e duram enquanto o líder conseguir prever o bem-estar dos seus governados. Só assim é legitimado nas suas ações.

B. Resultados das estratégias retóricas e temas principais

Os resultados das estratégias retóricas e dos temas principais são constituídos por seis categorias, a saber: (1) Negação; (2) Inclusão; (3) *Outgroup*; (4) *Ingroup*; (5) Verbos/Ambivalência e (6) Temas principais: a) Crise; b) Nacionalismo; c) 25 de abril; d) Dimensão internacional; e) Futuro; e, f) Projeto Democrático. Como detalhámos no capítulo anterior as categorias foram apuradas a partir do enquadramento teórico e da abordagem empírica dos diversos autores e as unidades de registo (palavras) foram resultado da pesquisa de frequência de palavras que realizámos nos vinte discursos. Vamos de seguida passar à apresentação dos resultados e discussão dos mesmos.

1. Categoria *Negação*

A estratégia retórica da negação é uma ferramenta do ponto de vista linguístico interessante, na medida em que se permite fazer um discurso mobilizador sempre pela negativa. Na verdade, a negação revela-se uma verdadeira e eficaz estratégia de afirmação. Vamos observar como o recurso à negação e à dupla negação permite aos presidentes fazer apelos, transmitir informações relevantes, princípios elementares e dessa forma "captar" e "prender" o seu público, a população portuguesa situada em território nacional, bem como a diáspora portuguesa espalhada pelo mundo.

Precisamos agora de perceber o seguinte: se o exercício do poder político é uma atividade promotora do bem público, o que leva os presidentes estudados a recorrer ao sentimento de negação? Que palavras manifestam desencantamento e sentimentos de negação nos discursos dos presidentes Ramalho Eanes (1976/1985) e Mário Soares (1986-1996)?

A pesquisa revelou a pertinência da categoria *Negação* com um número global de 412 referências. Evidencia-se uma vantagem na ocorrência de palavras por discurso para Ramalho Eanes com 242, representando 58%, contra Mário Soares com 170, representando 41,5%, sendo que o intervalo maior varia entre 4-43, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 15,44% e 27,43%. Verifica-se que esta categoria está representada em 59% nos discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril (respetivamente 126 e 116 ocorrências). Curiosamente, e apesar de ser Ramalho Eanes quem predomina nas ocorrências, é Mário Soares quem tem o discurso mais negativista, aquando da sua segunda Tomada de Posse (1991), registando 43 ocorrências, ao mesmo tempo que detém o resultado mais baixo, no discurso do Dia da Implantação da República (1995), com 4 ocorrências. Os dados recolhidos permitem apontar uma tendência: tanto Ramalho Eanes como Mário Soares aumentam o uso da categoria da *Negação* entre os primeiro e segundo mandatos, conforme indicado no Quadro 38.

Quadro 38 - Distribuição das ocorrências para a categoria *Negação* pelos diferentes tipos de discursos de Ramalho Eanes e Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**43**	27,43%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**40**	33,85%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	**32**	34,37%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**32**	29,58%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**30**	22,52%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	28	34,79%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	28	42,51%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	27	41,21%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	25	35,40%
ANO NOVO	M. Soares	1996	23	32,13%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	21	19,27%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	16	27,48%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	15	31,72%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	10	27,43%
ANO NOVO	M. Soares	1987	10	32,01%

DIA DE PORTUGAL-1995-MS	M. Soares	1995	10	30,67%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	7	21,02%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	7	20,67%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	4	15,01%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	4	15,44%
TOTAL REFERÊNCIAS			**412**	

Os resultados alcançados na categoria *Negação* permitem-nos aferir que Ramalho Eanes e Mário Soares convergem nos anos mais próximos e divergem nos anos mais distantes. Simultaneamente, podemos asseverar que entre o primeiro e o segundo mandato o uso desta categoria segue tendências opostas: diminui em Ramalho Eanes, com exceção dos discursos de Tomada de Posse e 25 de abril, e aumenta em Mário Soares, com exceção dos discursos do 25 de abril. Para melhor entendimento, seguem-se os Quadros 39 e 40, onde apresentamos alguns dos resultados obtidos para a categoria *Negação* nos discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril.

Quadro 39 – Comparação de conteúdos da categoria *Negação* nos discursos de Tomada de Posse de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
1.ª Tomada de Posse (1976) - Conteúdo	**1.ª Tomada de Posse (1986) - Conteúdo**
(...) A eleição do presidente da república significou, de forma **inequívoca** e clara, a adesão a um projecto político que lhe foi apresentado (...) **Não há**, pois, lugar para actuações que visem a restauração dum passado (...) Generalizou-se a **irresponsabilidade** e a **incompetência** quantas vezes usurpando o nome e os interesses dos trabalhadores – e avançou-se largamente no campo da **irracionalidade** económica, que poderia conduzir a muitos lugares, mas **não** por certo a democracia, e muito menos ao socialismo. (...)Experiência vivida nos ensinou que a liberdade é um bem **inestimável** que merece a vida e sem o qual **não** há democracia nem dignificação do homem.	(...) contra o terrorismo, fruto amargo da violência, do fanatismo e da **intolerância**. (...) Nas sociedades abertas a segurança é um bem tão precioso quanto a liberdade. O terrorismo, flagelo até há pouco **desconhecido** em Portugal, **não** pode ser hoje arredado, infelizmente, das nossas mais instantes preocupações. (...) lutar **sem** descanso contra a pobreza, a ignorância e a intolerância que ainda atingem, **infelizmente**, tantos Portugueses. Tal como a entendo, a função presidencial **não** deve ser interferida por projectos pessoais nem por egoísmos partidários (...) entendi que o Presidente deve acompanhar a acção governativa, mas **não** tem de se intrometer nas decisões de política corrente.
2.ª Tomada de Posse (1981) - Conteúdo	**2.ª Tomada de Posse (1991) - Conteúdo**
(...) não haverá esforço colectivo real e consistente baseado na exploração e na opressão. **não haverá** capacidade criativa se	(...) procurar discernir as linhas do futuro, para melhor o preparar para as gerações que

o nosso regime democrático **não** estiver aberto ao debate das alternativas, à capacidade crítica (...) (...) a solidariedade social, resultante da integração de cada cidadão na comunidade nacional, impõe que se assumam inteiramente as exigências da vida colectiva (...) valor permanente que uma sociedade livre, aberta e responsável, **não** pode deixar transgredir, sob pena de se degradar na **insegurança**, na arbitrariedade, na luta fratricida e na violência. (...) meios de comunicação social, especialmente a rádio e a televisão, **não** sejam utilizados como instrumentos de pressão política **ilegítima**	**despontam**. **Não** vamos navegar, como nos anos que passaram, com uma realidade internacional bem definida, com parâmetros seguros que pareciam **imutáveis**. (...) **Não**, que a nossa democracia **não** comporte aperfeiçoamentos ou **não** possa ser aprofundada, mediante uma maior participação (...) A descolonização e todas as sequelas desse período tão dramático como **inevitável** (...) (...) **Não** trairei a confiança que em mim depositaram. **Não** deixarei de exercer a magistratura de (...)

Quadro 40 – Comparação de conteúdos da categoria *Negação* nos discursos de 25 de abril de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
25 de abril (1977) – Conteúdo	**25 de abril (1986) - Conteúdo**
Não podemos continuar a iludir o futuro com base nas frustrações do passado. O **desencanto** que se apodera já de muitos (...) Será querela **inútil** pretender basear nas leis fundamentais do país novas guerras de disputa do poder. **Não** se pode ser democrata nesta assembleia e fomentar lá fora a agitação e o **desrespeito** das leis. **Não** se pode violar lá fora os preceitos que aqui se votam. (...) as dificuldades do presente e vê cada vez mais **incerto** o futuro. **Não** aceita, porém, a fatalidade da crise (...) facilita as manobras daqueles que vivem à sombra da função **sem** a servir. **Não** falta mesmo quem enjeite responsabilidades atribuindo os males e a **indisciplina** sociais à liberdade recuperada. (...) homens **indispensáveis** em sectores decisivos para o desenvolvimento do país. **Não** podemos fugir à realidade (...) (...) a recuperação do país, a identidade nacional e o **desbloqueamento** da angústia colectiva perante o presente e perante o futuro. Nesta hora do nosso destino de nação	(...) mudamos as coisas, a terra e, sobretudo, as mentalidades, com acertos e **desacertos inevitáveis**, ultrapassando traumatismos e crises diversas (...) Vivemos hoje numa sociedade aberta, responsável, pacífica, de **incontestável** vitalidade democrática, onde as instituições funcionam com normalidade e está assegurada a participação dos cidadãos (...) Ninguém tem, pois, razão para ser pessimista ou **descrente** quanto à comunidade nacional. Nesse aspecto, **não** aceitamos exclusões **nem** discriminações ou desculpas, sejam de que natureza forem. Temos o dever nacional de **não** deixar perder a oportunidade que se nos oferece. (...) falta ainda construir uma sociedade onde seja erradicada a pobreza, a ignorância, a **intolerância** e que nos recupere de um atraso secular (...) É condição necessária da estabilidade política e da paz social, ambas imprescindíveis para ganharmos o **desafio europeu** e não perdermos a grande oportunidade histórica que as circunstâncias (...)

independente, **não** é legítimo ignorar a crise (...)	Portugal e os Portugueses não são estrangeiros em **nenhuma** parte do Mundo.
25 de abril (1985) - Conteúdo	**25 de abril (1986) - Conteúdo**
Não o soube entender a crispação **imobilista** e arcaica dos responsáveis políticos do momento. Por desígnio e por **inércia**, o regime de então foi **incapaz** de aceitar e de prever outra solução que **não** fosse a da sua continuidade. foi, porém, possível minimizar sequelas e **impedir** que atitudes de **impaciência**, de resignação ou comportamentos **irresponsáveis** alterassem a vitalidade dos dados permanentes que motivam e justificam **Ninguém** de boa fé poderá deixar de reconhecer que a sociedade (...) estado de crise, também de valores, e a ausência ou **indefinição** de um projecto social delapidou recursos, adiou soluções, agravou problemas, **desmobilizou** vontades e acentuou injustiças. A sua tolerância é consciente, **impõe**, aos que escolheram representá-los, o esforço correspondente e o dever elementar de **impedir** situações humana e socialmente **inadmissíveis**. Impõe-se-lhes mostrar que a democracia é o regime que mais considera o homem, na sua dignidade, que, sendo eminentemente individual, é também **indissoluvelmente** social.	(...) de afirmação da vontade livre dos portugueses, representou uma opção **inequívoca** em favor da liberdade, da democracia pluralista, da participação cívica (...) Sabemos hoje que **não** há receitas milagrosas para os problemas humanos e que a complexidade, a mobilidade da vida e a **imprevisibilidade** da história (...) (...) após as primeiras eleições livres, vivemos um tempo histórico que **não** é nada fácil e que, por isso, nos impõe, de novo, especiais responsabilidades. (...) de todos ao acesso dos bens materiais e culturais se **não** traduza numa degradante perda de qualidade e numa **intolerável** massificação Como **impedir** que o essencial apareça como equivalendo ao acessório, numa espécie de sucessão **desgastante** de modas superficiais, de que nada fica? Como evitar que (...) Não permitamos que os melhores, os mais dotados dos nossos jovens, se **desgostem** da política ou **desesperem** (...)

Numa análise mais detalhada, podemos dizer que Ramalho Eanes é extensivo na enunciação de expressões com funções negativas e no uso da palavra "não"; já Mário Soares é mais parco no recurso a este padrão, mas, apesar disso, usou-o uma vez na primeira pessoa ("não simpatizo") por contraposição a Ramalho Eanes, que nunca sai da terceira pessoa. Alguns dos ideais da revolução de abril são utilizados por Ramalho Eanes com prefixos negativos para demarcar bem aquilo que havia antes mas que hoje já não se aceita mais. Entre 1977 e 1985, e no mesmo tom, o uso de palavras com o prefixo "in", conotando a negação, quase que duplica em Ramalho Eanes. Em Mário Soares o processo é inverso: entre 1986 e 1995 houve uma quebra no uso do prefixo "in"; no entanto, não deixa de recorrer à negação através de palavras com uma significação mais suave por oposição às empregues por

Ramalho Eanes, já referidas. Na utilização de prefixos negativos, como "des", Ramalho Eanes é preponderante relativamente a Mário Soares, embora ambos evidenciem uma diminuição do emprego de palavras com prefixo "des" do primeiro para o segundo mandato. A frequência de palavras conotadas simbolicamente com o período histórico é patente: em Ramalho Eanes (1977-1985): "desbloqueamento", "desentendimento", "desempego", "desrespeito", "desfavorecidos", "desequilíbrios"; em Mário Soares (1986-1995): "desigualdades", "desacertos", "descrentes", "desgastantes". Em resultado da nossa pesquisa aos vinte discursos foi possível apurar para Ramalho Eanes e para Mário Soares um conjunto de palavras que são exclusivas da terminologia de cada um deles, veja-se Quadro 41.

Quadro 41 – Palavras exclusivas de Ramalho Eanes e de Mário Soares associadas à categoria *Inclusão* (Prefixo 'Des', 'Im' e 'In')

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
Prefixo 'DES' Desagravar, desagregação, desalojados, desastre, desbloqueamento, descolonização, descreem, desculpa, desencanto, desenraizados, desfeito, desmente, desmobilizou, desorganização, desprendimento, despreza, desvario.	**Prefixo 'DES'** desânimo, descaracterização, descrença, descrente, descriminação, desgraça, desprotegidos, dessacralizando.
Prefixo 'IM' Impaciência, impasses, imprevisíveis, improváveis, impunidade.	**Prefixo 'IM'** Imparcialidade, impedirem, imprescindíveis, imprescindível, imprescritível, imprevisibilidade.
Prefixo 'IN' Inadiáveis, inadiável, inadmissíveis, incapacidade, incapaz, incompetência, incompleta, inconsciente, inconveniente, incorrecto, indeclinável, indiferentes, indisciplina, indissoluvelmente, individuais, individual, indulgente, inexperiência, inexperientes, influir, iníquo, injúrias, injustos, insegurança, insensibilidade, instabilidade, insucedida, insurreccional, insurreição, interdependência, intrigas, intrínseco, inútil, inverter, inviabilizaram, inviável, inviolável,.	**Prefixo 'IN'** Inalienável, incitando, incito, incomodidade, incomparável, inconformados, inconformismo, inconformistas, incontestável, indefectível, indelével, indesmentível, indiscutivelmente, indomavelmente, inegável, inelutável, inerência, inerentes, inesperado, inevitável, infelicidade, infelizmente, inflexível, influência, inimaginável, injustificáveis, injustificável, insatisfeitos, insegura, insensibilizarem, insistência, insistentes, insuspeitados, , intolerável, invejável, invencíveis.

Por fim, no tocante aos elementos designativos de privação ou negação "sem", Ramalho Eanes prevalece no uso da palavra "sem" em relação a Mário Soares. Embora pareça haver uma tendência oposta, Ramalho Eanes aumenta o seu uso do primeiro para o segundo mandato, enquanto Mário Soares diminui esse uso do primeiro para o segundo mandato. Ora, também aqui parece haver uma construção de estratégicas retóricas (negação), onde os presidentes usavam dispositivos retóricos específicos para cativar a população para a grande mudança social que se vivia (Seyranian e Bligh 2008): essa mobilização assentava numa tentativa de alertar os cidadãos para o que *não* tinham tido no passado, de modo a que pudessem unir esforços na construção de um futuro democrático.

2. Categoria *Inclusão*

A categoria da *Inclusão* pode muitas vezes ser confundida com a categoria *Ingroup*, dada a semelhança entre si. Apesar de contribuírem e concorrerem para o mesmo fim, entendemos que o fazem de modo distinto, pelo que optámos por lhes dar- tratamento diferenciado para compreender a profundidade dessas diferenças. Através da categoria da *Inclusão* pretendemos observar como os protagonistas vão "chamar" a si os seguidores e como os vão mobilizar em torno dos valores pessoais e sociais. Para isso, os líderes recorrem ao uso de uma linguagem inclusiva, por forma a enfatizar a sua semelhança com os "seus". Fazem-no de diferentes formas: por meio de "Autorreferência", invocando a "Identidade Social" e envolvendo os "Focos Coletivos"; e por meio de "Referências ao povo", e esta é a razão pela qual estas foram constituídas como quatro subcategorias na categoria *Inclusão*.

A pesquisa revelou a pertinência da categoria *Inclusão*, sobretudo quando analisada de forma acoplada, registando um número global de 1096 referências. Evidencia-se uma vantagem na ocorrência de palavras por discurso para Ramalho Eanes com 567, representando 51,7%, contra Mário Soares com 529, representando 48,3%, sendo que o intervalo maior varia entre 18-121, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 70,48% e 65,82%. Verifica-se que esta categoria está representada em 60,5% nos discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril (respetivamente 398 e 265 ocorrências). Mas, se nos focarmos nas cinco primeiras

posições da tabela, Mário Soares é quem tem o discurso mais inclusivo, aquando da sua segunda Tomada de Posse (1991), registando 121 referências, ao mesmo tempo que também detém o resultado mais baixo, no discurso do Dia da Implantação da República (1986), com 18 referências. Os dados recolhidos quanto à categoria *Inclusão* (acoplada) permitem apontar uma tendência: Ramalho Eanes diminui o uso da categoria *Inclusão* entre o primeiro e segundo mandato, com exceção dos discursos do 25 de abril e de Tomada de Posse, por oposição a Mário Soares, que aumenta o uso da categoria *Inclusão* entre o primeiro e segundo mandato, com exceção dos discursos do 25 de abril – conforme indicado no Quadro 42 .

Quadro 42 - Distribuição das ocorrências para a categoria *Inclusão* (acoplado) pelos diferentes tipos de discursos de Ramalho Eanes e Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**121**	65,82%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	**98**	77,96%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**91**	60,96%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**88**	67,62%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1986	**79**	45,17%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	76	67,03%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	65	69,44%
ANO NOVO	M. Soares	1996	60	57,66%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	53	57,52%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	51	57,15%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	48	65,11%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	45	58,24%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	36	54,73%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	34	58,00%
ANO NOVO	M. Soares	1987	30	59,42%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	30	76,61%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	28	69,49%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	23	69,01%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	22	55,72%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	18	70,48%
TOTAL REFERÊNCIAS			**1096**	

Percebemos que são os discursos de Tomada de Posse os grandes líderes desta tabela e isso faz todo o sentido, pois trata-se antes de mais de um momento importante para o próprio, onde surgem referências pessoais ao seu trajeto, mas também para os destinatários da sua mensagem, o povo português, o cidadão comum, porque é este o beneficiário da sua ação. Vamos ver como se encontram distribuídos os resultados da categoria *Inclusão* pelas diferentes subcategorias – Cfr. Quadro XX.

Quadro 43 - Distribuição das ocorrências das subcategorias de *Inclusão*.

Nome	Fontes	Referências
Categoria *Inclusão*	**20**	**1096**
2.1 Subcategoria "Autorreferência"	16	88
2.2 Subcategoria "Focos coletivos"	20	349
2.3 Subcategoria "Identidade Social"	20	212
2.4 Subcategoria "Referências ao Povo"	20	447

Considerando que a categoria *Inclusão* foi operacionalizada por meio de quatro subcategorias, abaixo apresentadas, passamos a explicar as ocorrências expressivas em cada uma delas.

2.1. Subcategoria "Autorreferências"

A subcategoria "Autorreferência" tem 88 ocorrências, variando o intervalo maior entre 1-25 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 3,38% e 26,19%. No global, é Mário Soares que tem mais ocorrências, com 59 referências contra 29 de Ramalho Eanes. Mas, se nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, é Mário Soares quem prevalece com maiores ocorrências nos discursos de Tomada de Posse (1986 e 1991) e discurso de Ano Novo (1996) – veja-se o Quadro 44 com a distribuição pelos diferentes tipos de discursos.

Quadro 44 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Autorreferência" pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	**25**	26,19%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**14**	12,42%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**10**	7,26%
ANO NOVO	M. Soares	1996	**8**	7,74%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**7**	4,98%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	4	14,05%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	3	4,85%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	3	4,39%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	3	6,56%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	3	7,08%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	2	1,12%

DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	2	4,11%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	1	0,83%
ANO NOVO	M. Soares	1987	1	1,84%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	1	1,33%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	1	3,38%
TOTAL REFERÊNCIAS			**88**	

Esta subcategoria analisou todas as referências de primeira pessoa ("eu", "me", "meu", "minha", "sou", "vou" e "tenho") que refletem o lócus de atuação residente no ato falante e não no mundo em geral. O recurso a esta subcategoria serve para reforçar o sentido de pertença ao grupo mas também para consolidar o vínculo existente entre presidente e os cidadãos, os portugueses e portuguesas, a Nação, Portugal. Para melhor visualizarmos, segue-se o Quadro 45 onde apresentamos alguns dos resultados obtidos na subcategoria "Autorreferência" nos discursos de Tomada de Posse.

Quadro 45 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Autorreferência" nos discursos de Tomada de Posse de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	**MÁRIO SOARES**
1.ª Tomada de Posse (1976) - Conteúdo	**1.ª Tomada de Posse (1986) - Conteúdo**
Apresentei-**me** aos portugueses com o compromisso solene de cumprir a constituição (...) A vida na assembleia constituinte foi um capítulo de luta e coerência nos agitados tempos da sua existência. Envidarei todos os **meus** esforços para dignificar a actividade desta assembleia (...) (...) mas julgo que trairia as expectativas do povo que **me** elegeu, se não tivesse dado testemunho de alguns dos principais problemas que a todos afligem. (...) Um eEsado de direito democrático se caracteriza pela pluralidade e independência dos órgãos e poderes constituídos. Comprometo-**me** a respeitar a esfera de cada um (...)	(...) Depois de ter jurado por **minha** honra «cumprir e fazer cumprir a Constituição», as **minhas** primeiras palavras são para saudar o povo português, garante da perenidade da Pátria e que com o seu trabalho honram Portugal, que exprimo o compromisso do **meu** empenhamento e da **minha** solidariedade. Findo o período de transição para a democracia plena, **sou** o primeiro Presidente civil eleito, diretamente, por sufrágio popular. E uma escolha que **me** honra e que **me** responsabiliza. Tudo farei para estar à altura da responsabilidade histórica que **me** foi confiada pelo voto livre dos Portugueses (...) A Assembleia da República pode contar com o **meu** respeito, com **minha** solidariedade e com a **minha** cooperação. Estarei atento, como **meu** dever, às indicações desta Casa, que todos os democratas têm dever de prestigiar (...)

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
2.ª Tomada de Posse (1981) - Conteúdo	**2.ª Tomada de Posse (1991) - Conteúdo**
(...) por isso encontro o primeiro e mais importante resultado da **minha** reeleição na expressão clara da vontade do povo português (...) (...) tendo sido critérios permanentes das **minhas** decisões, continuarão a ser os marcos orientadores da **minha** acção, por compromisso consciente e por imposição da vontade dos portugueses. (...) reafirmar o Quadro orientador que contém os critérios dos **meus** actos, onde reside o conteúdo da responsabilidade política que assumo perante os portugueses. (...) exercerei o **meu** mandato, como o fiz no passado (...) manterei no âmbito das **minhas** atribuições, os objectivos de procura dos consensos políticos e sociais (...)	O **meu** compromisso de há cinco anos foi «unir os portugueses e servir Portugal», com absoluta independência política, colocando-**me** numa posição de equidistância em relação aos partidos políticos (...) Pelo contrário: aconselha um amplo — e prévio — debate nacional, sereno, informado e responsável, sobre toda esta problemática, que a **meu** ver deve iniciar-se quanto antes (...) (...) Unidade nacional, solidariedade social e modernização da sociedade, em todos os planos, são as **minhas** ideias-força e principais preocupações. (...) Alguns, considerando que não necessito mais de **me** submeter ao sufrágio popular, têm-se interrogado, de diferentes e imaginativas formas, sobre as **minhas** intenções e propósitos.

2.2. Subcategoria "Focos coletivos" – Coletividades (referências à identidade)

A subcategoria "Focos Coletivos" tem 349 ocorrências, variando o intervalo maior entre 5-46 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 15,27% e 30,57%. No global, é Ramalho Eanes que tem mais ocorrências, com 178 referências contra 171 de Mário Soares. Mas, se nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, é Mário Soares quem prevalece com maiores ocorrências nos discursos de Tomada de Posse (1991) e do 25 de abril (1987), seguido pelos discursos do 25 de abril (1977 e 1985) e de Tomada de Posse de Ramalho Eanes – veja-se o Quadro 46 com a distribuição pelos diferentes tipos de discurso.

Quadro 46 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Focos Coletivos" pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**46**	30,57%
25 DE ABRIL	M. Soares	1987	**29**	30,57%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**28**	20,43%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**27**	21,66%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	**23**	28,73%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	22	19,02%

DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	21	34,81%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	20	27,90%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	20	19,12%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	17	26,54%
ANO NOVO	M. Soares	1996	16	18,86%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	14	16,08%
ANO NOVO	M. Soares	1987	11	28,38%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	10	20,89%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	10	40,30%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	10	30,69%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	8	20,10%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	7	34,56%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	5	15,64%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	5	15,27%
TOTAL REFERÊNCIAS			**349**	

O "Focos colectivos" analisou as palavras conotadas a uma pluralidade e que funcionam para diminuir a especificidade, como sejam grupos sociais, profissionais, geográfico ("europeus", "africanos", "mulheres", "professores", etc.) que detalhamos no capítulo anterior. Os discursos dos presidentes tem uma retórica que deve ser direcionada para todos os beneficiários e nessa medida eles devem ter uma dimensão coletiva, agregadora e um sentido de grupo. Para melhor compreensão dos resultados, abaixo seguem os Quadros 47 e 48, onde apresentamos alguns dos resultados obtidos na subcategoria "Focos Coletivos" da categoria *Inclusão* nos discursos de Tomada de Posse (1976 e 1991) e os do 25 de abril.

Quadro 47 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Focos Coletivos" nos discursos de Tomada de Posse de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
1.ª Tomada de Posse (1976) - Conteúdo	**2.ª Tomada de Posse (1991) - Conteúdo**
Foi um movimento de **juventude** e de renovação, enraizado nas lutas de meio século, que não cedeu à tentação de usar o poder em proveito próprio (...) nestes últimos dois anos, aos processos e as metas definidas pelos **homens** do 25 de Abril e por quantos se bateram para que Portugal e os portugueses fossem livres. (...) a uns e outros evoco e saúdo na pessoa do presidente da assembleia da república e nos **camaradas** de armas presentes nesta assembleia ou nos seus postos de comando e	Além disso, visitei os portugueses da **diáspora**, dispersos pelos vários (...) Os **historiadores** concerteza, em tempo próprio, oferecer-nos-ão os seus juízos, com a objectividade possível. (...) (...) aos países **africanos lusófonos**, abertos à paz e ao pluripartidarismo. O que quer dizer que os portugueses — e sobretudo os **jovens** — para poderem aspirar, como é legítimo, a padrões de vida plenamente **europeus**, têm de ser capazes de criar novas formas de organização (...)

de trabalho.	com a gradual **universalização** das regras do pluralismo democrático, a observância dos direitos humanos, e o sentimento generalizado de que o **Mundo** é um só (...)

Quadro 48 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Focos Coletivos" nos discursos do 25 de abril de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
25 de abril (1977) – Conteúdo	**25 de abril (1986) - Conteúdo**
Somos uma **geração** de sacrifício: quantos de nós em busca do pão ou por força do dever abandonámos a terra e a **família**, o país e os **amigos** para voltar, tantos anos depois, marcados pelos encontros com a morte, a violência, a injustiça? (...) Porque recuso demitir-me das responsabilidades que o povo português colocou sobre os meus ombros, é meu dever exigir aos meus **compatriotas** que estejam à altura das suas próprias responsabilidades. Uma nação é um **corpo** que só colectivamente se justifica, conquistando o direito à existência independente pelo esforço conjugado de todos (...)	Somos um país amável e tranquilo (...) que vive em paz e nos melhores termos com os seus **vizinhos** e aliados, goza de uma situação geoestratégica ímpar e tem um potencial de **recursos humanos** e materiais que importa não menosprezar. (...) (...) fazer um esforço formidável na educação e na formação profissional da nossa **juventude**, apostando a fundo na investigação científica e tecnológica (...) (...) criar um estado de espírito colectivo, especialmente entre as **jovens** gerações, que ultrapasse clivagens ideológicas e se consubstancie num verdadeiro projecto nacional (...)

Pelos textos supra selecionados percebemos que Ramalho Eanes e Mário Soares recorrem a um número variado de focos colectivos como partes do todo ("compatriotas", "camaradas", "vizinhos", "jovens", "família", "lusófonos", "europeus", etc.) no sentido de os agremiarem para os seus propósitos, pois disso depende a sua base de apoio. Ramalho Eanes nume estilo mais conservador ("camarada", "amigos", "famílias", "compatriotas", etc.) e Mário Soares num estilo mais contemporâneo ("recursos humanos", "europeus", "universalização", "mundo" etc.)

2.3. Subcategoria "Identidade social" (referências à identidade social)

A subcategoria "Identidade Social" tem 212 ocorrências, variando o intervalo maior entre 2-18 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 5,78% e 11,92%. No global, é Ramalho Eanes que tem

mais ocorrências, 18 referências contra 17 de Mário Soares. Se nos focarmos as cinco primeiras posições da tabela, é Ramalho Eanes quem prevalece com maiores ocorrências nos discursos de Tomada de Posse (1981), Dia de Portugal (1977), e 25 de abril (1985), seguido muito de perto pelos discurso de Ano Novo (1996) e do 25 de abril (1986) de Mário Soares – veja-se o Quadro 49 com a distribuição pelos diferentes tipos de discursos.

Quadro 49 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Identidade Social" pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**18**	11,92%
ANO NOVO	M. Soares	1996	**17**	12,45%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	**17**	27,00%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**15**	10,86%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	**15**	15,09%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	15	13,68%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	14	7,70%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	13	23,09%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	12	19,07%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	12	18,65%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	12	28,84%
ANO NOVO	M. Soares	1987	11	25,81%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	11	9,99%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	8	23,86%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	7	31,31%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	5	6,44%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	5	6,61%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	5	15,86%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	3	8,45%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	2	5,78%
TOTAL REFERÊNCIAS			**217**	

Esta subcategoria analisou todas as palavras que denotam identidade social ("eles", "nós", "vós", "nos", "nosso(s)", "nossa(s)", "seu(s)", "sua(s)" e "todo(s)"). Mais uma vez o recurso a esta subcategoria serve para reforçar o sentido de pertença ao grupo mas também para consolidar o vínculo existente entre presidente e os cidadãos, os portugueses e portuguesas, a Nação, Portugal. Para melhor visualizarmos, segue-se o Quadro 50 onde apresentamos alguns dos resultados obtidos na subcategoria "Autorreferência" nos discursos de Tomada de Posse. Para

melhor compreensão dos resultados, vamos de seguida apresentar nos Quadro 50, 51 e 52 a comparação dos resultados obtidos para a subcategoria "Identidade Social" nos discursos de Ano Novo (1986 e 1987), de Tomada de Posse (1981 e 1986) e do 25 de abril (1985 e 19866).

Quadro 50 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Identidade Social" nos discursos de Ano Novo de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
Ano Novo (1986) – Conteúdo	**Ano Novo (1987) – Conteúdo**
Ser mais solidários, mais rigorosos e mais exigentes, é assumir uma responsabilidade acrescida perante **nós** próprios, e cada um perante os outros. O futuro do **nosso** País, o futuro de cada um de **nós**, dependem da vontade responsável de todos os portugueses. Desejar tem de ser hoje, para **nós**, mais do que um voto vago, mais do que esperar: desejar tem de ser querer. Nesta minha última mensagem de Ano Novo, na qualidade de Presidente da República, gostaria de fazer chegar a cada um de **vós**, e muito em especial aos que sofreram os lutos (...)	O **nosso** destino europeu não é, porém, contraditório com a nossa vocação atlântica e africana. O ano que hoje começa dar-nos-á a oportunidade de aperfeiçoar o **nosso** sistema político-constitucional, nos termos previstos na Constituição (...)

Quadro 51 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Identidade Social" nos discursos de Tomadas de Posse de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
2.ª Tomada de Posse (1981) – Conteúdo	**1.ª Tomada de Posse (1986) – Conteúdo**
Em todo o sistema político, mesmo que fossem ocultos pela **nossa** esperança democrática (...). Não haverá capacidade criativa se o **nosso** regime democrático não estiver aberto ao debate das alternativas, à capacidade crítica, à expressão das divergências Compromisso patriótico inviolável de assegurar a continuidade e o desenvolvimento das **nossas** raízes históricas e culturais, dos valores permanentes da nossa sociedade, em independência e com dignidade Nem nos pode fazer perder as oportunidades que estão ao **nosso** alcance.	O grande desafio com que estamos confrontados, até ao fim do século, e que justifica o **nosso** empenhamento colectivo, com vontade de ganhar. A autonomia regional constitui uma das grandes realizações da **nossa** democracia, que importa prosseguir e desenvolver, visto que trouxe inúmeros benefícios às populações insulares. A fidelidade às **nossas** origens e o culto renovado da **nossa** identidade cultural são trunfos decisivos na batalha do futuro, em que estamos empenhados neste final do século Uma terra de progresso, de prosperidade e

Já vencemos, na **nossa** história, outras crises globais, outras situações de transformação e de inovação É em confronto com estas palavras que podemos estabelecer um juízo sobre o caminho já percorrido pela **nossa** democracia. O **nosso** estado democrático caminha para a plena consolidação.	de cultura. E um sonho que está ao **nosso** alcance realizar.

Quadro 52 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Inclusão" nos discursos de 25 de abril de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
25 de abril (1985) – Conteúdo	**25 de abril (1986) – Conteúdo**
Os condicionalismos do **nosso** acesso ao regime democrático estabelecem que a democracia não é somente uma regra de legitimação das instituições representativas (...) A política de adesão às Comunidades Europeias, que marcou sem interrupção o **nosso** percurso democrático desde 1976 (...) (...) estabelecer uma orientação que permita realizar os indispensáveis objectivos e programas do **nosso** desenvolvimento, desde 1974 em manifesta persistente crise de valores e em vazio de projecto.	(...) pois, razão para ser pessimista ou descrente quanto à comunidade nacional. Um futuro de progresso e de bem-estar está ao **nosso** alcance e depende fundamentalmente de cada um de nós, (...) sem que procuremos marcar, com o contributo da nossa cultura, do **nosso** potencial humano e da nossa vocação universalista, o todo em que nos inserimos. Podemos e devemos, a partir de agora, não centrar tão-só as **nossas** preocupações sobre os problemas conjunturais (...) Vencidos os estigmas do ostracismo a que estivemos sujeitos durante tantas décadas, restaurada a dignidade e o **nosso** prestígio externo

2.4. Subcategoria "Referências ao povo"

A subcategoria "Referências ao Povo" tem 447 ocorrências, variando o intervalo maior entre 6-47 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 24,08% e 36,41%. No global, é Ramalho Eanes quem tem mais ocorrências, com 247 referências contra 200 de Mário Soares. Mas, se nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, é Mário Soares que tem discursos com maior ocorrência, 47 referências, por ocasião da Tomada de Posse (1991 e 1986), seguido pelos discursos de Tomada de Posse (1976) e do 25 de abril (1977) de

Ramalho Eanes – veja-se o Quadro s53 com a distribuição pelos diferentes tipos de discurso.

Quadro 53 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Referências ao Povo" pelos diferentes tipos de discurso de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**47**	36,41%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**43**	46,80%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**41**	38,40%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	**38**	48,41%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	**34**	49,18%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	34	26,16%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	31	41,03%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	29	51,29%
ANO NOVO	M. Soares	1996	24	31,75%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	21	28,72%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	14	55,16%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	13	27,30%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	12	19,61%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	11	23,61%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	11	17,08%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	11	39,72%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	11	35,62%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	9	44,96%
ANO NOVO	M. Soares	1987	7	20,49%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	6	24,08%
TOTAL REFERÊNCIAS			**447**	

Esta subcategoria analisou todas as palavras que se referem a cidadania de um modo geral, onde incluímos as designações sociológicas, politicas e de grupos genéricos ("aliados", "alianças", "cidadão", "eleições", "municipal", "povo", "solidariedade", etc.) . O recurso a esta subcategoria serve, para além e reforçar o sentido de pertença ao grupo, para associar o grupo à nova realidade social e política que se vivia com a implementação da democracia. Para melhor visualizarmos, segue-se o Quadro 54 onde apresentamos a comparação dos resultados obtidos para a subcategoria "Referências dos povos" nos discursos de Tomada de Posse.

Quadro 54 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Referências ao Povo" nos discursos de Tomada de Posse de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
1.ª Tomada de Posse (1976) - Conteúdo	**1.ª Tomada de Posse (1986) - Conteúdo**
Este acto de investidura de um presidente da república que apenas deve este cargo ao sufrágio dos seus **concidadãos** (...) (...) legítimos representantes do povo, consagra a derrota das **minorias** que se opuseram as transformações (...) (...) a uns e outros evoco e saúdo na pessoa do presidente da **assembleia** da república e nos camaradas de armas presentes nesta assembleia (...) esta adesão responsabiliza todos os portugueses na **participação** efectiva na construção de um **estado** e de um regime mas esse é também o dever de todos os cidadãos **democratas** e **patriotas,** e de todos os outros órgãos, instituições e **agentes** do Estado (...) os **tribunais** são as únicas **instituições** a quem compete administrar a justiça, protegendo os interesses dos **cidadãos** e defendendo a legalidade (...)	que exprimo o compromisso do meu empenhamento e da minha **solidariedade.** (...) sempre considerei — e considero — a **Assembleia** da República como o centro vital da democracia. Honro-me de ter sido **parlamentar. Deputado** às Constituintes, fui sucessivamente reeleito em todas as **legislaturas.** A sua ilustre presença é um testemunho de **solidariedade** para com o Povo Português, que muito me sensibiliza. Para tanto, exige-se a responsabilidade **solidária** e a cooperação leal dos **órgãos** de soberania, cabendo ao Presidente da República, pelas suas próprias funções, ser um factor essencial de estabilidade (...) Aprofundando a tradição **municipalista,** tão celebrada por Herculano, o poder **local** tem modificado (...)
RAMALHO EANES	**MÁRIO SOARES**
2.ª Tomada de Posse (1981) - Conteúdo	**2.ª Tomada de Posse (1991) - Conteúdo**
(...) que admitiam a limitação das relações e da legitimidade dos **partidos** políticos como fontes de representatividade do poder soberano dos eleitores (....) (...) **pluralismo**, da legalidade e da estabilidade, a expressão da vontade **eleitoral** representa também a vitória das condições legítimas de revisão **constitucional.** (...) seus direitos e deveres, a garantia permanente dos vínculos de **solidariedade** que unem e obrigam a todos os **cidadãos.** (...) a **solidariedade** social, resultante da integração de cada **cidadão** na **comunidade** nacional, impõe que se assumam inteiramente as exigências da vida (...)	e como garante que sou, por imperativo **constitucional,** do regular funcionamento das **instituições** democráticas, legitimadas pelo **voto** popular, e dos princípios inspiradores do **Estado** de Direito (...) Colocando-me numa posição de equidistância em relação aos **partidos** políticos, que respeito por igual, oferecendo uma **solidariedade** institucional sem falhas ao **Governo** legítimo, porque resultou do voto popular expresso nas **eleições** legislativas de 1985 e de 1987 (...) (...) descolonização ainda encerra, por maior que seja, importa pouco à **sociedade** portuguesa de hoje e, muito menos ainda, aos países africanos lusófonos, abertos à paz e ao **pluripartidarismo** (...) (...) mas **responsável** e responsabilizável perante **órgãos** jurisdicionais, eles também, em absoluto, independentes do poder

	político e do poder económico. (...) formas de **associativismo** e de descentralização que dêem maior vigor à sociedade e maior participação aos **cidadãos**

Numa análise mais detalhada, podemos inferir que a categoria da *Inclusão* regista algumas oscilações, pois, nos finais dos anos 70 do século passado, a identidade social estava ainda em construção; no entanto, uma clara ideia de identidade social começa a sobressair a partir dos anos 80, fruto da internacionalização, do desenvolvimento alcançado pelo país e das melhores condições económicas e financeiras.

Mário Soares mantém elevado o uso destas palavras, chegando mesmo a aumentar o recurso àquelas com a adesão do país à Comunidade Económica Europeia. Efetivamente, o espírito de coesão proveniente do ideal de uma identidade social comum, assente num Portugal 'europeu' e livre, reforçou-se durante esse período. Os dois protagonistas reúnem características que os torna distintos e uma dessas diferenças passa exatamente pelo grau de envolvimento que estabelecem com os cidadãos por via do discurso, o qual serve para partilhar e reforçar alguns elementos identitários fundamentais ao sentimento de pertença ao grupo, fazendo-se assim denotar a sua preocupação em adaptar-se às diferentes conjunturas, mas também – e sobretudo – em aumentar a sua base de apoio, pois é isso que lhes garante poder (Bord, 2011).

Tal como defendia Wlodarek (2010), o apelo aos valores da sociedade portuguesa a par de uma mobilização instigada com base na partilha de "sentido de pertença" são visíveis nos discursos de Ramalho Eanes e Mário Soares, levando-os, de alguma forma, a moldar a retórica para obterem os resultados que pretendem, isto é, a participação de todos na construção e consolidação do projeto democrático. E como a implementação embrionária do projeto democrático em Portugal dizia efectivamente respeito a todos, houve um forte e intenso apelo de ambos os presidentes para envolverem o maior número de cidadãos possível, assegurando que todos aqueles a quem o processo dissesse respeito pudessem intervir e participar na sua construção.

3. Categoria *Outgroup*

A categoria *Outgroup* tem 23 ocorrências, variando o intervalo maior entre 1-3 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 3,32% e 16,57%. No global, é Ramalho Eanes quem tem mais ocorrências, com 13 referências contra 10 de Mário Soares. Contudo, se nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, verificamos que Mário Soares tem o discurso do 25 de abril (1995) com o mesmo número de ocorrências (3 referências) que os discursos do Dia da Implantação da República (1976) e do 25 de abril (1977 e 1985) de Ramalho Eanes, apenas desempatado por força de ter uma maior cobertura, correspondendo a 16,57%. Genericamente, na categoria *Outgroup* sobressaem os discursos do 25 de abril (1995, 1977, 1985), do Dia da Implantação da República (1976) e da Tomada de Posse (1986) – veja-se o Quadro 55 com a distribuição dessa categoria pelos diferentes tipos de discurso.

Quadro 55 – Distribuição das ocorrências da categoria *Outgroup* pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	**3**	16,57%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	**3**	13,41%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	**3**	13,01%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**3**	2,55%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	**2**	13,69%
ANO NOVO	M. Soares	1987	2	13,26%
ANO NOVO-1986-RE	R. Eanes	1986	2	6,50%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	1	15,29%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	1	3,08%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	1	1,30%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	1	4,10%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	1	3,32%
TOTAL REFERÊNCIAS			**23**	

Através da categoria *Outgroup*, vamos procurar identificar os não destinatários do discurso, normalmente descritos de forma depreciativa e discriminatória. Os excertos pertinentes a essa categoria constam abaixo nos Quadros seguintes.

Quadro 56 – Apresentação dos resultados para a categoria *Outgroup* nos discursos de Ano Novo de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
ANO NOVO 1977 Vencemos uma batalha. **Derrotámos as ditaduras**, que eram o principal inimigo. Mas a vitória que obtivemos só em parte corresponde ao ideal da revolução. Conquistámos a liberdade política. Mas a liberdade real só a teremos quando todos os portugueses puderem viver, fraternalmente, o projecto colectivo, sem receio da opressão, e com esperança no futuro. **ANO NOVO 1986** Estes factos, que constituem motivo sério de preocupação, de tristeza ou de luto, não podem, no entanto, deixar-nos **prisioneiros de cepticismo** ou de quaisquer sentimentos derrotistas, neste momento em que abordamos um Ano Novo. - Perante os modos de exercer a actividade política, elevando-os acima dos **sectarismos, da arrogância e de tentação clientelista**, para que cumpram eficazmente as suas verdadeiras funções;	**ANO NOVO 1987** Desde Abril de 1974, com acertos e desacertos, mas avançando sempre, ultrapassando inevitáveis contradições e inúmeras dificuldades, estamos a construir uma sociedade aberta, solidária e de progresso. Cometeram-se erros que não voltaremos a repetir. Mas os **profetas da desgraça** — e tantos houve — não tiveram, felizmente, razão nas suas negras profecias. Tornámo-nos cidadãos de uma pátria livre. Contudo, teremos de saber sacudir rotinas, bloqueamentos, **velhos imobilismos**. Não podemos continuar a pensar que os outros farão o que só a nós compete empreender e inovar. Não podemos desperdiçar, como por vezes tem acontecido, ocasiões e ajudas que espontaneamente se nos oferecem. A integração europeia responsabiliza todos os portugueses.

Quadro 57 – Apresentação dos resultados para a categoria *Outgroup* nos discursos de Tomada de Posse de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
TOMADA DE POSSE (1976) Arredados que andávamos da prática democrática, inexperientes no campo da actividade sindical e cooperativa, condicionados por um **sistema totalitário** que lançou raízes nas formas de organização e nos comportamentos individuais, nem sempre as nossas experiências na construção difícil da democracia se ajustaram, nestes últimos dois anos, aos processos e as metas definidas pelos homens do 25 de Abril e por quantos se bateram para que Portugal e os portugueses fossem livres. As forças armadas assumiram, ao depor em 25 de Abril um **regime anti-democrático**, o pesado encargo de lançar os fundamentos de um Estado participado.	-------

Quadro 58 – Apresentação dos resultados para a categoria *Outgroup* nos discursos do Dia da Implantação da República de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA 1976 A I República não resistiu contudo à tentação de fazer dos lugares da administração pública ou empresarial um meio de aumentar a **clientela política** dos partidos do poder. A história mostra-nos que a **libertinagem na expressão do pensamento** pode ser o mais perigoso inimigo da liberdade de imprensa, que se inscreveu entre os grandes objectivos das revoluções democráticas deste século. O preço que tivemos de pagar pela recuperação dessa liberdade deve conduzir-nos a usar hoje conscientemente o novo direito de informar e ser informado. Havemos de varrer dos **hábitos colectivos os miasmas da ignorância e do erro,** sem fazer das palavras um instrumento de ódio. Atribuir às **forças anti-democráticas** o derrube dos regimes democráticos é juízo certo e fácil. Para defender o povo e as instituições democráticas teremos de eliminar definitivamente qualquer suspeição que envenene a confiança que deve pautar as relações sociais. Hoje como no passado, a democracia só sobreviverá se varrermos do país **as sequelas da insurreição**.	**IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA 1995** Como Presidente da República, procurei sempre pôr em evidência, nos meus dois mandatos, o espírito republicano — o valor da tolerância, do **respeito pelos adversários** e pela dignidade das pessoas — evitando o **dogmatismo e o fetichismo passadista**, olhando para a nossa história com espírito crítico e por forma científica, de modo a fortalecer o civismo.

Quadro 59 – Apresentação dos resultados para a categoria *Outgroup* nos discursos de 25 de abril de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
25 DE ABRIL (1977) As ameaças que o país enfrentou nestes últimos anos não chegaram para impedir que o povo português definisse livremente o projecto político da nova sociedade. A disputa política quase levou à confrontação violenta entre as forças empenhadas na democracia pluralista e as **forças interessadas em novas ditaduras.** Importa reconhecer frontalmente que as forças de segurança se encontram manietadas na sua actuação: há disposições que, em nome a defesa da liberdade dos indivíduos contra o estado deixam ambos à	**25 DE ABRIL (1986)** Com efeito, a inovação e a participação terão de ser opostas ao conformismo e à passividade, que vêm de longe; e a criatividade e o pluralismo, à imitação e ao **seguidismo amorfo**. Trata-se de criar espírito colectivo (...) **25 DE ABRIL (1995)** Sabemos hoje que não há receitas milagrosas para os problemas humanos e que a complexidade, a mobilidade da vida e a imprevisibilidade da história se coadunam

mercê da violência dos **marginais da política ou dos profissionais do delito.** Não pode esta câmara dos representantes do povo ignorar as ansiedades e o medo que vêm assaltando a população. A verificar-se o agravamento da situação, a tranquilidade será restabelecida com as medidas de excepção adequadas. **25 DE ABRIL (1985)** Nela se integravam **todos aqueles que se negavam a ser continuadores de uma minoria restrita**, sem legitimidade política nacional, obstinada em confundir os seus desígnios com a sobrevivência e o futuro do País.	mal com **categorias rígidas de pensamento** ou com explicações demasiado deterministas. Os parâmetros essenciais que limitavam as nossas escolhas tornaram-se mais flexíveis e menos estritos. Por isso temos de ser mais exigentes, informados, criativos, e inconformistas, sem o que a democracia corre o risco do amorfismo ou da descaracterização.

A pesquisa revelou que a categoria *Outgroup* não é particularmente relevante, com um número global de 23 referências; contudo, o nosso intuito não era tanto perceber as ocorrências, mas entender em que contextos e de que modo se referenciavam aqueles a quem o discurso não dizia respeito. Foi possível constatar que ambos os protagonistas manifestam poucas referências ao seu grupo externo (aqueles que se opõem ao Presidente), sendo que tanto Ramalho Eanes como Mário Soares são muito parcimoniosos nas referências ao seu "*outgroup*". Não obstante, Ramalho Eanes manifesta um tom afirmativo a este respeito ("profissionais do delito", "minoria restrita", "forças antidemocráticas") por oposição a Mário Soares, o qual se revela mais metafórico ("seguidismo amorfo", "categorias rígidas de pensamento", "profetas da desgraça"). Podemos afirmar que *Outgroup* são todos aqueles que, sendo opositores ao Presidente, no texto nunca surgem explicitamente identificados ou definidos; apenas os admitimos pelo seu oposto, isto é, reconhecemo-los implicitamente. Os resultados obtidos nesta categoria permitem-nos também refinar a categoria *Ingroup*, por oposição aos resultados alcançados para o *Outgroup*.

4. Categoria *Ingroup*

A Categoria *Ingroup* tem 440 ocorrências, variando o intervalo maior entre 6-48 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura,

respetivamente, de 16,44% e 34,02%. No global, é Ramalho Eanes quem tem mais ocorrências, com 224 referências contra 216 de Mário Soares. Contudo, se nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, verificamos que é Mário Soares, com o discurso de Tomada de Posse (1991), quem tem mais ocorrências, correspondentes a 48 referências, seguido de Ramalho Eanes com o discurso do 25 de abril (1985). Na categoria *Ingroup* sobressaem os discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril (268 referências), que representam 61%, seguindo-se os de Ano Novo (73 referências), do Dia de Portugal (53 referências) e do Dia da Implantação da República (46 referências) – veja-se o Quadro 60 com a distribuição desta categoria pelos diferentes tipos de discurso.

Quadro 60 – Distribuição das ocorrências da categoria *Ingroup* pelos diferentes tipos de discurso de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**48**	34,02%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**47**	33,51%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**40**	33,87%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	**37**	37,57%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	**33**	39,44%
ANO NOVO	M. Soares	1996	29	34,05%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	27	40,15%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	24	16,80%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	22	25,25%
ANO NOVO	M. Soares	1987	19	40,58%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	19	31,66%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	17	23,26%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	14	25,53%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	12	17,85%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	10	55,22%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	10	34,02%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	10	39,71%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	8	23,12%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	8	21,14%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	6	16,44%
TOTAL REFERÊNCIAS			**440**	

Esta categoria *Ingroup* vai demonstrar como os líderes recorrem a estratégias discursivas aglutinadoras com recurso a palavras agregadoras, tendo em vista conseguirem associar aos seus valores e ideais o maior número de seguidores e, assim, alargar a base dos seus apoiantes. E como cativaram estes presidentes as pessoas em torno dos seus ideais? Como está exteriorizado o grupo interno de

pertença (inclusão) nos discursos dos presidentes Ramalho Eanes e Mário Soares? Nos Quadros seguintes vamos evidenciar alguns excertos pertinentes relativos a esta categoria.

Quadro 61 – Apresentação dos resultados para a categoria *Ingroup* nos discursos de Tomada de Posse de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
TOMADA DE POSSE (1976) Jurar a constituição livremente elaborada pelos legítimos representantes do **povo (...)** Foi um movimento de **juventude** e de renovação (...) (...) **camaradas** de armas presentes nesta assembleia ou nos seus postos de comando e de trabalho. A restauração dum passado que o **povo português** claramente rejeitou Mas esse é também o dever de todos os **cidadãos** democratas e **patriotas,** e de todos os outros órgãos, instituições e agentes do estado Hipotecar o nosso futuro, pela sua demissão na formação das **gerações** que hão-de garantir (...) **TOMADA DE POSSE (1986)** O **Povo Português**, tradicionalmente pacífico e tolerante, elegeu-me porque confia na minha capacidade para unir os **Portugueses** (...) (...) possibilitando a participação e o empenhamento de milhares de **cidadãos** na vida da **comunidade** e em defesa dos interesses locais e regionais. (...) conflitos e contradições na **sociedade portuguesa,** que se exprimem livremente, como é próprio das **sociedades** abertas (...)	**TOMADA DE POSSE (1991)** (...) com humildade sincera e pleno sentido das minhas responsabilidades, ao **Povo Português**, fundamento primeiro e último da soberania nacional (...) O meu compromisso de há cinco anos foi «unir os **portugueses** e servir Portugal», com absoluta independência política (...) Somos hoje uma **Nação** muito diferente — e melhor — do que éramos em 25 de Abril (...) no respeito mútuo e na reciprocidade de vantagens, cimentando em bases sólidas a **comunidade** de afecto e de língua que nos une (...) O que quer dizer que os **portugueses** — e sobretudo os **jovens** — para poderem aspirar, como é legítimo, a padrões de vida plenamente europeus (...) (...) a modernização da **sociedade** portuguesa, é a libertação da sociedade civil, entendida também como **sociedade de cidadãos** (...) nessa problemática eleitoral que respeita principalmente aos partidos e que o **Povo Português** (...) (...) peso da sua longa história não se medem pela extensão geográfica do seu território nem pela expressão numérica da sua **população.**

Quadro 62 – Apresentação dos resultados para a categoria *Ingroup* nos discursos do 25 de abril de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
25 DE ABRIL (1985) a decisão dos **portugueses** expressa no sufrágio livre e universal, num Quadro de pluralismo político (...) (...) uma **geração** já antes conscientemente assumira na essencialidade dos seus pressupostos culturais e dos seus objectivos nacionais. A motivação essencial dessa **geração** tinha as suas raízes na defesa da maneira histórica de ser e de estar no mundo dos **portugueses** e na consciência da necessidade de modernização da nossa **sociedade,** traduzida nos valores de liberdade, de solidariedade e de abertura. E foi a generosidade dessa mesma **geração** que a levou a considerar desejável não desperdiçar as energias da **Nação.** E foi na força da adesão do **povo português** aos propósitos desse projecto que, em boa verdade (...) Ninguém de boa fé poderá deixar de reconhecer que a **sociedade** portuguesa é hoje mais aberta e tolerante e que o regime de democracia política tem raízes profundas nos nossos valores culturais e na nossa **comunidade** actual.	**25 DE ABRIL (1986)** (...) o **Povo Português**, em todas as circunstâncias, teve sempre a sabedoria, nas suas escolhas, de salvaguardar o essencial. Vivemos hoje numa **sociedade** aberta (...) entre as **jovens gerações,** que ultrapasse clivagens ideológicas e se consubstancie num verdadeiro projecto nacional, assumido como tal pelo maior número de **portugueses** possível. Como Estado, **Portugal** não pode prescindir dos seus deveres em relação às **comunidades** portuguesas que se dispersam pelas sete partidas do Mundo e que são parte integrante da nossa **nação** e da nossa cultura (...) **Portugal** e os **Portugueses** não são estrangeiros em nenhuma parte do Mundo. (...) tendo hoje uma presença e uma voz indiscutíveis na **comunidade** internacional (...)

Esta categoria é o que nos permite conhecer quem são os destinatários dos discursos, devendo ser entendida e analisada complementarmente com a categoria *Inclusão*, a qual, por trabalhar com várias dimensões (autorreferência, focos coletivos, identidade social e referências povo) acaba por incluir tudo o que havia ficado excluído pela categoria *Ingroup*. As duas categorias, *Ingroup* e *Inclusão*, juntas, perfazem 1536 referências, o que denota de forma inequívoca como o destinatário da mensagem presidencial é importante. A categoria do *Ingroup* está entranhada no discurso porque ela é Portugal, os portugueses, a população, o povo, os cidadãos, os camaradas, os patriotas, os jovens e as gerações. Ela é todo o ativo que existe e que os presidentes podem chamar a si. Não obstante, é curioso verificar como são diferentes os registos linguísticos dos dois presidentes: Ramalho Eanes,

quando fala do seu grupo interno – o "povo português" –, refere-se ao grupo mediante as palavras "povo", "população", "compatriotas", "camaradas" (carga simbólica) numa tentativa de estabelecer laços horizontais de igualdades, pontes, diálogos e consensos enquanto Mário Soares se refere ao mesmo grupo utilizando as palavras "povo", "cidadãos", "patriotas" (carga simbólica embora com emprego de terminologia mais contemporânea), mais preocupado em afirmar a ligação entre cidadania, patriotismo e liberdade.

5. Categoria *Linguística - Verbos / Ambivalência*

A construção linguística do discurso, nomeadamente o que manifesta, como manifesta, as entoações, interjeições, verbalizações ou adjetivações, não é em nada deixada ao acaso, com tudo a obedecer a uma finalidade, a qual é essencialmente a de reforçar o poder de modo a captar e arregimentar o maior número de seguidores. A categoria *Linguagem – Ação e Tangibilidade* permite-nos perceber, porquanto o líder tende a recorrer com maior grau de frequência a uma linguagem mais ativa e tangível em contexto de crise, se o objetivo é persuadir os seguidores dos seus objetivos. Procura-se então entender se o líder se socorre de uma linguagem que envolve ação, por esta ser mais tangível e possibilitar destacar e consolidar as realizações acontecidas no passado e presente.

A pesquisa revelou a pertinência da categoria *Linguagem – Ação e Tangibilidade*, sobretudo quando analisada de forma acoplada, registando um número global de 998 referências. Evidencia-se uma vantagem na ocorrência de palavras por discurso para Ramalho Eanes com 545, representando 54,60%, contra Mário Soares, com 453, representando 45,40%, sendo que o intervalo maior varia entre 15-104, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 60,82% e 60,16%. Verifica-se que esta categoria está representada em 57,50% nos discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril (respectivamente, 335 e 338 referências). Todavia, se nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, Mário Soares é quem têm o maior número de ocorrências, no discurso de Tomada de Posse (1991), com 104 referências, mas também quem tem o menor número ocorrências, no discurso do Dia da Implantação da República (1986), com 15 referências. É seguido por Ramalho Eanes, com os discursos de Tomada de Posse, conforme indicado no Quadro XX.

Quadro 63 - Distribuição das ocorrências para a categoria *Linguagem – Ação e Tangibilidade* (acoplado) pelos diferentes tipos de discurso de Ramalho Eanes e Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**104**	60,16%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**90**	61,04%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**77**	53,33%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**75**	62,94%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	**66**	68,94%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	59	70,70%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	58	63,72%
ANO NOVO	M. Soares	1996	56	67,11%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	54	68,87%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	54	64,29%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	51	64,19%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	44	64,89%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	40	72,27%
ANO NOVO	M. Soares	1987	33	68,16%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	28	53,68%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	28	74,59%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	26	84,41%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	23	77,25%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	17	50,28%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	15	60,82%
TOTAL REFERÊNCIAS			**998**	

Os dados recolhidos quanto à categoria *Linguagem – Ação e Tangibilidade* (acoplada, isto é, integrando as quatro subcategorias que a compõem) permitem-nos perceber que são os discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril (1985) os mais relevantes desta tabela. Isso faz todo o sentido, pois tratam-se de momentos históricos importantes, ainda que por razões diferentes, onde é preciso traçar novos rumos, caminhos e metas. Vamos ver como se encontram distribuídos os resultados da categoria *Linguagem – Ação e Tangibilidade* pelas diferentes subcategorias – Cfr. Quadro 64.

Quadro 64 - Resultados da pesquisa dos verbos e da ambivalência nos discursos presidenciais.

Subcategorias	Fontes	Referências
5.1. Ação - Agressão	19	126
5.2. Ação - Passividade	20	216
5.3. Ação – Realização	20	632
5.4. Ambivalência	14	24
TOTAL REFERÊNCIAS		998

Vamos de seguida detalhar os resultados da pesquisa por cada uma destas subcategorias.

5.1. Subcategoria "verbos Ação-Agressão"

A subcategoria "Ação-Agressão" tem 126 ocorrências, variando o intervalo maior entre 1-12 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 6,97% e 9,44%. No global, é Ramalho Eanes quem tem mais ocorrências, com 72 referências contra 54 de Mário Soares. Esta situação é reforçada quando nos focamos nas cinco primeiras posições da tabela, pois aí verificamos que Ramalho Eanes é quem lidera, com maiores ocorrências nos discursos de Tomada de Posse (1976), do 25 de abril (1977), do Ano Novo (1977) e do Dia de Portugal (1977) – veja-se o Quadro XX com a distribuição pelos diferentes tipos de discurso.

Quadro 65 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Ação-Agressão" pelos diferentes tipos de discurso de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**12**	9,44%
ANO NOVO	M. Soares	1996	**11**	12,24%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	**10**	11,33%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	**10**	12,52%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	**10**	13,94%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	9	10,24%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	8	10,60%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	8	6,41%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	7	4,47%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	6	5,00%
ANO NOVO	M. Soares	1987	6	12,33%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	6	13,41%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	5	13,00%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	5	2,73%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	5	3,35%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	3	5,06%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	2	8,31%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	2	5,11%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	1	6,97%
TOTAL REFERÊNCIAS			**126**	

Esta subcategoria "Ação-Agressão" analisou todos os verbos que denotam competição humana, acção vigorosa, incluindo energia física e dominação social (por exemplo "abusar", "atraiçoar", "denunciar", "lutar", "excluir", "render", "trair", "transgredir", etc.") os quais foram apurados após a primeira pesquisa de ocorrências de palavras que fizemos. Para melhor visualização, segue-se o Quadro 66, onde apresentamos alguns dos resultados obtidos na subcategoria "Ação-Agressão" nos discursos anteriormente referenciados.

Quadro 66 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Ação-Agressão" nos discursos de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
1.ª Tomada de Posse (1977 (...) consagra a **derrota** das minorias que se opuseram às transformações políticas, económicas, sociais (...) Foi um movimento de juventude e de renovação, enraizado nas **lutas** de meio século, que não cedeu a tentação (...) (...) homens do 25 de Abril e por quantos se **bateram** para que Portugal e os portugueses fossem livres. (...) são objectivos que é **imperativo** atingir a curto prazo. Milhares de portugueses que noutros países procuram o que um regime padrasto lhes **negou.** Temos de **acabar** com o sectarismo, a intolerância, a violência, o ódio (...) **25 de abril (1977)** o povo português teve de enfrentar momentos difíceis, vencer crises, **derrotar** inimigos (...) As **ameaças** que o país enfrentou nestes últimos anos não chegaram para **impedir** que o povo português definisse livremente o projecto político. Não se pode **violar** lá fora os preceitos que aqui se votam. **Ano Novo (1977)** **Derrotámos** as ditaduras, que eram o principal inimigo. É uma ironia e um ultraje aos ideais de Abril e de quantos se **batem** pela liberdade (...) Este é o verdadeiro caminho da independência nacional, **ameaçada** por quantos, em seu nome, ultrajaram os nossos valores e **delapidaram** as nossas reservas (...) (...) que sejam criados os estímulos e incentivos para que	**Ano Novo (1996)** Numa palavra, representa a evolução normal de um País, com o **render** inelutável (...) Portugal recuperou o seu prestígio internacional, depois do longo isolamento a que esteve **condenado** durante a Ditadura. (...) todos somos responsáveis, para consciente e persistentemente, todos os dias, **lutarmos** para melhorar o que está mal.

cada um **renuncie** voluntariamente ao consumo (...) **Dia de Portugal (1977)** Este facto, se outros não houvesse, bastaria para **condenar** o regime que governou (...) (...) motivos de **condenação,** como também não faltam os que vêm no **encerrar** de um império, mais sonhado que feito (...) Não é legítimo **dissociar** as páginas de grandeza das linhas do passivo. Julgar os factos de um tempo histórico fora da sua realidade envolvente, ou querer **impedir,** nome dos valores desse passado, a marcha do homem para a sua libertação, seria **atraiçoar** por igual o passado e o futuro. (...) Portugal têm uma autoridade indiscutível para nos **exigir** um acréscimo de esforço. A esta responsabilidade histórica não podem **furtar-se,** particularmente, os Quadros e dirigentes das empresas públicas e privadas	

Os verbos "ação-agressão" têm uma baixa ocorrência na totalidade dos discursos e, quando visualizados os resultados pelos diferentes tipos, percebe-se que a sua importância está intrinsecamente associada à conjuntura política da época. Note-se que os discursos com mais ocorrências, com exceção do de Mário Soares (1996), são dos anos imediatamente a seguir ao período pós-revolução. Assim, e pelos textos que codificamos, podemos afirmar que muitos dos verbos de ação-agressão que são utilizados, quer por Ramalho Eanes, quer por Mário Soares, acabam por configurar um sentido positivo e temerário quando devidamente contextualizadas. Alguns exemplos são os seguintes: lutar contra o imobilismo, vencer a crise, eliminar suspeições, bater pela liberdade, acabar com o sectarismo, etc.

5.2. Subcategoria "verbos Ação-Passividade"

A subcategoria "Ação-Passividade" tem 216 ocorrências, variando o intervalo maior entre 2-24 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 6,71% e 13,21%. No global, é Ramalho Eanes quem tem mais ocorrências, com 119 referências contra 97 de Mário Soares. Contudo, se

nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, verificamos que é Mário Soares quem prevalece com maiores ocorrências no discurso de Tomada de Posse (1991), sendo seguido por Ramalho Eanes com os discursos de Tomada de Posse (1981 e 1976), do 25 de abril (1985), e do Dia da Implantação da República (1976) – veja-se o Quadro 67 com a distribuição pelos diferentes tipos de discurso.

Quadro 67 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Ação-Passividade" pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**24**	13,21%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**21**	14,19%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**18**	10,96%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	**17**	20,46%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**14**	10,94%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	12	9,72%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	11	16,03%
ANO NOVO	M. Soares	1996	11	11,92%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	11	18,82%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	10	9,73%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	9	9,76%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	9	10,78%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	9	11,58%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	9	26,39%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	9	21,91%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	8	16,19%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	5	18,30%
ANO NOVO	M. Soares	1987	4	9,58%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	3	9,67%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	2	6,71%
TOTAL REFERÊNCIAS			**216**	

Esta subcategoria "Ação-Passividade" analisou todos os verbos que denunciam incapacidade – variam da neutralidade à inatividade) incluindo termos da conformidade, submissão e cessação (por exemplo "aceitar", "abdicar", "adiar", "dispensar", "obedecer", "evitar", "tolerar", etc.") os quais foram apurados após a primeira pesquisa de ocorrências de palavras que fizemos. Para melhor visualizarmos, segue-se o Quadro 68, onde apresentamos alguns dos resultados obtidos na subcategoria "Ação-Passividade" nos discursos anteriormente referenciados.

Quadro 68 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Ação-Passividade" nos discursos de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
Tomada de Posse (1976) (...) nem serão **toleradas** quaisquer tentativas de criação de poderes paralelos (...) Criação de condições que **permitam** a concretização do programa (...) **Tomada de Posse (1981)** (...) só a democracia **permitiria** resolver os graves problemas nacionais. As instituições, porém, **resistiram** e o resultado eleitoral de 7 de dezembro, Mas as suas decisões só serão ajustadas e **compreendidas** se se basearem num exame atento (...) Normas a que o próximo processo de revisão constitucional tem de **obedecer.** Defrontamos novos problemas, **reconhecemos** novas condicionantes da vida em sociedade (...) **Implantação da República 1976** A I República não **resistiu** contudo à tentação de fazer dos lugares da administração pública (...) Não se pode **aceitar** por mais tempo a dominação de sectores estratégicos da vida. Coincidem com o **pensar** e sentir da maioria do povo português (...) Temos de **deixar** de vez a lamúria e o pessimismo de quantos voltaram as costas ao futuro. **25 de abril (1985)** (...) levou a considerar desejável não **desperdiçar** as energias da Nação (....) o regime de então foi incapaz de **aceitar** e de prever outra solução (...) Não se pode, contudo, **esquecer** que a descolonização, tardiamente realizada (...) Apesar de todos os erros e anomalias foi, porém, possível minimizar sequelas e **impedir** que atitudes de impaciência Ninguém de boa fé poderá deixar de **reconhecer** que a sociedade portuguesa (...) Temos vindo a **assistir**, a situações sociais degradantes que não são moral e socialmente admissíveis (...)	**Tomada de Posse (1991)** (...) tenho procurado aperceber-me das pulsões do País profundo, do sentido e evolução dos costumes, dos modos de **pensar,** de reagir e dos sentimentos, frustrações e ambições dos portugueses. Teremos de **aceitar** riscos ponderados e reaprender a navegar ao largo, na linha de uma grande ambição nacional (...) (...) democracia não comporte aperfeiçoamentos ou não possa ser aprofundada, mediante uma maior **participação** e um mais amplo pluralismo (...) Nesse sentido, seja-me **permitido** saudar com satisfação e uma ponta de orgulho lusófono (...) (...) desde há cinco anos **participamos,** activamente, na sua construção (...) as assimetrias regionais e as desigualdades sociais que a modernização não **deixará** de provocar, como um efeito perverso (....) Responsabilidades internacionais que daí decorrem, havemos de **reconhecer** que o tempo urge (...) (...) por forma consequente, a **retomar** o diálogo Norte-Sul, as preocupações ecológicas à escala planetária (...)

Os discursos de Tomada de Posse, do 25 de abril e do Dia da Implantação da República assumem os lugares cimeiros da tabela com destaque para Ramalho Eanes, que se distancia de Mário Soares na utilização mais corrente dos verbos ação-passividade, conforme demonstram os textos que acabamos de ver acima.

5.3. Subcategoria "verbos Ação-Realização"

A subcategoria "Ação-Realização" já é mais expressiva que as anteriores, com 632 ocorrências, variando o intervalo maior entre 11-73 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 44,07% e 53,45%. No global, é Ramalho Eanes que tem mais ocorrências, com 337 referências contra 295 de Mário Soares. Não obstante, se nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, é Mário Soares quem tem a maior ocorrência no discurso de Tomada de Posse (1991), com 73 referências, e no outro extremo da tabela encontramos Ramalho Eanes, no Discurso do Dia da Implantação da República (1983) – veja-se o Quadro 69 com a distribuição pelos diferentes tipos de discurso.

Quadro 69 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Ação-Realização" pelos diferentes tipos de discurso de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**73**	53,45%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**62**	52,91%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**52**	45,91%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**48**	47,70%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	**45**	62,92%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	42	57,47%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	39	58,16%
ANO NOVO	M. Soares	1996	33	52,23%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	31	57,39%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	30	52,41%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	27	49,17%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	25	44,66%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	24	60,18%
ANO NOVO	M. Soares	1987	21	60,89%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	17	61,49%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	15	62,94%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	13	40,30%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	12	75,16%

DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	12	52,51%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	11	44,07%
TOTAL REFERÊNCIAS			**632**	

Esta subcategoria "Ação-Realização" analisou todos os verbos que manifestam ações construtivas, que expressam a tarefa realizada e o comportamento humano organizado, ou seja, tosos os verbos que caracterizam uma atividade realizada (um *fazer*) por um sujeito, que tem traços de atividade – alguém que age, faz e realiza ações (por exemplo "assegurar", "capaz", "construir", "dar", "defender", "elaborar", "estar", "explicar", "investir", "produzir", "realizar", "vencer", "viver", etc.") os quais foram apurados após a primeira pesquisa de ocorrências de palavras que fizemos. Para melhor visualizarmos, segue-se o Quadro 70, onde apresentamos alguns dos resultados obtidos na subcategoria "Ação-Realização" nos discursos anteriormente referenciados.

Para melhor visualizarmos, segue-se o Quadro 70, onde apresentamos alguns dos resultados obtidos na subcategoria "Ação-Realização" nos discursos anteriormente referenciados.

Quadro 70 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Ação-Realização" nos discursos de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
Tomada de Posse 1976	**Tomada de Posse 1986**
(...) foi um movimento de juventude e de **renovação,** enraizado nas lutas de meio século (...)	(...) considero decisivos para **assegurar** um futuro de desenvolvimento a Portugal, no Quadro da Comunidade Europeia, a que agora **pertencemos** por direito.
(...) mais uma vez me **comprometo** a **assegurar** e **desenvolver** as condições que hão-de **garantir** o primado do estado de direito democrático (...)	Tudo **farei** para estar à altura da responsabilidade histórica que me foi **confiada** pelo voto livre dos Portugueses
(...) representando a materialização de compromissos tomados, **contribuirá** eficazmente para a coesão (...),	E o desígnio capaz de **unir** os Portugueses nos próximos anos, **congregando** energias (...) e em especial dos jovens, para **construir** uma sociedade aberta (...)
(...) Cabe ao governo **encontrar** os caminhos da viabilidade em que **assentam** em larga medida os avanços das conquistas das classes mais desfavorecidas (...)	Tudo **farei** para garantir a estabilidade política e institucional (...) considero ser meu **dever** tomar as iniciativas que entenda adequadas aos grandes objectivos nacionais. Sempre entendi que o Presidente **deve** acompanhar a acção governativa,
(...) e no cumprimento do **dever** patriótico, recusem frontalmente demagogias (...)	
noutros países **procuram** o que um regime padrasto lhes negou. estou certo que a	Ao Presidente da República competirá **dar** o seu patrocínio a acções que visem **promover**

participação que já lhes é garantida nas eleições (...)	externa e internamente a cultura portuguesa e a voz da Pátria.
Tomada de Posse 1981	**Tomada de Posse 1991**
(...) **reconhecendo** o comportamento democrático, o realismo responsável e a fidelidade ao espírito do 25 de abril, que **procurei manifestar** ao longo do meu primeiro mandato (...)	No desempenho das funções em que acabo de ser investido, tudo **farei** para ser em absoluto fiel a essa confiança reiterada
(...) neste sentido, foram **superados** pela expressão eleitoral o voluntarismo (...)	que é bem conhecido, e como **garante** que sou, por imperativo constitucional (...)
reafirmar o Quadro orientador que contém os critérios dos meus actos (...)	(...) **procurar** discernir as linhas do futuro, para melhor o **preparar** para as gerações que despontam.
a **afirmação** responsável dos seus direitos e deveres, a **garantia** permanente (...)	porventura mesmo mais difíceis e com desafios bem mais complexos a **vencer**.
impõe que se **assumam** inteiramente as exigências da vida colectiva em liberdade, **garantindo** condições de existência	Já não **mobilizam** ninguém.
partir dai qualquer governo tem direito aos meios para **governar** e a obrigação de **fazê-lo** à única luz do interesse colectivo	(...) concorrendo para uma acelerada modernização global da sociedade e **influenciando** a evolução das próprias mentalidades.
manterei no âmbito das minhas atribuições, os objectivos de procura dos consensos políticos e sociais,	(...) para poder **corrigir** as assimetrias regionais e as desigualdades sociais que a modernização não **deixará** de provocar, como um efeito perverso.
das suas condicionantes económicas, sociais e religiosas, cedo **manifestámos** a nossa vocação universalista.	(...) **aconselhando** um grande trabalho colectivo de consciencialização, de esclarecimento e de concertação dos interesses em conflito ou, pelo menos, divergentes.
que marca a cultura europeia, no nosso modo singular de entender e **realizar** a relação entre os homens.	Está em via de se **construir**, pela força das coisas, uma nova ordem internacional.

Destacam-se claramente na subcategoria "Ação-Realização" os discursos de Tomada de Posse de Ramalho Eanes e de Mário Soares, por integrarem quer um cerimonial de investidura, altamente ritualizado, quer por cumprirem a função de vigilante quanto aos fatores externos e internos, envolvência e suas dimensões, onde tudo se intercepta na construção de um ideal de democracia. Este é um momento altamente simbólico onde a mensagem e destinatários são cuidadosamente estudados, assim como a forma – *muitas vezes mais que o conteúdo* –, o lugar e o momento onde ocorrem (Wodak, 2001). E é ali, diante de todos os que assumem o seu grupo interno – *Ingroup e Inclusão* –, explicitamente os portugueses, que se personifica o fundamento para o exercício da sua influência (poder), a que também não é indiferente a presença dos meios de comunicação social. E todos ficamos a conhecer

os propósitos do Presidente, o que pretende fazer e como vai fazer, sobretudo a gestão das relações institucionais. Já o dissemos atrás, mas nunca é demais referir: o discurso político é um subgénero discursivo altamente estratégico para a formação da opinião pública, nomeadamente no que diz respeito a atitudes, opiniões, vontades e desejos. E, também por essa razão, os discursos são textos pragmáticos, intensos e energéticos, que se movem em todas as dimensões, repletos de ideais, ações e planos para Portugal e para os Portugueses. As palavras estão circunstancialmente associadas a períodos históricos – o discurso é o tempo/momento em que ocorre e constrói o nosso entendimento de conceitos políticos como democracia. E aqui conseguimos destrinçar que Ramalho Eanes é um homem de ação e isso é patente nos verbos que utiliza e na força que lhes dá, sejam eles manifestações construtivas, de incapacidade ou de competição, e que Mário Soares é mais comedido, sobretudo ao nível da ação construtiva.

5.4. Subcategoria "Ambivalência"

A subcategoria "Ambivalência" tem um número de ocorrências diminuto, de 23 referências, variando o intervalo maior entre 1-4 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 0,79% e 4,66%. No global, é Ramalho Eanes que tem mais ocorrências, com 17 referências contra 7 de Mário Soares, posição que vimos corroborada quando olhamos para as cinco primeiras posições da tabela, prevalecendo Ramalho Eanes com o discurso do Dia de Portugal (1977), do Dia da Implantação da República (1983) e Discurso de Ano Novo (1977), surgindo na quarta posição Mário Soares com o Ano Novo (1987) – veja-se o Quadro 71 com a distribuição dessa categoria pelos diferentes tipos de discurso.

Quadro 71 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Ambivalência" pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	**4**	4,66%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	**3**	8,62%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	**2**	2,46%
ANO NOVO	M. Soares	1987	**2**	3,52%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	**2**	2,99%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	2	1,25%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	2	0,92%

25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	1	1,17%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	1	1,58%
ANO NOVO	M. Soares	1996	1	1,05%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	1	3,78%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	1	1,04%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	1	0,76%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	1	0,79%
TOTAL REFERÊNCIAS			**24**	

Esta subcategoria "Ambivalência" analisou todos as palavras que expressam hesitação ou incerteza, implicando incapacidade ou falta de vontade de um falante em se comprometer com o que está a dizer (por exemplo "acaso", "alegadamente", "desconfio", "poderia", "presumivelmente", "supostamente", "talvez", "vago", etc.") os quais foram apurados após a primeira pesquisa de ocorrências de palavras que fizemos. Para melhor visualizarmos, segue-se o Quadro 72, onde apresentamos alguns dos resultados obtidos na subcategoria "Ambivalência" nos discursos anteriormente referenciados.

Quadro 72 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Ambivalência" nos discursos de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
Dia de Portugal 1977 Não é por **acaso** que as celebrações das comunidades portuguesas, que em todas as partes do mundo hoje se realizam (...) O nosso regresso aos limites da pátria originária não poderia realizar-se **sem** a crise de identidade que atravessamos e sem os sacrifícios (...) O balanço deste período **haveremos de fazê-lo** quando o tempo propiciar a serenidade (...) É **um erro supor** que as nações se constroem com grandes discursos políticos. **Implantação da República 1983** Bernardino Machado **poderia ter** seguido a sua carreira de académico ilustre. Preferiu empenhar a sua capacidade no serviço do seu País. **Tomada de Posse (1981)** Em que teremos de responder aos que querem impor o seu dogmatismo imobilista,	**Ano Novo (1987)** Cabe-lhe, de resto, um papel mais importante do que acaso muitos **supõem** na construção desse mundo que se anuncia e que desejamos mais justo e mais humano. **Ano Novo (1996)** Temos livre-trânsito em todos os continentes e relações, **quase sempre** excelentes, com todos os países do mundo.

parece-me bem que se recordem as palavras de um dos nossos pensadores (...)	

A subcategoria "Ambivalência" não ganha expressão nos discursos analisados, o que pode ser justificado pelo facto dos discursos analisados fazerem uma excelente caracterização da categoria *Ingroup*, a qual, no seu contraponto, encontra o *Outgroup*, que, já vimos, tem também fraca expressão de ocorrência. Tudo o que pudesse ter ficado excluído é posteriormente absorvido pela categoria da *Inclusão* e, assim sendo, não existe necessidade explícita de recorrer à ambivalência, porque os destinatários dos discursos estão todos devidamente identificados. Quanto aos outros, os outros não são relevantes e serão sempre o oposto destes (*Ingroup* e *Inclusão*). Outra hipótese relativamente à fraca expressividade da categoria ambivalência prende-se com o a possibilidade de, em tempos de incerteza que se seguiram à revolução, se esperar da figura do presidente a capacidade de liderança forte, sem vacilação. Uma linguagem recheada de certezas quanto ao rumo a seguir e o futuro da nação caracterizam, nesta perspectiva, os discursos dos presidentes analisados.

6. Categoria *Temas Principais*

A categoria dos *Temas Principais* permite-nos entender como os presidentes da República, ao longo de vinte anos, foram gerindo aquilo que consideravam ser as preocupações prioritárias para o país. Que *temas principais* constituíram as preocupações dos presidentes Ramalho Eanes (1976/1985) e Mário Soares (1986-1996)? Existem alterações terminológicas entre 1976 e 1996? Onde foram convergentes, onde se aproximaram? Onde foram divergentes, onde se afastaram? A categoria dos *Temas Principais* é aquela que mais informação qualitativa nos fornece e que maior relevância assume nesta pesquisa, precisamente por ter resultado das escolhas dos próprios presidentes Ramalho Eanes e Mário Soares enquanto preocupações presentes ao longo dos seus mandatos.

A pesquisa revelou a pertinência da categoria dos *Temas Principais* com um número global de 2116 referências, a qual considerou os resultados acumulados dos seis temas principais – recordamos que trabalhamos a categoria com seis

subcategorias: 6.1. 25 de abril; 6.2. Crise; 6.3. Dimensão Internacional; 6.4. Futuro; 6.5. Nacionalismo, e 6.6. Projeto Democrático. Assim, e depois desta primeira análise, duas evidências se destacam: é Ramalho Eanes quem protagoniza o maior número de ocorrências com 1128 palavras, que corresponde a 53,3%, contra Mário Soares, com 988 palavras, correspondendo a 46,7%; e são dois os tipos de discursos predominantes nesta categoria, nomeadamente os discursos de Tomada de Posse (1976, 1982, 1986 e 1991) e os três respeitantes ao 25 de abril, excetuando-se o discurso do ano de 1995. Estes sete discursos perfazem 1182 frequências, correspondendo a 55,8% da totalidade dos resultados obtidos. Parece-nos, pois, incontestável a afirmação de que os discursos de Tomada de Posse e de 25 de abril se revestem não só de uma importância simbólica como também de uma elevada significação política. Os resultados obtidos parecem ainda apontar uma tendência: Mário Soares aumenta o uso desta categoria no segundo mandato – com exceção do discurso do 25 de abril. Já Ramalho Eanes apresenta uma tendência no segundo mandato que vai em duas direções opostas: por um lado, diminui o uso desta categoria nos discursos de Ano Novo, do Dia de Portugal e do Dia da Implantação da República, mas, por outro lado, aumenta-o nos discursos do 25 de abril e de Tomada de Posse, conforme indicado no Quadro xx.

Quadro 73 - Distribuição das ocorrências para a categoria *Temas Principais* (acoplado) pelos diferentes tipos de discurso de Ramalho Eanes e Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**216**	85,00%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**202**	90,65%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**184**	87,79%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	**161**	93,00%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**153**	86,90%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	138	88,00%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	128	91,24%
ANO NOVO	M. Soares	1996	126	81,12%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	108	92,12%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	101	83,23%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	89	83,94%
ANO NOVO	M. Soares	1987	79	94,16%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	76	88,59%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	70	87,82%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	57	96,51%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	50	85,46%

DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	49	81,28%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	46	92,27%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	43	90,13%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	40	87,04%
TOTAL REFERÊNCIAS			**2.116**	

Parece poder-se inferir que se deu particular atenção a temas relacionados com a construção da democracia nas comunicações ao país por ocasião do 25 de abril e das Tomadas de Posse presidenciais, assumindo aqui a figura do Presidente da República um papel de destaque como garante do equilíbrio e do bom funcionamento das instituições democráticas em Portugal. Abaixo constatamos como se encontram distribuídos os resultados da categoria *Temas Principais* pelas diferentes subcategorias – Cfr. Quadro 74.

Quadro 74 - Distribuição das ocorrências das subcategorias da categoria *Temas Principais*.

Nome	Fontes	Referências
6. TEMAS PINCIPAIS	20	2116
6.1 25 de abril	20	264
6.2 CRISE	20	242
6.3 Dimensão Internacional	20	220
6.4 FUTURO	20	304
6.5 Nacionalismo	20	471
6.6 Projeto Democrático	20	615

Considerando que a categoria *Temas Principais* foi operacionalizada por meio de seis subcategorias, passamos a apresentar de seguida as ocorrências expressivas em cada uma delas.

6.1. Subcategoria "25 de abril"

A subcategoria "25 de abril" tem 264 ocorrências, variando o intervalo maior entre 5-26 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 13,17% e 31,36%. No global, é Ramalho Eanes quem tem mais ocorrências, 146 referências contra 118 de Mário Soares. E, se nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, é Ramalho Eanes quem prevalece com maiores

ocorrências nos discursos de 25 de abril (1977 e 1985) e de Tomada de Posse (1976 e 1981), conforme indicado no Quadro 75.

Quadro 75 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "25 de abril" pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	26	31,36%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	26	20,03%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	24	21,93%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	20	15,20%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	18	9,60%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	17	14,59%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	16	20,21%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	16	21,15%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	14	23,73%
ANO NOVO	M. Soares	1996	13	16,27%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	12	43,65%
ANO NOVO	M. Soares	1987	9	20,63%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	9	24,81%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	9	12,80%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	7	15,98%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	7	9,14%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	6	9,72%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	5	16,03%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	5	13,71%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	5	13,17%
TOTAL REFERÊNCIAS			**264**	

Esta subcategoria analisou um conjunto de unidades de registos ("Autoritarismo", "Ditadura", "Agonias", "Esforço", "Esperança", "Ideais", "Justiça", "Liberdade", "Bom Senso", "Militar", "Movimento Patriótico", "Paz", "Revolução" e "Sacrifícios") apuradas após a primeira pesquisa de ocorrência de palavras feita aos vinte discursos. Da análise do Quadro anterior percebe-se que esta subcategoria é dominada nos lugares cimeiros da tabela por Ramalho Eanes e que os discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril representam 61% do seu universo. Para melhor visualização, segue-se o Quadro 76, onde apresentamos alguns dos resultados obtidos na subcategoria "25 de abril" nos discursos anteriormente referenciados.

Quadro 76 – Comparação de conteúdos da subcategoria "25 de abril" nos discursos de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
Tomada de Posse 1981 e importa reter o seu significado, porque o pluralismo e a **liberdade** de expressão dos interesses sociais são valores permanentemente ameaçados. (...) que admitiam ainda a utilização das posições de **autoridade** do executivo para condicionar a expressão legítima de correntes de opinião (…) (...) foram superados pela expressão eleitoral o voluntarismo que se apoia na **autoridade**, e os projectos de concentração formal dos poderes políticos, **Tomada de Posse (1976)** (...) firmeza com que o povo português soube responder a todas as situações **ditatoriais**, a sua determinação de viver a **liberdade** e a **paz**, demonstraram a justeza do programa do MFA e a firme adesão do povo português (...) As **forças armadas** assumiram, ao depor em 25 de abril um **regime anti-democrático**, o pesado encargo de lançar os fundamentos de um estado participado. Nos dois últimos anos, o exercício do poder político assentou na legitimidade **revolucionária** e na fidelidade a um programa que agora se concretiza na própria legalidade constitucional. **25 de Abril (1977)** Pesam sobre a nossa geração **sacrificada** as agonias do império, as dores duma nova sociedade que renasce (…) (...) guarda nacional republicana, de novo intervieram para assegurar que a **liberdade** reconquistada não seria traída Que é feito da segurança e da paz assente na **justiça** que afirmámos respeitar? **25 de Abril (1985)** Contudo não se perdeu, com o 25 de Abril, a orientação essencial do projecto, apesar das inevitáveis perturbações resultantes da explosão compreensível das expectativas sociais, da ressurgência das ideias **revolucionárias**, da perda de **autoridade** e capacidade do Estado e da instrumentalização da Instituição **Militar**.	**Tomada de Posse (1986)** a produção científica, cultural, técnica e para a própria formulação de ideias novas — em **liberdade**, autonomia, pluralidade e em regime de pleno intercâmbio europeu mas também de grande competitividade. Digamos aqui, antecipando, que aquilo que vai acima de tudo contar nessa autêntica **revolução** pacífica, que é a modernização da sociedade portuguesa, é a **libertação** da sociedade civil,

Numa análise mais detalhada, podemos referir que a subcategoria "25 de abril" é tratada por ambos os presidentes, havendo um conjunto de palavras comuns ("liberdade", "livre", "justiça", "paz", "esperança", "abril"). Para além destas, identificamos um outro conjunto de outras palavras, bem diferenciado, que apela

mais ao contexto e aos valores da sociedade portuguesa, sejam estes valores sociais, morais ou políticos, tanto no caso de Ramalho Eanes ("dignidade", "autoritarismo", "ideais") como de Mário Soares ("valores", "movimento patriótico", "responsabilidades", "fidelidade"). Corrobora-se a ideia que já havíamos visto relativamente ao recurso (no discurso político) aos valores da sociedade como contribuindo substancialmente para a unidade da nação, sendo, por isso, referidos nos discursos com o objetivo de unir os cidadãos (Wlodarek, 2010). Dos resultados apurados podemos concluir que foi Ramalho Eanes o presidente que mais contribui para a união da Nação sobretudo se tivermos em atenção o facto deste presidente obter resultados de frequência elevada na maioria das categorias analisadas, especialmente nas do *Ingroup* e *Inclusão*.

6.2. Subcategoria "Crise"

O período em análise, de 1976 a 1996, compreendeu no seu seio diversas crises, sendo, por isso, natural encontrar essas referências nos discursos de Ramalho Eanes e Mário Soares, as quais interpretaremos e contextualizaremos para poderem ser plenamente entendidas no devido contexto.

Assim, a subcategoria "Crise" tem 242 ocorrências, o intervalo maior varia entre 1-23 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 2,93% e 15,52%. No global, é Ramalho Eanes quem tem mais ocorrências, com 155 referências contra 87 de Mário Soares. E, se nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, é Ramalho Eanes quem prevalece com maiores ocorrências nos discursos do 25 de abril (1977 e 1985) e de Tomada de Posse (1976 e 1981) – veja-se, abaixo, o Quadro 77.

Quadro 77 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Crise" pelos diferentes tipos de discurso de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**23**	15,52%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**20**	14,50%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**20**	10,20%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	**19**	29,87%

ANO NOVO	M. Soares	1996	**17**	20,14%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	17	27,84%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	17	21,37%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	16	20,11%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	16	12,75%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	12	21,86%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	12	13,22%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	9	10,29%
ANO NOVO	M. Soares	1987	8	15,96%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	8	24,25%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	7	18,69%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	7	21,96%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	7	17,37%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	4	5,52%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	2	7,31%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	1	2,93%
TOTAL REFERÊNCIAS			**242**	

Esta subcategoria analisou um conjunto de unidades de registos ("Consenso", "Construir", "Conquista", "Criar", "Confiança", "Fé", "Fidelidade", "Crise", "Dificuldades", "Dependência", "Sacrifício", "Civismo", "Desesperança", "Injustiça", "Instabilidade", "Honestidade", "Capacidade", "Integridade Moral", "Identidade", Missão Nacional / Produção", "Mudanças", "Evolução", "Prestígio", "Eficácia", "Promessa", "Recomeçar", "Reconstruir", "Reconversão", "Recuperação", "Renovar", " Reformar") apuradas após a primeira pesquisa de ocorrência de palavras feita aos vinte discursos. Da análise do Quadro anterior parece haver uma tendência em Ramalho Eanes para diminuir o uso da palavra 'crise' entre o primeiro e segundo mandato, com exceção para o discurso de Tomada de Posse (1981), com Mário Soares a acompanhá-lo neste movimento, com exceção do discurso de Tomada de Posse (1991) e de Ano Novo (1996). Para melhor visualizarmos, segue-se o Quadro 78, onde apresentamos alguns dos resultados obtidos na subcategoria "Crise" nos discursos anteriormente referenciados.

Quadro 78 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Crise" nos discursos de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
25 de abril (1977)	**Tomada de Posse (1991)**
A disputa política quase levou à confrontação violenta entre as forças empenhadas na democracia pluralista e as **forças interessadas**	Os portugueses devem ter **plena consciência dessas mudanças e preparar-se** para elas, com criatividade

em novas ditaduras. Pesam sobre **a nossa geração sacrificada as agonias do império** **25 de abril (1985)** O acesso de Portugal, tal como o da Espanha e da Grécia, representam, no seu conjunto, **um estímulo positivo e importante na recuperação da dinâmica de um verdadeiro projecto europeu** (...) Entendo ser este o momento apropriado para se fazer uma **pausa e reflectir sobre o percurso realizado, sobre os sintomas da crise de desenvolvimento, de projecto e de valores que empobrecem o nosso presente** e ameaçam o nosso devir democrático. Tudo isto têm os portugueses suportado com **resignação e sacrifício, atitude que nem todos parecem compreender**. Poder-se-á ainda, e apesar de tudo, contar com o **consenso, a determinação e a mobilização dos portugueses num projecto ajustado de modernização** e desenvolvimento da sua sociedade e do seu País **Tomada de Posse 1981** Em democracia, **o pluralismo e a liberdade de expressão são valores absolutos. Mas constituem também pressupostos indispensáveis para responder à crise**, conseguir a modernização e o desenvolvimento. **Ano Novo (1977)** **Os órgãos e as instituições têm agora a responsabilidade de mostrar, pelo seu exercício, que estão à altura da confiança popular e do desafio que aceitaram**. O Presidente da República assegura o seu total empenhamento e o seu poder de intervenção (...) Temos com urgência de **criar os nossos próprios mecanismos de financiamento a fim de desagravar progressivamente o nosso endividamento** e dependência do exterior. Este é o verdadeiro caminho da independência nacional.	e sentido inovador. O choque europeu foi indiscutivelmente benéfico para Portugal, **concorrendo para uma acelerada modernização global da sociedade** e influenciando a evolução das próprias mentalidades. Não vos quero dar uma visão falsa, por excessivamente optimista, da realidade. **Acreditem que conheço bem os problemas que teremos de enfrentar e que não ignoro o aperto nem as dificuldades dos tempos que aí vêm.** Confio, contudo, na vontade, no bom senso e na imensa capacidade de trabalho do Povo Português, bem como na sua criatividade, engenho (…) **Portugal recuperou o seu prestígio internacional**, depois do longo isolamento a que esteve condenado durante a Ditadura. **Ano Novo (1987)** Desde abril de 1974, com acertos e desacertos, **mas avançando sempre, ultrapassando inevitáveis contradições** e inúmeras dificuldades, estamos a construir uma sociedade aberta, solidária e de progresso

A subcategoria "crise", entendida como mudança profunda na tessitura sociopolítica, é um tema que inevitavelmente é tratado por ambos os presidentes, devido à história política recente. Recordemo-nos que Ramalho Eanes é eleito pela primeira vez em 1976, momento em que Portugal atravessava um período de forte crise política e social, que mais tarde, já no seu segundo mandato, se agrava, fruto da

crise económica internacional, levando à intervenção do FMI. Já Mário Soares se vê a braços com uma crise política no segundo mandato. Da nossa análise aos discursos, é possível identificar um conjunto de palavras comuns ("crise", "dificuldades", "esforço", "problemas"), mas é sobretudo pela diferença que se distinguem na abordagem do tema nos seus discursos: Ramalho Eanes num tom mais acutilante ("ditaduras", "agonias", "sacrifícios", "autoritarismo") e Mário Soares num tom mais polido ("contradições", "poder", "poderes").

6.3. Subcategoria "Dimensão Internacional"

A subcategoria "Dimensão Internacional" tem 220 ocorrências, o intervalo maior varia entre 1-36 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 2,91% e 23,60%. No global, é Mário Soares quem tem mais ocorrências, 124 referências contra 96 de Ramalho Eanes. E, se nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, é Mário Soares quem prevalece com maiores ocorrências nos discursos de Tomada de Posse (1991), do 25 de abril (1986) e de Ano Novo (1996) – veja-se o Quadro 79 abaixo com a distribuição dessa categoria pelos diferentes tipos de discurso.

Quadro 79 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Dimensão Internacional" pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**36**	23,60%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**32**	28,37%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	**20**	21,14%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	**16**	23,30%
ANO NOVO	M. Soares	1996	**15**	18,05%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	13	11,02%
ANO NOVO	M. Soares	1987	12	26,27%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	12	9,41%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	12	10,73%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	11	18,54%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	7	26,02%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	6	13,91%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	6	23,10%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	4	4,67%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	4	6,40%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	4	16,46%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	4	4,74%

DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	3	8,10%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	2	6,66%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	1	2,91%
TOTAL REFERÊNCIAS			**220**	

Esta subcategoria analisou um conjunto de unidades de registos ("Abertura", "Adesão CEE", "Internacional", "África", "Africanos", "Comunidade", "Território", "Descolonização", "Colónias", "Difícil", "Europa", "Europeias", "Europeus", "Comunitário", "Indefinição", "Sombrio", "Oportunidade", "Vocação", "Mundo") apuradas após a primeira pesquisa de ocorrência de palavras feita aos vinte discursos. Da análise do Quadro anterior verifica-se uma tendência em Mário Soares para aumentar o uso da palavra entre o primeiro e o segundo mandato, com exceção do discurso do 25 de abril (1995), movimento em que é acompanhado por Ramalho Eanes (discursos de 25 de abril e de Tomada de Posse), o qual não obstante diminui o seu uso nos discursos do Dia de Portugal e do Dia da Implantação da República. Para melhor visualizarmos, segue-se o Quadro 80, onde apresentamos alguns dos resultados obtidos na subcategoria "Dimensão Internacional" nos discursos anteriormente referenciados.

Quadro 80 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Dimensão Internacional" nos discursos de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
Tomada de Posse (1981) Nascidos, como entidade política autónoma e independente, **da evolução histórica da europa, das suas condicionantes económicas, sociais e religiosas, cedo manifestámos a nossa vocação** universalista. (...) regressados à Europa, partilhamos com o velho continente uma crise de orientação que, tendo aspectos específicos em cada país, **25 de abril (1985)** um projecto que, na ordem externa, implicava o renascimento da **vocação universalista de Portugal,** e que passava necessariamente pela resolução do problema do **estatuto dos territórios coloniais** num Quadro de autodeterminação e de	**Tomada de Posse (1991)** Temos perante nós, em aberto, exaltantes perspectivas de futuro. O Mundo mudou, igualmente, por forma aceleradíssima, em especial a Europa, em que naturalmente nos inserimos. Mas o potencial de **controvérsia que a descolonização ainda encerra, por maior que seja, importa pouco à sociedade portuguesa de hoje e,** muito menos ainda, aos países africanos lusófonos, abertos à paz e ao pluripartidarismo (...) Assistiremos ao **renascer em forças da Europa**, tendo com centro motor a **Comunidade**, associada aos países da EFTA e solidária dos países da Europa Central e Oriental, em vias de democratização? (…) assumiremos, pela primeira vez, a

independência (...) Não se pode, contudo, esquecer que **a descolonização, tardiamente realizada, teve lugar num contexto internacional negativo, manifestado**, aliás, na escalada e internacionalização dos conflitos da descolonização com uma intensidade imprevista, o que mais paralisou a capacidade de acção de Portugal, limitando o pleno exercício da sua função na transmissão das novas soberanias.	presidência da Comunidade, com todas as obrigações e responsabilidades internacionais que daí decorrem. **25 de abril (1986)** Vivemos num mundo em mudança, marcado por acentuadas incertezas e explosivas desigualdades, mas também por grandes progressos tecnológicos e científicos a que não podemos ficar alheios, como Nação soberana. **Pertencemos hoje à Comunidade Europeia, ela própria sujeita a grandes desafios, em vincada concorrência com outros pólos de desenvolvimento a nível mundial.** (...) participar na **construção europeia, como projecto de crescente autonomia da Comunidade,** em relação aos outros pólos mundiais de desenvolvimento industrial e por forma a facilitar a recuperação e uma maior competitividade das economias comunitárias, uma acção internacional coordenada e mais decisiva, designadamente em relação a África (...)

Resulta da nossa análise que tanto Ramalho Eanes como Mário Soares evidenciam as suas preocupações relativas à dimensão internacional, ainda que abordem os temas de forma diferente. Ramalho Eanes, e porque acompanhou também o processo de descolonização, tinha um enfoque mais direcionado para África, enquanto que Mário Soares se focava na Europa, quer pela sua história de vida pessoal, quer partidária, pois foi enquanto primeiro-ministro de Portugal que assinou o tratado de adesão de Portugal à CEE, hoje, UE. Todavia, é incontestável que, no período pós-revolução, os presidentes deram grande importância à abertura de Portugal ao mundo, assim como à geografia política africana.

A subcategoria "Dimensão Internacional" em Ramalho Eanes assume alguma centralidade no discurso do 25 de abril (1985), época em que Portugal estava na eminência de aderir à CEE, mas também em que se davam por encerradas todas as negociações da descolonização ("abertura" ao mundo, "oportunidade" europeia, "africanos", "comunitário"). Mário Soares, nesta temática, acaba por fazer um percurso, um balanço e algumas reflexões do enquadramento institucional do país, embora sem se comprometer de modo taxativo ("comunidade europeia", "sombrio", "indefinição").

6.4. Subcategoria "Futuro"

A subcategoria "Futuro", tem 304 ocorrências, o intervalo maior varia entre 3-41 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 6,29% e 29,64%. No global, é Mário Soares quem tem mais ocorrências, 168 referências contra 136 de Ramalho Eanes. Mas, se nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, é Ramalho Eanes quem prevalece com a maior ocorrência nos discursos de Tomada de Posse (1981), com 41 referências, seguido por Mário Soares, com os discursos do 25 de abril (1986) e Tomada de Posse (1986 e 1991) – veja-se o Quadro 81 com a distribuição pelos diferentes tipos de discurso.

Quadro 81 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Futuro" pelos diferentes tipos de discursos de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**41**	29,64%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	**37**	41,25%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**27**	18,30%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	**26**	27,32%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**24**	16,70%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	16	19,98%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	16	15,47%
ANO NOVO	M. Soares	1996	15	17,92%
ANO NOVO	M. Soares	1987	13	29,57%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	13	35,84%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	11	19,41%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	11	47,18%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	9	29,86%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	9	11,22%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	8	9,84%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	7	17,36%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	7	19,84%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	6	22,08%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	5	6,72%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	3	6,29%
TOTAL REFERÊNCIAS			**304**	

Esta subcategoria analisou um conjunto de unidades de registos ("Aventura", "Bem-Comum", "Consciente", "Consolidar", "Cultura", "Educação", "Formação", "Desenvolvimento", "Devoção", "Direito(s)", "Espírito Crítico", "Exigência(s)", "Gerações", "Jovens", "Juventude", "Homens", "Humanismo",

"Igualdades", "Iniciativa", "Inovação", "Inspiradores", "Doutrinadores", "Militantes", "Sociedade", "Pensamento", "Poderes", "Sistema", "Tolerância) apuradas após a primeira pesquisa de ocorrência de palavras feita aos vinte discursos. Da análise do Quadro anterior podemos dizer que se verifica uma tendência: Ramalho Eanes, entre o primeiro e o segundo mandato, diminui o uso desta categoria, com exceção do discurso de Tomada de Posse, por oposição a Mário Soares que, entre o primeiro e o segundo mandato, aumenta o uso da palavra, com exceção do discurso do 25 de abril. Tendo em vista melhor entendimento, segue-se o Quadro 82, onde apresentamos alguns dos resultados obtidos na subcategoria "Futuro" nos discursos anteriormente referenciados.

Quadro 82 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Futuro" nos discursos de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
Tomada de Posse (1981) um compromisso indeclinável com o regime democrático, com um **futuro** de pluralismo, de convivência aberta e livre, de justiça e de **tolerância**, de estabilidade e de progresso. a justiça, assegurando a **igualdade** perante a lei democraticamente legitimada e assumida, é o valor permanente que uma **sociedade** livre, aberta e responsável, não pode deixar transgredir (...) Em democracia, o pluralismo e a liberdade de expressão são valores absolutos. mas constituem também pressupostos indispensáveis para responder à crise, conseguir a modernização e o **desenvolvimento**. A defesa da identidade nacional corresponde ao compromisso patriótico inviolável de assegurar a continuidade e o **desenvolvimento** das nossas raízes históricas e culturais, dos valores permanentes da nossa **sociedade**, em independência e com dignidade, e constitui a exigência suprema que vincula quem, servindo a pátria, serve os portugueses. **25 de abril de 1977** A **intolerância** introduzida na **sociedade** portuguesa mantêm ainda afastados do contributo que devem à pátria **homens** indispensáveis em sectores decisivos para o	**Tomada de Posse (1991)** (...) observando, e fazendo observar, as regras de jogo *normais* numa **sociedade aberta**, que implicam concertação cívica, espírito de **tolerância**, respeito pelas minorias e plena **igualdade** entre os partidos, qualquer que seja a sua representação parlamentar, em especial no acesso aos meios de comunicação social sob tutela do Estado. Garantirei a **estabilidade** político-institucional, que tem sido uma das condições de **desenvolvimento**, estimulando, ao mesmo tempo, o espírito crítico dos cidadãos, a inovação, em todos os domínios da vida nacional e a criatividade da **Sociedade Civil**, tão necessárias. (...) no que se refere às **liberdades** e garantias de segurança dos cidadãos — empenhado na defesa do prestígio de Portugal na ordem externa e no bem estar e **progresso** dos portugueses, principalmente os **jovens**, e os mais pobres e carecidos de solidariedade. **Tomada de Posse (1986)** (...) ao compromisso patriótico inviolável de assegurar a continuidade **e o desenvolvimento** das nossas raízes históricas e culturais, dos valores permanentes da nossa **sociedade**, em independência e com

desenvolvimento do país. As ameaças que o país enfrentou nestes últimos anos não chegaram para impedir que o povo português definisse livremente o projecto político da nova **sociedade**.	dignidade, e constitui a exigência suprema que vincula quem, servindo a pátria, serve os portugueses. (...) diálogo é de fundamental importância para assegurar a **estabilidade** política e institucional, numa democracia moderna e em termos de país **desenvolvido** que desejamos ser. E condição necessária da **estabilidade** política e da paz social, ambas imprescindíveis para ganharmos o ***desafio europeu*** e não perdermos a grande oportunidade histórica que as circunstâncias e a vontade política (...)

A pesquisa mostra-nos que Ramalho Eanes lidera as duas primeiras posições, com os discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril, seguido por Mário Soares, com os discursos do 25 de abril e de Tomada de Posse. Ambos os presidentes se expandem nesta categoria, onde colocam a tónica no desenvolvimento e progresso do país. Isto independentemente do tipo de discurso, pois o que parece constituir o principal enfoque é o projeto nacional que se quer para Portugal, projeto esse que se prende com a consolidação de um regime democrático. Na subcategoria "Futuro", Ramalho Eanes coloca o seu enfoque no processo de desenvolvimento ("consolidar", "estabilidade", "iniciativa") do país e na construção e consolidação de um projeto democrático que satisfaça todos naquelas que são as condições sociais mínimas que o Estado precisa de garantir. Mário Soares dá continuidade a este repto, embora reposicionando o tema sob a perspetiva dos problemas e riscos que Portugal enfrenta. Mário Soares tem uma abordagem interessante deste tema, contextualizando-o quase sempre numa perspetiva cronológica, desde abril e tendo em conta a importância quer da juventude ("jovens", "gerações", "educação"), quer dos ideais da sociedade democrática ("solidariedade", "tolerância", "respeito"). Soares faz ainda uma incursão temática sobre "pensar o futuro", onde coloca tudo em causa ("nobreza da política") e questiona o passado recente, deixando algumas reflexões para o futuro. Aqui, "nova" é a palavra-chave de um conjunto de outros chavões ("humanismo", "exigências", "pensamento livre", "desafios", "condições"), mais uma vez a desempenhar pelos jovens.

6.5. Subcategoria "Nacionalismo"

A subcategoria "Nacionalismo" tem 471 ocorrências, o intervalo maior varia entre 7-50 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 16,51% e 39,89%. No global, é Ramalho Eanes quem tem mais ocorrências, 255 referências contra 216 de Mário Soares. Mas, se nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, é Mário Soares quem prevalece com a maior ocorrência no discurso de Tomada de Posse (1981), com 50 referências, seguido por Ramalho Eanes, com o discurso do 25 de abril (1985) – veja-se o Quadro 83 com a distribuição pelos diferentes tipos de discurso.

Quadro 83 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Nacionalismo" pelos diferentes tipos de discurso de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**50**	39,89%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**49**	38,47%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	**40**	49,11%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**37**	33,07%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	**36**	37,44%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	32	42,14%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	31	40,96%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	29	42,28%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	29	21,27%
ANO NOVO	M. Soares	1996	24	28,62%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	19	22,45%
ANO NOVO	M. Soares	1987	16	43,41%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	13	24,19%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	13	54,47%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	11	33,74%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	10	40,39%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	9	14,14%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	9	26,37%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	7	22,43%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	7	16,51%
TOTAL REFERÊNCIAS			**471**	

Esta subcategoria analisou um conjunto de unidades de registos ("Continente(s)", "Comunidade", "Distrito", "Estado", "Localidade", "Nacionais", "Nacional", "Nacionalismos", "Nação", "País", "Pátria", "Portuguesa") apuradas após a primeira pesquisa de ocorrência de palavras feita aos vinte discursos. A

análise do Quadro anterior parece mostrar-nos uma tendência em Ramalho Eanes de diminuição do uso desta palavra no segundo mandato, tal como acontece em Mário Soares, embora de forma mais ténue. Para melhor visualizarmos, segue-se o Quadro 84, onde apresentamos alguns dos resultados obtidos na subcategoria "Nacionalismo" nos discursos anteriormente referenciados.

Quadro 84 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Nacionalismo" nos discursos de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
Tomada de Posse (1976) Ao iniciarmos um novo período na vida da **nossa pátria**, legitimamente constituídos os diversos órgãos de soberania que caracterizam um Estado de direito (...) E **neste país**, com os seus recursos e com os seus filhos, que havemos de reencontrar a nossa dignidade e a **nossa identidade nacional**, criando uma sociedade mais rica e mais igual que todos sintam como sua. **Intensificaremos a nossa participação nesses espaços, na Europa em que estamos integrados**, no mundo de expressão portuguesa a quem nos ligam profundos laços afectivos e culturais; e colaboraremos com todos os países que connosco quiserem percorrer os caminhos da paz e comungar o pão da esperança, Encerramos o "ciclo do império" e eis-nos perante a tarefa de continuar a **pátria nas primitivas dimensões das terras que nasceram portuguesas**. Emergimos da noite totalitária e logo tivemos de fazer face a repetidas tentativas do regresso a um passado em que só porventura mudariam os dominadores. Espero a colaboração e o contributo decisivo, dos vários **órgãos de soberania, e também dos da administração e do poder local** para a consecução destes grandes objectivos nacionais mas, como presidente da república, para os atingir apelo sobretudo para o **povo português** para uma experiência, consciência e uma cultura que tem atrás de si oito séculos de história, **25 de abril (1985)** Neste sentido, **os pressupostos do projecto**	**Tomada de Posse 1991** Conheço hoje melhor **Portugal** e os portugueses. Percorri o País em todos os sentidos, de norte a sul, do litoral ao interior, o continente e as ilhas atlânticas; contactei amplamente as populações, **Portugal mudou muito, nos últimos anos, e vai mudar muito mais ainda. Somos hoje uma Nação muito diferente** — e melhor — do que éramos em 25 de Abril. **O choque europeu foi indiscutivelmente benéfico para Portugal,** concorrendo para uma acelerada modernização global da sociedade e influenciando a evolução das próprias mentalidades. **Portugal é um pequeno País,** que tem a consciência das suas limitações, **mas sabe, igualmente, que o seu prestígio internacional e o peso da sua longa história** (…) Espero que possa contribuir, validamente, para esse grande debate universal. A **coesão nacional** é um facto óbvio para todos os portugueses, que resulta directamente da larga convergência existente quanto aos grandes objectivos nacionais **Tomada de Posse 1986** Completa-se hoje um ciclo da vida portuguesa. Outro com Eça, em plenitude democrática, que gostaria fosse marcado pela **confiança dos Portugueses em si próprios e nas potencialidades de desenvolvimento de Portugal.** A segurança dos Portugueses e a absoluta garantia dos seus direitos e liberdades, bem como dos seus direitos e deveres económicos, sociais e culturais, são

nacional, a procura de um modelo estável para as relações de Portugal com os novos Estados Africanos, aliados à alteração da dimensão da política internacional portuguesa, expressa na sua orientação europeia, permitem recuperar a nossa vocação universalista e afirmar o nosso estatuto próprio entre as nações. A **política nacional de adesão às Comunidades Europeias,** como de resto os outros passos da política europeia de Portugal, **exprimem o seu reconhecimento da necessidade estratégica de afirmar a identidade política** e de preservar a estabilidade dos regimes democráticos e liberais europeus. (…) contar com **o consenso, a determinação e a mobilização dos portugueses** num projecto ajustado de modernização e desenvolvimento da sua sociedade e do seu **País**. O nosso esforço principal deve incidir na **elaboração das estratégias nacionais e dos programas gerais que traduzam a orientação estabelecida num Quadro de consenso** necessário para assegurar a sua continuidade. .	imperativos constitucionais do Estado democrático **Não hesito em identificar esse desígnio nacional**, nesta nova fase da vida portuguesa, com a estratégia para o desenvolvimento, a reforma do Estado, a modernização da Sociedade e a afirmação da vitalidade indesmentível da nossa Cultura. **25 de abril (1986)** **Um futuro de progresso e de bem-estar está ao nosso alcance e depende fundamentalmente de cada um de nós**, porque a todos estão abertas iguais possibilidades de intervenção na Sociedade e no Estado (...) Temos o **dever nacional de não deixar perder a oportunidade** que se nos oferece **Portugal está hoje em condições de superar, a médio prazo — mas definitivamente — os factores de atraso**, de dependência e de inércia, que tanto nos têm condicionado **O espírito de mudança, que caracteriza as dinâmicas sociedades industriais dos países democráticos avançados** e que nos interessa tomar por referência, tem como pólo e motor a importância fundamental atribuída à ciência, à tecnologia e à cultura. O Estado, como **agente de solidariedade nacional, tem um papel próprio a desempenhar na correcção das desigualdades e na protecção das comunidades e dos grupos sociais** mais vulneráveis aos impactos perversos da modernização e do desenvolvimento (...) como **Estado, Portugal não pode prescindir dos seus deveres em relação às comunidades portuguesas** que se dispersam pelas sete partidas do Mundo e que são parte integrante da nossa nação e da nossa cultura

A dimensão territorial de Portugal está bem patente no discurso presidencial, sendo esta visível mediante recurso a um conjunto de sinónimos em ambos os presidentes. Assume-se o espaço geográfico como uma questão central para o posicionamento do país, seu progresso e respetivo desenvolvimento. Esta subcategoria "nacionalismo" é um tema tratado transversalmente pelos dois presidentes, denotando um conjunto de palavras comuns ("assembleia", "deputados",

"instituições", "democracia", "democratas", "valores") e um outro conjunto de palavras dissemelhantes, com Ramalho Eanes a introduzir palavras associadas e emergentes do regime democrático ("direitos", "voto", "partido", "parlamentar"). Mário Soares mantém a mesma linha, mas recoloca a questão da democracia, sobretudo a partir de 1995 ("viragem", "dignidade", "legítima") e do seu futuro, progresso e consolidação. Assim, vemos como a democracia, num contexto nacional pós-revolucionário, se construiu e consolidou mediante a análise dos temas principais dos discursos destes dois presidentes.

Parece-nos, pois, pela evidenciação dos dados detalhados, que estamos em condições de responder à nossa pergunta inicial e afirmar que os temas principais dos discursos dos presidentes Ramalho Eanes e Mário Soares contribuíram de forma inabalável para a construção do conceito de democracia em Portugal nos primórdios da IIIª República Portuguesa.

A subcategoria "nacionalismo" é abordada por Ramalho Eanes e Mário Soares nos seus discursos direta e indiretamente através de um conjunto de palavras como "país", "nação", "estado", "português", "pátria", "nacional", "nacionalismo", "comunidade". Mário Soares é quem domina a utilização destas palavras (31) no discurso de tomada de posse (1991), mas é Ramalho Eanes quem mais as utiliza de modo generalizado como evidenciamos acima, mantendo ao longo dos dois mandatos um interesse equivalente na temática.

6.6. Subcategoria "Projeto Democrático"

A subcategoria "Projeto Democrático" tem 615 ocorrências, o intervalo maior varia entre 8-65 referências por tipo de discurso, correspondendo a uma cobertura, respetivamente, de 38,16% e 56,09%. No global, é Ramalho Eanes quem tem mais ocorrências, com 340 referências contra 275 de Mário Soares. Contudo, se nos focarmos nas cinco primeiras posições da tabela, é Mário Soares quem prevalece com a maior ocorrência no discurso de Tomada de Posse (1991), com 65 referências, seguido por Ramalho Eanes, com o discurso de Tomada de Posse (1981) – veja-se o Quadro 85 com a distribuição dessa categoria pelos diferentes tipos de discurso.

Quadro 85 – Distribuição das ocorrências da subcategoria "Projeto Democrático" pelos diferentes tipos de discurso de Eanes e de Mário Soares.

Nome	Presidente	Ano	Referências	Cobertura
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1991	**65**	56,09%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1981	**55**	75,94%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1985	**54**	68,17%
TOMADA DE POSSE	R. Eanes	1976	**48**	63,02%
ANO NOVO	M. Soares	1996	**42**	53,88%
25 DE ABRIL	M. Soares	1986	39	71,71%
25 DE ABRIL	R. Eanes	1977	35	67,07%
TOMADA DE POSSE	M. Soares	1986	35	66,72%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1976	31	71,79%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1985	30	70,42%
ANO NOVO	R. Eanes	1977	29	66,22%
25 DE ABRIL	M. Soares	1995	27	70,44%
DIA DE PORTUGAL	R. Eanes	1977	27	52,39%
ANO NOVO	M. Soares	1987	21	64,37%
ANO NOVO	R. Eanes	1986	16	63,23%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	R. Eanes	1983	15	72,73%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1995	14	77,01%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1995	14	63,21%
DIA IMPLANTAÇÃO REPÚBLICA	M. Soares	1986	10	58,52%
DIA DE PORTUGAL	M. Soares	1986	8	38,16%
TOTAL DE REFERÊNCIAS			**615**	

Esta subcategoria analisou um conjunto de unidades de registos ("Assembleia", "Deputado(s)", "Parlamentar", "Cidadania", "Instituições", "Órgãos", "Voto", "Condições", "Expectativa(s)", "Coragem", "Orgulho", "Corrupção", "Criminalidade", "Conflitos", "Democracia", "Regime", "Democratas", "Democrática", "Democratização", "Dignidade", "Valores", "Ideologias", "Igualdade", "Direitos", "Oportunidades", "Equilíbrio(s)", "Justo", "Legítimo", "Legitimidade", "Participação", "Mobilização", "Partidos", "Poder", "Pobres", "Excluídos", "Marginalizados", "Desempregados", "Imigrados", "Idosos", "Política", "Problemas", "Preocupações", "Sobressaltos", "Perigo(s)", "Projeto", "Evolução", "Expansão", "Modernidade", "Mudança", "Progresso", "Modernidade", "Progresso", "Mudança", "Responsabilidade", "Rigor", "Ética", "Segurança", "Tempo") apuradas após a primeira pesquisa de ocorrência de palavras feita aos vinte discursos. Pela análise do Quadro é possível verificar que ambos os presidentes da República recorrem a um conjunto de palavras que terminologicamente associamos ao conceito de democracia e, por isso, as suas ocorrências são particularmente elevadas. Para melhor visualizarmos, segue-se o Quadro 86, onde apresentamos

alguns dos resultados obtidos na subcategoria "Projeto Democrático" nos discursos anteriormente referenciados.

Quadro 86 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Projeto Democrático" nos discursos de Tomada de Posse (1976, 1981 e 1991) e Ano Novo (1986) de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
Tomada de Posse (1976) Ao **iniciarmos um novo período na vida da nossa pátria**, legitimamente constituídos os diversos órgãos de soberania que caracterizam um estado de direito, **A eleição do Presidente da República significou**, de forma inequívoca e clara, a **adesão a um projecto político que lhe foi apresentado sem ambiguidades e com realismo**. Esta adesão responsabiliza todos os portugueses na participação efectiva na construção de um estado e de um regime de que a constituição e o fundamento. **Projecto de vida colectiva, Quadro de garantia da democracia e do seu desenvolvimento**, directriz de todas as participações individuais ou colectivas, a constituição representa a realidade e as **conquistas revolucionárias** que o 25 de Abril desencadeou, e consagra a eliminação do golpismo e da anarquia a que o 25 de novembro pôs termo. **Entrada em vigência plena da nossa lei fundamental e dos órgãos nela instituídos; representando a materialização de compromissos tomados**, contribuirá eficazmente para a coesão e operacionalidade das forças armadas, no exercício da missão que lhe cabe na defesa da democracia e da independência nacional. **Esta é também a melhor garantia do de que o Conselho da Revolução cumprirá correctamente os fins que lhe são inerentes e lhe estão justamente atribuídos,** e contribuirá de modo decisivo para o equilíbrio e unidade de acção que ao presidente da república compete assegurar. **Na Assembleia da República se consubstancia a própria democracia pluralista. A história do funcionamento dos parlamentos em Portugal constitui matéria de reflexão e fonte de**	**Tomada de Posse (1991)** (...) **regular funcionamento das instituições democráticas, legitimadas pelo voto popular, e dos princípios inspiradores do Estado de Direito**, que somos, baseado na observância da lei e da legalidade, no respeito pelos direitos humanos e das minorias e na aceitação, a todos os níveis, do pluralismo e da alternância democrática. (…) colocando-me numa posição de equidistância em relação aos partidos políticos, que respeito por igual, (...) **e fazendo observar, as regras de jogo *normais* numa sociedade aberta, que implicam concertação cívica, espírito de tolerância, respeito pelas minorias e plena igualdade entre os partidos,** qualquer que seja a sua representação parlamentar, em especial no acesso aos meios de comunicação social sob tutela do Estado. Esta insistência na importância do debate político responsável — sem esquecer as dimensões económica, social, cultural e ecológica que hoje também comporta — **relaciona-se com a necessidade de reafirmar o pluralismo, em todos os escalões da Sociedade e do Estado, pluralismo que representa uma condição *sine qua non* das sociedades abertas.** **Numa sociedade democrática ninguém está acima da lei.** Todos os **assuntos são susceptíveis de ser discutidos, com sentido da responsabilidade e do interesse nacional, desde que o sejam no respeito pelo direito de cada cidadão ao seu bom nome e dignidade**. Em caso de lesão desses direitos — ou de conflito — é aos Tribunais, independentes do poder político e do poder económico, que cumpre aplicar a lei e dirimir os conflitos, presumindo-se a

ensinamentos. **Tomada de Posse (1981)** ainda que, como acontece nas eleições presidenciais, não exista um confronto entre partidos nem entre programas de governo, a vitória é o êxito de um **sistema de ideias e de concepções que são comuns a muitos responsáveis políticos, que são democraticamente afirmadas e praticadas por organizações e instituições,** que correspondem aos anseios e sentimentos da maioria dos portugueses. A **democracia pluralista e a garantia de convivência livre e aberta** entre concepções e interesses distintos são os principais valores políticos que saíram realmente vencedores. **Em democracia, o pluralismo e a liberdade de expressão são valores absolutos**. Mas constituem também pressupostos indispensáveis para responder à crise, conseguir a modernização e o desenvolvimento. **A democracia pluralista é o princípio superior a que se subordinam o estado, o sistema político** e o Quadro orientador das relações sociais, no reconhecimento de que só a expressão diferenciada dos interesses políticos e sociais permite a realização plena da liberdade e da dignidade do homem, a afirmação responsável dos seus direitos e deveres, a garantia permanente dos vínculos de solidariedade que unem e obrigam a todos os cidadãos. **A única condição do governo é a sua legitimidade democrática**. A partir daí qualquer governo tem direito aos meios para governar e a obrigação de fazê-lo à única luz do interesse colectivo. De qualquer governo, sem acepção de partidos ou de pessoas, esperará sempre o presidente da república correcção, lealdade, transparência de processos, respeito pelas regras de relação entre os órgãos de soberania.	inocência dos arguidos até ao trânsito em julgado das sentenças. Em Portugal, como exemplos recentes demonstram, as instituições funcionam e a independência dos Tribunais é felizmente um facto. **Ano Novo (1986)** **Portugal, todos o sabem, tem dificuldades e problemas vários, alguns sérios** — que importa encarar, com urgência e com vontade política de, progressivamente, os ir resolvendo — como, aliás, acontece, em menor ou maior grau, **O Povo exprimiu ordeiramente a sua vontade, que foi respeitada. Tudo se passou com assinalável tranquilidade, no acatamento geral das regras da democracia e com o maior civismo. O que demonstra a maturidade política portuguesa**. Permito-me salientar-vos este aspecto, tão decisivamente importante, pois que um Povo, com tal maturidade e coesão, é capaz de equacionar, debater e resolver **A passagem de testemunho, em democracia, é uma das regras de ouro, porque assegura a renovação, estimula a criatividade, conduz a novas soluções e impõe novos rostos**. Numa palavra, representa a evolução normal de um País, com o render inelutável e sempre fecundo das gerações. . . **Portugal participa ainda activamente noutras organizações, tais como: a NATO, da qual é membro fundador; a UEO, onde o secretário-geral é um português; a OSCE, que reunirá no ano que hoje começa em Portugal**; a Comunidade Ibero-Americana, ao lado do nosso sempre tão próximo e admirado Brasil; **Não nego que temos ainda desequilíbrios graves na nossa sociedade, bolsas de pobreza que nos envergonham, desemprego preocupante** — como por toda a parte nesta Europa dita da abastança — problemas de violência, de droga e de marginalidade, que gostaria de ver combatidos com maior vigor e tenho esperança que o sejam. Tudo isso é verdade. Reconheçamo-lo, visto que todos somos responsáveis, para consciente e persistentemente, **todos os dias, lutarmos para melhorar o que está mal**.

Quadro 87 – Comparação de conteúdos da subcategoria "Projeto Democrático" nos discursos de 25 de abril de Ramalho Eanes e de Mário Soares.

RAMALHO EANES	MÁRIO SOARES
25 de abril 1977 **Hoje, plenamente instituídos os órgãos do poder, a assembleia da república que em si consubstancia a própria democracia pluralista**, culmina as celebrações com esta sessão em que o país está presente nos seus mandatários e nos seus responsáveis. **No seu trajecto histórico o povo português teve de enfrentar momentos difíceis, vencer crises, derrotar inimigos e defender a independência da pátria, a identidade cultural, a dignidade da nação.** Hoje, como tantas vezes no passado, são muitas as dificuldades a vencer para merecer o esforço daqueles que conquistaram o respeito do mundo; para dar um sentido aos duros sacrifícios que se exigem a todos os portugueses. **Se temos o crédito das liberdades e dos direitos conquistados, se temos a segurança da democracia a definir as regras do comportamento político, se temos os ideais da liberdade de um povo a respeitar, nada pode desculpar que os ideais de abril** continuem por concretizar, à mercê dos que deles se servem, sem servir a pátria. **Fizemos progressos evidentes na nossa convivência em liberdade**. Para lhe dar continuidade é forçoso encontrar uma resposta concreta para aspirações que se vão tornando desespero, e sobretudo descobrir os caminhos de mobilização do povo português para modernizar o país e vencer a crise. **Passado o período de violência política, avoluma-se a insegurança pelo crescendo das violações à pessoa e aos haveres dos cidadãos.** As consequências desta situação adivinham-se graves. Importa reconhecer frontalmente que as forças de segurança se encontram manietadas na sua actuação: **25 de Abril 1985** **E foi a generosidade dessa mesma geração que a levou a considerar desejável não desperdiçar as energias da Nação, assegurando esse propósito através de uma transição gradual do regime**	**25 de abril (1986)** **Um futuro de progresso e de bem-estar está ao nosso alcance e depende fundamentalmente de cada um de nós, porque a todos estão abertas iguais possibilidades de intervenção na Sociedade e no Estado.** Nesse aspecto, não aceitamos exclusões nem discriminações ou desculpas, sejam de que natureza forem **As condições dessa estabilidade pressupõem relações de diálogo permanente, confiado e sereno, a todos os níveis, mas, em especial, e no respeito pelas competências de cada um e pelo princípio da separação dos poderes, entre o Presidente da República, que é o garante da unidade nacional e do regular funcionamento das instituições**, a Assembleia da República, expressão da vontade política dos Portugueses, na **pluralidade das suas opções e garantia da alternância democrática**, e, finalmente, o Governo, órgão de condução da política geral do País e órgão superior da Administração Pública. Vivemos num mundo em mudança, marcado por acentuadas incertezas e explosivas desigualdades, mas também por grandes progressos tecnológicos e científicos a que não podemos ficar alheios, como Nação soberana. **Pertencemos hoje à Comunidade Europeia,** ela própria sujeita a grandes desafios, em vincada concorrência com outros pólos de desenvolvimento a nível mundial. Nesse sentido, políticas de descentralização e de regionalização, evitando todas as formas de clientelismo, são essenciais para assegurar uma dinâmica equilibrada de desenvolvimento e uma **maior participação** política a todos os níveis. Obviamente que o **Estado desempenha, numa sociedade moderna, funções próprias na regulação da economia, na protecção de empresas mais vulneráveis ou na promoção de projectos inovadore**s, pela sua qualidade tecnológica, pela sua dimensão cultural ou pelo seu significado

autoritário de então para um novo Quadro de pluralismo e de democracia política, que reduzisse a interferência administrativa e o peso burocrático que limitavam a autonomia dos agentes económicos e dos parceiros sociais, e que tornasse possíveis regras de **justiça na regulação das tensões** e dos **desequilíbrios sociais e regionais próprios de uma sociedade em mudança**. Tratava-se também de um projecto que, na ordem externa, implicava o renascimento da vocação universalista de Portugal, e que passava necessariamente pela resolução do problema do estatuto dos territórios coloniais num Quadro de autodeterminação e de independência. Contudo **não se perdeu, com o 25 de abril, a orientação essencial do projecto**, apesar das inevitáveis perturbações resultantes da explosão compreensível das expectativas sociais, da ressurgência das ideias revolucionárias, da perda de autoridade e capacidade do Estado e da instrumentalização da Instituição Militar. E foi **na força da adesão do povo português aos propósitos desse projecto que, em boa verdade, se inviabilizaram as hesitações autoritárias que se sucederam à intervenção militar** Impõe-se-lhes mostrar que **a democracia é o regime que mais considera o homem, na sua dignidade**, que, sendo eminentemente individual, é também indissoluvelmente social. Um projecto de desenvolvimento, agora inadiável por razões de situação de soberania, **não pode mais ser comandado por uma perspectiva unicamente financeira**, até porque as políticas financeiras são apenas um instrumento económico. **O projecto de modernização, agora também exigido pela adesão à CEE, deve ser um projecto de devir, que explicite e contenha a consciência dos fins, dos objectivos, das estratégias principais e de alternativa, das vantagens e custos das opções**. **Projecto necessariamente de desenvolvimento, mobilizador e**	estratégico **25 de abril 1995** Nos complexos e contraditórios tempos pós-Revolução, esse acto de afirmação da vontade livre dos portugueses, representou uma opção inequívoca em favor da liberdade, da democracia pluralista, da participação cívica e da justiça social. Sabemos hoje que não há receitas milagrosas para os problemas humanos e que a complexidade, a mobilidade da vida e a imprevisibilidade da história se coadunam mal com categorias rígidas de pensamento ou com explicações demasiado deterministas. **Regressaram perigos que julgávamos há muito definitivamente erradicados: o racismo, o nacionalismo agressivo, os fundamentalismos religiosos, a criminalidade organizada a nível internacional, o economicismo egoísta, sem dimensão social, a guerra, no interior mesmo das fronteiras geográficas da Europa**. Vinte anos após as primeiras eleições livres, vivemos um tempo histórico que não é nada fácil e que, por isso, nos impõe, de novo, especiais responsabilidades. Os espectaculares avanços da ciência e das técnicas, as novas exigências e expectativas criadas, são apenas sinais de uma mutação mais geral e mais profunda de índole cultural e mesmo civilizacional que está a transformar radical e vertiginosamente a imagem que temos de nós próprios, da Europa e do Mundo E uma evidência que as **sociedades democráticas modernas estão sujeitas a novos impactos, exigências, preocupações e dificuldades. A** difusão instantânea da informação, a globalização dos problemas e a multiplicação das comunicações, exigem novos métodos de análise e tratamento da realidade política. **A democracia de opinião, a democracia electrónica e a democracia mediática, que são categorias diversas para designar a mesma complexa realidade, condicionam o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos** e a relação entre eleitores e eleitos, numa palavra, a própria essência da democracia

orientador para o comportamento futuro e, simultaneamente, capaz de permitir controlar e avaliar os desvios entre a realização e os objectivos, ajuizar das responsabilidades e competências.	representativa, a que permanecemos fiéis. Como se pode conciliar, nas nossas sociedades, a necessidade de transparência com o respeito pela privacidade?

A análise dos discursos denota que Ramalho Eanes utiliza o tema "Projeto Democrático" como *topos* central, desenvolvendo-o de forma contextualmente distinta nos primeiro e segundo mandatos: em 1976, coloca o enfoque naquilo que era a novidade que o próprio regime democrático trazia associado, como seja os direitos e a liberdade dos cidadãos bem como o normal funcionamento dos órgãos e das instituições do Estado, ao qual era intrínseco o significado histórico que tal marco assinalava, após várias décadas de sistema opressor; em 1981 desloca o seu enfoque para a consolidação da democracia: passados que estavam cinco anos de vivência no novo regime, era agora altura de passar à estabilidade política e à consolidação da democracia.

No discurso de Tomada de Posse (1976), Ramalho Eanes, numa linha que confronta democracia/ditadura, homenageia a liberdade que advém do momento histórico que então se vivia proveniente da revolução de abril, caraterizando-a da seguinte forma:

> "ato de investidura (…) consagra a derrota das minorias que se opuseram as transformações políticas, económicas, sociais e culturais, agora traduzidas num projeto de vida coletiva baseado na justiça, na igualdade, no respeito pelas liberdades e no progresso partilhado por todos.";
>
> "compromisso solene de cumprir a constituição, não como um quadro de referência, mas como um projeto de vida coletiva" por oposição ao momento que entretanto havia ficado para trás, a ditadura feroz; "foi um duro e difícil caminho de resistências."

O sentido da palavra 'democracia' é metaforizado pelo uso da expressão 'projeto de vida coletiva', dando Ramalho Eanes ênfase às profundas alterações introduzidas pelo movimento dos capitães de abril no tecido sociopolítico português após anos de opressão:

> "foi um movimento de juventude e de renovação, enraizado nas lutas de meio século(…) ao iniciarmos um novo período na vida da nossa pátria, legitimamente constituídos os diversos órgãos de soberania que caracterizam um estado de direito, cabe aqui a evocação e a homenagem a quantos na resistência a ditadura."

Ramalho Eanes demonstra quais os objetivos da sua liderança, não se coibindo de utilizar expressões duras e frontais quando se refere aos opositores, por comparação a outras de encorajamento, motivação e esperança quando se refere aos desafios que o povo tem pela frente:

> "como presidente da República (…) assegurarei ao governo condições de autoridade e de eficácia que lhe permitam corresponder a esperança que é legítimo nele deposite um povo (…) temos de acabar com o sectarismo, a intolerância, a violência, o ódio; temos de acabar com os atentados, as perseguições, a agressividade nas relações entre as pessoas e os grupos."

No discurso da segunda Tomada de Posse (1981), Ramalho Eanes encara a sua reeleição como uma manifestação da anuência da população ao seu trabalho no primeiro mandato: "os significados políticos da reeleição assentam na minha acção política passada e no programa que apresentei ao país", vontade agora possível por se viver num regime livre e democrático, mas também porque a população tinha forte expectativa quanto ao caminho a percorrer em prol da implementação da democracia, "expressão clara da vontade do povo português em manter, sem rupturas, o processo democrático aberto em 25 de abril e reafirmado em 25 de novembro".

Para Ramalho Eanes a democracia pluralista devia assentar em valores políticos como sejam a liberdade, a justiça, a solidariedade social e a justiça, competindo ao presidente zelar pelo seu respeito enquanto " garante último da democracia e da unidade nacional" numa busca constante de pontes, diálogos e consensos "como factores de estabilidade e de coerência, de resolução dos conflitos". A democracia não existe sem a liberdade, tendo ambas surgido em oposição ao clima opressivo que anos antes imperava:

> "a liberdade é valor indiscutível que a democracia pluralista garante e que assegura a todos e sem exceção os direitos de livre expressão, de livre associação, de acesso real às oportunidades."

Por fim, convém relembrar que estamos no final da década de 80 do século passado, altura em que a comunicação social começa a adquirir um estatuto relevante, muitas vezes chamado de 'quarto poder', tendo Ramalho Eanes alertado para a sua relevância em Portugal "como veículo da máxima importância na formação de uma consciência e de uma vontade colectivas". Ramalho Eanes defende que este setor, bem como os seus profissionais, tem de ser independente, não estar sujeito a pressões ou lóbis, caso contrário "trai a sua responsabilidade democrática". Em relação ao mandato anterior, Ramalho Eanes reforça os seus objetivos, numa linha de continuidade onde a Democracia é entendida como aberta, participativa, conducente ao desenvolvimento, à solidariedade, à justiça, à igualdades, ou seja, os valores do Estado de direito que devem ser a bandeira do progresso de Portugal.

Mário Soares utiliza o tema "Democracia" como *topos* central, desenvolvendo-o de forma contextualmente distinta no primeiro e segundo mandato: em 1986, recorre à problemática da estabilidade e do equilíbrio/isenção de poderes das instituições democráticas; e, em 1991, enfatiza a mudança que se impunha fruto do novo ciclo político e da consolidação da democracia.

No discurso de Tomada de Posse (1986), Mário Soares justifica a sua legitimidade democrática "sou o primeiro Presidente civil eleito", por oposição ao seu antecessor, escolhido do seio da estrutura militar. Ele entende ser o garante do equilíbrio entre as diferentes instituições democráticas, um "factor essencial de estabilidade, o natural mediador dos consensos possíveis", patenteando um certo pendor presidencialista que ele quer trazer ao sistema. Estamos diante de uma nova realidade política e, com a consolidação da democracia, é imperioso o envolvimento de todos. Com este propósito, evoca a identidade cultural portuguesa baseada, tradicionalmente, no cristianismo, e unindo-se aqui ao socialismo:

> "Queremos fazer de Portugal uma terra de gente livre e solidária. Uma terra de progresso, de prosperidade e de cultura (…) Façamos confiança à inteligência portuguesa — aos nossos professores, cientistas, técnicos, escritores, artistas."

No discurso da sua segunda Tomada de Posse (1991), Mário Soares demarca a área de atuação do Presidente: "garante que sou, por imperativo constitucional, do regular funcionamento das instituições democráticas, legitimadas pelo voto popular", contrapondo-a à atuação do governo "…o poder político, como

qualquer poder, deve ser suscetível de contestação e de crítica…". A democracia também passa por uma clara separação de poderes e pela independência dos órgãos, mas, quando tal não é possível, "é aos Tribunais, independentes do poder político e do poder económico, que cumpre aplicar a lei e dirimir os conflitos", o que denota a preocupação em consolidar a democracia portuguesa, sobretudo por via da CEE/Europa. E Mário Soares dá-nos a sua visão de Portugal: "A modernização de Portugal –com todas as alterações profundíssimas que implica nas estruturas da Sociedade Civil e do Estado – é o nosso próximo objetivo (…) apesar do que em contrário disseram os velhos do Restelo – mas que implica sacrifícios e gera contradições, desequilíbrios sociais e mesmo conflitos" (1991). Aqui a palavra de ordem é a mudança, onde Mário Soares, ideológico defensor da Europa, pretende assumir o "leme". Nessa medida, contraria o que anteriormente defendia relativamente ao papel de presidente como devendo reger-se pela isenção de poderes.

A nossa intenção ao longo de toda a pesquisa foi demonstrar como as categorias que escolhemos nos podiam ajudar a entender o modo como a democracia se veio a consolidar como conceito nos discursos de Eanes e Soares, num período particularmente conturbado da história portuguesa, indicando quais os sentidos e rumos a seguir na tentativa de descodificar esses discursos. Nessa medida, sentimos que cumprimos o nosso objetivo.

Capítulo V – CONCLUSÕES

A nossa investigação consiste na análise dos discursos do 25 de abril (1977, 1985, 1986, 1995), Ano Novo (1977, 1986, 1987, 1996), dia de Portugal (1977, 1985, 1986, 1995), dia de Implantação da República (1977, 1985, 1986, 1995) e Tomadas de Posse (1976, 1982, 1986, 1991) dos Presidentes Ramalho Eanes e Mário Soares, dois protagonistas da história política, com papel importante na edificação da democracia portuguesa.

Perceber a construção do conceito de democracia em Portugal, nos primórdios da III[a] República, a partir dos conteúdos transmitidos nos discursos presidenciais e como estes contribuíram para o consolidação do projecto democrático e união da identidade nacional foi um desafio que obrigou ao estabelecimento de categorias. Estas foram pensadas em termos conceptuais, mediante os conceitos de democracia e poder. Foram analisados os temas principais dos discursos presidências para compreender o construto de democracia em cada um deles. Foram ainda formuladas categorias em termos de retórica, através das estratégias da negação, inclusão ('ingroup' Vs. 'outgroup') e da linguística mediante a análise dos verbos utilizados.

Para tanto, utilizámos um conjunto de categorias que nos permitiram percorrer os textos dos discursos em busca das respostas às nossas questões.

As categorias *Democracia* e *Temas Principais* são as que estão mais valorizadas qualitativamente na nossa análise e sustentam-se de forma incomparável às demais, corroborando Schonhardt-Bailey e Yager (2011) quando defendiam que através dos temas principais podíamos analisar as convergências e divergências nas prioridades dos dois Presidentes da República.

A categoria *Negação* também se destacou, corroborando Seyranian e Bligh (2008), quando este revela que os Presidentes recorrem a estratégias retóricas específicas para mobilizar a população em torno de uma grande mudança social, neste caso a que dizia respeito à construção de um projecto democrático. A estratégia retórica da negação é uma ferramenta linguística interessante, na medida em que se revela uma verdadeira e eficaz estratégia de afirmação. O recurso à negação e à dupla

negação permite aos presidentes fazer apelos, transmitir mensagens relevantes, princípios elementares e desta forma "captar" e "prender" o seu público, a população portuguesa situada em território nacional, bem como a diáspora portuguesa espalhada pelo mundo. Alguns dos ideais da revolução de abril são utilizados por Ramalho Eanes com prefixos negativos para demarcar bem aquilo que anteriormente se aceitava mas com o qual, no período pós-revolucionário, já não se compactua. Entre 1977 e 1985, e no mesmo tom, o uso de palavras com o prefixo "in", conotando a negação, quase que duplica em Ramalho Eanes. Em Mário Soares o processo é inverso: entre 1986 e 1995 houve uma quebra no uso do prefixo "in"; no entanto, não deixa de recorrer à negação através de palavras com uma significação mais suave por oposição às empregues por Ramalho Eanes, já referidas.

Na utilização de outros prefixos negativos, como "des", Ramalho Eanes é preponderante relativamente a Mário Soares, embora ambos evidenciem uma diminuição do emprego de palavras com este prefixo do primeiro para o segundo mandato. A frequência de palavras conotadas simbolicamente com o período histórico é patente: em Ramalho Eanes (1977-1985): "desbloqueamento", "desentendimento", "desempego", "desrespeito", "desfavorecidos", "desequilíbrios"; em Mário Soares (1986-1995): "desigualdades", "desacertos", "descrentes", "desgastantes". Revelam os resultados que Ramalho Eanes e Mário Soares convergem nos anos mais próximos e divergem nos anos mais distantes. A análise também possibilitou a elaboração de uma matriz de palavras da categoria *negação* caracterizadora da terminologia exclusiva de cada um dos presidentes, palavras essas que, uma vez mais, se constata estarem temporalmente conotadas com períodos da história política. É nesta perspetiva que defendemos que o discurso também é tempo, o tempo em que ocorre.

Por fim, no tocante aos elementos designativos de privação ou negação "sem", Ramalho Eanes prevalece no uso da palavra "sem" em relação a Mário Soares. Embora pareça haver uma tendência oposta, Ramalho Eanes aumenta o seu uso do primeiro para o segundo mandato, enquanto Mário Soares diminui esse uso do primeiro para o segundo mandato. Ora, também aqui parece haver uma construção de estratégicas retóricas (negação), onde os presidentes usavam dispositivos retóricos específicos para cativar a população para a grande mudança social que se vivia (Seyranian e Bligh 2008): essa mobilização assentava numa tentativa de alertar os

cidadãos para o que *não* tinham tido no passado, de modo a que pudessem unir esforços na construção de um futuro democrático. No global é Ramalho Eanes quem domina esta categoria o que se percebe pela necessidade histórica de um discursos de afirmação, voltado para as concretizações e para o futuro.

A categoria *Inclusão* ganha dimensão no contexto político analisado, em que o apelo a todos e para todos tinha, obrigatoriamente, de ser inclusivo, corroborando assim Seyranian e Bligh (2008) acerca da importância da função agregadora do discurso, Wlodarek (2010) no tocante à ideia de que os valores da sociedade criam sentido de pertença, e Jenkins e Cos (2010) no respeitante à possibilidade de um sentimento de incerteza acabar por constituir um alicerce para reivindicações.

Pela pesquisa efetuada verificámos que, nesta categoria *inclusão,* Ramalho Eanes e Mário Soares recorrem a um número variado de focos coletivos (Autorreferência", "Identidade Social", "Focos Coletivos" e "Referências dos povos) como partes do todo ("compatriotas", "camaradas", "vizinhos", "jovens", "família", "lusófonos", "europeus", etc.), no sentido de os agremiarem para os seus propósitos, pois disso depende a sua base de apoio. Esta é a forma que os protagonistas têm de "chamar" a si os cidadãos e de os mobilizar em torno dos valores pessoais e sociais, intensificado pelo uso de uma linguagem inclusiva que enfatizar a sua semelhança com os "seus": Ramalho Eanes, num estilo mais conservador ("camarada", "amigos", "famílias", "compatriotas", etc.), e Mário Soares, num estilo mais contemporâneo ("recursos humanos", "europeus", "universalização", "mundo" etc.). Foram também consideradas todas as referências à primeira pessoa ("eu", "me", "meu", "minha", "sou", "vou" e "tenho") que refletem o lócus de atuação residente no ato falante e não no mundo em geral. Pretende-se, mais uma vez, reforçar o sentido de pertença ao grupo, mas também consolidar o vínculo existente entre presidente, cidadãos– portugueses e portuguesas –, e Nação – Portugal.

A categoria *Inclusão* regista algumas oscilações, pois, nos finais dos anos 70 do século passado, a identidade social estava em estado de redefinição; no entanto, uma clara ideia de identidade social começa a sobressair a partir dos anos 80, fruto da internacionalização, do desenvolvimento alcançado pelo país e das melhores condições económicas e financeiras. Mário Soares mantém elevado o uso destas palavras, chegando mesmo a aumentar o recurso àquelas com a adesão do país à Comunidade Económica Europeia. Efetivamente, o espírito de coesão proveniente do ideal de uma identidade social comum, assente num Portugal 'europeu' e livre,

reforçou-se durante esse período. Os dois protagonistas reúnem características que os torna distintos e uma dessas diferenças passa exatamente pelo grau de envolvimento que estabelecem com os cidadãos por via do discurso, o qual serve para partilhar e reforçar alguns elementos identitários fundamentais ao sentimento de pertença ao grupo, fazendo-se assim denotar a sua preocupação em adaptar-se às diferentes conjunturas, mas também – e sobretudo – em aumentar a sua base de apoio, pois é isso que lhes garante poder (Bord, 2011). Tal como defendia Wlodarek (2010), o apelo aos valores da sociedade portuguesa a par de uma mobilização instigada com base na partilha de "sentido de pertença" são visíveis nos discursos de Ramalho Eanes e Mário Soares, levando-os, de alguma forma, a moldar a retórica para obterem os resultados que pretendem, isto é, a participação de todos na construção e consolidação do projeto democrático. E como a implementação embrionária do projeto democrático em Portugal, dizia efectivamente respeito a todos, houve um forte e intenso apelo de ambos os presidentes para envolverem o maior número de cidadãos possível, assegurando que todos aqueles a quem o processo dissesse respeito pudessem intervir e participar na sua construção. Note-se que a seguir aos Temas Prioritários esta é a categoria com mais ocorrências o que prova também a sua dimensão quantitativa.

Em complemento à categoria *Inclusão* temos a categoria do *Ingroup*, onde é curioso verificar como são diferentes os registos linguísticos dos dois presidentes: Ramalho Eanes, quando fala do seu grupo interno – o "povo português" –, refere-se ao grupo mediante as palavras "povo", "população", "compatriotas", "camaradas" (carga simbólica) numa tentativa de estabelecer laços horizontais de igualdades, pontes, diálogos e consensos, enquanto Mário Soares se refere ao mesmo grupo utilizando as palavras "povo", "cidadãos", "patriotas" (carga simbólica embora com emprego de terminologia mais contemporânea), mais preocupado em afirmar a ligação entre cidadania, patriotismo e liberdade.

A categoria linguística – Verbos / Ambivalência – integra três subcategorias: na subcategoria "ação-agressão"**,** os verbos utilizados quer por Ramalho Eanes, quer por Mário Soares acabam por configurar um sentido positivo e temerário quando devidamente contextualizadas (por exemplo: lutar contra o imobilismo, vencer a crise, eliminar suspeições, bater pela liberdade, acabar com o sectarismo, etc.); na subcategoria "ação-passividade", apesar de Ramalho Eanes

prevalecer na globalidade dos discursos sobre Mário Soares, é Mário Soares quem têm o discurso com maior número de ocorrências – não obstante esta é uma subcategoria com menor representatividade; na subcategoria "ação-realização", Ramalho Eanes e de Mário Soares cumprem a função de vigilantes dos fatores externos e internos implicados na construção de um ideal de democracia, revelando-se os discursos de Tomada de Posse como momento altamente simbólico onde a mensagem e destinatários são cuidadosamente estudados, privilegiando acima de tudo a forma – *muitas vezes mais que o conteúdo* –, o lugar e o momento onde ocorre a sua transmissão (Wodak, 2001).

E é ali, diante de todos os que assumem constituir o grupo interno – *Ingroup e Inclusão* –, explicitamente os portugueses –, que se personifica o fundamento para o exercício da sua influência (poder), a que também não é indiferente a presença dos meios de comunicação social. E todos ficamos a conhecer os propósitos do Presidente, o que pretende fazer e como vai fazer, sobretudo a gestão das relações institucionais. O discurso político forma opinião pública, nomeadamente no que diz respeito a atitudes, opiniões, vontades e desejos. E, também por essa razão, os discursos são textos pragmáticos, intensos e energéticos, que se movem em todas as dimensões, repletos de ideais, ações e planos para Portugal e para os Portugueses. As palavras estão circunstancialmente associadas a períodos históricos – o discurso é o tempo/momento em que ocorre e constrói o nosso entendimento de conceitos políticos como democracia. E aqui conseguimos destrinçar que Ramalho Eanes é um homem de ação e isso está patente nos verbos que utiliza e na força que lhes dá, sejam eles manifestações construtivas, de incapacidade ou de competição, e que Mário Soares é mais comedido, sobretudo ao nível da ação construtiva. Esta é a terceira categoria da nossa pesquisa que reúne o maior número de ocorrências sendo os verbos de acção-realização aqueles que mais contribuem para esse resultado, com Ramalho Eanes a dominar todas as subcategorias.

Na categoria *Temas Principais* foi revelador que as cinco subcategorias "25 abril", "crise", "dimensão internacional", "nacionalismo" e "projecto democrático" são lideradas por Ramalho Eanes, com Mário Soares a liderar a subcategoria "futuro". Os discursos de Tomada de Posse e do 25 de abril revestem-se não só de uma importância simbólica como também de uma elevada significação política, apontando os resultados para uma tendência: Mário Soares aumenta o uso desta

categoria no segundo mandato – com exceção do discurso do 25 de Abril – e Ramalho Eanes apresenta uma tendência no segundo mandato que vai em duas direções opostas: por um lado, diminui o uso desta categoria nos discursos de Ano Novo, do Dia de Portugal e do Dia de Implantação da República, mas, por outro lado, aumenta-o nos discursos do 25 de Abril e de Tomada de Posse.

A subcategoria "25 de abril" foi tratada por ambos os presidentes, havendo um conjunto de palavras comuns ("liberdade", "livre", "justiça", "paz", "esperança", "abril"), e um outro conjunto de outras palavras, bem diferenciado, que apela mais ao contexto e aos valores da sociedade portuguesa, quer sejam valores sociais, morais ou políticos, tanto no caso de Ramalho Eanes ("dignidade", "autoritarismo", "ideais") como de Mário Soares ("valores", "movimento patriótico", "responsabilidades", "fidelidade"). Corrobora-se assim a ideia que já havíamos visto relativamente ao recurso (no discurso político) aos valores da sociedade como contribuindo substancialmente para a unidade da nação, sendo, por isso, referidos nos discursos com o objetivo de unir a nação (Wlodarek, 2010). E é Ramalho Eanes o presidente que mais contribui para a união da Nação, sobretudo se tivermos em atenção o facto de ele se revelar como predominante na maioria das categorias, especialmente nas do *Ingroup* e *Inclusão*.

A subcategoria "crise", entendida como mudança profunda na tessitura sociopolítica, é um tema que inevitavelmente é tratado por ambos os presidentes, devido à história política recente. Recordemo-nos que Ramalho Eanes é eleito pela primeira vez em 1976, momento em que Portugal atravessava um período de forte crise política e social, que mais tarde, já no seu segundo mandato, se agrava, fruto da crise económica internacional, levando à intervenção do FMI. Já Mário Soares se vê a braços com uma crise política no segundo mandato. Da nossa análise aos discursos, é possível identificar um conjunto de palavras comuns ("crise", "dificuldades", "esforço", "problemas"), mas é sobretudo pela diferença que se distinguem na abordagem do tema nos seus discursos: Ramalho Eanes num tom mais acutilante ("ditaduras", "agonias", "sacrifícios", "autoritarismo") e Mário Soares num tom mais polido ("contradições", "poder", "poderes").

Na subcategoria "*Dimensão Internacional*", tanto Ramalho Eanes como Mário Soares evidenciam as suas preocupações relativas à dimensão internacional, ainda que abordem os temas de forma diferente. Ramalho Eanes, e porque

acompanhou também o processo de descolonização, tinha um enfoque mais direcionado para África, enquanto que Mário Soares se focava na Europa, quer pela sua história de vida pessoal, quer partidária, pois foi enquanto primeiro-ministro de Portugal que assinou o tratado de adesão de Portugal à CEE, hoje, UE. Todavia, é incontestável que, no período pós-revolução, os presidentes deram grande importância à abertura de Portugal ao mundo, assim como à geografia política africana. A subcategoria "Dimensão Internacional" em Ramalho Eanes assume alguma centralidade no discurso do 25 de abril (1985), época em que Portugal estava na eminência de aderir à CEE, mas também em que se davam por encerradas todas as negociações da descolonização ("abertura" ao mundo, "oportunidade" europeia, "africanos", "comunitário"). Mário Soares, nesta temática, acaba por fazer um percurso, um balanço e algumas reflexões do enquadramento institucional do país, embora sem se comprometer de modo taxativo ("comunidade europeia", "sombrio", "indefinição").

Na subcategoria "Futuro", Ramalho Eanes coloca o seu enfoque no processo de desenvolvimento ("consolidar", "estabilidade", "iniciativa") do país e na construção e consolidação de um projeto democrático que satisfaça todos naquelas que são as condições sociais mínimas que o Estado precisa de garantir. Mário Soares dá continuidade a este repto, embora reposicionando o tema sob a perspetiva dos problemas e riscos que Portugal enfrenta. Mário Soares tem uma abordagem interessante deste tema, contextualizando-o quase sempre numa perspetiva cronológica, desde abril, e tendo em conta a importância quer da juventude ("jovens", "gerações", "educação"), quer dos ideais da sociedade democrática ("solidariedade", "tolerância", "respeito"). Soares faz ainda uma incursão temática sobre "pensar o futuro", onde coloca tudo em causa ("nobreza da política") e questiona o passado recente, deixando algumas reflexões para o futuro. Aqui, "nova" é a palavra-chave de um conjunto de outros chavões ("humanismo", "exigências", "pensamento livre", "desafios", "condições"), mais uma vez a desempenhar pelos jovens.

A subcategoria "nacionalismo" é abordada por Ramalho Eanes e Mário Soares nos seus discursos direta e indiretamente através de um conjunto de palavras como "país", "nação", "estado", "português", "pátria", "nacional", "nacionalismo", "comunidade". Mário Soares é quem domina a utilização destas palavras (31) no discurso de tomada de posse (1991), mas é Ramalho Eanes quem mais as utiliza de

modo generalizado como evidenciamos acima, mantendo ao longo dos dois mandatos um interesse equivalente na temática. A subcategoria "nacionalismo" evidencia o quanto a dimensão territorial de Portugal está bem patente no discurso presidencial, sendo esta visível mediante recurso a um conjunto de sinónimos em ambos os presidentes.

Assume-se o espaço geográfico como uma questão central para o posicionamento do país, seu progresso e respetivo desenvolvimento. Esta subcategoria "nacionalismo" é um tema tratado transversalmente pelos dois presidentes, denotando um conjunto de palavras comuns ("assembleia", "deputados", "instituições", "democracia", "democratas", "valores") e um outro conjunto de palavras dissemelhantes, com Ramalho Eanes a introduzir palavras associadas e emergentes do regime democrático ("direitos", "voto", "partido", "parlamentar"). Mário Soares mantém a mesma linha, mas recoloca a questão da democracia, sobretudo a partir de 1995 ("viragem", "dignidade", "legítima") e do seu futuro, progresso e consolidação. Assim, vemos como a democracia, num contexto nacional pós-revolucionário, se construiu e consolidou mediante a análise dos temas principais dos discursos destes dois presidentes. Parece, pois, pela evidenciação dos dados detalhados, que estamos em condições de responder à nossa pergunta inicial e afirmar que os temas principais dos discursos dos presidentes Ramalho Eanes e Mário Soares contribuíram de forma inabalável para a construção do conceito de democracia em Portugal nos primórdios da III^{a} República Portuguesa.

A subcategoria "Projecto Democrático" permite-nos perceber que Ramalho Eanes utiliza o tema "Projeto Democrático" como *topos* central, desenvolvendo-o de forma contextualmente distinta nos primeiro e segundo mandatos: em 1976, coloca o enfoque naquilo que era a novidade que o próprio regime democrático trazia associado, como sejam os direitos e a liberdade dos cidadãos, bem como o normal funcionamento dos órgãos e das instituições do Estado, ao qual era intrínseco o significado histórico que tal marco assinalava, após várias décadas de sistema opressor; em 1981 desloca o seu enfoque para a consolidação da democracia: passados que estavam cinco anos de vivência no novo regime era agora altura de passar à estabilidade política e à consolidação da democracia. No discurso de Tomada de Posse (1976), Ramalho Eanes, numa linha que confronta democracia/ditadura, homenageia a liberdade que advém do momento histórico que então se vivia proveniente da revolução de abril:

> "ato de investidura (…) consagra a derrota das minorias que se opuseram as transformações políticas, económicas, sociais e culturais, agora traduzidas num projeto de vida coletiva baseado na justiça, na igualdade, no respeito pelas liberdades e no progresso partilhado por todos.";
>
> "compromisso solene de cumprir a constituição, não como um quadro de referência, mas como um projeto de vida coletiva" por oposição ao momento que entretanto havia ficado para trás, a ditadura feroz; "foi um duro e difícil caminho de resistências."

O sentido da palavra 'democracia' é metaforizado pelo uso da expressão 'projeto de vida coletiva', dando Ramalho Eanes ênfase às profundas alterações introduzidas pelo movimento dos capitães de abril no tecido sociopolítico português após anos de opressão:

> "foi um movimento de juventude e de renovação, enraizado nas lutas de meio século(…) ao iniciarmos um novo período na vida da nossa pátria, legitimamente constituídos os diversos órgãos de soberania que caracterizam um estado de direito, cabe aqui a evocação e a homenagem a quantos na resistência a ditadura."

Ramalho Eanes demonstra quais os objetivos da sua liderança, não se coibindo de utilizar expressões duras e frontais quando se refere aos opositores, por comparação a outras de encorajamento, motivação e esperança quando se refere aos desafios que o povo tem pela frente:

> "como presidente da República (…) assegurarei ao governo condições de autoridade e de eficácia que lhe permitam corresponder a esperança que é legítimo nele deposite um povo (…) temos de acabar com o sectarismo, a intolerância, a violência, o ódio; temos de acabar com os atentados, as perseguições, a agressividade nas relações entre as pessoas e os grupos."

No discurso da segunda Tomada de Posse (1981), Ramalho Eanes encara a sua reeleição como uma manifestação da anuência da população ao seu trabalho no primeiro mandato: "os significados políticos da reeleição assentam na minha acção política passada e no programa que apresentei ao país", vontade agora possível por se viver num regime livre e democrático, mas também porque a população tinha forte expectativa quanto ao caminho a percorrer em prol da implementação da democracia: "expressão clara da vontade do povo português em manter, sem rupturas, o processo democrático aberto em 25 de abril e reafirmado em 25 de novembro".

Para Ramalho Eanes a democracia pluralista devia assentar em valores políticos como sejam a liberdade, a justiça, a solidariedade social e a justiça, competindo ao presidente zelar pelo seu respeito enquanto "garante último da democracia e da unidade nacional", numa busca constante de pontes, diálogos e consensos "como factores de estabilidade e de coerência, de resolução dos conflitos". A democracia não existe sem a liberdade, tendo ambas surgido em oposição ao clima opressivo que anos antes imperava:

> "a liberdade é valor indiscutível que a democracia pluralista garante e que assegura a todos e sem exceção os direitos de livre expressão, de livre associação, de acesso real às oportunidades."

Por fim, convém relembrar que estamos no final da década de 80 do século passado, altura em que a comunicação social começa a adquirir um estatuto relevante, muitas vezes chamado de 'quarto poder', tendo Ramalho Eanes alertado para a sua relevância em Portugal "como veículo da máxima importância na formação de uma consciência e de uma vontade colectivas". Ramalho Eanes defende que este setor, bem como os seus profissionais, tem de ser independente, não estar sujeito a pressões ou lóbis, caso contrário "trai a sua responsabilidade democrática". Em relação ao mandato anterior, Ramalho Eanes reforça os seus objetivos, numa linha de continuidade onde a Democracia é entendida como aberta, participativa, conducente ao desenvolvimento, à solidariedade, à justiça, à igualdades, ou seja, aos valores do Estado de direito que devem ser a bandeira do progresso de Portugal.

Mário Soares utiliza o tema "Democracia" como *topos* central, desenvolvendo-o de forma contextualmente distinta nos primeiro e segundo mandatos: em 1986, recorre à problemática da estabilidade e do equilíbrio/isenção de poderes das instituições democráticas; e, em 1991, enfatiza a mudança que se impunha fruto do novo ciclo político e da consolidação da democracia. No discurso de Tomada de Posse (1986), Mário Soares justifica a sua legitimidade democrática: "sou o primeiro Presidente civil eleito", por oposição ao seu antecessor, escolhido do seio da estrutura militar. Ele entende ser o garante do equilíbrio entre as diferentes instituições democráticas, um "factor essencial de estabilidade, o natural mediador dos consensos possíveis", patenteando um certo pendor presidencialista que pretende trazer ao sistema. Estamos diante de uma nova realidade política e, com a consolidação da democracia, é imperioso o envolvimento de todos. Com este

propósito, evoca a identidade cultural portuguesa baseada, tradicionalmente, no cristianismo, e unindo-se aqui ao socialismo:

> "Queremos fazer de Portugal uma terra de gente livre e solidária. Uma terra de progresso, de prosperidade e de cultura (…) Façamos confiança à inteligência portuguesa — aos nossos professores, cientistas, técnicos, escritores, artistas."

No discurso da sua segunda Tomada de Posse (1991), Mário Soares demarca a área de atuação do Presidente, "garante que sou, por imperativo constitucional, do regular funcionamento das instituições democráticas, legitimadas pelo voto popular", contrapondo-a à atuação do governo "…o poder político, como qualquer poder, deve ser suscetível de contestação e de crítica…". A democracia também passa por uma clara separação de poderes e pela independência dos órgãos, mas, quando tal não é possível, "é aos Tribunais, independentes do poder político e do poder económico, que cumpre aplicar a lei e dirimir os conflitos", o que denota a preocupação em consolidar a democracia portuguesa, sobretudo por via da CEE/Europa. E Mário Soares dá-nos a sua visão de Portugal:

> "A modernização de Portugal — com todas as alterações profundíssimas que implica nas estruturas da Sociedade Civil e do Estado — é o nosso próximo objetivo (…) apesar do que em contrário disseram os velhos do Restelo — mas que implica sacrifícios e gera contradições, desequilíbrios sociais e mesmo conflitos."

Aqui a palavra de ordem é a mudança, onde Mário Soares, ideológico defensor da Europa, pretende assumir o "leme". Nessa medida, contraria o que anteriormente defendia relativamente ao papel de presidente como devendo reger-se pela isenção de poderes.

Em suma, o discurso presidencial usa estratégias retóricas específicas para mobilizar e cativar a população em torno da construção do projecto democrático e, para a construção da democracia em Portugal, contribuem de modo significativo as categorias democracia, inclusão, linguística e temas prioritários. Os Temas Prioritários (agenda) mostram a força de persuasão do líder pelo discurso (seja pela aparente fiabilidade no carácter do protagonista, seja pela disponibilidade dos seguidores se deixarem levar pela emoção)

Ramalho Eanes é o presidente que lidera todas as categorias bem como a maioria das subcategorias com exceção das subcategorias "direitos", "subordinação", "autorreferências", "dimensão Internacional", e "futuro". Ele repete várias vezes a mensagem ao longo dos dois mandatos, está distribuído no tempo. Mário Soares lidera a maioria dos discursos com as maiores ocorrências por categoria. Ele repete a mensagem várias vezes no mesmo discurso, concentra vocábulos em momentos específicos.

Ramalho Eanes lidera simultaneamente 12 categorias e os respectivos discursos de "responsabilidade", "órgão/instituição", "poder", "autoridade", "exercício da força", "identidade social", "acção-agressão", "ambivalência. Mário Soares lidera simultaneamente 5 categorias e os respectivos discursos de "direitos", "subordinação", "autorreferência" e "dimensão internacional".

Ramalho Eanes está inevitavelmente associado à Revolução de abril, à Democracia e à dimensão internacional (Europa/África), o que explica os enfoques em algumas temáticas como sejam o funcionamento da democracia, a importância da Assembleia da República e dos seus representantes (deputados) escolhidos pelo povo. Mário Soares tem essencialmente um tema de pano de fundo, o do processo de democratização: enaltece os órgãos e instituições, o percurso e avanços alcançados para depois, mais tarde, vir a colocar um conjunto de interrogações acerca do caminho que havia já sido percorrido. É possível concluir pelos resultados da pesquisa que Ramalho Eanes predomina na maioria das categorias e subcategorias, significando isto que ele contribuiu de forma mais ativa para a construção e consolidação do conceito de democracia e Portugal do que Mário Soares, o qual apenas se destaca nas categorias democracia (resultado acoplado) e negação, bem como na subcategoria futuro.

Concluímos reforçando a ideia de que para a construção do conceito de democracia em Portugal nos primórdios da III^{a} República Portuguesa houve um contributo direto dos Presidentes Ramalho Eanes e Mário Soares, provindo em parte dos discursos políticos, os quais são indissociáveis dos factores conjunturais que marcaram o seu contexto espácio-temporal.

Bibliografia

Amaral, D. F., (1995). O Antigo Regime e a Revolução – Memórias Políticas de 1941-1975, Lisboa: Ed. Círculo de Leitores.

Antunes, J. F. (2009). Os Americanos e Portugal, Vol. I, Os Anos de Richard Nixon, Lisboa: Publicações Dom Quixote

Arendt, H. (1988). Da Revolução (Trad. Fernando Vieira) Brasília: Fundação Universidade de Brasília, Ed. Ática.

Arendt, H. (2007). A Condição Humana. Trad. Roberto Raposo, 10ª Ed. Rio de Janeiro: Ed. Universitária.

Armingeon, K. and Careja, R. (2007). Comparative Data Set for 28 Post-communist Countries, 1989–2007. Bern: Institute of Political Science, University of Berne.

Avilez, M. J. (1996). Soares: Ditadura e Revolução. Lisboa: Ed. Círculo de Leitores.

Bardin, L. (2011). Análise de Conteúdo. Lisboa: Edições 70.

Bell, J., (1997). Como Realizar um Projecto de Investigação – um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação, Lisboa: Gradiva (1ª Ed. 1993).

Berelson. B. e Lazarsfeld, P.F. (1948). The Analysis of Communications Content. University of Chicago and Columbia University, Preliminary Draft, Chicago e Nova Iorque: Depois, B. Berelson (1952). Content Analysis in Communication Researh, Glencoe, III, The Free Press, 1952; e B. BERELSON (1954). Content Analysis em G. Lindzey. (ORG) Handbook of Social Psychology, Cambridge, Addison-Wesley Publishing Co

Bligh, M. C., Kohles, J. C., & Meindl, J. R. (2004b). Charting the language of leadership: A methodological investigation of President Bush and the crisis of 9/11. Journal of Applied Psychology, 83, 562−574.

Bord, R. J. (2011). Toward a Social-Psychological Theory of Charismatic Social Influence Processes. Pennsylvania State University, Social Forces, September, pp. 485-497.

Bourdieu, P. (1989). O Poder Simbólico. Lisboa: Editora Difel.

Brown, R. (2005). Acting Presidential – The Dramaturgy of Bush versus Kerry. American Behavioral Scientist, Vol. 49, n.º 1, September, 2005, pp. 78-91.

Burneau, T. (1986). Constituição: o caso de Portugal. In Lua Nova: Revista de Cultura e Política, Vol. 3, N.º 2, Dezembro, São Paulo. Retirado: Dezembro, 2, 2017 de http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451986000300012

Busher, A. B. (2006). Framing Hillary Clinton: A Content Analysis of the New York Times News Coverage of the 2000 New York: Senate Election, Communication Theses. Paper 10. Retirado: Novembro, 11, 2017 de

Calsamiglia, H. y Tusón, A. (1999). Las Cosas del decir. Manue de Analisis del discurso. Barcelona: Ariel.

Camurça, Z. Sá V. (1986). Carisma e Liderança no Contexto de Autoridade e Poder. Lima, Abdias. Capistrano, pp. 347-351.

Cárdenas, T. K. (2015). Uma Introdução ao Estudos e Análise de Discurso. In Tavares, Manuel e Richardson, Roberto (Org.) (2015). Metodologias Qualitativas: teoria e prática. Ed. CRV, pp 375-401

Carvalho, A. (2005). Representing the politics of the Greenhouse effect: discursive strategies in the British media. Critical Discourse Studies, Vol. 2, n.º 1 April 2005, pp. 1-29.

Castaño, D. (2015). Socialismo, Europa e Democracia – Transição e Integração Europeia: O Caso Português. In Relações Internacionais, Dezembro, pp. 9-24.

Charaudeau, P. (2015). Discurso político. Tradução de Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2. Ed. São Paulo: Contexto.

Chruszczewski, P. P. (2002). The Communicational Grammar of Political Discourse. Berlin: Logos.

Cialdini, R. B., & Trost, M. R. (1998). Social influence: Social norms, conformity and compliance. In D. Gilbert, S. T. Fiske, & G. Lindsey (Eds.), The handbook of social psychology (4th ed., Vol. 2, pp. 151–192). New York: Oxford Press.

Corbelt, E. (1971). Classical Rhetoric for the Modern Student. New York: Oxford University Press, p. XI.

Cremonese, D. & Correa, R. (2008). Participação e associações livres: os fundamentos da democracia em Tocqueville. Revista Espaço Acadêmico, (Nº 88), 4, Retirado: Setembro, 14, 2017 de http://www.espaçoacademico.co.br/088/88cremonese.pdf

Cremonese, D. (2013). Alexis de Tocqueville e os fundamentos cívicos da democracia na América'. Teoria e Pesquisa, Revista de Ciência Política América, Nº 23

Dahl, R. (2001). Que Instituições Políticas Requer a Democracia em Grande Escala. In Sobre a Democracia – Trad. Beatriz Sidou, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, Cap. 8, pp. 97-114.

Dahlgren, P. (2006), Doing citizenship The cultural origins of civic agency in the public sphere, European Journal of Cultural Studies, London: SAGE Publications.

Dayan, D. e Katz, E. (1999). A História em Directo - Os acontecimentos mediáticos na televisão, Col. Comunicação, Coimbra: Minerva.

Dias, I. (1994) Família e Discurso Político - Algumas Pistas de Análise

Dijk Dijk, V. (1997). What is Political Discourse Analysis. In Linguíistica Politica, Belgian Journal of Linguistics, Volume 11, Edição 1, Universiteit van Amsterdam, pp. 11-52.

Duarte, A. S. (1995). Salgueiro Maia – Um homem da Liberdade. Porto: Edições Asa/Círculo de Leitores.

Espírito Santo, P. (2007). Comunicação Política nos Discursos Presidenciais de Tomada de Posse: 1976-2006. In Communication Studies, n.º 2, pp. 185-215.

Espírito Santo, P. (2006). A Mensagem Política na Campanha das Eleições Presidenciais: Análise de Conteúdo dos Slogans entre 1976 e 2006'. In Comunicação & Cultura, n.º 2, pp. 83-101. Retirado: Março, 2, 2014 de http://www.bocc.ubi.pt/pag/santos-halia-comunicacao-politica-governo-portugal.pdf

Espírito Santo, P. (2008). Estudos de comunicação política Análise de conteúdo da mensagem na campanha e pós-campanha eleitoral nas eleições presidenciais, Lisboa: ISCSP.

Espírito Santo, P. (2009) 'A mensagem nas eleições presidenciais portuguesas: o ciclo de debates televisivos de 2006', in Communication Studies n.º 5: pp. 151-171.

Espírito Santo, P. e Figueiras, R. (2010). Comunicação Eleitoral. In Conceitos de Comunicação Política, Org. João Carlos Correia, Gil Batista e Paula Espírito Santo, Livros LabCom Books 200. Retirado: Janeiro, 4 , 2014 de www.livroslabcom.ubi.pt

Fairclough, N. (2001). Discurso e Mudança Social. Brasília: Universidade de Brasílai

Filipe, A. (2002). As Oposições Parlamentares em Portugal – Práticas e Intervenções (1976-2000). Lisboa: Editora Vega.

Fiol, C. M., Harris, D., & House, R. (1999). Charismatic leadership: Strategies for effecting social change. Leadership Quarterly,10, 449−482.

Fiske, S. T. (1998). Stereotyping, prejudice and discrimination. In D. Gilbert, S. Fiske, & G. Lindsey (Eds.), The handbook of social psychology (4th ed., Vol. 2, pp. 915–971). New York: McGraw-Hill.

Fonseca, A. M. (2014). Os partidos socialistas e as transições democráticas europeias – a transição portuguesa como lição para a revolução europeia de 1989. In Relações Internacionais, Setembro, Nº 43, pp 51-63.

Fortin, J. (2012). Measuring presidential powers: some pitfalls of aggregate measurement. International Political Science Review, 34 (i) Sage Publications, pp. 91-112.

Foucault, M. (1969). L'Archéologie du Savoir. Paris; Gallimard

Franco, L. (2008). A democracia e a Guerra. Relações Internacionais, Lisboa: Março, 17, pp. 135-140.

Franco, L. (2012). Pensar a Democracia com Tocqueville. Cascais: Ed. Princípia.

Freire, M. R. e Sousa, F. de (2004). Os Desafios da Democratização no Mundo Global. Retirado: Agosto, 15, 2016 de http://ces.uc.pt/pt/ces/pessoas/investigadoras-es/maria-raquel-freire/publicacoes/capitulos-em-livros

Friedland, W. (1964). For a Sociological Concept of Charisma. Volume 160 de Reprint series, University of North Carolina, pp. 18-26.

Friedmann, J. (1996). Empowerment: Uma Política de Desenvolvimento Alternativo, Lisboa, Editora Celta, (1ª Ed. 1992).

Frye T, H. JS and Tucker, J. (2000). Data base on political institutions in the post-communist world. Unpublished manuscript, New York: Columbia University.

Garrett, J. B. L. de Almeida (1985). Obra Política. Escritos do Vintismo (1820-1823). Vol. 6 de obras completas, Lisboa, Edição de Dias Costa, Estampa, pp. 293-298.

Gelman, A. & King, G. (1993). Why Are American Presidential Elections Campaign Polls So Variable When Votes Are So Predictable? British Journal of Political Science, 23: 409-51

Ghislandi M. A. (2007). Entre carisma e poder: a constituição de um território a partir do carisma de São Francisco de Assis. In: II Colóquio Nacional do NEER - 2007, Salvador. Retirado: Janeiro, 22, 2012 de http://pt.scribd.com/doc/55281687/A-RELACAO-ENTRE-CARISMA-E-PODER

Gibbs, Graham. (2009). Analise de Dados Qualitativos, Trad. Roberto Costa, Porto Alegre: Bookman

Giddens, A. (2004). Sociologia. Lisboa: Serviço de Educação e Bolsas/Fundação Calouste Gulbenkian.

Giménez, G. (1983). Poder, Estado y Discurso. México: UNAM. In Cárdenas, 2015.

Glaser, B., e Strauss, A.L. (1967). The Discovery of Grounded Theory. Strategies for Qualitative Research, Aldine Chicago.

Gorton, W. and Diles, J. (2001). Is political talk getting smarter? An analysis of presidential debates and the Flynn effect. Public Understanding of Science, 20 (5), Sage Publications, pp. 578-594.

Gravito, L. (2015) - ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – Divisão de Informação Legislativa Parlamentar; Folha Informativa | AR/DSDIC/DILP/20 Mocões de Censura – Confiança – Rejeição do Programa. Lisboa: Data da última publicação 15 de novembro de 2015

Greene, S. (2011). The Role of Character Assessments in Presidential Approval. American Politics Research, Vol. 29, n.º 2; March 2001, Sage Publications, pp. 196-210.

Gronbeck, B. & Wiese, D. (2005). The Repersonalization of Presidential Campaigning in 2004. Vol 49, nº 4, December 2005, Sage Publications, pp. 520-534.

Guerra, I. C. (2006). Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo. Sentidos e Formas de Uso. Cascais: Principia, pp. 61-87

Gugliano A. A. (2004). Democracia, participação e deliberação. Civitas – Revista de Ciências Sociais, V. 4. N. 2, jul.-dez., pp 257-283

Haslam, S. A., Platow, M. J., Turner, J. C., Reynolds, K. J., McGarty, P. J., Johnson, S., et al. (2001). Social identity and the romance of leadership: The importance of being seen to be 'doing it for us.' Group Processes and Intergroup Relations, 4, 191−205.

Herculano, A. (2012). 'Opúsculos', Ed Serrão, Joel, Lisboa: Livraria Bertrand, 1983, 2 volumes, Vol. I

Hoff, S. B. (1991). Saying No. America Politics Quarterly, Vol 19, nº 3, July, 1991, Sage Publications, Inc., pp 310-323.

Hogg, M. A., Hains, S. C., & Mason, I. (1998). Identification and leadership in small groups: Salience, frame of reference, and leader stereotypicality effects on leader evaluations. Journal of Personality and Social Psychology, 75, 1248−1263.

Holbrook, T. (1996). Reading the political tea leaves – A forecasting model of contemporary presidential elections. American Politics Quarterly, Vol. 24, nº 4, October, Sage Publications Inc., pp. 506-519.

Holbrook, T. M. (1996). Do campaigns matter? Thousand Oaks, CA: Sage. In Holbrook, 1996.

Holsti, O. R. (1969). Content Analysis for the Social Sciences and Humanities. Addison-Wesley Publishing Company, In Bardin (2011)

Horton, D., & Wohl, R. R. (1956). Mass communication and parasocial interaction: Observations on intimacy at a distance. Psychiatry, 19, 215-229. In Gronbeck & Wiese (2005).

Hosti, O. R., (1969). A computer analysis program for analysing attitudes: the measurement of qualities and performance. In Gerbner, G. (Org.) (1969). The analysis of communication content, developments in scientific theories and computer techniques, Nova Yorque: wiley. In Bardin (2011).

https://scholarworks.gsu.edu/communication_theses/10/

Iyengar, S.(1990). Framing responsibility for political issues: The case of poverty. Political Behavior, 12, pp. 19-40.

Janeira, A. L., A técnica de Análise de Conteúdo nas Ciências Sociais: Natureza e Aplicações. In, Revista Análise Social, Vol. IX (2.º), 1972 (n.º 34), pp. 370-399. p. 371

Jenkins, K. B. and Cos, G. (2010). A Time of change and Candidate's voice: pragmatism and rhetoric of inclusion in Barack Obama's 2008 Presidential Campaign, American Behavioural Scientist, Sage Publications, 54 (3) pp. 184-202.

Laperrière, A. (2008) A Teorização enraizada (Grounded Theory): Procedimento analítico e comparação com outras abordagens similares In AV - Trad. Ana

Cristina Nasser (2008) A Pesquisa Qualitativa – Enfoques epistemológicos e metodológicos, Rio de Janeiro, Ed. Vozes, pp. 353-385

Lapierre, J. W., Loewenstein, K. (1968). Political Power and the Governmental Process, University of Chicago Press, 1957.

Lewin, K. (1951). Field theory in social science. New York: Harper.

Lobo, M. C. (2005). Governar em Democracia. In Análise Social, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, pp. 656-661.

Lozano, J.; Peña-Marin, C.; Gonzalo, A. (1997). El Análisis del discurso Hacia una semiótica de la interacción textual. Madrid: Ed. Cátedra.

Maeda, K. & Nishikawa, M. (2006). Duration of Party Control in Parliamentary and Presidential Governments – a study of 65 democracies, 1950 to 1998. Vol. 39, n.º 3, April 2006, Sage Publications, pp. 352-374.

Martins, M. & M., Mª de Fátima (2005). 30 Anos de Democracia – retrospectiva das eleições para a Assembleia da república 1975-2005. Lisboa: Comissão Nacional de Eleições.

Martins, G. d 'O. (2004). Democracia Européia - A Audácia Necessária. In Desafios da Democratização no Mundo Global, Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, pp.193-204.

Maxwell, K. (1999). A Construção da Democracia em Portugal. Lisboa: Ed. Presença.

Mazzali, G. (2008). Retórica: de Aristóteles a Perelman. In Revista Direitos Fundamentais & Democracia, Vol. 4, UniBrasil - Faculdades Integradas do Brasil, Brasil.

Meddin, J. (1976). Human Nature and the Dialectics of Immanent Sociocultural Change, Southern Illinois University at Carbondale, Vol. 55, n.º 2, December 1976, pp. 382-393.

Mendes, P. (2004). A Dimensão Internacional da Transição Democrática em Portugal: a Influência da Europa. In Desafios da Democratização no Mundo Global, Porto: CEPESE e Edições Afrontamento, pp. 171-192.

Menezes, S. C., (1945). Suma Política, Porto: Edições Gama.

Milles, M.B., & Huberman, A.M. (1984). Qualitative Data Analysis – A sourcebook of New Methods. Beverly Hills (california): Sage (traduzido sob o título Analyse des données qualitatives: recueil de nouvelles méthodes (1991). Bruxelas: De Boeck

Miranda, J. (1994). A Eleição do Presidente da República de Portugal. Comunicação apresentada ao colóquio sobre sistemas de eleição presidencial, promovido pelo Centro de Análise Comparada de Sistemas Políticos da Universidade de Paris-I e que se efetuou em Paris, em abril de 1994. Polis, nº 2, janeiro-março 1995, pp. 29-50.

Miranda, J. (2007). A Originalidade e As Principais Características da Constituição Portuguesa. Questiones Constitucionales, Nº 16, enero-junio 2007, pp 253-280.

Morris, E. and Johnson, J. (2011). Strategic Maneuvering in the 2008 Presidential Debates. American Behavioral Scientist, Sage Publications, 55 (3), pp. 284-306.

Novais, J. R. (2010). O Sistema Semipresidencialista Português – Vol. II, Lisboa: Almedina.

Obras Completas de Aristóteles, Coordenação de António Pedro Mesquita, Vol III, Tomo I, Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa, Lisboa: INCM, 2005, Coleção: Biblioteca de Autores Clássicos. Prefácio e introdução de Manuel Alexandre Júnior. Tradução e notas de Manuel Alexandre Júnior, Paulo Farmhouse Alberto e Abel do Nascimento Pena.

Orlandi, E. P. (1999). Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos, Campinas, São Paulo: Pontes. In Shiroma, E., Campos, R. E Garcia, R. (2005). Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para análise de documentos. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 427-446, jul./dez. 2005.

Osgood, C. E. (1959). The representational model and relevant research methods. In Pool, I. de S. (Org.) Trends in content analysis. Urbana Univ. Of III Press.

Pearce, W. B., (2009). Remaking America: A self-portrait of a leader and of the changes he intends to make as revealed in a close analysis of Obama's inaugural address. Transforming Communication Project. In Jenkins and Cos (2011).

Perelman, C. and Olbrechts-Tyteca, L., (1983). Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique. Bruxelles: Editions de l'Université de Bruxelles.

Perelman, C. e Olbrechts-Tyteca, L., (2002). Tratado da Argumentação. Trad. Maria Ermentina Galvão. São Paulo: Martins Fontes.

Pinto, António Costa e Teixeira, Nuno Severino (eds.), 2005. A Europa do Sul e a Construção da União Europeia de 1945 aos anos 80, Lisboa: ICS.

Pires, Á. (1997). "Échantillonnage et Recherche Qualitative: Essai Théorique et Méthodologique". In Poupart e outros, La Recherche Qualitative, Enjeux et Épistémologiques, Gaetan Morin, Canadá, pp. 113-169.

Prindham, G. (2005). Designing Democracy: EU Enlargement and Regime Change in Post-Communist Europe, New York: Palgrave.

Putman, R. (2006). Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna. Trad. Luiz Alberto Monjardim (1996), Rio de Janeiro, Fundação Gertúlio Vargas. 5ª ed.

Quental, A., (2012). 'Prosas Sócio Políticas', Ed. Serrão, Joel, Lisboa: Imprensa Nacional, 1982, pp. 217-219.

Quivy, R.; Campenhoudt, L. V. (1992). Manual de investigação em Ciências Sociais. Lisboa: Gradiva.

Ramos, R. (2009) Cap. X - A Revolução de 25 de Abril e o Prec (1974-1976), História de Portugal, Coord. Rui Ramos, 8º Volume, (original de 1986), Lisboa: Ed. A Esfera dos Livros.

Ramos, R. (2012), Entre Revolução Política e Evolução Social: Uma História do conceito de democracia (Portugal, Século XIX), Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 167. In Ariadna Histórica. Lenguajes, concepts, metáforas, 1 (2012), pp 163-193. Retirado em abril, 3, 2016 de http://www.ehu.eus/ojs/index.php/Ariadna/article/view/6361/pdf

Ramos, R. (Coord.), Monteiro, N. G. e Sousa, B. V. (2009). Cap. X - A Revolução de 25 de Abril e o Prec (1974-1976). In História de Portugal, 2009, 8º Volume, Lisboa: Esfera dos Livros, pp. 43-83.

Reis, A. (Coord.), Almeida, J., Barreira, C., Carrilho, M., Correia, P., Firmino da Costa, A., et al. (1994). Portugal, 20 Anos de Democracia, Lisboa: Círculo de Leitores.

Ribeiro, F. P. (2011). Uma revolução democrática é sempre uma revolução inacabada – or – A Democratic revolution must Always remain unfinished. In Journal of Languages and Politics, John Benjamins Publishing Company, pp. 372-396

Ribeiro, H. (2013). Totalitarismo e Cosmovisão-Fechamentos da Bio, Revista Electrónica Literatura e Autoritarismo: Ideologia, violência e mito na literatura, Nº 22, Brasil. Retirado: dezembro, 12, 2017 de https://periodicos.ufsm.br/index.php/LA/article/view/10118

Rocha, Décio & Deusdará, Bruno (2005). Análise de Conteúdo e Análise de Discurso: aproximações e afastamentos na (re)construção de uma trajetória. In ALEA, Vol 7, N.º 2, Julho-Dezembro, 2005, pp. 305-322.

Rocha, M. C. (2005). Educação, género e poder: uma abordagem, política, sociológica e organizacional. Tese de doutoramento, Universidade do Minho. Retirado: Agosto, 2, 2017 de http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/4683

Rohling, M. (2015), A igualdade e a liberdade em Tocqueville: contribuições para o desenvolvimento da virtude cívica liberal e a tarefa político-pedagógica da democracia, Em Tese, Florianópolis, Vol. 12, n. 1, jan./jul., 2015. Pp 80-107. Reirado: Junho, 17, 2017 de https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/1806-5023.2015v12n1p80

Sá, V. de, (2012) Perspectivas, In Ramos, R. Entre Revolução Política e Evolução Social: Uma História do Conceito de Democracia (Portugal, Século XIX), Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, p. 179. Retirado: Março, 9, 2017 de http://www.ehu.eus/ojs/index.php/Ariadna/article/view/6361/pdf

Saillard, E. K. (2011). Systematic versus Interpretive Analysis With Two CAQDAS Packages: NVivo and Maxqda. Forum Qualitative Sozialforschung / Forum: Qualitative Social Research, 12(1), Art. 34. Retirado: Janeiro, 3, 2018 de http://nbn-resolving.de/urn:nbn:de:0114-fqs1101345

Salgado, S. (2005). A Comunicação do poder ou o poder da comunicação. In Media & Jornalismo (7), pp. 79-94.

Salgado, S. (2007). As Presidenciais de 2006: Reflexões sobre a interpretação da política nos jornais. In Estudo de Comunicação, ICS da Universidade de Lisboa, n.º1, pp. 232-249.

Salgado, S. (2010). Os Candidatos Presidenciais - construção de imagens e discursos nos media (2006), Coimbra: Ed. Minerva.

Santos, B. S. (Org.) (2004). A Fita do Tempo da Revolução. A Noite Que Mudou Portugal. Amadeu Garcia dos Santos, José Eduardo Sanches Osório, Nuno Fisher Lopes Pires, Otelo Saraiva de Carvalho, Vítor Crespo, Porto: Edições Afrontamento.

Schnapper, Dominique (2000). A Compreensão Sociológica. Lisboa: Gradiva

Schonfelder, W. (2011). CAQDAS and qualitative syllogism logic – NVivo 8 and Maxqda 10 compared. Forum: Qualitative Social Research, 12(1), art. 21.

Schonhardt-Bailey, C. & Yager, E. (2009). The rhetoric of presidents and prime ministers: a textual analysis of Ronald Reagan's and Margaret Thatcher's speeches. London: London School of Economics and Political Science. Retirado: Janeiro, 7. 2014 de http://eprints.lse.ac.uk/39086/

Seabra, Z.(2007). Foi Assim, Lisboa: Alêtheia Editores, p. 217.

Serrano, E. (2000). O aparelho comunicacional do Presidente da República: a presidência aberta como estratégia de comunicação. Lisboa: Tese mestrado Ciências da Comunicação, Universidade Nova Lisboa.

Serrano, E. (2002) As presidências abertas de Mário Soares: As estratégias e o aparelho de comunicação do Presidente da República. Coimbra: Minerva.

Serrano, E. (2005). Para um estudo do jornalismo em Portugal, (1976-2001): padrões jornalísticos na cobertura de eleições presidenciaia. Tese doutoramento Sociologia. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.

Serrano, E. (2006). Jornalismo político em Portugal: A cobertura de eleições presidenciais na imprensa e na televisão (1976-2001). Lisboa: Colibri.

Seyranian, V. and Bligh, M. (2008). Presidential charismatic leadership: Exploring the Rhetoric of social change in School of Behavioural and Organizational Sciences. Claremont Graduate University, Claremont, USA The Leadership Quarterly 19, pp. 54-76.

Shiroma, E. O.; Campos, R. F. e Garcia, R. Mª C. (2005). Decifrar textos para compreender a política: subsídios teórico-metodológicos para a análise de documentos. In Perspectiva, Florianópolis, v. 23, nº 02, p. 427-446, jul/dez 2005.

Shugart, MS and Carey, JM (1992). Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics. Cambridge: Cambridge University Press.

Sigelman, L. and Miller, L. (1978). Understanding Presidential Rhetoric – The Vietnam Statements of Lyndon Johnson. Communication Research, Vol. 5, n.º 1., January, 1978, Sage Publications, pp. 25-56.

Silva, D. E. G. e Ramalho, V. (2008). Reflexões para uma abordagem crítica dos gêneros discursivos. In Revista Latinoamericana de estudios del discurso, v. 8, n.º 1, pp. 19-40, 2008.

Soares, M. (1991). Presidência Aberta, Editorial Inquérito

Soares, Mário (2011). Mário Soares um político assume-se. Ensaio autobiográfico político e ideológico. 1ª Ed., Lisboa: Círculo de Leitores.

Sousa, M. R. (2000). A Revolução e o Nascimento do PPD, Vol. I, Lisboa: Bertrand

Stirn, F. (2006). Compreender Aristóteles. Trad. Ephraim f. Alves. Petrópolis: Vozes In Mazzali (2008).

Stuart, M. J. (1958). Considerations on Representative Government [1861], Nova York, Liberal Arts Press, p. 55.

Styles, R. (2006). President Bush and Hurricane Katrina: A Presidential Leadership Study. The ANNALS of the American Academy, AAPSS, 604, March, Sage Publications, pp. 26-56.

Tajfel, H. (1981). Human groups and social categories. Cambridge: Cambridge University Press.

Tavares, Isabel (2017). Ramalho Eanes O Último General. 1ª Ed., Lisboa, Ed. Dom Quixote.

Teles, T. (2017). Discurso, Análise do Discurso e Discurso Político: ponderações conceituais, Macapá, v. 7, n. 1, p. 33-48, jan./abr. 2017. Acedido 1/12/2017. Disponível

Tocqueville, A. (2000). A democracia na América: sentimentos e opiniões: de uma profusão de sentimentos e opiniões que o estado social democrático fez nascer entre os americanos. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, (Paidéia),

Turner, J. C. (1981). The experimental social psychology of intergroup behavior. In J. C. Turner & H. Giles (Eds.), Intergroup behavior (pp. 66−101). Oxford: Blackwell.

Varela, R. (2012).”Um dois, três MFA..” o Movimento das Forças Armadas na Revolução dos Cravos – do prestígio à crise. Revista Brasileira de História de São Paulo, V. 32, Nº 63, S. Paulo pp. 403-425.

Vieira, J. (2000a). Portugal Século XX – Crónica em Imagens 1970-1980. Lisboa: Círculo de Leitores.

Vieira, J. (2000b). Portugal Século XX – Crónica em Imagens 1980-1990. Lisboa: Círculo de Leitores.

Villalobos, P. Estructuras de Poder Max Weber, Jurídica – Anuário, pp. 894-904.

Weber, M. (1922). Três Tipos Puros de Poder Legítimo, Tradução de Artur Morão, www.lusofonia.pt - nota Tradução de Artur Morão. O ensaio, encontrado no

espólio do autor, foi postumamente publicado por Marianne Weber nos Preußischen Jahrbücher, Vol. CLXXXVII, 1922, pp. 1-12, com o subtítulo: Um estudo sociológico.

Weber, M. (1983) Fundamentos da Sociologia. 2ª Ed. Porto: Ed. Rés.

Weber, M. (2000) A Política como Profissão. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.

Weber, M. in Cruz, M. Braga (1995) Teorias Sociológicas. Vol I. Lisboa: Ed. Fundação Calouste Gulbenkian.

Wlodarek, L. (2010). George W. Bush's war on terror from a political discourse perspective. Styles of Communication, 2(1), pp. 140-175. Retirado: Novembro, 2, 2017 de http://journals.univ-danubius.ro/index.php/communication/article/view/742

Wodak, R. & Meyer, M. (Eds.), (2001). Methods of critical discourse analysis. London: Sage, pp. 14-31; 63-94.

Z. Zagar, Igor. (2010). Topoi in Critical Discourse Analysis. Lodz Papers in Pragmatics. 6. 3-27. 10.2478/v10016-010-0002-1

Apêndice

RAMALHO EANES

DISCURSO DE ANO NOVO – 1977

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPUBLICA AOS PORTUGUESES - 1 JAN DE 1977

Portugueses:

Ao iniciarmos mais um ano na História quase milenária do nosso país, dirijo ao povo português uma mensagem que, sendo um voto de felicidade e de progresso, é também uma palavra de verdade e de mobilização para as tarefas imediatas.

Entramos em 1977 com as instituições que nos regem plenamente constituídas e democraticamente legitimadas. Não há mais razões para adiarmos a solução dos problemas de fundo. Todos pressentimos que quanto mais se adiarem as soluções ajustadas mais pesados virão a ser os sacrifícios, mais violento será o exercício da autoridade, mais demorada será a recuperação.

Os órgãos e as instituições têm agora a responsabilidade de mostrar, pelo seu exercício, que estão à altura da confiança popular e do desafio que aceitaram. O Presidente da República assegura o seu total empenhamento e o seu poder de intervenção para que se não criem obstáculos artificiais ao seu funcionamento.

Ou vencemos a crise ou ela nos vencerá

Chegou a hora da reconciliação e do arranque. A democracia tem hoje uma direcção e um significado concretos: relançar a produção, aumentar o trabalho, dominar a crise.

É agora que a prática da democracia tem que surgir claramente como a única defesa real e segura dos Portugueses e dos ideais mais profundos da vivência democrática.

Não temos atenuantes, não temos desculpas: ou vencemos a crise ou ela nos vencerá. Aqui se jogam os direitos de cidadania arduamente conquistados, a qualidade de vida e o futuro em liberdade de todos os portugueses. Será na resolução da crise que assumirão toda a sua extensão, duma maneira duradoura, os benefícios reais da revolução.

Vencemos uma batalha. Derrotámos as ditaduras, que eram o principal inimigo. Mas a vitória que obtivemos só em parte corresponde ao ideal da revolução. Conquistámos a liberdade política. Mas a liberdade real só a teremos quando todos os portugueses puderem viver, fraternalmente, o projecto colectivo, sem receio da opressão, e com esperança no futuro.

A recuperação do País tem porém um preço: trabalho, competência, justiça — não como condições hierarquizadas e sucessivas mas como exigências simultâneas e niveladas.

Nas áreas sensíveis da vida portuguesa têm vindo a acentuar-se dificuldades. Umas derivam da própria natureza das transformações sociais e económicas; outras da ambição do poder de grupos totalitários no seu frenesi de dominar o País; outras ainda da inexperiência de muitos. Para além de todas, convém não esquecer as difíceis condições donde partiu. É uma ironia e um ultraje aos ideais de Abril e de quantos se batem pela liberdade e pelo progresso que já não se possa falar da herança do anterior regime sem um sorriso indulgente. Não vale a pena evocar o passado senão para tirarmos dele ensinamentos. Porque se trata de construir o futuro, olhemos em frente. Temos problemas mas está ao nosso alcance resolvê-los.

Não nos faltam recursos naturais nem humanos: outros países, mais pobres do que nós, conseguiram rapidamente atingir níveis de desenvolvimento que hoje nos ultrapassam. Tudo dependerá portanto do nosso trabalho, do nosso esforço, da nossa capa- cidade de organizar o País.

Aos interesses demagógicos de alguns opõem-se as necessidades de todos

Condição de partida é que os órgãos do poder sejam fiéis ao seu mandato, cumpram prontamente as suas missões e sirvam, acima de tudo, o País.

A prática política das diversas instituições não pode isolar-se da situação concreta que atravessamos nem perder de vista os objectivos que pretendemos atingir. A política é um serviço e uma missão nacional. Exige dedicação, sacrifício, competência, disciplina.

O exercício da democracia não admite a desculpa dos obstáculos, das pressões de grupo ou de par- tidos porque os órgãos livremente eleitos respondem apenas perante o País, na sua totalidade. A sua responsabilidade é nacional, a sua prática só pode ser patriótica.

A experiência colhida já no funcionamento dos órgãos constitucionais imporá, por certo, que se proceda a uma reflexão sobre a sua actividade e se façam os ajustamentos necessários a dotá-los da operacionalidade, eficiência e rapidez que a situação exige.

Esta é uma prática normal em qualquer Estado democrático e uma das suas respostas perante

as situações de crise.

Tão importante como a actividade de cada órgão é o seu funcionamento articulado. Há por isso que repensar todo o sistema de relações entre as forças e os órgãos políticos. Quando estão em causa valores fundamentais as responsabilidades são iguais qualquer que seja o posicionamento das forças políticas quanto aos órgãos de poder.

A Constituição apresenta um quadro suficiente para adoptar em cada momento a solução capaz de conciliar o jogo democrático e a justiça social com a necessidade de relançar a economia e resolver os problemas. É certo que não podemos aprovar a impaciência, que quase se confunde com desespero, quanto à solução de certos problemas mas tão-pouco se podem eternizar soluções que não provem ser eficazes e não vão direitas às ver- dadeiras dificuldades que o País tem de vencer.

As instituições democráticas exercitam-se na democracia. Aos interesses demagógicos de alguns opõem-se as necessidades de todos.

E aqueles que se afastem dos princípios democráticos não merecem nem a democracia, nem o respeito do povo, nem a ordem constitucional, e terão de ser tratados como seus inimigos, sem tibiezas e sem hesitações.

Há que separar o trigo do joio — há que salvar a seara.

Desagravar progressivamente o nosso endividamento e dependência do exterior

Temos com urgência de criar os nossos próprios mecanismos de financiamento a fim de desagravar progressivamente o nosso endividamento e dependência do exterior. Este é o verdadeiro caminho da independência nacional, ameaçada por quantos, em seu nome, ultrajaram os nossos valores e delapidaram as nossas reservas. Só com a reorganização do nosso sistema produtivo, só com a aceitação e prática de esquemas globais de austeridade, só com a participação activa dos trabalhadores, a todos os níveis, na produção nacional conseguiremos minorar uma mais que certa degradação da nossa qualidade de vida, com os consequentes prejuízos na harmonia social e política.

A reconciliação dos portugueses consigo próprios e com a sua história passa também pela eliminação dos complexos africanos e pelo restabelecimento de relações baseadas em interesse mútuo e que salvaguardem os justos interesses da nação portuguesa. O trabalho que fizemos nesses territórios não nos envergonha.

Os erros de conjuntura da nossa acção fora da Europa não afectaram os valores essenciais da nossa projecção ecuménica. Teremos de concretizar permanentemente esses valores nas

futuras relações com os povos de língua portuguesa e com os nossos compatriotas espalhados pelas Américas, pelo Oriente, pela África e pela Europa.

Vamos criar condicionalismos que responsabilizem aqueles que não quiserem contribuir com o seu esforço para a recuperação do País. Temos que valorizar socialmente e incentivar em meios materiais aqueles que mais contribuem com o seu esforço e o seu trabalho, que não viram a cara às responsabilidades. O nivelamento pela mediocridade tem de acabar rapidamente; como há também que pôr fim à exploração das empresas e das repartições por uma nova casta de parasitas disfarçados de revolução.

O restabelecimento do investimento pressupõe o encerramento do contencioso das indemnizações e a definição clara do papel que cabe aos que investem. Não basta que o Estado se substitua aos cidadãos na poupança. É também necessário que sejam criados os estímulos e incentivos para que cada um renuncie voluntariamente ao consumo para a reconstrução do País.

É inadiável o funcionamento normal das escolas, o que exige o restabelecimento, a todos os níveis, das condições para o estudo aplicado e tranquilo, da competência e isenção dos docentes.

A Nação não aceita compreender que a lei e a autoridade democráticas sejam desrespeitadas, comprometendo-se a função social do ensino, por acção insurreccional de alguns, demissão de outros e apatia de muitos. Impõe-no o esforço que o País realiza. Exigem-no a multidão dos jovens que honestamente procuram nas escolas os instrumentos do futuro. Os órgãos de soberania assumirão as responsabilidades que a sua origem democrática lhes impõe.

A solução dos problemas passa ainda pelo reforço do prestígio da autoridade do Estado, pela definição clara dos domínios em que a sua intervenção é prioritária. Intervindo, é necessário que seja eficaz na solução dos problemas e que não constitua um encargo adicional para a comunidade. Esse reforço assenta na eliminação dos resíduos de poderes paralelos que ainda persistem em algumas áreas e sectores. Essa eficácia depende, em larga medida, duma profunda e urgente reforma das estruturas do aparelho de Estado e das carreiras do funcionalismo, salvaguardando os funcionários de se considerarem ou serem considerados servidores dum governo ou agentes dum partido.

O quotidiano dos cidadãos começa a ser invadido de angústia pelo preocupante fenómeno da criminalidade. Serão tomadas, se necessário, medidas de emergência de forma a encontrar a resposta adequada.

A lei que não permite um combate eficaz a qualquer tipo de delinquência perde a razão de

ser, volta-se contra o verdadeiro cidadão e corrói o tecido social.

Temos diante de nós um conjunto de tarefas que merece o consenso nacional

Portugueses:

As dificuldades que nos esperam constituem um desafio histórico à nossa capacidade colectiva, que a todos respeita e a todos responsabiliza.

Temos diante de nós um conjunto de tarefas que merece o consenso nacional. Não se podem sacrificar as opções partidárias legítimas, mas também seria inaceitável estimular cisões que, neste momento, poderiam conduzir a sociedade portuguesa a conflitos de consequências imprevisíveis.

O ideal do progresso de cada indivíduo ou organização tem de confrontar-se com a avaliação pragmática do possível e do realizável, sem a opressão dos fracos pelos poderosos e sem abandono dos valores fundamentais do homem.

A natural condição dos Portugueses tem de ser cada vez menos a de proclamar grandes efeitos e cada vez mais a de realizar coisas dignas de memória.

Somos um povo que tomou nas próprias mãos o destino. Estou certo de que os Portugueses partilham comigo a convicção de que enfrentamos objectivos difíceis. Mas são objectivos pelos quais vale a pena lutar e que somos capazes de atingir.

O programa que o futuro nos oferece está à vista: pelo trabalho sério de todos uma sociedade justa.

RAMALHO EANES

DISCURSO DE ANO NOVO – 1986

MENSAGEM DE ANO NOVO - 1 JAN 1986

O Ano de 1985 esteve longe de ser um bom Ano para Portugal e para os portugueses.

Por diversas vezes, bateram-nos à porta a adversidade e mesmo a tragédia.

Foi o flagelo dos incêndios, que devastaram riqueza e ceifaram vidas, nomeadamente entre os abnegados soldados da paz que os combatem.

Foi o horror do desastre ferroviário de Alcafache.

Foi a persistência de situações de injustiça social grave, como a dos salários em atraso, a aumento do desemprego, a quebra do nível de vida, o agravamento da situação dos idosos e a desesperança dos jovens face às dificuldades no acesso ao ensino, ao emprego e à habitação.

Foram, e são, as dificuldades que embaraçam a iniciativa e a acção de tantos empresários, decorrentes de uma continuada recessão económica.

Foi ainda a falta de estabilidade governativa, o acumular de tensões que degeneraram em crise política e conduziram à inevitabilidade da convocação de eleições legislativas antecipadas.

Estes factos, que constituem motivo sério de preocupação, de tristeza ou de luto, não podem, no entanto, deixar-nos prisioneiros de cepticismo ou de quaisquer sentimentos derrotistas, neste momento em que abordamos um Ano Novo.

Devem, pelo contrário, tornar-nos mais solidários, mais rigorosos, mais exigentes.

Ser mais solidários, mais rigorosos e mais exigentes, é assumir uma responsabilidade acrescida perante nós próprios, e cada um perante os outros. É reconhecer que o presente é já mais futuro do que passado, ou, como diz o poeta, que "a própria vida não abdicou, e que é preciso ser-lhe fiel, acompanhando-a na sua esperança".

É ainda saber que não tem qualquer projecto positivo a solução cómoda e demissionista de culpabilidade de modo generalizado a classe política, e que a responsabilidade de cada um de nós deixa de existir só pelo facto de não ser assumida.

É nestes termos que nos compete ser mais solidários, mais rigorosos e mais exigentes, em cada terreno onde se exerça a nossa actividade, em cada momento em que se pronuncie a nossa decisão, perante cada instituição que anime ou organize a nossa vida colectiva.

Mais solidários, mais rigorosos e mais exigentes:

- Perante os modos de exercer a actividade política, elevando-os acima dos sectarismos, da arrogância e de tentação clientelista, para que cumpram eficazmente as suas verdadeiras funções;

- Perante o Governo e a acção governativa, e de igual forma perante os outros Órgãos de Soberania e demais instituições que enformam a nossa vida democrática, no sentido de garantir a indispensável estabilidade, sem a qual não há desenvolvimento nem solução de problemas;

- Na escolha dos responsáveis que devem assumir as diversas funções de condução da vida colectiva, sabendo promover a esses postos a inteligência, a honestidade e a capacidade e determinação democráticas, para que o poder se não subtraia aos governados, nem estes à legítima acção do poder.

Sabemos todos que, na vida dos povos, tanto ou mais que na vida de cada indivíduo, nada está adquirido de modo definitivo ou imutável. Tudo é feito, desfeito ou refeito diariamente, pela afirmação ou pela falta de vontade dos seus filhos.

De nós próprios, portanto, e só de nós, dependem a confiança e a vontade que podem actuar sobre o nosso futuro colectivo. Cabe-nos assumir essa confiança e empenhar essa vontade, reconhecendo que existem condições, todas as condições essenciais para que tenhamos sucesso.

Na verdade, dispomos de uma já longa experiência, recolhida ao longo destes dez anos de prática democrática, que nos permite distinguir o que é inviável daquilo que é razoável e ajustado à vontade dos portugueses.

Esta experiência demonstrou, também, que na sociedade portuguesa são maiores as razões de convergência do que os motivos de confrontação. O comportamento equilibrado e responsável das várias forças sociais permitiu condições de estabilidade e contribuiu mesmo para uma certa recuperação financeira.

Em 1985 tiveram lugar eleições legislativas e autárquicas que constituíram, apesar das elevadas taxas de abstenção, prova irrefutável da nossa maturidade democrática.

Completaram-se, também, as negociações com a CEE, e somos, a partir de hoje, Membros de pleno direito desta vasta Comunidade de povos, de economias e de projecto.

No quadro externo, desenvolvemos uma acção política consonante com a concepção aberta e solidária que temos das relações com os nossos Aliados, da defesa do equilíbrio e da promoção da justiça na Ordem Internacional.

Consolidámos também o relacionamento fraterno e mutuamente vantajoso com vários países africanos, em especial com os que são de expressão oficial portuguesa. Este facto, e a nossa adesão às Comunidades Europeias, criam juntamente condições que melhor permitem também defender os interesses dos nossos emigrantes, na Europa como na África.

PORTUGUESES:

Não podemos negar que vão ser muitas, e grandes, as...

Se assim acontecer, não será difícil mobilizar os portugueses, e em especial a sua juventude. Para o conseguir bastará – mas será necessário – demonstrar-lhe que o exercício do poder é, efectivamente, a marcha responsável do país na direcção de metas pré-fixadas, fiscalizáveis e fiscalizadas, sempre identificáveis com a liberdade, a justiça, a verdade e a fraternidade, o bem-estar para todos e para cada um.

PORTUGUESES:

O futuro do nosso País, o futuro de cada um de nós, dependem da vontade responsável de todos os portugueses.

Desejar tem de ser hoje, para nós, mais do que um voto vago, mais do que esperar: desejar tem de ser querer.

Que 1986 seja um Ano em que, com determinação colectiva, com optimismo consciente, os portugueses se empenhem na construção do seu futuro.

Um Ano em que demonstrem a efectiva solidariedade que os une, e que é uma das razões da sua existência como Nação espalhada pelo Mundo.

Nesta minha última mensagem de Ano Novo, na qualidade de Presidente da República, gostaria de fazer chegar a cada um de vós, e muito em especial aos que sofreram os lutos, as tragédias e as carências do Ano findo, o meu desejo, do fundo do coração, de que 1986 seja, realmente, um Ano bom, um Ano que vos traga mais felicidade pessoal e familiar, melhores oportunidades, mais segurança no presente e mais esperança no futuro.

É este o meu voto para todos os portugueses.

É esta também, perante todos, a minha responsabilidade e a minha empenhada preocupação.

MÁRIO SOARES

DISCURSO DE ANO NOVO – 1981

CONFIAR EM NÓS PRÓPRIOS[45] *

Dando cumprimento a uma velha tradição — que, para mim, constitui um gratíssimo dever — dirijo a todos os portugueses, sem excepção e onde quer que se encontrem, esta mensagem de Ano Novo, que gostaria fosse entendida como de confiança plena no nosso futuro colectivo, apresentando-vos, ao mesmo tempo, os meus sinceros votos de felicidade pessoal e de bem-estar.

Somos um Povo consciente da sua história multissecular, que tem sabido assumir a identidade da sua cultura, presente, aliás, nos qua- tro cantos do Mundo. Teremos agora de procurar vencer os desafios do tempo e de entrar no terceiro milénio com uma renovada atitude de confiança nas nossas capacidades nacionais.

Desde Abril de 1974, com acertos e desacertos, mas avançando sempre, ultrapassando inevitáveis contradições e inúmeras dificuldades, estamos a construir uma sociedade aberta, solidária e de progresso. Cometeram-se erros que não voltaremos a repetir. Mas os profetas da desgraça — e tantos houve — não tiveram, felizmente, razão nas suas negras profecias. Tornámo-nos cidadãos de uma pátria livre. Em todas as circunstâncias, ao longo dos anos, foi possível preservar o essencial: a paz e a convivência cívica entre portugueses.

Somos hoje um país coeso, que sabe o que quer, com fone sentido da unidade nacional, dotado de instituições democráticas que funcionam, orgulhosos das autonomias regionais e da pujança do poder local, ao serviço das populações.

Estão assim criados os pressupostos básicos para que possamos adoptar, por forma tanto quanto possível consensual, uma estratégia nacional de desenvolvimento capaz de proporcionar a todos os portugueses maior igualdade de oportunidades, maior bem-estar, mais justiça social.

Serenamente, estamos a viver uma fase nova da nossa história. A integração europeia de

[45] Mensagem de Ano Novo dirigida aos Portugueses em 1 de Janeiro de 1987, a partir da ilha da Madeira

Portugal — que hoje completa um ano — obriga-nos a grandes mudanças qualitativas, a grandes reformas, a começar pela das mentalidades, e a acelerar o desenvolvimento, ao mesmo tempo que nos abre novos e insuspeitados horizontes como Nação.

Encarada como realismo, ousadia e sentido da responsabilidade, a integração na Comunidade Europeia representa ***a oportunidade*** para nos reencontrar-mos com o melhor da nossa tradição, reinserindo-nos no espaço geográfico, cultural e político a que pertencemos, ao mesmo tempo que nos força a acenar o passo, definitivamente, com a modernidade científica, cultural e tecnológica.

Contudo, teremos de saber sacudir rotinas, bloqueamentos, velhos imobilismos. Não podemos continuar a pensar que os outros farão o que só a nós compete empreender e inovar. Não podemos desperdiçar, como por vezes tem acontecido, ocasiões e ajudas que espontaneamente se nos oferecem. A integração europeia responsabiliza todos os portugueses. Tem de ser encarada como uma verdadeira ***opção nacional.***

O nosso destino europeu não é, porém, contraditório com a nossa vocação atlântica e africana. Bem pelo contrário: é complementar. O relacionamento com os países africanos que falam a nossa língua — e com o Brasil, país irmão — conhece novas e fecundas perspectivas, abertas precisamente por sermos membros de pleno direito da Comunidade Europeia.

Em 1986, mercê de uma conjuntura económica internacional particularmente favorável e da iniciativa dos sectores mais dinâmicos da sociedade portuguesa, foi possível dar passos importantes na recuperação da nossa economia. Para tanto contribuíram também as medidas de estabilização financeira assumidas, corajosamente, num passado recente e o normal relacionamento institucional, que durante o ano que ora termina se estabeleceu.

Chegou, assim, o momento de podermos olhar, com olhos de ver, para os portugueses que mais sofrem as consequências de um atraso de décadas, a fim de lhes garantir, finalmente, a solidariedade e a justiça social a que têm direito numa sociedade moderna, desenvolvida e de liberdade.

Lutar contra a pobreza, erradicar o subdesenvolvimento, a ignorância e as doenças causadas pela desnutrição ou por más condições de higiene, garantir a segurança do emprego e dos salários, acabar com a exploração dos menores, dar às crianças, a todas as crianças, e aos idosos, aquele mínimo de conforto e de segurança a que têm direito, é um desafio tremendo que o Estado e os Portugueses, solidariamente, não mais poderão adiar. E um combate decisivo, irrecusável, urgente, para que têm de ser mobilizadas todas as energias nacionais.

1987 terá de ser o ano da confiança em nós próprios, nos nossos recursos, na vitalidade das nossas instituições. O ano que hoje começa dar-nos-á a oportunidade de aperfeiçoar o nosso sistema político- -constitucional, nos termos previstos na Constituição, de expandir e modernizar a nossa economia e de reformar, por forma gradual, a sociedade e o Estado. Não podemos desperdiçar uma tal oportunidade, quer mantendo situações de injustificável estagnação, quer provocando artificialmente crises, cujas consequências serão dificilmente controláveis. Saibamos encontrar, para tanto, com persistência, bom senso e coragem, os consensos necessários!

Confiar em Portugal significa, antes de mais, apostar na juventude, investindo prioritariamente na sua formação e oferecendo-lhe condições de plena realização e de sucesso.

Significa, igualmente, apostar na inteligência portuguesa, sem medo nem complexos. Reconheçamos o dinamismo e a pujança da nossa cultura actual — das artes às ciências, da literatura à investigação, da técnica ao mundo do desporto. A liberdade tem sido criadora, mas, só por si, não basta. E necessário o estímulo de incentivos e meios suficientes postos à disposição dos criadores, com lucidez, coragem e sem discriminações. Não há investimento mais compensador!

O mundo contemporâneo conhece uma mutação sem precedentes. Portugal, nos seus melhores momentos, sempre soube decifrar os sinais do tempo novo. Mais uma vez o fará. Cabe-lhe, de resto, um papel mais importante do que acaso muitos supõem na construção desse mundo que se anuncia e que desejamos mais justo e mais humano.

A voz de Portugal, que não pode ser suspeita de preocupações hegemónicas, é ouvida e respeitada hoje no Mundo. Não o esqueça- mos. Saibamos, pois, aproveitar esta situação — a que a Revolução de Abril veio conferir inegável realce — para ter uma presença cada vez mais activa na cena internacional, defendendo, sem temor e com independência, as grandes causas: os direitos humanos, o diálogo entre os povos, a defesa do ambiente, o equilíbrio ecológico, uma ordem económica mais justa, a paz.

Incito-vos a que juntos, solidariamente, contribuamos para que Portugal, terra de liberdade e de paz, seja também um lugar seguro, de convivência fraterna, de bem-estar para todos e, sobretudo, um lugar de criatividade, de inovação e de esperança.

Desta bela ilha, a Madeira, onde repercute a voz portuguesa, vinda do fundo do tempo, no encontro da terra e do mar, desejo-vos a todos, Portugueses, amigos, um Bom Ano!

MÁRIO SOARES

DISCURSO DE ANO NOVO – 1996

MENSAGEM ANO NOVO 1996

CONFIANÇA NO POVO PORTUGUÊS[46]

Uma vez mais, como é da tradição, venho, neste dia primeiro do ano, desejar Boas-Festas e Feliz Ano Novo a todos os Portugueses, onde quer que se encontrem. Englobo nestes votos, que não são for- mais, mas antes muito sinceros, todos aqueles que não sendo Portugueses, se exprimem na nossa língua comum e todos os cidadãos estrangeiros, que aqui vivem e trabalham, e que muito gostaria considerassem Portugal como sua terra de adopção.

Portugal, todos o sabem, tem dificuldades e problemas vários, alguns sérios — que importa encarar, com urgência e com vontade política de, progressivamente, os ir resolvendo — como, aliás, acontece, em menor ou maior grau, aos outros Países nossos parceiros na União Europeia, para já não falar dos do resto do Mundo. Mas é hoje uma terra de paz, de concórdia, de convívio tolerante e de liberdade — bens preciosos em qualquer Nação — onde existe uma sensibilidade efectiva aos direitos humanos, o que não significa que não se verifiquem ainda, em algumas áreas, situações de grande injustiça. Por outro lado, de uma maneira geral, os responsáveis políticos valo- rizam as questões tão importantes da solidariedade, quer em relação às pessoas — com destaque para os mais pobres, os idosos, os enfermos e, sobretudo, as crianças — quer no que se refere às diferentes regiões do País e às suas assimetrias.

Nos termos da lei e nos prazos normais, previstos na Constituição, realizámos eleições legislativas, em Outubro último, em virtude das quais se deu uma mudança de maioria e de Governo. O Povo exprimiu ordeiramente a sua vontade, que foi respeitada. Tudo se passou com assinalável tranquilidade, no acatamento geral das regras da democracia e com o maior civismo. O que demonstra a maturidade política portuguesa. Permito-me salientar-vos este aspecto, tão decisivamente importante, pois que um Povo, com tal maturidade e coesão, é capaz de equacionar, debater e resolver — em paz, liberdade e sem qualquer receio do futuro

[46] Mensagem de Ano Novo dirigida aos Portugueses, através da televisão e da rádio, em 1 de Janeiro de 1996

— os problemas que lhe surjam pela frente, tendo condições para superar as dificuldades, por maiores que sejam.

Está em curso, nos dias que correm, a campanha eleitoral para a escolha do novo Presidente da República, que espero decorra, até final, com a elevação, a dignidade e o civismo a que os Candidatos em presença nos habituaram.

Quando o Povo finalmente se pronunciar — e qualquer que seja a escolha que vier a ser feita — completa-se um ciclo da vida política portuguesa e inicia-se uma nova e promissora fase. A passagem de testemunho, em democracia, é uma das regras de ouro, porque assegura a renovação, estimula a criatividade, conduz a novas soluções e impõe novos rostos. Numa palavra, representa a evolução normal de um País, com o render inelutável e sempre fecundo das gerações. . .

Os Portugueses têm consciência da complexidade e dos novos ventos de mudança que o Mundo vive nesta passagem tão exaltante, de século e de milénio. Com óbvios reflexos em Portugal. Mas, não obstante, têm motivos para ter confiança, dadas a estabilidade, a concórdia e o relativo progresso que têm caracterizado a vida portuguesa. As perspectivas que se abrem, no próximo futuro, a Portugal, não devem, também por isso, ser subavaliadas: devem ser exploradas com realismo e sobretudo com determinação.

Não vos quero dar uma visão falsa, por excessivamente optimista, da realidade. Acreditem que conheço bem os problemas que teremos de enfrentar e que não ignoro o aperto nem as dificuldades dos tempos que aí vêm. Confio, contudo, na vontade, no bom senso e na imensa capacidade de trabalho do Povo Português, bem como na sua criatividade, engenho e espírito de adaptação ao que é novo e diferente. Não esqueço, igualmente, as potencialidades da nossa diáspora — os nossos emigrantes, espalhados pelo Mundo, que sentem, como raros, orgulho da terra onde nasceram e que, com o seu trabalho e honradez proverbiais, tanto prestígio e riqueza têm trazido a Portugal.

Temos uma Comunidade Científica pequena mas de grande qualidade — como hoje começa a ser geralmente reconhecido — que, se for estimulada, como espero, e tiver meios, será um factor insubstituível de desenvolvimento, de inovação e de progresso.

Temos uma antiga e respeitada Cultura, que hoje dá provas, em todos os domínios, de grande dinamismo, servida por uma língua falada por mais de duzentos milhões de seres humanos o que é de relevante importância, mesmo em termos europeus.

A educação, a todos os níveis, foi definida — e bem — como a «prioridade das prioridades» e estou certo de que será vivida «com paixão», como deve ser, para assegurar a plena

realização dos jovens, penhor do futuro e da continuidade nacional. Educação, que deve ser dirigida não só no sentido de conferir conhecimentos actualizados, o domínio das novas tecnologias e mais saber nas áreas das ciências, das artes e das humanidades, como também ser orientada pelos valores da paz, do civismo e da solidariedade.

Portugal recuperou o seu prestígio internacional, depois do longo isolamento a que esteve condenado durante a Ditadura. E hoje um País respeitado, pacífico, aberto, procurado pelos outros, de grande mobilidade e intercâmbio, nas relações com o exterior, principalmente pela parte das novas gerações. Tem uma voz escutada nas organizações internacionais em que se insere. Desde logo na ONU — e em todas as agências especializadas dela dependentes — onde este ano, que celebrou o cinquentenário da Organização, tivemos a honra de ver um português, Diogo Freitas do Amaral, na presidência da magna Assembleia Geral do aniversário. Mas também na União Europeia, em cuja reestruturação, alargamento e redefinição de objectivos, em curso, estamos activamente a participar.

Europeísta convicto, como todos sabem que sou e desde sempre, crítico confesso de uma certa deriva economicista dos últimos anos, *post* Maastricht, cujos reflexos negativos temos estado a sofrer, digo- -vos em consciência que não vejo alternativa para a nossa plena participação na União Europeia. Essa questão, quanto a mim, está resolvida e não deve ser posta em causa. Mas não assim quanto ao modo da nossa participação: é importante que tenhamos uma voz mais interveniente, mesmo reivindicativa — e uma presença e uma acção mais insistentes — sem nunca deixarmos de dar o nosso contributo às soluções possíveis (mesmo que não nos digam directamente, respeito!) e, sobretudo, sabendo aproveitar até ao último ecu ou euro — o que nem sempre terá sido o caso — os apoios comunitários a que temos direito.

Como sempre tenho dito, nunca pus em termos dilemáticos, mas sim complementares, o binómio controverso Europa, África. Deve- mos, por isso, tudo fazer para dar forma e vida plena à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, baseada na reciprocidade de vantagens, na igualdade, no respeito mais absoluto pelas opções de cada um dos Estados soberanos, mas, acima de tudo, sabendo pôr em relevo o afecto que nos une, o sangue que tantas vezes cruzámos, a língua que nos é comum, bem como o legado da História e das nossas respectivas Culturas, que tanto nos aproxima. Está na hora de avançar na realização desse belo projecto. Agora que a paz e a democracia não só estão no horizonte de todos os Países Africanos, como se tornaram, realisticamente, possíveis, mesmo em Angola, o mais sacrificado de todos pela guerra. Aproveitemos o momento internacional, que é favorável e saibamos defender, nesse plano, os nossos interesses recíprocos culturais, económicos e políticos.

Portugal participa ainda activamente noutras organizações, tais como: a NATO, da qual é membro fundador; a UEO, onde o secretário-geral é um português; a OSCE, que reunirá no ano que hoje começa em Portugal; a Comunidade Ibero-Americana, ao lado do nosso sempre tão próximo e admirado Brasil; e em todos os areópagos e conferências internacionais. E ouvido, está presente, e é solicitado para participar em acções de mediação, de preservação da paz, humanitárias e de observação eleitoral. Não somos, pois, uma Nação menor, que possa sei ignorada ou menosprezada. E bom que todos os Portugueses tenham plena consciência disto e que, sem cair em formas excessivas de nacionalismo, sintam legítimo orgulho na sua condição de Portugueses.

Temos livre-trânsito em todos os continentes e relações, quase sempre excelentes, com todos os países do mundo. Com uma única e triste excepção: a Indonésia. Não com o Povo Indonésio, mas sim com o governo ditatorial, que o oprime. A razão deste facto deve-se apenas à nossa indefectível solidariedade com o Povo mártir de Timor- -Leste, na sua corajosa luta contra a opressão e em defesa da sua identidade religiosa, linguística e nacional. Entendamo-nos: não temos nenhuma pretensão sobre Timor. Apenas exigimos da Indonésia que se comporte segundo as regras do Direito Internacional, acate as resoluções das Nações Unidas e que, como antiga colónia que também foi, respeite o direito imprescriptível de Timor-Leste à autodeterminação e à independência, se essa for a vontade, livremente expressa, dos Timorenses.

Reparem, em contraste com o que vos refiro, nas excelentes relações que mantemos com a índia, tendo aberto recentemente em Goa, com plena aquiescência das autoridades indianas, um importante centro cultural, para promoção da língua portuguesa, e onde participa- mos na recuperação do património da velha Goa. Ou nas excelentes relações que nos ligam à China, nos termos da Declaração Conjunta, oportunamente negociada, a fim de assegurar, nos melhores termos, a transição administrativa de Macau, no respeito pela sua especificidade, em tranquilidade absoluta e no desenvolvimento, como tem vindo a acontecer, com assinalável sucesso.

Não nego que temos ainda desequilíbrios graves na nossa sociedade, bolsas de pobreza que nos envergonham, desemprego preocupante — como por toda a parte nesta Europa dita da abastança — problemas de violência, de droga e de marginalidade, que gostaria de ver combatidos com maior vigor e tenho esperança que o sejam. Tudo isso é verdade. Reconheçamo-lo, visto que todos somos responsáveis, para consciente e persistentemente, todos os dias, lutarmos para melhorar o que está mal.

Seguramente não fizemos tudo quanto deveríamos para integrar, como irmãos, restituídos à

sua dignidade e ao respeito que lhes é de- vido, como pessoas humanas, os africanos que vivem e trabalham em Portugal. E isso algo que me dói e preocupa. E uma pedra de toque do nosso tão apregoado humanismo universalista, que está a ser posta em causa e que não me tenho cansado de referir, procurando mobilizar os Portugueses de boa vontade para a luta contra a descriminação, o racismo, as desigualdades étnicas e sociais, a violência, em to- das as suas múltiplas formas, e a injustiça.

Não esqueçamos, contudo, que somos um Estado-Nação, forte- mente coeso, com antiquíssimas fronteiras, sem alterações dignas de registo, que vive em paz consigo mesmo, sem problemas linguísticos, regionais ou de religião. Teremos de saber conviver, agora, com inteligência, que não exclui o rigor, mas com sensibilidade e alguma prudência, com esse problema novo, inesperado e perturbante, do aparecimento das seitas, fenómeno que carece de uma séria explicação jurídica e sociológica e que deve ser tratado com o melindre que resulta do facto da liberdade religiosa ser um dos direitos fundamentais inscritos na Constituição da República.

É, pois, com determinação e com confiança que devemos meter mãos ao trabalho para ultrapassar as dificuldades com que nos confrontamos — de natureza económica, financeira, social e cultural — de modo a podermos construir, em Portugal, uma sociedade livre, humana e justa. Para essa exaltante tarefa vos convoco, Portugueses, neste dia primeiro do ano de 1996. Confiadamente. Esperando muito do vosso sentido de participação e de responsabilidade, como cidadãos adultos e conscientes que têm demonstrado ser.

É a última vez que vos dirijo uma Mensagem de Ano Novo. O meu segundo e último mandato termina em 8 de Março próximo. Voltarei a ser, a partir de então, o que sempre fui e ambicionei ser: um cidadão comum, igual a todos. Volto tranquilamente à fileira donde me arrancaram aqueles que me elegeram. Saio com alegria e com o sentimento do dever cumprido. Com a grata satisfação, também, de não ter desmerecido, ao longo destes dez anos, da vossa confiança. Conseguimos manter intacta — e até porventura em crescendo — uma cumplicidade afectiva, que é o meu maior título de honra. Podem contar comigo. Mas de política, sinceramente vos digo: basta! Tenho agora o direito de pensar e de fazer outras coisas. Que espero possam vir também a ser úteis à Comunidade.

Apresento-vos a todos os meus melhores e mais sinceros votos de Feliz Ano!

RAMALHO EANES

DISCURSO 25 ABRIL – 1977

Discurso do presidente da república na assembleia da república

(25.abril.1977)

Senhor presidente da assembleia da república senhores deputados

Meus senhores

Portugueses

Esta cerimónia marca o ponto mais alto nos actos com que o povo português tem vindo a celebrar o 25 de abril. Nos dois anos anteriores o povo celebrou-o exercendo os direitos reassumidos: votou – e através do seu voto ergueu as traves mestras da nova sociedade.

Hoje, plenamente instituídos os órgãos do poder, a assembleia da república que em si consubstancia a própria democracia pluralista, culmina as celebrações com esta sessão em que o país está presente nos seus mandatários e nos seus responsáveis.

Pesam sobre a nossa geração sacrificada as agonias do império, as dores duma nova sociedade que renasce nos limites do corpo primitivo e o sofrimento dum povo em diáspora no mundo que ajudou a conhecer-se.

Em abril de 1974 as forças armadas saíram à rua em defesa dos ideais da liberdade e da democracia. Em novembro de 1975, apoiadas pela polícia se segurança pública e pela guarda nacional republicana, de novo intervieram para assegurar que a liberdade reconquistada não seria traída. Hoje, desfilaram nas ruas de lisboa reafirmando o seu empenhamento no serviço dos mesmos valores. A elas, todas elas, se deve privilegiadamente a liberdade que hoje foi utilizada nesta assembleia.

Esta assembleia da república recebeu do povo o encargo de traduzir os ideais da revolução na realidade concreta do dia a dia dos cidadãos.

Não podemos continuar a iludir o futuro com base nas frustrações do passado.

O desencanto que se apodera já de muitos é fruto de três anos de hesitações e erros: que é feito da fraternidade que encheu as ruas e os campos deste país? Que é feito das torrentes de alegria com que nos lançamos na construção dum país diferente, duma pátria renovada? Que é feito da tolerância e do respeito com que decidimos conviver? Que é feito da segurança e da paz assente na justiça que afirmámos respeitar? Que é feito das habitações que quisemos construir? Que é feito da saúde que decidimos melhorar? Que é feito da educação que nos propusemos elevar? Que é feito da velhice que nos obrigámos a proteger? Que é feito do

trabalho que prometemos redobrar? Que é feito da riqueza que protestámos aumentar? Que é feito das promessas duma vida melhor que nos propusemos atingir?

Senhores deputados:

Os compromissos que firmámos com o povo que a todos elegeu impõem que reflictamos nas responsabilidades, como esse mesmo povo crescentemente reclama.

Somos uma geração de sacrifício: quantos de nós em busca do pão ou por força do dever abandonámos a terra e a família, o país e os amigos para voltar, tantos anos depois, marcados pelos encontros com a morte, a violência, a injustiça?!

Somos de facto uma geração de sacrifícios.

Mas é imperativo reanimar este país e organizar o esforço dos seus cidadãos para que os ideais de abril não venham a ser um sonho traído.

No seu trajecto histórico o povo português teve de enfrentar momentos difíceis, vencer crises, derrotar inimigos e defender a independência da pátria, a identidade cultural, a dignidade da nação. Hoje, como tantas vezes no passado, são muitas as dificuldades a vencer para merecer o esforço daqueles que conquistaram o respeito do mundo; para dar um sentido aos duros sacrifícios que se exigem a todos os portugueses.

Se temos o crédito das liberdades e dos direitos conquistados, se temos a segurança da democracia a definir as regras do comportamento político, se temos a ideais da liberdade de um povo a respeitar, nada pode desculpar que os ideais de abril continuem por concretizar, à mercê dos que deles se servem, sem servir a pátria.

Senhor presidente

Senhores deputados

Portugueses

As ameaças que o país enfrentou nestes últimos anos não chegaram para impedir que o povo português definisse livremente o projecto político da nova sociedade. A disputa política quase levou à confrontação violenta entre as forças empenhadas na democracia pluralista e as forças interessadas em novas ditaduras.

O 25 de novembro permitiu que a constituição da república viesse a definir os objectivos, as metas e os caminhos que hão-de guiar o povo português e mobilizar o seu esforço na construção dum país mais rico e mais igual para legar as gerações que despontam nos horizontes da vida.

Será querela inútil pretender basear nas leis fundamentais do país novas guerras de disputa do poder.

Esta assembleia recolhe em si mesma a parte mais nobre dos ideais de abril que do projecto parlamentar fizeram um objectivo principal. A essa responsabilidade corresponde uma

função essencial a condução do processo democrático. Mas corresponde ainda a exigência de tornar viável um modelo constitucional, respondendo sem hesitações nem adiamentos às dúvidas que ainda existem e que deixam portugal sem normas claras de orientação nos campos económico e social.

Não se pode ser democrata nesta assembleia e fomentar lá fora a agitação e o desrespeito das leis. Não se pode violar lá fora os preceitos que aqui se votam. Os que tentam em simultâneo a conquista do poder através do voto e através do golpe excluem-se voluntariamente do convívio democrático em que têm lugar.

Portugal viveu inundado de palavras e embriagado de promessas. Do vaivém dos profetas da abundância ficou-nos um país empobrecido e um povo atónito. O que antes lhe era negado invocando as várias heranças, passou agora a ser adiado invocando a crise.

O povo português aceita as consequências dos passados que sepultou, conhece no seu quotidiano as dificuldades do presente e vê cada vez mais incerto o futuro. Não aceita, porém, a fatalidade da crise, do plano inclinado do empobrecimento, do regresso a piores condições de vida.

Sobram-lhe as palavras de polémica e de promessa

- aguarda com sacrifício as soluções concretas.

Senhor presidente

Senhores deputados

As dificuldades que enfrentamos não podem apagar a imagem do país em convulsão em que até há pouco vivemos.

Persistem, é certo, os efeitos das sementeiras de violência e de ódio e as consequências da desorganização do aparelho de estado, programada e sistematicamente executada pelos assaltantes do poder.

A partilha política da administração pública também facilita as manobras daqueles que vivem à sombra da função sem a servir.

Não falta mesmo quem enjeite responsabilidades atribuindo os males e a indisciplina sociais à liberdade recuperada.

Temos porém que reconhecer que o país tem disfrutado de um período de acalmia política e de harmonização de forças sociais que os mais optimistas não se atreveriam a prever há dois anos atrás.

Fizemos progressos evidentes na nossa convivência em liberdade. Para lhe dar continuidade é forçoso encontrar uma resposta concreta para aspirações que se vão tornando desespero, e sobretudo descobrir os caminhos de mobilização do povo português para modernizar o país e vencer a crise. Há que reabrir pela via corajosa das reformas profundas as portas que o desvario revolucionário fechou.

Um exame atento das soluções propostas pelos vários partidos delimita plataformas programáticas que suscitam entendimentos e prometem garantias duma sólida base social de apoio às medidas de salvação nacional que se reclamam.

Não é difícil reconhecer que para além da negociação das naturais divergências, de ideologia e de programa, a mobilização do povo português para a modernização do país passa também pela capacidade de colaboração entre os homens sobre quem pesa a responsabilidade da liderança dos movimentos políticos.

Ficaram do passado ligações e compromissos, assim como barreiras de desentendimento. A solidariedade que há-de unir os portugueses na recuperação do país põe aos responsáveis a exigência de subordinarem os laços pessoais dum passado comum aos apelos do futuro a construir.

A intolerância introduzida na sociedade portuguesa mantêm ainda afastados do contributo que devem à pátria homens indispensáveis em sectores decisivos para o desenvolvimento do país. Não podemos fugir à realidade da nossa integração num espaço em que a competência e o mérito têm um prémio para além das fronteiras. Precisamos de quadros, de quadros, de quadros qualificados e motivados, para conceber e realizar programas audaciosos que multipliquem os empregos.

A recuperação da economia e a absorção do desemprego não se resolverão unicamente com os grandes investimentos que ao sector público compete lançar. Estas metas nacionais dependem em larga medida do dinamismo da iniciativa privada.

A regularização das indemnizações e a sua canalização para o investimento, é por isso objectivo que o aparelho de estado tem de conseguir com rapidez. Há que introduzir no mercado financeiro novos agentes ou novos métodos que respondam à celeridade de decisão que exige o funcionamento de uma economia moderna.

Aguardam apreciação desta assembleia diplomas importantes para a regulamentação das instituições representativas dos trabalhadores. Na ausência de ordenamento legal todos os dias se assiste a conflitos que, em rigor, têm de ser encarados como sabotagem económica. A maioria dos trabalhadores não aceita livremente este tipo de actuações, que mais cedo ou mais tarde lhe roubariam o pão e a liberdade. É por isso urgente regulamentar a greve, assim como os modos de intervenção dos trabalhadores na gestão das empresas.

Da voz desta assembleia nasce a legalidade. O seu silêncio é fonte de arbítrio.

Senhores deputados

Passado o período de violência política, avoluma-se a insegurança pelo crescendo das violações à pessoa e aos haveres dos cidadãos. As consequências desta situação adivinham-se graves. Importa reconhecer frontalmente que as forças de segurança se encontram

manietadas na sua actuação: há disposições que, em nome a defesa da liberdade dos indivíduos contra o estado deixam ambos à mercê da violência dos marginais da política ou dos profissionais do delito. Não pode esta câmara dos representantes do povo ignorar as ansiedades e o medo que vêm assaltando a população. A verificar-se o agravamento da situação, a tranquilidade será restabelecida com as medidas de excepção adequadas. O melhor modo de defender as liberdades e os direitos consagrados pelas leis fundamentais do país é impedir que eles sejam quotidianamente desrespeitados.

Senhor presidente

Senhores deputados

Portugueses

Em 14 de julho do ano passado, jurei, neste mesmo lugar, garantir condições de existência de um estado de direito democrático. Mas não sou eu o único português que assumiu compromissos com a nação. Porque recuso demitir-me das responsabilidades que o povo português colocou sobre os meus ombros, é meu dever exigir aos meus compatriotas que estejam à altura das suas próprias responsabilidades. Uma nação é um corpo que só colectivamente se justifica, conquistando o direito à existência independente pelo esforço conjugado de todos.

Sabemos todos, por duras experiências vividas, aqui mesmo nesta assembleia, que os ideais do 25 de abril têm sido muitas vezes adulterados no decurso destes três anos. Temos conseguido sobreviver aos desvios, mas estamos a pagá-los com duros sacrifícios. Não é possível continuar a esbanjar o pouco que nos resta.

O mandato que recebi do povo português obriga-me a garantir, dentro das soluções democráticas, a recuperação do país, a identidade nacional e o desbloqueamento da angústia colectiva perante o presente e perante o futuro.

Não hesitarei em tomar as medidas necessárias e correctas que assegurem a viabilidade da nação como sociedade livre onde valha a pena viver.

Para tal contribuirão, com igual espírito, as forças armadas como parcela integrante da democracia e da pátria portuguesa.

Não haverá mais transferências de responsabilidades políticas porque todos os meios necessários à defesa da democracia estão à disposição dos poderes legítimos.

Só a eficácia da democracia permite manter a estima do povo pelo regime democrático.

E é ainda a defesa da democracia que exigirá a procura de alternativas que a garantam.

Nesta hora do nosso destino de nação independente, não é legítimo ignorar a crise que nos ameaça: o estado da nossa economia, as contradições que dilaceram as nossas sociedades.

Vivemos a primeira oportunidade democrática em meio século.

O esforço consciente de cada um fará desta oportunidade uma vitória do povo português e de Portugal.

RAMALHO EANES

DISCURSO 25 ABRIL – 1985

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
(25.ABRIL.1985)

As minhas primeiras palavras são, naturalmente, de testemunho pelo valor e pela dignidade da instituição parlamentar, na memória desse acto da democracia portuguesa que há dez anos representou a eleição da Assembleia Constituinte.

Ficou então estabelecida, como regra legitimadora das instituições políticas representativas, a decisão dos portugueses expressa no sufrágio livre e universal, num quadro de pluralismo político.

Ficou igualmente definida a natureza democrática dos objectivos políticos que, perante os portugueses, justificara a acção dos militares em 25 de Abril de 1974. Movimento Militar que, desde a primeira hora, tinha como princípio orientador fundamental a devolução à Nação dos valores da liberdade, da democracia e da dignidade.

Senhor Presidente da Assembleia da República,

Senhores Primeiro-Ministro e Membros do Governo,

Senhor Presidente do Supremo Tribunal,

Senhor Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas

Senhores Chefes do Estado Maior,

Senhores Deputados, Portugueses:

O 25 de Abril representou o momento e o tempo inadiáveis da realização de um projecto nacional, de árdua maturação, pelo qual personalidades diversas se bateram e que, em boa verdade, uma geração já antes conscientemente assumira na essencialidade dos seus pressupostos culturais e dos seus objectivos nacionais.

É a geração de todos os que se recusaram a ser herdeiros passivos do autoritário Estado Novo.

Nela se integravam todos aqueles que se negavam a ser continuadores de uma minoria restrita, sem legitimidade política nacional, obstinada em confundir os seus desígnios com a sobrevivência e o futuro do País.

A motivação essencial dessa geração tinha as suas raízes na defesa da maneira histórica de ser e de estar no mundo dos portugueses e na consciência da necessidade de modernização da nossa sociedade, traduzida nos valores de liberdade, de solidariedade e de abertura

E foi a generosidade dessa mesma geração que a levou a considerar desejável não desperdiçar as energias da Nação, assegurando esse propósito através de uma transição gradual do regime autoritário de então para um novo quadro de pluralismo e de democracia política, que reduzisse a interferência administrativa e o peso burocrático que limitavam a autonomia dos agentes económicos e dos parceiros sociais, e que tornasse possíveis regras de justiça na regulação das tensões e dos desequilíbrios sociais e regionais próprios de uma sociedade em mudança.

Tratava-se também de um projecto que, na ordem externa, implicava o renascimento da vocação universalista de Portugal, e que passava necessariamente pela resolução do problema do estatuto dos territórios coloniais num quadro de autodeterminação e de independência.

A coerência desse projecto impunha a abertura de Portugal ao mundo, mantendo, naturalmente, a nossa inserção no sistema de segurança ocidental e o nosso apoio privilegiado nos países europeus, por razões sociais, económicas e culturais, e como factor adicional a reconstrução dinâmica de relações especiais com as comunidades portuguesas e com os países de expressão oficial portuguesa.

Tratava-se, assim, de um projecto cujo sentido liberalizante e democrático se mostrava realisticamente ajustado ao tempo e à sociedade portuguesa.

Não o soube entender a crispação imobilista e arcaica dos responsáveis políticos do momento. Por desígnio e por inércia, o regime de então foi incapaz de aceitar e de prever outra solução que não fosse a da sua continuidade.

Recusou outro tempo de mudança que não fosse o seu próprio, e este, perto do fim, media-se já – todos o sentiam – apenas em dias.

O 25 de Abril surge assim como um momento de ruptura política tornado inevitável pelas tentativas frustradas de liberalização do regime anterior.

Essa ruptura é personalizada num punhado de militares que tinham compreendido também, por experiência pessoal de uma guerra já sem sentido, a natureza definitiva dos impasses do mesmo regime. E ganha rosto igualmente, nos milhares de portugueses que acorrem a confraternizar com os militares nas ruas de Lisboa.

Representando, embora, o termo e o abandono definitivos de uma experiência insucedida, esta não deixou de contribuir formativamente para a consciencialização de uma geração que melhor ficou a conhecer a natureza e as expressões do poder autoritário.

A esse insucesso caberá, também, uma parte da responsabilidade pela dinâmica revolucionária que se instalou a partir de 1974.

Contudo não se perdeu, com o 25 de Abril, a orientação essencial do projecto, apesar das inevitáveis perturbações resultantes da explosão compreensível das expectativas sociais, da ressurgência das ideias revolucionárias, da perda de autoridade e capacidade do Estado e da instrumentalização da Instituição Militar.

E foi na força da adesão do povo português aos propósitos desse projecto que, em boa verdade, se inviabilizaram as hesitações autoritárias que se sucederam à intervenção militar.

É ainda na sua clara assumpção popular que se justificam os resultados da eleição de Abril de 1975, demonstrando que esse projecto correspondia ao consenso dos portugueses.

Os condicionalismos do nosso acesso ao regime democrático estabelecem que a democracia não é somente uma regra de legitimação das instituições representativas, mas ainda um modelo em que se institucionalizam equilíbrios e conflitos entre forças e interesses distintos.

A transição do autoritarismo para um regime de democracia pluralista ficou, em suma, a dever-se ao empenho de uma geração que para o seu projecto encontrou indiscutível apoio popular.

Tratando-se de um projecto-propósito teve mesmo assim capacidade para iniciar e gerir um difícil e complexo processo de descolonização.

É certo que não dispôs de força suficiente para que a política de descolonização se realizasse com a normalidade indispensável à satisfação razoável e equilibrada dos interesses nacionais. Nem, por outro lado, conseguiu assegurar a consecução de um quadro de unidade nacional e de desenvolvimento continuado que propiciasse a estabilidade económica e política nos novos Estados.

Não se pode, contudo, esquecer que a descolonização, tardiamente realizada, teve lugar num contexto internacional negativo, manifestado, aliás, na escalada e internacionalização dos conflitos da descolonização com uma intensidade imprevista, o que mais paralisou a capacidade de acção de Portugal, limitando o pleno exercício da sua função na transmissão das novas soberanias.

Apesar de todos os erros e anomalias foi, porém, possível minimizar sequelas e impedir que atitudes de impaciência, de resignação ou comportamentos irresponsáveis alterassem a vitalidade dos dados permanentes que motivam e justificam a persistência de uma posição de abertura de Portugal perante os Estados Africanos de expressão oficial portuguesa.

E foi até possível alicerçar nesses mesmos dados a vontade de restituir às relações bilaterais um quadro de solidariedade e de desenvolvimento que exprime, no respeito pelas respectivas soberanias, o sentido de responsabilidade que nos ficou de uma história comum.

É certo que a dimensão principal da posição internacional de Portugal se modificou. Outro

tanto se passou, naturalmente, com os novos Estados Africanos.

A inserção internacional de um e outros é cada vez mais determinada pelas dinâmicas dos espaços geoestratégicos em que se integram.

A compreensão das novas realidades não é, no entanto, uma razão para diminuir a prioridade atribuída às relações bilaterais, pelo contrário, esses condicionamentos representam um estímulo adicional para o seu desenvolvimento, em que os interesses nacionais respectivos se articulam com a especificidade própria que resulta das afinidades de língua e de cultura.

Neste sentido, os pressupostos do projecto nacional, a procura de um modelo estável para as relações de Portugal com os novos Estados Africanos, aliados à alteração da dimensão da política internacional portuguesa, expressa na sua orientação europeia, permitem recuperar a nossa vocação universalista e afirmar o nosso estatuto próprio entre as nações.

A política de adesão às Comunidades Europeias, que marcou sem interrupção o nosso percurso democrático desde 1976, tem igualmente as suas raízes profundas na visão da geração que tinha como objectivos a modernização da sociedade portuguesa, privilegiadamente através da descolonização e do desenvolvimento compensador das relações com os países industriais, constituindo, assim, uma alternativa para a posição externa de Portugal.

É, pois, uma posição deliberada e uma atitude pragmática a que preside à apresentação do pedido de adesão comunitária de Portugal, a partir do momento em que o seu Estatuto como democracia se impôs perante o conjunto dos países membros.

Não se trata, pois, nem de uma inevitabilidade histórica, nem de uma indispensabilidade de carácter económico.

A própria consolidação da democracia não irá escorar-se nas Comunidades Europeias, mas sim, com evidentes provas dadas, na vontade e no trabalho dos portugueses.

Pode-se mesmo afirmar que é a solidez dos fundamentos da democracia portuguesa que torna possível, como condição prévia, o nosso acesso às Comunidades Europeias. Não é menos verdade, porém, que a regra do jogo europeu implica que os regimes democráticos da Europa ocidental procurem garantir a sua recíproca estabilidade, errado seria reduzir esta regra a uma relação de sentido único.

A política nacional de adesão às Comunidades Europeias, como de resto os outros passos da política europeia de Portugal, exprimem o seu reconhecimento da necessidade estratégica de afirmar a identidade política e de preservar a estabilidade dos regimes democráticos e liberais europeus.

A política portuguesa de adesão à Europa comunitária exclui, pois, uma posição de passividade, tendo em conta, nomeadamente, o estado actual das Comunidades Europeias.

O acesso de Portugal, tal como o da Espanha e da Grécia, representam, no seu conjunto, um

estímulo positivo e importante na recuperação da dinâmica de um verdadeiro projecto europeu, que dificilmente emerge das disputas menores que têm caracterizado nos últimos anos a decisão comunitária.

Portugal, pela sua parte, deverá levar ao quadro comunitário a sua própria concepção sobre a evolução interna e externa da entidade europeia.

É indispensável que as Comunidades Europeias voltem a ter, agora com a acrescida representatividade que lhe conferem os três Estados do Sul, a qualidade de portadoras de um projecto claro, sem o que não mobilizarão a indispensável coesão interna e não conseguirão afirmar a sua identidade e força na Comunidade internacional.

A inserção de Portugal nas Comunidades europeias comporta riscos e dificuldades, como ressalta das previsões disponíveis sobre os efeitos que terá para os sectores mais atrasados e menos produtivos da economia e para os agentes económicos menos dinâmicos e mais dependentes dos hábitos do proteccionismo interno.

É certo que neste processo enfrentamos factores significativos de incerteza, tanto sobre o modo de adaptação das estruturas administrativas, como sobre os efeitos dos factores comunitários para as estruturas produtivas ou para os sistemas de distribuição.

Mas é também certo e necessário ter confiança no espírito de adaptação e na inteligência inovadora dos agentes responsáveis, dirigentes políticos e económicos, quadros técnicos e profissionais, para se adaptarem, com flexibilidade e dinamismo, às condições de acção transformadas pela adesão comunitária.

Pertence-nos a responsabilidade de saber como transformar os riscos e as incertezas em oportunidade de mudanças positivas e motivadoras.

A nossa história sempre demonstrou que, quando postas à prova as suas qualidades os portugueses nunca perderam a determinação e a capacidade de organização e de resposta coesa às crises que marcaram episódios decisivos do seu percurso secular.

É agora oportuno voltar ao exemplo histórico que a expansão marítima representou. Para repetir que constituiu "uma espécie de grande projecto nacional, ao qual todos aderem porque esperam vir a ganhar com ele, e explica também que a política de expansão ultramarina tenha repercutido tão profundamente sobre tantos aspectos da vida portuguesa e que tenha conseguido ser, num Estado onde todos os planos e projectos foram efémeros e provisórios e nunca excederam o tempo de uma geração, uma actividade permanente que, através de várias formas que o condicionalismo da história permitiu, se inscreveu no Estado durante cinco séculos".

Repito este facto histórico não para fazer comparações, que sempre pareciam, no mínimo, controversas e prematuras.

Repito-o apenas para reiterar, eu próprio, que os efeitos da adesão, na ordem interna e

externa do Estado, marcarão a vida dos portugueses nas próximas décadas.

Este facto é tanto mais importante quanto levou já dois partidos políticos com assento parlamentar a invocar a próxima assinatura do Tratado de Adesão

para reclamar uma nova revisão constitucional que melhor preparasse o País – no seu entender – para a entrada na CEE.

Na verdade, e além deste importante pormenor, o tempo de negociação – cerca de 8 anos –, as vicissitudes verificadas, os termos do acordo e todas as suas consequências, impõem uma clara consciencialização e uma generalizada mobilização, só possíveis se todos os portugueses souberem quais os custos e benefícios que a adesão lhes propicia, oferece e exige.

Impõe-se para esse efeito um amplo debate entre governantes e governados, até agora não efectuado, certamente devido aos previsíveis efeitos negativos que traria para o processo negocial.

Só então a inserção deixará de ser porventura projecto efémero, para passar a ser uma actividade permanente no âmbito da Nação e nas responsabilidades do Estado.

Senhores Deputados:

Entendo ser este o momento apropriado para se fazer uma pausa e reflectir sobre o percurso realizado, sobre os sintomas da crise de desenvolvimento, de projecto e de valores que empobrecem o nosso presente e ameaçam o nosso devir democrático.

Sintomas de crise que evidenciam grave e preocupante profundidade, porque "quando se chega aos valores, chega-se à essência das coisas, chega-se aos aspectos verdadeiramente estruturais, chega-se ao que mais profundo e de mais intrínseco pode considerar-se".

Pausa e reflexão que nos levam a considerar que estamos, apesar de tudo, perante nova e inadiável oportunidade de nos prepararmos para responder aos problemas de Portugal e dos portugueses, através de soluções ajustadamente integradas e racionalizadas.

Prepararmo-nos significa, hoje, em primeiro lugar, estabelecer uma orientação que permita realizar os indispensáveis objectivos e programas do nosso desenvolvimento, desde 1974 em manifesta persistente crise de valores e em vazio de projecto.

Não se pretende, naturalmente, negar a validade das mudanças operadas, nos últimos 11 anos, no quadro político e nas relações externas.

Ninguém de boa fé poderá deixar de reconhecer que a sociedade portuguesa é hoje mais aberta e tolerante e que o regime de democracia política tem raízes profundas nos nossos valores culturais e na nossa comunidade actual.

É ainda relativamente evidente que Portugal recuperou as condições políticas para uma inserção digna nas realidades do seu tempo e que pôde preservar, numa transição difícil, a sua identidade e a sua vocação universalista.

A verdade é que, apesar de tudo, o projecto da geração a que pertenço ainda está bem longe da sua plena realização.

Poder-se-á mesmo dizer que o mais difícil que nele havia a realizar – a democratização do regime e a mudança do posicionamento internacional de Portugal – constitui hoje aquisição e vivência normal da sociedade portuguesa.

O mesmo já não se passou com o desenvolvimento que, apesar de, inicialmente, se prever como a tarefa menos difícil, se revelou como o problema mais complexo.

E se é verdade ter sido sucessivamente posto em causa pela alteração das condições externas, não é menos verdade ter faltado capacidade de resposta às questões imperativas que tais variações provocaram nas nossas políticas económicas e sociais.

O prolongamento de um estado de crise, também de valores, e a ausência ou indefinição de um projecto social delapidou recursos, adiou soluções, agravou problemas, desmobilizou vontades e acentuou injustiças.

Não podemos, em boa verdade, deixar de constatar que, nestes curtos – e já longos – anos de democracia a pobreza aumentou, o desemprego não foi sustido, e as desigualdades sociais se agravaram, apesar de, recentemente, alguns indicadores económicos mostrarem tendência mais favorável.

Mesmo que o rendimento per capita tivesse aumentado significativamente, a falta de resposta aos três problemas referidos levar-nos-á sempre a questionar que tipo de política de desenvolvimento adoptámos, dado que a maioria dos destinatários dessa política vê continuamente agravadas as suas condições de vida

É sintomático que estas preocupações venham a encontrar eco crescente, e alertas preocupantes, não só nos meios de comunicação social, como em posições publicamente assumidas por instituições com credibilidade e indiscutível implantação nacional, o que lhes confere irrecusável autoridade

Temos vindo a assistir, a situações sociais degradantes que não são moral e socialmente admissíveis, que não podem ser justificadas nem esquecidas.

É socialmente inaceitável que a pobreza atinja a dimensão e a expressão publicamente denunciadas.

É inaceitável que continuem a existir homens que trabalham sem serem remunerados.

É inaceitável que, todos estes anos de democracia, se tenham adiado soluções que poderiam, pelo menos, ter reduzido as crescentes desigualdades, e que acabaram por assumir dimensões tão vastas, e áreas tão diversas, desde as que decorrem de um sistema fiscal iníquo até à falta de racionalização dos serviços públicos, não falando já no desrespeito relativamente frequente, pelos critérios de competência, rigor e equidade na atribuição de cargos e recursos

públicos.

Tudo isto têm os portugueses suportado, ao longo destes anos, com sobriedade, na esperança sempre frustrada de que as repetidas promessas eleitorais e as cíclicas e gravosas políticas de austeridade fossem pontos de partida ou instrumentos de uma política económica global que, considerando os aspectos económicos, não esquecesse os fenómenos sociais, não esquecesse a melhoria da repartição do rendimento real, a emancipação dos grupos desfavorecidos e a liberdade.

Tudo isto têm os portugueses suportado com resignação e sacrifício, atitude que nem todos parecem compreender.

Nada justifica que esta situação se tenha mantido e que estes problemas não tenham sido rigorosamente equacionados e capazmente resolvidos com prioridade.

Poder-se-á ainda, e apesar de tudo, contar com o consenso, a determinação e a mobilização dos portugueses num projecto ajustado de modernização e desenvolvimento da sua sociedade e do seu País.

A ele continuam ainda os portugueses a ligar a expectativa de uma vida melhor, com mais oportunidade da sua realização humana, da sua distinção e solidariedade social.

É, no entanto, estultícia interpretar a moderação dos portugueses como sinal de desistência ou de passividade.

A sua tolerância é consciente, impõe, aos que escolheram representá-los, o esforço correspondente e o dever elementar de impedir situações humana e socialmente inadmissíveis.

Impõe-se-lhes mostrar que a democracia é o regime que mais considera o homem, na sua dignidade, que, sendo eminentemente individual, é também indissoluvelmente social.

Só assim se evitam significativamente "desregulações sociais e tentações revolucionárias".

A orientação fundamental que deve reger a nossa acção, designadamente na definição e na execução das políticas nacionais prioritárias, está caracterizada no essencial.

Porém, é insuficiente a expressão consensual sobre a necessidade de modernizar a economia e de consolidar o regime da democracia pluralista.

O nosso esforço principal deve incidir na elaboração das estratégias nacionais e dos programas gerais que traduzam a orientação estabelecida num quadro de consenso necessário para assegurar a sua continuidade.

Conhecemos hoje as causas gerais da crise que nos afecta, as suas razões socioculturais e económicas, conhecemos a nossa situação e os nossos recursos.

Aceitámos a inserção no quadro económico da CEE. Dispomos, pois, de todos os elementos para uma actuação consistente no quadro dos nossos recursos. Consistência de actuação que exige que se considere a produção, mas também a distribuição e todos os outros aspectos,

económicos e não económicos, que condicionam a vida social.

As lições do passado e do presente impõem que se suportem e assumam inevitáveis transformações, as quais, por sua vez, exigem a assumpção consciente das perspectivas de revolução tecnológica e de preparação da sociedade, quer do ponto de vista económico quer, complementarmente, do ponto de vista social.

Um projecto de desenvolvimento, agora inadiável por razões de situação de soberania, não pode mais ser comandado por uma perspectiva unicamente financeira, até porque as políticas financeiras são apenas um instrumento económico.

O projecto de modernização, agora também exigido pela adesão à CEE, deve ser um projecto de devir, que explicite e contenha a consciência dos fins, dos objectivos, das estratégias principais e de alternativa, das vantagens e custos das opções.

Projecto necessariamente de desenvolvimento, mobilizador e orientador para o comportamento futuro e, simultaneamente, capaz de permitir controlar e avaliar os desvios entre a realização e os objectivos, ajuizar das responsabilidades e competências.

Sem estas condições o sentido e a credibilidade do Estado, e a eficácia da sua acção, ficariam diminuídas

São estas as condições indispensáveis para que um verdadeiro projecto social mobilize vontades, resolva velhos e novos problemas, apresente soluções claras ao juízo dos cidadãos. Com elas se evitará a eclosão de novas paixões como resposta a sentimentos de uma existência degradada e sem esperança

Inverter o curso desta crise velha de 11 anos e mobilizar justificadamente a esperança, é uma oportunidade ao nosso alcance.

Aproveitá-la é uma exigência da justiça, da liberdade e da democracia.

É uma possibilidade presente, que a história justifica, o futuro exige e os portugueses merecem

MÁRIO SOARES

DISCURSO 25 ABRIL – 1986

1 - UM F U T U R O DE ESPERANÇA *

*** Discurso proferido na Assembleia da República, por ocasião do 12.° Aniversário do 25 de Abril.**

Doze anos depois do movimento patriótico que restituiu a liberdade aos Portugueses, tornando-os cidadãos na plenitude dos seus direitos, comemorar o 25 de Abril não pode nem deve ser uma rotina.

Pelo contrário: deve ser um acto criador de reafirmação e confiança dos Portugueses no futuro de Portugal e nas virtualidades do regime de democracia pluralista que temos vindo colectivamente a construir, desde 1974, em paz e liberdade, superando dificuldades imensas e inevitáveis contradições.

Creio que nenhum outro quadro é mais adequado a essa celebração do que a Assembleia da República, sede da representação nacional e centro vital da nossa democracia, que — como uma vez já disse e hoje repito — todos os democratas têm o dever irrecusável de prestigiar. A circunstância de o fazermos aqui, em comunhão de todos os órgãos de soberania, cuja legitimidade deriva directa ou indirectamente do sufrágio universal, na presença dos grandes corpos do Estado e sob a égide de V. Exa, Senhor Presidente da Assembleia da República, figura moral e política de indiscutível dignidade e isenção — que respeitosamente saúdo, saudando em si todos os Senhores Deputados—, confere a este acto um valor simbólico de inegável significado nacional. Acto que não deve ser polémico, independentemente do desejável pluralismo das interpretações e das motivações, mas antes de convivência cívica e de verdadeira concórdia nacional, sem discriminações, e tendo por único fundamento o respeito mais absoluto pela vontade popular livremente expressa pelos Portugueses.

Temos todos a consciência de que foi apenas em 25 de Abril que para Portugal começou o futuro — um futuro que queremos de liberdade, de afirmação nacional, de respeito pelos outros e pelo seu direito à diferença, de prosperidade e de paz. Não é de mais, por isso, que saudemos de novo os que o tomaram possível: os militares de Abril e todos aqueles que ao longo dos anos, e foram tantos, indomavelmente, se bateram pela liberdade e pelo direito ao respeito da sua própria dignidade de cidadãos.

Em doze anos de regime democrático demos passos de gigante, mudámos as coisas, a terra e, sobretudo, as mentalidades, com acertos e desacertos inevitáveis, ultrapassando traumatismos e crises diversas, de origem própria e alheia, mas importa reconhecer que o Povo Português, em todas as circunstâncias, teve sempre a sabedoria, nas suas escolhas, de salvaguardar o essencial. Vivemos hoje numa sociedade aberta, responsável, pacífica, de incontestável vitalidade democrática, onde as instituições funcionam com normalidade e está assegurada a participação plena dos cidadãos e das associações mais diversas, em que livremente se agrupam, nos planos político, económico, social e cultural; sociedade que hoje se insere e tem por referência o quadro mais amplo da Comunidade Europeia, em que começamos agora a integrar-nos, sem perda da nossa identidade nacional.

A nossa frente abre-se-nos, assim, um futuro de esperança. Ninguém tem, pois, razão para ser pessimista ou descrente quanto à comunidade nacional. Um futuro de progresso e de bem-estar está ao nosso alcance e depende fundamentalmente de cada um de nós, porque a todos estão abertas iguais possibilidades de intervenção na Sociedade e no Estado. Nesse aspecto, não aceitamos exclusões nem discriminações ou desculpas, sejam de que natureza forem. Temos o dever nacional de não deixar perder a oportunidade que se nos oferece.

Os Portugueses estão naturalmente orgulhosos da liberdade que usufruem —e daquilo que ela lhes promete no domínio da criatividade e da participação— mas sabem que lhes falta ainda construir uma sociedade donde seja erradicada a pobreza, a ignorância, a intolerância e que nos recupere de um atraso secular, em segurança e no respeito pelos direitos de todos.

Nunca como agora foram tão grandes as expectativas legítimas nem as possibilidades, a prazo razoável, de dar expressão concreta aos anseios dos Portugueses. Consolidado o regime democrático, membros de pleno direito da Comunidade Europeia, vencidos os desequilíbrios financeiros externos, que tanto e tão longamente nos afectaram, necessitamos tão-só de ser capazes de desenvolver um quadro de estabilidade política e institucional que estimule a concretização de iniciativas, privadas, públicas e cooperativas, integradoras de uma estratégia nacional de desenvolvimento, em termos tanto quanto possível consensuais.

As condições dessa estabilidade pressupõem relações de diálogo permanente, confiado e sereno, a todos os níveis, mas, em especial, e no respeito pelas competências de cada um e pelo princípio da separação dos poderes, entre o Presidente da República, que é o garante da unidade nacional e do regular funcionamento das instituições, a Assembleia da República, expressão da vontade política dos Portugueses, na pluralidade das suas opções e garantia da alternância democrática, e, finalmente, o Governo, órgão de condução da política geral do País e órgão superior da Administração Pública. Esse diálogo é de fundamental importância

para assegurar a estabilidade política e institucional, numa democracia moderna e em termos de país desenvolvido que desejamos ser. E condição necessária da estabilidade política e da paz social, ambas imprescindíveis para ganharmos o ***desafio europeu*** e não perdermos a grande oportunidade histórica que as circunstâncias e a vontade política dos homens puseram ao alcance de Portugal nestes anos finais do século XX.

Esta cerimónia de hoje é também o símbolo dessa relação e um sinal de estabilidade e de solidariedade entre as instituições representativas, como é próprio de uma democracia consolidada.

Vivemos n um mundo em mudança, marcado por acentuadas incertezas e explosivas desigualdades, mas também por grandes progressos tecnológicos e científicos a que não podemos ficar alheios, como Nação soberana. Pertencemos hoje à Comunidade Europeia, ela própria sujeita a grandes desafios, em vincada concorrência com outros pólos de desenvolvimento a nível mundial.

A integração na Comunidade Europeia não pode, porém, representar para nós tão-só o acesso a créditos, a apoios e a tecnologias, sem que procuremos marcar, com o contributo da nossa cultura, do nosso potencial humano e da nossa vocação universalista, o todo em que nos inserimos. A Europa dos cidadãos e das tecnologias, que está em construção, tem de ser também obra nossa, dos nossos criadores, cientistas, políticos, técnicos, empresários, como já é, por direito próprio, dos nossos trabalhadores emigrantes.

Podemos e devemos, a partir de agora, não centrar tão-só as nossas preocupações sobre os problemas conjunturais, que tanto nos absorveram, por justificadas razões, nos últimos anos, e que continuam a ser muito importantes, e inserirmo-nos na problemática do nosso tempo, na perspectiva do interesse nacional, a médio e a longo prazos, operando para tanto as reformas de estrutura que a modernidade exige de nós.

Somos um país amável e tranquilo, que desfruta hoje no Mundo de invejável prestígio internacional, sem problemas linguísticos, étnicos, religiosos ou regionais e, por isso, com uma grande coesão nacional, que vive em paz e nos melhores termos com os seus vizinhos e aliados, goza de uma situação geo-estratégica ímpar e tem um potencial de recursos humanos e materiais que importa não menosprezar.

Partindo destes dados de base, há que procurar definir, por forma tanto quanto possível consensual, os grandes desígnios nacionais e interiorizá-los na consciência pública, para que os cidadãos se sintam plenamente motivados: uma estratégia de desenvolvimento que tenha por metas o progresso económico, a modernização das estruturas produtivas, a afirmação da

iniciativa, a solidariedade social e regional, o aumento do bem-estar para todos; a valorização da nossa cultura e da língua portuguesa, que será falada no final do século por mais de 200 milhões de seres humanos; a gestão racional dos nossos recursos humanos e materiais; a reforma do Estado, assegurando a mudança nas suas relações com a sociedade, a empresa e os cidadãos.

Portugal está hoje em condições de superar, a médio prazo — mas definitivamente — os factores de atraso, de dependência e de inércia, que tanto nos têm condicionado. Nesse sentido, torna-se urgente fazer um esforço formidável na educação e na formação profissional da nossa juventude, apostando a fundo na investigação científica e tecnológica e abrindo grandes espaços, nas nossas preocupações quotidianas, à plena criatividade e à inovação. Com efeito, a inovação e a participação terão de ser opostas ao conformismo e à passividade, que vêm de longe; e a criatividade e o pluralismo, à imitação e ao seguidismo amorfo. Trata-se de criar um estado de espírito colectivo, especialmente entre as jovens gerações, que ultrapasse clivagens ideológicas e se consubstancie num verdadeiro projecto nacional, assumido como tal pelo maior número de portugueses possível.

O espírito de mudança, que caracteriza as dinâmicas sociedades industriais dos países democráticos avançados e que nos interessa tomar por referência, tem como pólo e motor a importância fundamental atribuída à ciência, à tecnologia e à cultura. Aí também devemos investir em força, a partir de agora, descentralizando iniciativas, libertando e responsabilizando as energias criadoras da sociedade civil, demasiado tuteladas ou dependentes do poder do Estado.

Nesse sentido, políticas de descentralização e de regionalização, evitando todas as formas de clientelismo, são essenciais para assegurar uma dinâmica equilibrada de desenvolvimento e uma maior participação política a todos os níveis. Os passos que se deram na formação das instituições autonómicas, que em breve celebrarão dez anos, na Madeira e nos Açores, foram essenciais e têm de ser continuados; do mesmo modo aconteceu com a implantação do poder local democrático, que hoje constitui uma pujante realidade, mas que importa desenvolver, designadamente no plano regional, corrigindo assimetrias e desigualdades e valorizando as comunidades mais isoladas.

O Estado, como agente de solidariedade nacional, tem um papel próprio a desempenhar na correcção das desigualdades e na protecção das comunidades e dos grupos sociais mais vulneráveis aos impactos perversos da modernização e do desenvolvimento.

Um grande filósofo contemporâneo enunciou como objectivos essenciais do Estado democrático: «reduzir a infelicidade ao mínimo» e «elevar ao máximo a liberdade de as

pessoas viverem como desejam». «A minha proposta» — escreveu ele — «é que o sofrimento que se puder evitar deve ser considerado como o problema mais premente da política pública racional, enquanto a promoção da felicidade deve ser deixada à iniciativa de cada um.» Reduzir a infelicidade ao mínimo implica , pois, que o Estado democrático seja capaz de garantir a justiça e a segurança, de rectificar abusos e corrigir anomalias, no quadro de um sistema equitativo de distribuição de poderes, de bens e de oportunidades. Elevar ao máximo a liberdade de as pessoas viverem como desejam implica , por seu turno, o investimento de recursos públicos em domínios como a educação, a cultura, a saúde, a segurança e a habitação social, sempre com o objectivo de ampliar a gama de escolhas e, portanto, a dimensão de liberdade aberta às pessoas.

Obviamente que o Estado desempenha, numa sociedade moderna, funções próprias na regulação da economia, na protecção de empresas mais vulneráveis ou na promoção de projectos inovadores, pela sua qualidade tecnológica, pela sua dimensão cultural ou pelo seu significado estratégico. Mas não tem, quanto a mim , de se substituir à imaginação, ao espírito de empresa e à livre iniciativa dos cidadãos, imprescindíveis para assegurar o progresso e a liberdade.

Portugal está hoje em condições de retomar um papel importante na comunicade internacional, na linha da sua história gloriosa, da sua velha e original cultura, da vocação própria do seu povo e dos seus próprios projectos nacionais. Os Portugueses têm de se convencer disso e afastar de si complexos de inferioridade, face ao estrangeiro, que nada justifica. Há aí espaço para um saudável patriotismo, voltado resolutamente para o futuro, como ensinava Jaime Cortesão, e não apenas para a rememoração de antigas glórias.

Membro de pleno direito da Comunidade Europeia, Portugal tem de ser capaz e determinado para diferenciar a sua posição estratégica e económica, no quadro das especializações comunitárias e ocidentais, ao mesmo tempo que deverá preparar-se activamente para participar na construção europeia, como projecto de crescente autonomia da Comunidade, em relação aos outros pólos mundiais de desenvolvimento industrial e por forma a facilitar a recuperação e uma maior competitividade das economias comunitárias, uma acção internacional coordenada e mais decisiva, designadamente em relação a Africa e à América Latina, e uma maior capacidade e autonomia de defesa própria.

Como é evidente, o papel de Portugal será tanto mais importante quanto maior for a autonomia da sua intervenção e da sua estratégia própria de desenvolvimento, a valorização da sua identidade nacional e cultural, a especificidade e riqueza da sociedade que for capaz de desenvolver e a capacidade de adaptação e mobilidade dos Portugueses.

Como Estado, Portugal não pode prescindir dos seus deveres em relação às comunidades portuguesas que se dispersam pelas sete partidas do Mundo e que são parte integrante da nossa nação e da nossa cultura. N e m pode demitir-se da promoção e defesa constante da língua portuguesa, em fraterna cooperação com o Brasil, a que nos ligam laços de tão grande afectividade, que importa agora reforçar com acções concretas de intercâmbio efectivo, e com os países africanos de língua portuguesa, de que nos sentimos irmãos, pela história e pela cultura, e com os quais é urgente desenvolver, com pragmatismo, rigor, independência e espírito de criatividade, relações as mais estreitas possíveis.

Portugal e os Portugueses não são estrangeiros em nenhuma parte do Mundo. Vencidos os estigmas do ostracismo a que estivemos sujeitos durante tantas décadas, restaurada a dignidade e o nosso prestígio externo, tendo hoje uma presença e uma voz indiscutíveis na comunidade internacional, recuperados os valores da liberdade e da tolerância, que identificam a cultura humanista e o universalismo português, sejamos, orgulhosamente, portugueses.

O legado inestimável do 25 de Abril foi abrir-nos de par em par as portas do futuro, facultando a todos, e sobretudo aos jovens, a responsabilidade e o gosto de ser português. Temos hoje tudo nas nossas mãos. Moldemos o destino. A liberdade, o desafio, a inovação, a aventura, o risco — saibamos vivê-los solidariamente e em responsabilidade.

MÁRIO SOARES

DISCURSO 25 ABRIL – 1995

UMA VISÃO ACTUAL DA DEMOCRACIA *

Discurso proferido na Assembleia da República, em 25 de Abril de 1995, na sessão solene comemorativa do 21.° Aniversário da Revolução dos Cravos.

Passam hoje vinte anos sobre o dia histórico em que, em Portugal, se realizaram as primeiras eleições livres do último meio século, nas quais foi eleita a Assembleia Constituinte que haveria de elaborar a Lei Fundamental, que institucionalizou o regime democrático da II República.

Nos complexos e contraditórios tempos pós-Revolução, esse acto de afirmação da vontade livre dos portugueses, representou uma opção inequívoca em favor da liberdade, da democracia pluralista, da participação cívica e da justiça social. Foi ainda uma lição de fidelidade à Revolução de Abril de 74 e à consagração popular que recebeu em 1 de Maio do mesmo ano, bem como um acto de responsabilidade política, de bom senso e de maturidade, como então foi reconhecido, praticamente, em todo o Mundo.

Ao evocarmos esse marco que tantas consequências haveria de ter nos destinos de Portugal, fazêmo-lo para reafirmar, solenemente, o nosso total empenhamento na defesa da liberdade e no aperfeiçoamento da nossa democracia pluralista.

Desde esse dia já distante, mas que permanece na memória de todos que o viveram, o Mundo mudou radicalmente, assim como Portugal.

A história acelerou-se, ruíram impérios, descobriram-se novas tecnologias, tornaram-se obsoletos velhos conceitos, modelos e dogmas.

Surgiram novos desafios e exaltantes perspectivas. Mas velhos e novos perigos continuam a pesar sobre os nossos horizontes.

Sabemos hoje que não há receitas milagrosas para os problemas humanos e que a complexidade, a mobilidade da vida e a imprevisibilidade da história se coadunam mal com categorias rígidas de pensamento ou com explicações demasiado deterministas. Os parâmetros essenciais que limitavam as nossas escolhas tornaram-se mais flexíveis e menos

estritos. Por isso temos de ser mais exigentes, informados, criativos, e inconformistas, sem o que a democracia corre o risco do amorfismo ou da descaracterização.

Desde o começo dos anos noventa, que sucederam ao período eufórico de revolução democrática, da viragem da década, o horizonte internacional tornou-se particularmente confuso, para não dizer sombrio.

Regressaram perigos que julgávamos há muito definitivamente erradicados: o racismo, o nacionalismo agressivo, os fundamentalismos religiosos, a criminalidade organizada a nível internacional, o economicismo egoísta, sem dimensão social, a guerra, no interior mesmo das fronteiras geográficas da Europa. Fenómenos repetidos de corrupção, uma certa promiscuidade entre o mundo dos negócios e da política, entre interesses públicos e privados, a falta de ética no exercício dos cargos públicos, têm minado, em alguns países europeus, a confiança que deve existir entre os cidadãos, as instituições e os responsáveis que, legitimamente, os representam.

Temos urgentemente de regressar à honradez republicana e à disciplina das virtudes cívicas no cumprimento das funções políticas, que devem ser das mais nobres e dignificadas na vida colectiva. Historicamente, não simpatizo nada com a figura do Catão. Mas importa reconhecer que o regime democrático corre alguns perigos, nestes nossos tempos de democracia mediática. Temos de ser capazes de restituir ao exercício da actividade política a nobreza e dignidade que lhe são inerentes, quando posta ao serviço do bem comum, assente no desinteresse pessoal, na devoção cívica e isenta e num lúcido e amplo apelo patriótico.

Vinte anos após as primeiras eleições livres, vivemos um tempo histórico que não é nada fácil e que, por isso, nos impõe, de novo, especiais responsabilidades. Os espectaculares avanços da ciência e das técnicas, as novas exigências e expectativas criadas, são apenas sinais de uma mutação mais geral e mais profunda de índole cultural e mesmo civilizacional que está a transformar radical e vertiginosamente a imagem que temos de nós próprios, da Europa e do Mundo.

Essas mutações que, em tantos casos, melhoraram as condições concretas de vida ou as estão a transformar, não são, todavia, isentas de efeitos perversos, sobretudo se a perda de valores que nos são próprios nos impedirem de ajuizar, com realismo, as suas consequências, nos insensibilizarem para a situação social dos marginalizados do progresso e dos pobres ou nos reduzirem o impulso de renovação e de solidariedade.

Temos de saber construir um novo humanismo, alicerçado no respeito pela pessoa e pela liberdade, fiel à tolerância, à curiosidade pelo que é diferente e à abertura ao novo, que seja

capaz, neste nosso tempo, tão complexo, de responder às interrogações, às angústias, aos Problemas, e às expectativas que enfrentamos.

Entre tantas questões, assumem especial acuidade as novas condições da vida democrática que estão a forjar-se sob os nossos olhos. E uma evidência que as sociedades democráticas modernas estão sujeitas a novos impactos, exigências, preocupações e dificuldades. A difusão instantânea da informação, a globalização dos problemas e a multiplicação das comunicações, exigem novos métodos de análise e tratamento da realidade política. A democracia de opinião, a democracia electrónica e a democracia mediática, que são categorias diversas para designar a mesma complexa realidade, condicionam o exercício dos direitos e deveres dos cidadãos e a relação entre eleitores e eleitos, numa palavra, a própria essência da democracia representativa, a que permanecemos fiéis.

Como se pode conciliar, nas nossas sociedades, a necessidade de transparência com o respeito pela privacidade? Como se pode evitar que o esclarecimento útil das condições de vida dos mais desfavorecidos ou doentes se transforme numa exploração ou exibição gratuita que não tenha em conta a dignidade dos seres humanos? Que fazer para que a manifestação de respeitáveis sentimentos [humanos] se não transforme num espectáculo abusivo, ferindo os direitos essenciais à intimidade e à reserva? Como fazer para que o direito de todos ao acesso dos bens materiais e culturais se não traduza numa degradante perda de qualidade e numa intolerável massificação, em que os melhores soçobram? Como harmonizar a liberdade imprescindível com a segurança hoje tão necessária? Como impedir que o essencial apareça como equivalendo ao acessório, numa espécie de sucessão desgastante de modas superficiais, de que nada fica? Como evitar que o dinheiro — e o sucesso fácil que o dinheiro tantas vezes proporciona — sejam o único critério de escolha e de acção, criando um clima social intolerável de «salve-se quem puder!» e de pura «selva», em que só conta o poder do mais forte?

São algumas das questões que se situam no centro do debate que hoje começa a preocupar as democracias modernas, reflectindo um mal-estar e uma incomodidade que não devemos, por mais tempo, ignorar e que importa combater.

A democracia é o regime da participação consciente dos cidadãos, do exercício do espírito crítico e da autonomia do pensamento livre, da racionalidade plena, da abertura às razões dos que discordam, argumentando com fundamento, contra a manipulação dos sentimentos, a exploração dos baixos instintos e a demagogia das fáceis ilusões.

Inserido de pleno direito numa União Europeia que vive horas de alguma indefinição e ambiguidade e que carece, de toda a evidência, de uma maior afirmação, no plano mundial e

europeu, Portugal deve dar o seu contributo original a este tipo de reflexão, que tem de se fazer e que está em curso, saber o que quer e dizê-lo com firmeza, numa acção concertada com os outros países europeus, que urge concretizar.

A experiência tão rica que acumulámos, nos vinte e um anos que levamos de democracia, tem de ser repensada criticamente, valorizada aos olhos dos nossos parceiros europeus e aprofundada com maior espírito de cidadania, de participação e de respeito pelos outros, abrindo as nossas instituições à energia criadora dos mais jovens, que são também, necessária e felizmente, os mais idealistas, inconformados e inovadores.

Não permitamos que os melhores, os mais dotados dos nossos jovens, se desgostem da política ou desesperem de aí poderem actuar com independência moral e patriotismo! Celebremos, pois, o 25 de Abril com a vontade política de passar o testemunho às gerações mais novas, abrindo-lhes as portas das nossas instituições e incentivando-os à acção de renovação da Pátria e da República.

Esta é a última vez que comemoro, como Presidente da República, o Dia da Liberdade E com emoção que o faço nesta Casa, a Assembleia da República, a que me sinto tão ligado como constituinte e como parlamentar, que tanto me orgulho de ter sido, e tendo em conta que se ti ata da sede legítima da representação nacional, na pluralidade das suas opções partidárias.

Sou, confessadamente, um homem do 25 de Abril. Pertenço a uma geração de portugueses para quem esse dia foi o melhor das suas vidas, porque representou a concretização de uma luta intransigente pela liberdade, que sempre mantiveram, década após década. Muitos ficaram pelo caminho. Neste momento, penso neles, mulheres e homens, patriotas e abnegados de todas as condições sociais. E agradeço aos militares de Abril, terem-nos libertado da ditadura.

Invocando o 25 de Abril, mas a pensar no futuro, dirijo-me a todos os portugueses — através de vós, Senhores Deputados, seus legítimos representantes — incitando-os a que continuem e aprofundem o combate por um Portugal mais livre, mais solidário e mais justo.

Não há nada mais nobre nem mais gratificante do que lutar por um ideal, desinteressadamente.

RAMALHO EANES

DISCURSO DIA PORTUGAL – 1977

NA SESSÃO SOLENE DO DIA DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS (10.JUNHO.1977)

Portugueses,

Celebramos hoje o dia de camões, que a tradição consagrou como o dia de Portugal e que este ano distingue especialmente a coesão das comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo.

Camões não é apenas um dos escritores maiores da língua em que se exprime uma grande parcela da humanidade. A sua vida e a sua obra são a síntese admirável das vicissitudes, da grandeza, do génio com que nos afirmámos como nação, e o exemplo da aventura e do desprendimento com que nos lançámos na tarefa de abrir, aos povos da terra, os caminhos do seu mútuo conhecimento.

Nascemos do entrecruzar de vários povos e de civilizações diversas e disso herdamos este nosso jeito de nos fundirmos com outras gentes, sem ambições colectivas e duradoiras de domínio.

Cedo afirmámos, na europa dos velhos impérios, a nossa determinação de sermos pátria e com razão nos orgulhamos de ter mantido através da história a nossa identidade primitiva. Da europa partimos à procura do mundo guiados por ideais que perduraram para além dos interesses efémeros que os acompanhavam. Nem o atraso com que em África respondemos ao sentido da história, nem as consequentes precipitações e erros que lhe somámos, comprometeram irremediavelmente o património que partilhamos com os povos que na mesma língua exprimem os valores duma longa vida comum.

O nosso regresso aos limites da pátria originária não poderia realizar-se sem a crise de identidade que atravessamos e sem os sacrifícios, por vezes dramáticos, no quotidiano dos desalojados e dos desempregados. A comemoração de camões neste dia é por isso um convite à meditação sobre o nosso passado, um passado que nos glorifica e compromete, que nos estimula e responsabiliza.

Não é por acaso que as celebrações das comunidades portuguesas, que em todas as partes do mundo hoje se realizam, têm o seu ponto central nesta histórica cidade da guarda. Os erros de concepção, política, a falta de visão sobre os destinos do mundo moderno e a consequente insuficiência do ritmo de desenvolvimento no nosso país, lançaram nos caminhos da emigração, nas últimas décadas, mais de um milhão dos nossos compatriotas. Este facto, se

outros não houvesse, bastaria para condenar o regime que governou o país até Abril de 1974.
Grande parte dos que se exilaram da sua própria terra saíram deste e de outros distritos do interior, sem apoios nem protecção verdadeiros exilados políticos, sentiam na carne o desespero e a exploração, mas mantiveram os seus laços com portugal e ajudam hoje os que ficaram ou os que voltaram para participar na reconstrução da pátria.
A escolha desta cidade para sede das comemorações nacionais é por isso uma homenagem todos quantos persistem em manter raízes e investir esperanças na terra que os viu nascer.
Com o regresso à Europa cumpriu-se um ciclo importante da vida portuguesa. Não faltam os que só encontram nesse passado motivos de condenação, como também não faltam os que vêm no encerrar de um império, mais sonhado que feito, o ocaso duma pátria quase milenária.
O balanço deste período haveremos de fazê-lo quando o tempo propiciar a serenidade e o rigor que o crepitar das paixões não consente.
Temos contudo que assumir essa herança, repositório do esforço e do sacrifício, grandeza e também dos erros das gerações que nos legaram a pátria que somos. Não é legítimo dissociar as páginas de grandeza das linhas do passivo. Julgar os factos de um tempo histórico fora da sua realidade envolvente, ou querer impedir, nome dos valores desse passado, a marcha do homem para a sua libertação, seria atraiçoar por igual o passado e o futuro. Sobejam-nos razões para nos revermos nessa herança sem preconceitos e sem complexos.
Deixámos nas mãos dos povos com quem convivemos instrumentos de progresso. Mantemos a capacidade e o interesse em ter com eles a relação fraterna que constitui o traço mais marcante da nossa maneira de estar no mundo.
Vivemos o raro privilégio de começar uma nova era e as dificuldades do momento presente não nos podem isentar das responsabilidades que assumimos de extrair de tudo o que acaba um novo princípio.
Celebramos em camões os valores perenes da nossa identidade e da nossa vocação universal; nas comunidades portuguesas que pelo mundo labutam consagramos o esforço, o sacrifício e a capacidade de criar do nosso povo.
Estes são motivos bastantes para encetarmos o caminho da reconciliação nacional em torno dos valores que, sendo de ontem, são de sempre, e que, sendo património de gerações, estão depositados na consciência de cada português.
Libertos da angústia colectiva que as grandes fracturas da história geram no inconsciente dos povos, redefiniremos na base das comunidades lusíadas um novo conceito de povo e de pátria. São os homens e não só os territórios que definem os povos. É a cultura e o empenho comum de construir um futuro solidário que em cada momento fazem as pátrias.
A recuperação da identidade nacional e o relançamento de um projecto universalista de um

povo que ultrapassa os limites do seu próprio território pressupõem naturalmente a superação dos problemas e das dificuldades com que nos debatemos.

Temos de nos convencer definitivamente que é nos portugueses que assenta a recuperação do país.

O reforço da nossa identidade num mundo caracterizado por uma forte interdependência económica depende da nossa capacidade de produção e da viabilidade do projecto económico global, assente nas nossas potencialidades na nossa experiência e na qualidade universalista das nossas relações.

Esta é uma verdade de que temos andado esquecidos:

Precisamos de produzir mais!

Precisamos de produzir melhor!

Para atingir estes objectivos será necessário trabalhar sem hesitações, realizar novos projectos sem esperar protecções artificiais, investir com decisão nas novas oportunidades abertas e desenvolver as nossas especializações naturais.

Os portugueses que mourejam o seu dia a dia noutros países e que patrioticamente têm posto as suas poupanças ao serviço da recuperação económica de Portugal têm uma autoridade indiscutível para nos exigir um acréscimo de esforço.

Acréscimo de esforço que terá de reflectir-se no aumento da produção e no empenhamento conjugado de todos os trabalhadores sejam dirigentes quadros ou operários.

Os trabalhadores estão cada vez mais cientes de que a indisciplina nas relações de produção e a baixa produtividade comprometem não só a garantia de benefícios já adquiridos, mas ainda a possibilidade de melhoria real das suas condições de vida. Mas não basta produzir mais. É preciso reorganizar a produção para produzir melhor.

A esta responsabilidade histórica não podem furtar-se, particularmente, os quadros e dirigentes das empresas públicas e privadas e da administração estadual. Na sua capacidade de inovar e organizar reside uma das condições essenciais ao êxito do novo projecto económico.

Nesta perspectivada, competência, o mérito, a criatividade, a descoberta, o risco, são valores a premiar, do mesmo modo que se deve por termo à camuflagem da incapacidade com artifícios partidários e ideológicos ou com proteccionismos injustos e retrógrados.

O reforço da identidade nacional passa também pela revitalização e actualização do nosso património cultural e técnico.

Temos de aprender a aplicar à economia de valores culturais acumulados em oito séculos de história.

O nosso país teve o raro privilégio de se construir no diálogo com a humanidade. Nada do que é humano foi estranho aos portugueses; pelo contrário, à nossa personalidade cultural,

como unidade orgânica, é o produto do intercambio e do confronto com outros povos e outras culturas.

Este conjunto de valores, ao qual devemos o que somos, deverá ser prosseguido pelo contínuo aproveitamento da riqueza cultural resultante do fluir da vida nos campos, nas fábricas, nos lugares de meditação e de convívio.

A plena valorização destas fontes naturais do saber não pode dispensar, no entanto, o estudo sistemático e a investigação orientada que às universidades compete promover e sintetizar a fim de que o nosso lugar na idade do homem seja digno das bases científicas da nossa epopeia de quinhentos.

O desafio que enfrentamos não se vencerá sem "calejar as mãos" dos que trabalham. É um erro supor que as nações se constroem com grandes discursos políticos. Pelo contrário, a luta que empreendemos será estéril se a criação cultural não permitir ao país repensar constantemente:

-a sua capacidade de planear e prever,

- a viabilidade do seu projecto,

- o seu poder de invenção de realizações necessárias e insubstituíveis,

- a sua aptidão para competir com estruturas produtivas cada vez mais agressivas e mais sofisticadas.

A emigração teve o mérito de demonstrar que possuímos a condição mais importante para a edificação de uma economia próspera. Muitos dos trabalhadores portugueses que passaram a fronteira venceram em meses decénios de estagnação técnico-cultural. O repto contido neste facto histórico deveria mobilizar toda a nação.

Portugueses

Não quero alongar-me sobre os problemas que enfrentamos e cuja permanência esvazia de sentido os ideais que deram razão de ser à revolução de Abril.

Celebrar Portugal comemorando camões e as comunidades portuguesas é chamar a atenção para valores que ultrapassam o tempo e que transcendem o espaço.

Para além do tempo, para além do espaço, há razões profundas pelas quais nos sentimos portugueses.

É em torno dessas razões e com o objectivo de conseguir em liberdade uma sociedade mais justa que se nos impõe a reconciliação nacional.

A inexperiência resultante de um longo afastamento dos cidadãos da vida política conduziria naturalmente a excessos que se traduziram numa certa intolerância na convivência cívica.

Mas não seria legítimo que a querela partidária e ideológica, natural num estado democrático, pudesse ameaçar a realização de tarefas colectivas indispensáveis à concretização do projecto nacional.

Vivemos a prova real da nossa vocação histórica. O nosso futuro não depende agora das questões menores da conjuntura e dá especulação políticas, mas sim do poder de realização do projecto universalista que foi o dos nossos antepassados e que há-de continuar a ser o nosso, no quadro de relações que em quinhentos sonhamos estabelecer com todo o mundo.

A coesão das comunidades portuguesas à volta dos valores da nossa cultura e dos objectivos que constituem o nosso projecto de sociedade, há-de permitir-nos encontrar a solução dos problemas que urge resolver.

Não nos faltam razões para nos sentirmos solidários na tarefa de reconstruir Portugal.

Porque o futuro é de todos, Portugal precisa do esforço de todos os portugueses.

RAMALHO EANES

DISCURSO DIA PORTUGAL – 1985

SESSÃO SOLENE (10.JUNHO.1985)

Celebrar o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, é uma oportunidade renovada para um exame da forma como se processa a nossa caminhada colectiva, bem como para o reencontro em torno dos valores que cimentam a identidade nacional.

Mas fazê-lo, como hoje sucede, em contexto que – sem dramatismos estéreis – é de instabilidade e mesmo de crise política, impõe-nos acrescidos motivos de preocupação.

Seria incorrecto, para além de ser inútil, pretender ocultar a existência destes motivos. Por outro lado, não são estes nem o local nem o momento apropriados para o seu equacionamento e avaliação, menos ainda para a apresentação das soluções concretas que deverão, no futuro imediato, dar resposta aos novos problemas entretanto surgidos.

Entendo porém, que me cabe de novo, pela razão que aqui nos reúne e pelas funções de que me encontro incumbido, chamar a atenção de todos os portugueses para – esses valores que consideramos essenciais na nossa identidade de Nação soberana, com a consciência avisada de que seriam exactamente a Nação, e a independência, que poríamos em causa, se consentíssemos em desprezá-los.

Portugal tem conhecido, ao longo dos séculos, diversos momentos de crise, outras fases de instabilidade, várias situações de perigo. Uma leitura correcta da nossa história ajuda-nos a compreender quando falhamos, e porquê; bem como nos revela aquilo que em nós é portador de progresso, de criatividade e de esperança.

Pequena Nação chamada a percorrer grandes caminhos, Portugal soube sempre definir-se entre essa coesão, essa firmeza de se manter unido, que lhe foi indispensável nas horas mais graves em que a sua independência foi ameaçada, e, por outro lado, aquela vocação universalista que o dispersou pelo Mundo e lhe deu meios de se adaptar às mais diversas culturas e latitudes.

Se o mundo de hoje nos parece mais pequeno do que se mostrava aos olhos dos navegadores, se o fim dos Impérios coloniais e a política das Nações mais desenvolvidas, em relação à entrada de emigrantes, nos remetem para limites geográficos muito precisos, todas as razões impõem que sejamos de consensualizar, de um modo democrático e sensível, os nossos grandes objectivos, de fazer o levantamento correcto da nossa situação e de utilizar de modo racional os nossos meios, reforçando assim o sentimento e a prática da solidariedade social e ganhando a mobilização participada de todos os portugueses na construção de um autêntico

devir colectivo.

Não se pretende fazer o elogio vago de virtudes indiscutíveis, mas sim de estabelecer a ligação de responsabilidade que têm para com a prática política quotidiana. E isto porque há vícios políticos que ameaçam desagregar essas virtudes de solidariedade e capacidade de mobilização, as quais, como sabemos, são indispensáveis à plena assumpção da responsabilidade cívica em que se alicerça a verdadeira cidadania.

Atentam contra elas a demagogia das promessas que a realidade situacional torna viáveis, a insensibilidade perante os custos sociais de medidas que poderiam ter sido evitadas, tudo aquilo, enfim, que torna o povo objecto disponível, em vez de sujeito responsável do poder político.

Defender a democracia, para além das palavras e das intenções, significa tomar opções correctas em todas estas situações, mantê-las com coragem e com intransigência. De facto, no melhor da nossa tradição histórica, o empenhamento colectivo e participado vai de par com a solidariedade e coesão sociais, bem como com uma política de verdade, que não esconde os problemas nem dilui a esperança.

Importa reafirmar, a esta luz, o sentido autêntico dos actos comemorativos deste 10 de Junho: não estamos aqui para cultivar a nostalgia impotente do passado, nem para mitificar futuros improváveis, mas sim para nos educarmos no rigor de enfrentar os desafios do presente, por difíceis que sejam, com um projecto democrático de justiça e de fraternidade entre todos os portugueses.

Esta clareza é mais do que nunca possível e necessária. Uma década de prática democrática deve ter fornecido a todos os responsáveis políticos – todos sem excepção – dados de experiência que permitam ver sem engano a situação nacional, as suas autênticas possibilidades e os caminhos a evitar.

Mesmo os sobressaltos e as falsas soluções podem servir, como exemplo negativo, lições úteis a quantos desejam assumir, com humildade e disponibilidade para a aceitação dos factos, as suas responsabilidades na condução da vida pública portuguesa.

Os grandes objectivos fundamentais estão também definidos e clarificados, com a adesão à CEE, a manutenção da nossa presença e participação na NATO, e a nossa ligação preferencial a determinadas áreas com as quais Portugal mantém especiais relações históricas e culturais, nomeadamente a África e a América Latina, bem como a outras onde se situam colónias de emigrantes significativas.

Há, portanto, condições aprovadas para que se possa iniciar uma fase nova, diferente, e com razoável expectativa de sucesso, desde que o esforço a empreender e os meios a utilizar sejam aplicados de forma rigorosa e nacionalmente ajustada.

Julgo ainda importante sublinhar duas áreas que nos devem merecer uma atenção destacada.

Começaria por uma referência à informação. Seria aqui supérfluo explicar a sua importância insubstituível no funcionamento de uma autêntica democracia moderna, a delicadeza dos laços que a relacionam com o poder e com os cidadãos, mas é tristemente evidente que estes factores são muitas vezes desprezados em momentos de instabilidade e de campanha, justamente quando se tornam mais salientes.

Não é excessivo, portanto, reiterar que o rigor, a qualidade e a independência da informação não podem ser postas em causa, nem pelos profissionais, nem por quantos estão em posição de influir na gestão das respectivas empresas, se se pretende que a informação seja, como deve ser, espelho da nossa identidade colectiva, factor de consciencialização das populações e, em última instância, instrumento que contribua para a possibilidade das opções verdadeiramente livres, conscientes e fundamentadas, sem as quais não há verdadeira democracia.

Pretendo ainda referir-me às novas gerações, que serão as portadoras e as protagonistas desta identidade nacional que mais uma vez celebramos. Elas vão encontrar situações muito diferentes das que nós conhecemos, provavelmente enfrentar problemas mais agudos. Vão também, é certo, perspectivar futuros possíveis mais aliciantes e mais exigentes.

É nosso dever mínimo garantir-lhes condições de formação que lhes proporcionem instrumentos culturais para compreenderem um mundo novo em mutação muito rápida, bem como a necessária confiança própria para saberem inserir-se nele de modo positivo.

A juventude tem o direito de esperar de nós, além de um sistema democrático verdadeiramente representativo e eficaz, e de um aparelho económico adequado e capaz na produção de riqueza orientado no sentido da justiça e da fraternidade, uma política de investimento educativo e cultural que a torne verdadeiramente herdeira do seu património nacional, por um lado, e aberta, por outro, à coexistência enriquecedora com os outros povos do mundo.

PORTUGUESES:

Aguardam-nos tempos de mudança e de desafio, certamente dificuldades novas, também novas oportunidades e novas expectativas. Temos razões históricas para resistir, tanto à demagogia do excessivo optimismo, como ao derrotismo dos que descrêem das capacidades do nosso povo.

As portas do futuro abrem-se por empenhamento colectivo, com rigor na definição das autênticas dificuldades, imaginação na procura de soluções, coragem e verdade na sua aplicação.

Se os dirigentes políticos souberem assim orientar a nossa vida colectiva por correntes de ideias não inventadas ou importadas, mas nascidas em "última análise das realidades sociais, dos choques dos interesses, das necessidades do trabalho de toda a Nação", então a vida

política deixa de ser um embate de paixões fulanizadas e sem objectivos superiores e o devir torna-se uma promessa e uma realidade de verdadeira esperança, de justiça e de abundância, de liberdade e paz.

O povo merece-o e é capaz pomo sublinha o escritor, tem ainda a bravura, a heroicidade, a crença, o ímpeto e, ainda, como diria Emerson" prende o seu destino a uma estrela".

MÁRIO SOARES

DISCURSO DIA PORTUGAL – 1986

1 — CELEBRAR PORTUGAL NA EVOCAÇÃO DE CAMÕES *

*** Discurso proferido cm Évora, cm 10 dc Junho de 1986, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.**

Celebrar o Dia de Portugal não deve ser uma exibição retórica de glórias passadas, nem um acto repetitivo de rituais sem alma. Tem de constituir muito mais do que isso: a afirmação consciente do orgulho de ser português e da perenidade da Pátria — do seu passado e da sua história, do seu futuro e da sua esperança. Não perdendo de vista que nos cabe a todos nós, Portugueses desta hora, ser a memória desse passado e a vontade desse futuro.

Celebramos Portugal na evocação de Camões. Este singular destino que une uma pátria ao seu maior poeta faz-nos pensar na cultura que nos identifica e na língua que nos exprime. Nos nossos maiores e nos nossos valores.

Ao homenagearmos Luís de Camões, honramos todos aqueles que ***por obras valorosas se foram da lei da morte libertando,*** em qualquer tempo, e são os traços do rosto em que nos reconhecemos Portugueses universais.

Universais porque em todo o lado onde bate um coração português há o testemunho vivo do nosso modo de ser e de estar no Mundo.

As comunidades portuguesas, que hoje solidariamente lembramos, longe da terra, estão irmanadas connosco no mesmo abraço que a todos une.

Pátria pelo mundo repartida, neste Dia de Portugal, de Camões das Comunidades, como que nos detemos para melhor nos olharmos e redescobrirmos como País e como Povo.

Somos hoje uma Pátria livre, tolerante, pacífica, em busca do desenvolvimento e da modernidade. O 25 de Abril permitiu-nos o reencontro com o melhor da nossa tradição democrática, que tanto influenciou a nossa história desde os seus alvores, como ensinou Jaime Cortesão. Deu-nos ainda a possibilidade de retomarmos orgulhosamente a nossa dupla condição, portuguesa e europeia. Reconciliou-nos com a nossa própria história, com o que de melhor fomos e somos.

Está agora nas nossas mãos fazer de Portugal um país moderno e justo, onde dê gosto viver, trabalhar, criar, onde todos caibam sem discriminações e aceitando com naturalidade o que nos diferencia e singulariza, na unidade nacional. A responsabilidade pertence a todos, sem excepção.

Temos uma cultura multissecular que levou a Europa ao vasto Mundo e que, nos últimos anos, se vem afirmando, em todos os domínios, com uma pujança e uma vitalidade de que nem sempre nos damos conta, mas que responsáveis estrangeiros sublinham com interesse e admiração. Na literatura, nas artes plásticas, no cinema, nas ciências, nas modernas tecnologias, no desporto.

Somos hoje uma comunidade linguística que conta cerca de 150 milhões de seres humanos, prevendo-se, à entrada do ano 2000, que esse número se eleve acima dos 200 milhões, realidade que nos confere um peso no concerto das nações que nos trará decerto benefícios e também novas responsabilidades.

Nesta histórica cidade de Évora, património artístico incomparável, que não nos pertence só a nós, Portugueses, mas à Humanidade, no Dia de Portugal e nesta hora de esperança, é chegado o momento de sacudir o desânimo e a descrença, de afastar definitivamente o pessimismo nacional, que há tantas décadas nos acompanha. Portugueses de hoje, temos o dever de encarar o futuro com confiança e determinação, conscientes do que nos cumpre fazer, das imensas potencialidades de Portugal.

Dêmos a palavra às novas gerações e incitemo-las a entregar à Pátria, livremente, a criatividade da sua juventude. Saibamos estar à altura do melhor da nossa história e da nossa cultura. Em solidariedade, ergamos o nome de Portugal no Mundo, com feitos e obras valorosas, ao serviço do homem, da nossa terra e da paz.

MÁRIO SOARES

DISCURSO DIA PORTUGAL – 1995

CIDADÃOS LIVRES DE UM PAÍS LIVRE *

*** Discurso proferido em 10 de Junho de 1995, no Porto, na sessão solene comemorativa do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades.**

É esta a última celebração do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades em que participo, como Presidente da República.

Seria, pois, natural que ela servisse para uma reflexão aprofundada sobre os grandes desígnios nacionais e a responsabilidade que nos cabe neste tempo tão cheio de incertezas e desafios.

Infelizmente, limitações físicas temporárias, óbvias, impedem-me de a fazer com o desenvolvimento de que gostaria. Espero que todos compreendam e me desculpem. Aproveitarei, para tal, melhor oportunidade.

Assim, dirijo a todos os portugueses, qualquer que seja o lugar do Mundo onde se encontrem, uma breve mensagem de solidariedade, reafirmando-lhes a esperança nos destinos de Portugal e apelando ao empenhamento e participação de todos na construção de um futuro colectivo mais próspero e mais justo.

Herdeiros de uma história tão antiga e valorosa e de uma cultura rica e plural, que tem em Camões o seu símbolo maior e mais universal, teremos de saber renovar e valorizar, na hora presente, complexa e insegura, a vocação humanista que nos singulariza, defendendo e reforçando a língua em que comunicam duzentos milhões de seres humanos de todos os continentes.

Na União Europeia a que pertencemos, por direito próprio e não por favor alheio, teremos de ser portadores de uma voz original e clara que afirme a nossa identidade e que lute por um projecto europeu ambicioso, visando para além dos cálculos imediatistas do deve e do haver e da mera regulamentação dos bens e serviços económicos.

Para que o projecto europeu se cumpra e possa ter uma dimensão autónoma entre os dois outros grandes pólos de desenvolvimento mundial, Estados Unidos e Japão, a Europa tem de

ser sobretudo cidadania, cultura, ciência, modernidade, solidariedade e activa promoção da paz. Sem esquecer a defesa do ambiente, a luta tão actual e necessária contra o racismo, o respeito pelas diferenças, a diversidade cultural, a comunhão de ideais e de valores.

Esta é a esperança mais funda e legítima e só ela pode mobilizar a energia dos europeus. Penso ser esse o contributo insubstituível a dar à construção de um Mundo melhor, na qual nós, portugueses, devemos activa e conscientemente participar.

Cidadãos livres de um país livre, os portugueses sabem hoje que o futuro lhes pertence por inteiro, em termos políticos. As dificuldades, por maiores que sejam, e a camadas da população, não podem ser motivo de alheamento ou de descrença, de passividade ou de revolta contra os agentes políticos e as instituições democráticas. Têm de ser usadas como estímulo para mudar o que está mal. Incito-vos, por isso, a que sejais exigentes, criativos, insatisfeitos e ousados. A democracia só assim estará viva, contendo em si mesma as forças que a renovam e aperfeiçoam.

Neste dia, que é de unidade nacional e de solidariedade, não podemos esquecer os que são excluídos e marginalizados, os que sofrem dificuldades e privações graves: os desempregados, os mais pobres, os doentes, os imigrados, os idosos. E por eles que temos o dever de lutar. A democracia, que é o regime da tolerância, tem de ser, cada vez mais, rigor ético, responsabilidade cívica, probidade e participação a todos os níveis. Para se enraizar tem de se identificar com a defesa activa dos desprotegidos e das minorias e garantir, na liberdade, a segurança. Acredito numa Pátria que, de facto, lugar digno, na igualdade de direitos e oportunidades. Por este ideal sempre tenho lutado, como sabem, desde a minha juventude.

Neste dia de tão intenso simbolismo, nesta cidade do Porto, terra de liberdade, trabalho e progresso — de onde, como se diz «houve nome Portugal» — dirijo-me aos portugueses, com confiança no futuro e esperança nas suas capacidades.

No Mundo de hoje, só pela cultura se afirma a identidade de um povo. Só pela educação e pela ciência se consegue o desenvolvimento e a prosperidade partilhada. Só apostando no homem e na sua condição, exaltante e contraditória, se podem construir duradouramente os caminhos do futuro. Renovo, com emoção, o compromisso assumido perante vós e que tudo sempre tenho feito para cumprir: na assumpção das diversidades político-partidárias, procurar *unir os portugueses e servir Portugal*.

Para mim, na fidelidade às responsabilidades em que o povo livremente me investiu, não pode haver maior honra nem combate mais estimulante, ao serviço da Pátria e da República.

RAMALHO EANES

DISCURSO DIA DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA – 1976

NAS COMEMORAÇÕES DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA (05.OUTUBRO.1976)

Portugueses

Acabamos de assistir ao desenrolar duma cerimónia igual àquela que há 66 anos marcou o fim de um regime e prometeu ao povo português um caminho de progresso, de liberdade e de paz, que foi ideário da república.

Pelas mãos de um capitão de outubro subiu no mastro a mesma bandeira que anos depois os capitães de abril tornaram promessa de um futuro melhor.

Ontem como hoje o mesmo símbolo.

Ontem como hoje as mesmas promessas.

Ontem como sempre – o povo:

Não há revolução que nasça sem a sua adesão;

Não há revolução que persista sem o seu concurso;

Não há revolução que não morra se trair os seus interesses e anseios mais profundos.

Em 25 de abril de 1974 recomeçamos a experiência democrática a que o golpe militar de 1926 pusera termo.

Neste dia em que celebramos a implantação da república será ajustado que meditemos nas razões das suas contradições, nas raízes da sua vida agitada, nas determinantes do seu ocaso violento.

Atribuir às forças anti-democráticas o derrube dos regimes democráticos é juízo certo e fácil.

Reflectir nos erros que favoreceram a acção de tais forças e asseguraram o seu êxito é exercício imperativo para transformar as promessas de sempre em realidades de hoje.

A república de outubro como a república de abril herdaram dos regimes que derrubaram uma

organização administrativa incapaz de responder às necessidades crescentes de intervenção do estado na vida económica e social.

A criação duma estrutura administrativa sólida e eficaz, honesta e competente é condição necessária ao êxito das reformas que é inadiável empreender.

A i república não resistiu contudo à tentação de fazer dos lugares da administração pública ou empresarial um meio de aumentar a clientela política dos partidos do poder.

A ii república enfrenta o desafio de tornar a administração num instrumento qualificado de intervenção do estado ao serviço dos cidadãos.

Não se pode aceitar por mais tempo a dominação de sectores estratégicos da vida do país, por forças políticas mais empenhadas em atingir objectivos meramente partidários do que em promover o serviço colectivo.

Não é admissível a persistência do oportunismo que vem abolindo de forma sistemática os critérios de recrutamento e selecção de promoção e distinção, pelos quais se avalia o mérito e se consagra a competência.

É preciso que fique claro que se não se puser termo à desagregação dos serviços públicos à sua instrumentalização por organizações políticas a corrupção que se manifesta em total impunidade a incompetência que se tem generalizado a todos os níveis à existência de instituições de que ninguém conhece utilidade ou qualquer contributo se não se puser termo a estas situações, sublinho, seremos responsáveis por ter posto em causa um dos alicerces em que assenta a sociedade democrática.

Reconstruir o estado:

fechando o que é inútil

Concentrando os recursos disponíveis

Criando unidades com técnicos capazes

Simplificando processos e modernizando métodos melhorando as condições de trabalho e de remuneração

Eis um programa que não pode deixar indiferentes quantos devotam à função pública a sua capacidade de servir o país.

A república de outubro deixou dissolver na indisciplina social os fundamentos dos ideais que o povo aclamou neste lugar.

Para não repetir os erros de ontem teremos de alargar a todas as áreas da vida individual e colectiva o respeito permanente da legalidade democrática. Teremos de fazer do cumprimento do dever a primeira regra da liberdade pessoal, aceitando voluntariamente o limite natural que resulta dos direitos e garantias dos outros cidadãos.

A história mostra-nos que a libertinagem na expressão do pensamento pode ser o mais perigoso inimigo da liberdade de imprensa, que se inscreveu entre os grandes objectivos das revoluções democráticas deste século. O preço que tivemos de pagar pela recuperação dessa liberdade deve conduzir-nos a usar hoje conscientemente o novo direito de informar e ser informado. Havemos de varrer dos hábitos colectivos os miasmas da ignorância e do erro, sem fazer das palavras um instrumento de ódio. Cada português tem direito à sua integridade moral e a violência mais temível nem sempre é a que põe em risco a segurança física.

Mas a solidez da república passa também obrigatoriamente pelo prestígio e eficácia da justiça. A primeira condição da democracia é a fé do povo nas instituições às quais compete a defesa do estado de direito.

Importa pois que os tribunais disponham de todos os meios necessários à celeridade da sua acção e que todos nos habituemos a viver num país em que a didáctica da democracia resulte em larga medida da aplicação tempestiva da justiça.

Para defender o povo e as instituições democráticas teremos de eliminar definitivamente qualquer suspeição que envenene a confiança que deve pautar as relações sociais. Hoje como no passado, a democracia só sobreviverá se varrermos do país as sequelas da insurreição. Não poderemos consentir a tentação do bombismo, que afectou a confiança dos cidadãos na i república e que ainda perturba a nossa vida colectiva. A linguagem de violência que se instalou no país com os atentados bombistas e a prática de sevícias tem que ser banida dos nossos hábitos sociais por uma acção rápida de esclarecimento dos crimes e punição dos responsáveis. Não se permitirá por mais tempo qualquer sombra sobre a decisão que assumimos de construir o futuro por meios democráticos.

Vamos entrar novamente em mais um período eleitoral. Trata-se de legitimar os órgãos que irão governar as instituições de poder local.

Também aqui a responsabilidade histórica impõe que se voltem os olhos para a primeira república.

A experiência diária de cada um é o melhor juiz sobre a exiguidade dos meios de que estão dotadas as câmaras municipais para se tornarem em verdadeiros centros de vida política.

As câmaras municipais são a base da organização democrática de qualquer sociedade. Há pois que dotá-las de capacidades de intervenção que lhes permita deixar de ser meras agências dum poder central distante que cobra impostos e distribui favores de acordo com a cor política ou as influências pessoais. A i república fez da criação de autênticos poderes locais uma das suas bandeiras. Breve esqueceu, porém, tais promessas.

Será um erro, porventura fatal, para a democracia que pretendemos construir limitá-la às instituições nacionais.

É na organização do dia a dia que hão-de criar-se condições à participação de cada cidadão nos problemas que lhe respeitam.

O estado, e com ele a política, há-de ser sempre abstracto e distante se não tiver a sua expressão no escalão do poder em que os cidadãos estão aptos e permanentemente interessados em participar.

O povo português vem aguardando com justificada expectativa a reabertura da assembleia da república. A história do parlamento da i república serviu já de reflexão á assembleia constituinte na configuração das relações e na distribuição de poderes dos novos órgãos de soberania.

Espera-se que essa reflexão seja agora aprofundada na prática diária evitando as intrigas ociosas, as alianças oportunistas, as guerras sem sentido, que só poderão conduzir ao seu distanciamento dos interesses e das aspirações reais do povo que a elegeu.

Os episódios de funcionamento dos antigos parlamentos, deixaram no subconsciente colectivo ideia dum mundo diferente longínquo e de influência mais ou menos incerta nos destinos do país.

Há que robustecer a confiança do povo português na sua assembleia e basear o seu prestígio na fidelidade aos anseios de um povo sedento de paz, de progresso e de justiça.

A natureza dos partidos políticos: as suas formas de organização e funcionamento; a existência de organizações políticas para além dos partidos, não podem também deixar de merecer a reflexão que justifica o acontecimento que hoje se comemora.

O carácter urbano e mesmo lisboeta de quase todos os partidos da i república, a sua incapacidade para alargar a base real de apoio em termos geográficos e sócio-profissionais

determinaram a sua fragilidade e a tendência para o manobrismo político das alianças efémeras. Os partidos foram em larga medida um fenómeno localizado na capital e não raro travaram, mesmo pela força, as associações políticas e profissionais autónomas que um pouco por toda a província se constituíram.

Muitas destas características enformam a realidade política de hoje. Os partidos são essenciais na via pluralista que o povo português escolheu. Mas a sua função assenta na existência de alternativas de programas e de acção e não apenas na montagem duma estrutura para a conquista do poder.

Mas se a via política não se esgota nas organizações partidárias há que reconhecer igualmente que os movimentos ditos de reconstrução ou os que se baseiam numa mística de transformação violenta, constituíram e constituem uma ameaça á democracia que tem de ser eliminada.

Em democracia não há lugar para a clandestinidade.

Só não aparece à luz da lei quem prossegue finalidades que a contrariam.

Só manobra na sombra quem não tem confiança no programa que defende para pedir sobre ele o voto do povo.

A história da i república e o prolongado parêntesis que se lhe seguiu, demonstraram claramente que não há dentro da democracia alternativas que violem as suas regras, nem salvadores que não respeitem os seus processos.

As forças armadas tiveram na vida agitada da primeira república um papel nem sempre coerente, muitas vezes perturbador, que desmente as teorias de quantos procuram assentar na ponta das armas os fundamentos da democracia.

A vida democrática não floresce à sombra dos tanques ou sob a ameaça das espingardas. Atentam contra a ordem democrática aqueles que à semelhança dum passado longínquo ou recente procuram conquistar para as suas ideias e pôr ao serviço dos seus programas, os soldados e os quartéis; as forças armadas servem e defendem a ordem constitucional e não se deixarão atrair por aventuras de que seriam as primeiras a pagar o preço.

São complexas as tarefas de reconversão das suas estruturas no contexto duma sociedade que quer atingir em paz e liberdade os objectivos que definiu. Mas estarão particularmente atentas aos desvios de caminho ou de ritmo à margem das legítimas instituições.

Portugueses

Temos à nossa frente dificuldades que havemos de enfrentar com coragem e vencer com determinação.

Não basta sonhar belos ideais – é preciso procurar as soluções adequadas, realistas e concretas para os problemas que dia a dia iremos encontrar.

Pensar este país em termos de retórica ou basear as nossas atitudes em conceitos que pouco ou nada coincidem com o pensar e sentir da maioria do povo português seria pelo menos suicídio político.

Pensar este país como se ele fosse a projecção de lisboa seria abrir caminho a divisões perigosas e ao exacerbar de regionalismos doentios.

Temos de superar as sequelas das sementeiras de ódio com que quiseram dividir-nos.

Temos de ultrapassar as contradições que conduziram aos caminhos forçados da emigração de muitos dos nossos melhores operários, técnicos e empreendedores.

Temos de nos convencer que é pelo trabalho que recuperaremos o sentimento da nossa identidade e da nossa independência.

Temos de deixar de vez a lamúria e o pessimismo de quantos voltaram as costas ao futuro.

A reconstrução deste país é um problema de cada um; a ninguém é pois legítimo demitir-se dos seus deveres e deixar de cumprir as suas responsabilidades.

Viva Portugal.

RAMALHO EANES

DISCURSO DIA DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA – 1983

NAS COMEMORAÇÕES DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA (05.OUTUBRO.1983)

Senhor Vice-Presidente da Assembleia da República

Senhor Ministro da. Educação

Senhor Procurador Geral da República

Senhor Secretário de Estado da Habitação

Senhor Secretário de Estado do Fomento Cooperativo

Senhor Governador Civil de Braga

Senhor Comandante da Região Militar

Senhor Presidente da Câmara

Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Minhas Senhoras e meus Senhores

A Câmara Municipal de Famalicão promoveu neste Dia da República uma homenagem a um dos seus vultos mais significativos.

Por este modo, estabelece-se uma ligação entre os ideais da Primeira República, onde os valores da liberdade, da igualdade e da fraternidade não esquecem o propósito liberal na descentralização com os objectivos que hoje prosseguimos, certamente tendo em conta os ensinamentos do passado e a continuidade dos valores da nossa cultura.

Mas esta iniciativa corresponde também a um dos programas onde se afirma a vitalidade do poder local.

A acção política exerce-se num quadro social concreto, formado pelas possibilidades do presente e pelas oportunidades do futuro, mas também referenciado pela memória dos êxitos e dos fracassos do passado.

E sendo a nossa vida política tradicionalmente dominada pelos acontecimentos da cidade e, de um modo muito pronunciado, pelos acontecimentos da capital, é importante e necessário que os órgãos do poder local, em todas as regiões do país, assinalem o seu contributo próprio para o nosso percurso colectivo.

Esta homenagem a Bernardino Machado tem, sem dúvida, um carácter nacional.

Contudo, e para além disso, corresponde à satisfação de uma responsabilidade daqueles que são eleitos pelo população local para defender os seus interesses e os seus direitos, uns e outros correctamente entendidos.

É uma realização que importa sublinhar e louvar, manifestando o dinamismo e o empenhamento dos responsáveis autárquicos.

A vida política de Bernardino Machado constitui um exemplo marcante e impressivo do que significa e do que exige, em Portugal, o empenhamento do cidadão consciente na evolução da sociedade a que pertence.

E se hoje prestamos aqui homenagem à seriedade e à dedicação desse empenhamento, não será apenas para recordar uma figura ilustre da nossa História.

Importa, sobretudo, meditar no que esse valor exemplar traz como ensinamento útil e necessário para as questões do presente, certamente distintas nos seus pormenores e circunstâncias históricas, mais ainda produto da mesma identidade social, variada e complexa, que é Portugal.

Bernardino Machado foi colocado perante a necessidade de escolha em situações difíceis, onde a permanência das questões concretas e imediatas ou a intensidade dos conflitos poderiam levar ao esquecimento dos valores essenciais de coerência política.

A exigência de orientar as acções colectivas impõe que o responsável político assuma as suas decisões com método, com rigor e com eficácia sem nunca transigir no enfraquecimento dos valores éticos que presidem aos seus objectivos políticos.

Terá sido a segurança dessa coerência ética, sem a qual não há política de rigor e eficácia, que justificou para Bernardino Machado a procura permanente dos entendimentos e dos consensos possíveis, de modo a que a expressão plural dos diversos interesses sociais não fosse apagada pelos confrontos de personalidades ou pela incompatibilidade dos programas políticos.

Em toda a sua intervenção pública, mostrou que o destino de um regime político é uma obra

colectiva que exige participação, mobilização, seriedade e rigor.

Bernardino Machado poderia ter seguido a sua carreira de académico ilustre. Preferiu empenhar a sua capacidade no serviço do seu País e manter a fidelidade aos objectivos que considerava necessários, mesmo quando isso lhe trazia a crítica dos seus amigos.

Poderia ter abandonado a actividade política depois de ter prestado, no plano interno e no plano externo, relevantes serviços a Portugal, preferiu continuar a tentar encontrar uma solução política que permitisse a continuidade democrática.

Não mereceu o destino de assistir ao fracasso da Primeira República.

Cada personalidade política existe no contexto do seu tempo, das suas condições de acção, dos seus problemas específicos.

Mas o exemplo de homens como Bernardino Machado deve ser meditado, ao menos para que o seu sacrifício tenha um sentido real para as gerações futuras.

A homenagem que aqui lhe prestamos, no Dia da República, é o reconhecimento da sua coragem e coerência no respeito integral pelos direitos democráticos e na fidelidade aos valores da justiça, do entendimento, da solidariedade e da liberdade.

E é também, no Portugal de hoje, uma prova de afirmação do poder local que assume, nos seus quadros institucionais próprios, o seu papel na defesa dos nossos valores democráticos e a sua relação estreita com as nossas raízes culturais.

É, por tudo isto, uma prova de confiança no nosso futuro de liberdade, de justiça e de solidariedade.

MÁRIO SOARES

DISCURSO DIA DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA – 1986

NAS COMEMORAÇÕES DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA (05.OUTUBRO.1986)

UMA REPÚBLICA MODERNA[47]

Há 76 anos, do alto desta varanda, um homem livre, José Relvas, proclamou, em nome do Povo, uma República de homens livres, que, apesar das vicissitudes, dos erros e de prolongados eclipses, se mantém viva no sentimento popular.

Celebrar o 5 de Outubro constitui, pois, um acto de homenagem à memória dos homens generosos, lúcidos, patriotas, que, num momento decisivo, souberam assumir o anseio colectivo de modernização e de reforma, dando sentido a um ideal de liberdade e a uma vontade de justiça. Olhado a esta luz, o 5 de Outubro permanece como um acontecimento histórico vivo que se abriu sobre o futuro e que, por isso, mantém plena actualidade.

E na fidelidade ao que na Revolução de 1910 perdura e é para nós exemplo e lição — um alto sentido da Pátria e o amor insubstituível pela liberdade — que devemos comemorar esta data que o tempo não conseguiu apagar da memória dos Portugueses. Durante anos, ela foi mesmo um símbolo de resistência, inscrito no coração dos Portugueses que combatiam a opressão e lutavam em defesa da cidadania.

Em 25 de Abril de 1974, outros homens igualmente generosos voltaram a saber escutar o sentido profundo da Pátria e, ao restituí- rem a liberdade e a dignidade a um povo acorrentado e traído nos seus mais nobres ideais, cumpriram de novo o 5 de Outubro.

São hoje diferentes os desafios que os novos tempos nos lançam. Neste ano de 1986, comemorar a República é afirmar a nossa vontade de consolidar e aperfeiçoar a democracia e as instituições livres que temos, respondendo às exigências e aos anseios da actualidade, por forma a dar vida plena a uma verdadeira República moderna.

[47] Discurso proferido em 5 de Outubro de 1986, por ocasião da comemoração do Dia de Implantação da República

A República moderna funda-se numa sociedade livre, aberta e pluralista. E uma República de cidadãos. Assume a participação, a qualidade de vida, a defesa do ambiente e do património histórico e cultural, a descentralização, o direito à diferença, a livre iniciativa, o associativismo, a criatividade, como valores fundamentais.

E construída pelos homens e para os homens, no respeito dos direi- tos humanos. Alicerça-se na tolerância contra o fanatismo, no espírito crítico contra o dogmatismo, na cidadania contra a massificação.

O grande desafio que se põe às sociedades modernas é o do bem-estar e do direito à felicidade individual dos seus membros, garantindo- -lhes, ao mesmo tempo, a liberdade e a segurança. A felicidade individual torna-se tanto mais fácil quanto mais livres, participadas e justas forem as instituições. Para tanto, o Estado deve descentralizar-se, procurando substituir-se cada vez menos à iniciativa dos cidadãos e tornando-se cada vez mais o verdadeiro garante da solidariedade nacional e social. E necessário saber compatibilizar a justiça com a iniciativa, o risco pessoal com a solidariedade, a liberdade com a segurança.

Neste final do século XX , Portugal, assumindo o seu destino europeu e a modernidade científica, tecnológica e cultural, tem de saber estar à altura da sua generosa vocação universalista, honrando a sua gloriosa história de Nação afectivamente repartida por vários continentes.

O que se exige agora dos Portugueses é que saibam decifrar os sinais de um mundo em mudança, preparando-se para os novos tempos e para os novos desafios que o final do século lhes anuncia. Protagonistas, no passado, de momentos decisivos para a história da Humanidade, terão de ser capazes de tomar em mãos o seu próprio destino, sem complexos injustificáveis, construindo uma sociedade justa, livre e solidária, confiante nos seus próprios valores e na certeza do seu futuro.

Assim se cumprirão os desígnios nacionais anunciados em 5 de Outubro e em 25 de Abril, momentos únicos de reencontro do Povo com a Pátria.

Viva a República!

Viva Portugal!

MÁRIO SOARES

DISCURSO DIA DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA – 1995

NAS COMEMORAÇÕES DA IMPLANTAÇÃO DA REPÚBLICA (05.OUTUBRO.1995)

ACTUALIDADE DO ESPÍRITO REPUBLICANO[48]

Esta é a última vez que, na qualidade de Presidente da República, participo na cerimónia evocativa da Revolução do 5 de Outubro, que todos os anos se tem realizado nesta histórica varanda da Câmara Municipal de Lisboa.

E, pois, com emoção que estou hoje aqui, comemorando a implantação da República, data para mim de tantas e tão profundas ressonâncias políticas e pessoais e a que, como é sabido, atribuo um alto significado cívico e evocativo.

Ao longo da minha vida pública sempre procurei honrar a tradição republicana, apelando ao culto dos ideais e dos valores cívicos que constituem o cerne do espírito republicano: a dedicação ao bem público, entendida como serviço prestado à comunidade, a humildade democrática, dessacralizando o exercício das funções políticas, o respeito pelos outros e pelas suas diferentes opiniões, a honradez, a sobriedade no exercício do poder, a tolerância, o patriotismo.

Durante a Ditadura, celebrar o espírito republicano era, por si só, afirmar o direito à liberdade. Era ser do contra, situar-se em favor da democracia.

Nestas mais de duas décadas que passaram desde o 23 de Abril, tive sempre a preocupação de fazer com que a lição do Liberalismo e da República nos iluminasse — procurando inserir-nos nas generosas tradições de uma história em que avulta a vontade de progresso e de mudança, a devoção à Pátria e o altruísmo, cuidando, ao mesmo tempo, de evitar os erros, as hesitações e os excessos, que sempre utilizaram os inimigos da Liberdade e da República nas suas campanhas de sistemática demolição dos ideais progressistas.

Como Presidente da República, procurei sempre pôr em evidência, nos meus dois mandatos, o espírito republicano — o valor da tolerância, do respeito pelos adversários e pela dignidade

[48] Mensagem dirigida ao País, em 5 de Outubro de 1995, assinalando o Dia da República, nas comemorações dos Paços do Concelho, em Lisboa

das pessoas —evitando o dogmatismo e o fetichismo passadista, olhando para a nossa história com espírito crítico e por forma científica, de modo a fortalecer o civismo. Por isso mesmo, patrocinei e participei em imensos encontros e seminários em que esses temas foram estudados e de- batidos, à saciedade. Alguns deles tiveram uma enorme preocupação de actualidade, fortalecendo a sociedade civil e a participação de to- dos na *res pública*. Nos últimos anos, aliás, a bibliografia sobre a I República enriqueceu-se muito, com a revelação de novas fontes de conhecimento e frutuosas inovações, na forma de abordagem historiográfica dos temas em análise.

Considero, porém, que não é apenas no plano histórico que a República contém ensinamentos. O espírito republicano é algo de vivo e de actual, que importa esteja presente na juventude. Por isso mesmo, tenho defendido a necessidade de continuar a construir uma *República moderna,* fiel ao essencial da lição cívica e patriótica do movi- mento republicano, mas que faça suas as grandes causas do nosso tempo e interprete no bom sentido os sinais de viragem e transformação que se fazem sentir neste final do milénio. Sempre sonhei uma II República fraterna, generosa e tolerante, aberta a todos — sobretudo aos mais pobres, aos marginalizados e aos discriminados — capaz de integrar, na igualdade, os nossos irmãos africanos, brasileiros e timorenses que resolverem viver e trabalhar entre nós.

É preciso dar à educação cívica da nossa juventude um enorme impulso pois só a formação e a informação podem garantir progressos fundamentais na nossa vida pública e novas oportunidades para todos. Esse foi sempre um dos grandes ideais republicanos. Temos, pois, de desenvolver a democratização da cultura e de criar uma ver- dadeira cultura democrática, como um hábito, na nossa vida política, assegurando a todos formas activas e exigentes de participação, de empenhamento e de cidadania. E necessário criar uma nova relação entre o Estado e a Sociedade, tornando a democracia numa prática quotidiana c exigente, que responsabilize os cidadãos, a todos os níveis de participação.

A nossa juventude tem dado, nos últimos anos, sinais de inconformismo e de consciência cívica que importa estimular, porque constituem a melhor prova de que o testemunho está a ser passado entre as gerações. Não há certeza que me seja mais reconfortante e mais grata.

É este o caminho que importa percorrer, sem desistências, passividade ou pessimismo, independentemente das dificuldades e dos de- safios que temos pela frente. C o m vontade de vencer! Sabendo que República tem de significar criatividade, rebeldia, inovação, devoção aos outros e à Pátria.

Ao celebrarmos a República, neste lugar de tantas memórias, voltados essencialmente para o futuro, prestamos igualmente homenagem aos seus inspiradores, doutrinadores, militantes e

heróis, entre os quais se encontram alguns dos melhores portugueses da nossa História.

Muitos dos sonhos desses patriotas não puderam ser realizados, pelas vicissitudes dos tempos ou pelos erros dos homens. Cumpre-nos retomá-los, actualizá-los e desenvolvê-los. O nosso regime democrático está consolidado. A alternância, regra de ouro da democracia, funcional como há dias, mais uma vez, se verificou. Temos grandes problemas e importantes desafios a vencer. E certo! Mas não nos deixemos intimidar. Encarêmo-los com determinação, na fidelidade aos grandes ideais humanistas da liberdade, da fraternidade e da solidariedade. Esse deve ser o compromisso que, no presente, assumimos com o futuro. Para bem de todos os portugueses.

RAMALHO EANES

DISCURSO DE TOMADA DE POSSE – 1976

MENSAGEM TOMADA DE POSSE 1º MANDATO RAMALHO EANES – 14 julho 1976

Como presidente da república e chefe do estado maior general das forças armadas - na tomada de posse na assembleia da república(14.julho.1976)

Senhor presidente

Senhores deputados

Portugueses

Este acto de investidura de um presidente da república que apenas deve este cargo ao sufrágio dos seus concidadãos, culmina um longo e penoso caminho de resistência do povo português a opressão e é um marco decisivo na institucionalização da democracia.

Ao mesmo tempo, este acto de investidura de um presidente da república que acaba de jurar a constituição livremente elaborada pelos legítimos representantes do povo, consagra a derrota das minorias que se opuseram as transformações políticas, económicas, sociais e culturais, agora traduzidas num projecto de vida colectiva baseado na justiça, na igualdade, no respeito pelas liberdades e no progresso partilhado por todos.

Foi um duro e difícil caminho de resistência até um 25 de abril em que as forças armadas restituíram a este povo o seu próprio país, a este país o seu lugar no mundo e a si próprias a sua verdadeira função social.

Foi um movimento de juventude e de renovação, enraizado nas lutas de meio século, que não cedeu a tentação de usar o poder em proveito próprio, antes soube devolver aos cidadãos a escolha do seu destino e a definição do seu futuro. Arredados que andávamos da prática democrática, inexperientes no campo da actividade sindical e cooperativa, condicionados por um sistema totalitário que lançou raízes nas formas de organização e nos comportamentos individuais, nem sempre as nossas experiências na construção difícil da democracia se ajustaram, nestes últimos dois anos, aos processos e as metas definidas pelos homens do 25 de abril e por quantos se bateram para que portugal e os portugueses fossem livres.

Mas a firmeza com que o povo português soube responder a todas as situações ditatoriais, a sua determinação de viver a liberdade e a paz, demonstraram a justeza do programa do mfa e a firme adesão do povo português a sua mensagem, que em 25 de novembro de 1975 ficou de novo claramente expressa.

Ao iniciarmos um novo período na vida da nossa pátria, legitimamente constituídos os diversos órgãos de soberania que caracterizam um estado de direito, cabe aqui a evocação e a homenagem a quantos na resistência a ditadura ou no movimento das forças armadas deram o melhor de si próprios, quantas vezes a vida, para que a todos os portugueses coubesse decidir em liberdade a pátria que queriam ser.

A uns e outros evoco e saúdo na pessoa do presidente da assembleia da república e nos camaradas de armas presentes nesta assembleia ou nos seus postos de comando e de trabalho.

Não quero aqui antecipar-me à história no registo dos nomes. Ela o fará com perspectiva e com justiça. À história, pois, o que a história pertence.

Apresentei-me aos portugueses com o compromisso solene de cumprir a constituição, não como um quadro de referência, mas como um projecto de vida colectiva, apontando para metas concretas e estabelecendo como caminho o respeito permanente pela vontade do povo português livremente expressa.

Hoje jurei perante o país e o mundo defende-la; e ao fazê-lo, mais uma vez me comprometo a assegurar e desenvolver as condições que hão-de garantir o primado do estado de direito democrático e as bases. De uma sociedade socialista.

A eleição do presidente da república significou, de forma inequívoca e clara, a adesão a um projecto político que lhe foi apresentado sem ambiguidades e com realismo. Esta adesão responsabiliza todos os portugueses na participação efectiva na construção de um estado e de um regime de que a constituição e o fundamento.

Definido este quadro, está delimitado o campo de actuação das forças políticas. Não há, pois, lugar para actuações que visem a restauração dum passado que o povo português claramente rejeitou, nem serão toleradas quaisquer tentativas de criação de poderes paralelos, radicados em actividades de carácter insurreccional que só podem conduzir de novo a miséria e à ditadura.

Projecto de vida colectiva, quadro de garantia da democracia e do seu desenvolvimento, directriz de todas as participações individuais ou colectivas, a constituição representa a realidade e as conquistas revolucionárias que o 25 de abril desencadeou, e consagra a

eliminação do golpismo e da anarquia a que o 25 de novembro pôs termo.

Jurei defender a constituição e cumprirei com fidelidade o meu dever. Mas esse é também 0 dever de todos os cidadãos democratas e patriotas, e de todos os outros órgãos, instituições e agentes do estado. Estou certo de que todos assumiremos as responsabilidades históricas que nos cabem, neste iniciar de uma nova era na vida de uma pátria que soube sempre escrever, a seguir a cada crise, uma nova página de grandeza.

Exercerei o cargo de presidente da república consciente de que um estado de direito democrático se caracteriza pela pluralidade e independência dos órgãos e poderes constituídos. Comprometo-me a respeitar a esfera de cada um, a exigir de todos o cumprimento integral da sua missão e a todos garantir as condições do seu correcto exercício.

As forças armadas assumiram, ao depor em 25 de abril um regime anti-democrático, o pesado encargo de lançar os fundamentos de um estado participado. Nos dois últimos anos, o exercício do poder político assentou na legitimidade revolucionária e na fidelidade a um programa que agora se concretiza na própria legalidade constitucional.

No prolongamento das responsabilidades que os militares assumiram em 25 de abril de 74, a constituição consagra o conselho da revolução como a expressão política das forças armadas, como garante do seu cumprimento e da fidelidade ao espírito do 25 de abril, a par de lhe atribuir funções legislativas em matéria militar.

A entrada em vigência plena da nossa lei fundamental e dos órgãos nela instituído; representando a materialização de compromissos tomados, contribuirá eficazmente para a coesão e operacionalidade das forças armadas, no exercício da missão que lhe cabe na defesa da democracia e da independência nacional. Esta é também a melhor garantia do que o conselho da revolução cumprira correctamente os fins que lhe são inerentes e lhe estão justamente atribuídos, e contribuirá de modo decisivo para o equilíbrio e unidade de acção que ao presidente da república compete assegurar.

Na assembleia da república se consubstancia a própria democracia pluralista. A historia do funcionamento dos parlamentos em portugal constitui matéria de reflexão e fonte de ensinamentos. A oposição deve ter neste país um lugar e uma voz. Mas tem que constituir uma alternativa real, e não um mero exercício lúdico de querelas partidárias, para que se não transforme de oposição a um governo em oposição à democracia.

A vida na assembleia constituinte foi um capítulo de luta e coerência nos agitados tempos da sua existência. Envidarei todos os meus esforços para dignificar a actividade desta

assembleia, mas é no ajustamento da sua pratica a situação real do pais e as aspirações concretas do povo que assentam as determinantes do seu prestígio.

Os tribunais são as únicas instituições a quem compete administrar a justiça, protegendo os interesses dos cidadãos e defendendo a legalidade. Ninguém ignora a diversidade do espectro político de algumas regiões do país. Da força moral que representa o funcionamento independente dos tribunais e da sua capacidade para verter na vida as regras constitucionais e as novas leis, depende em larga medida o clima de autoridade democrática e a garantia de igualdade dos cidadãos. A cedência a quaisquer pressões, se por um lado não dignifica os tribunais, por outro ofende gravemente os princípios democráticos em que assenta a nova sociedade, uma sociedade em que não haja mais lugar para o medo, nem para a impunidade do terrorismo e do crime.

Senhores deputados

Portugueses

A democracia em Portugal e possível; e sendo possível, tem de ser viável. O país tem cada dia uma consciência mais clara das dificuldades que nos assoberbam. Generalizou-se a irresponsabilidade e a incompetência quantas vezes usurpando o nome e os interesses dos trabalhadores – e avançou-se largamente no campo da irracionalidade económica, que poderia conduzir a muitos lugares, mas não por certo a democracia, e muito menos ao socialismo.

Cabe ao governo encontrar os caminhos da viabilidade em que assentam em larga medida os avanços das conquistas das classes mais desfavorecidas, mas todas as forças políticas serão de certo modo responsáveis pela criação de condições que permitam a concretização do programa que esta assembleia vier a aprovar. Não se espera o monólogo, nem o diálogo de surdos. A consciência da gravidade da situação, presidirá a procura de formas de actuação política que, sem prejuízo de uma indispensável actividade política, saibam salvaguardar o essencial para este povo, que e a defesa da paz, da liberdade e de um progresso real e duradouro.

A recuperação da situação económica, passando por uma política de austeridade, não poderá porém limitar-se ao seu aprofundamento, num país que de há largos anos detém os padrões de vida mais baixos da europa, essa europa que constitui local de trabalho e ponto de referência para mais de um milhão de trabalhadores portugueses.

A exploração não pode voltar ou continuar onde ainda existia, e esta recuperação não se fará em nenhum caso a custa dos legítimos direitos dos trabalhadores, das suas organizações e

associações, e evidentemente só os poderá favorecer. Mas para que a economia, a democracia, e o próprio país se salvem, e indispensável que todos os trabalhadores de facto trabalhem e produzam como se impõe, e com uma crescente maturidade política, e no cumprimento do dever patriótico, recusem frontalmente demagogias irresponsáveis, ilusões utópicas, vantagens imediatas que se traduzem em prejuízos irreparáveis a curto prazo, reivindicações irrealistas e formas de actuação que neste momento só podem servir a falência do portugal novo e democrático, com o consequente e inevitável regresso ao passado.

A rentabilização do sector nacionalizado e a criação. De condições de exercício aos empreendimentos privados que permitam o relançamento do investimento, são objectivos que e imperativo atingir a curto prazo. Importa prosseguir uma politica de melhoria de condições de vida das classes mais desfavorecidas, com prioridade para os trabalhadores cujos salários se situam abaixo da media nacional, nomeadamente no sector da agricultura, da função pública, das pequenas e medias empresas e reformados. Por outro lado, ao mesmo tempo que importa combater, na medida do possível, o aumento do custo de vida, há que desenvolver condições que possibilitem a criação de novos postos de trabalho, pondo termo a situação dramática dos desempregados e de muitos dos deslocados de áfrica.

O país exige um ponto final no lamentável espectáculo dum sistema educativo que não funciona, e que dia a dia continua a hipotecar o nosso futuro, pela sua demissão na formação das gerações que hão-de garantir ao nosso pais as condições de progresso e de independência.

Há que lançar programas ousados no domínio da habitação e da são de, e que encontrar soluções que melhorem a qualidade de vida das populações da cintura dos grandes centros urbanos, onde vivem desenraizados os que abandonaram os campos e as aldeias na procura de sobrevivência para si e para os seus.

O conjunto de transformações que se torna necessário dinamizar, exige uma organização administrativa qualificada e eficiente, e, em consequência, a dignificação da função publica, de forma a ultrapassar a situação de bloqueamento em que se vem arrastando.

Nos vários sectores de actividade, temos de terminar com quaisquer formas de irresponsabilidade e corrupção, impondo o primado da seriedade e da competência.

E para atingir todos estes objectivos, precisamos ainda de órgão de comunicação social que não sejam factores de perturbação, veículos de mentiras, difamações ou injúrias, campos de batalha fomentando a agressividade ou o ódio entre as pessoas, mas que sirvam antes, em todas as circunstâncias, para informar e esclarecer honesta e serenamente, contribuindo de

modo decisivo para um consciente empenhamento do povo português nas ingentes tarefas da reconstrução nacional.

Senhores deputados

Portugueses

Esta hora é de optimismo e de esperança.

Mas julgo que trairia as expectativas do povo que me elegeu, se não tivesse dado testemunho de alguns dos principais problemas que a todos afligem.

Para os resolver, assegurarei ao governo condições de autoridade e de eficácia que lhe permitam corresponder a esperança que é legítimo nele deposite um povo cansado de viver num pais provisório e sucessivamente adiado.

E neste país, com os seus recursos e com os seus filhos, que havemos de reencontrar a nossa dignidade e a nossa identidade nacional, criando uma sociedade mais rica e mais igual que todos sintam como sua.

Somos um povo amante da paz e queremos contribuir activamente para uma solução pacífica dos problemas que afligem a vida dos povos. Guiar-nos- emos pelo respeito dos outros na colaboração que com eles estabelecermos. Temos consciência da nossa dimensão e da nossa integração em espaços geográficos, económicos, culturais e afectivos que nos são afins.

Intensificaremos a nossa participação nesses espaços, na europa em que estamos integrados, no mundo de expressão portuguesa a quem nos ligam profundos laços afectivos e culturais; e colaboraremos com todos os países que connosco quiserem percorrer os caminhos da paz e comungar o pão da esperança, num mundo sem blocos e sem o desvio de poderosos recursos para a industria de armamento.

Não esqueceremos que da nossa realidade fazem parte muitas centenas de milhares de portugueses que noutros países procuram o que um regime padrasto lhes negou. Estou certo que a participação que já lhes e garantida nas eleições para a assembleia da republica, possa ser reforçada com outras formas que dêem ao país que somos a dimensão de um povo que transcende o seu próprio território, e procurar-se-á com pragmatismo encontrar com os países de acolhimento, a solução para os problemas concretos que os afligem.

Senhor presidente

Senhores deputados

Portugueses

Encerramos o "ciclo do império" e eis-nos perante a tarefa de continuar a pátria nas primitivas dimensões das terras que nasceram portuguesas. Emergimos da noite totalitária e logo tivemos de fazer face a repetidas tentativas do regresso a um passado em que só porventura mudariam os dominadores. Estamos mais pobres, mas a experiência vivida nos ensinou que a liberdade é um bem inestimável que merece a vida e sem o qual não há democracia nem dignificação do homem.

Temos a nossa frente dificuldades que é imperioso vencer para assegurar a consolidação da democracia e abrir caminho para uma sociedade socialista, no respeito permanente pela vontade do povo português. Impõe-se que as dificuldades não nos façam esquecer os verdadeiros objectivos e antes reforcem a determinação do nosso povo em construir a sociedade que claramente escolheu em três eleições livres nestes últimos dois anos.

Para isso impõe-se também que se viva o ambiente de estabilidade social e tranquilidade cívica, um espaço de tolerância e dialogo entre os cidadãos, um clima de concórdia e reconciliação nacional no respeito mútuo pelas divergências de opinião legítimas no quadro das instituições democráticas.

Temos de acabar com o sectarismo, a intolerância, a violência, o ódio; temos de acabar com os atentados, as perseguições, a agressividade nas relações entre as pessoas e os grupos. Temos de banir totalmente as sequelas do fascismo e realizar integralmente o 25 de abril.

E assim, nos caminhos da verdadeira justiça social, haveremos de construir um país em que haja uma liberdade igual para todos e todos possam viver em paz, com segurança e bem estar, a sua liberdade; haveremos de fazer desta terra, que é a nossa terra, uma pátria com lugar para todos os portugueses.

Mas, que fique bem claro, esta não e, não pode nem deve ser, tarefa de um homem, ou sequer de um governo: tem de ser tarefa de nos todos, tem de ser uma missão do povo português.

Como presidente da República, espero a colaboração e o contributo decisivo, dos vários órgãos de soberania, e também dos da administração e do poder local para a consecução destes grandes objectivos nacionais mas, como presidente da república, para os atingir apelo sobretudo para o povo português para uma experiência, consciência e uma cultura que tem atrás de si oito séculos de história, para um sonho transformado em projecto e um projecto que se quer transformar em realidade que tem à sua frente todo o futuro.

Hoje como em muitas encruzilhadas da nossa história, o povo português há-de reconciliar-se

em torno de um projecto verdadeiramente nacional e erguer um mundo novo nos limites das suas fronteiras.

Hoje como sempre que esteve em causa o seu futuro.

Saibamos todos ser dignos dessa história e deste futuro; saibamos ser dignos do povo a que pertencemos – e que Portugal se cumpra em Portugal.

António Ramalho Eanes

RAMALHO EANES

DISCURSO DE TOMADA DE POSSE – 1981

MENSAGEM TOMADA DE POSSE 1º MANDATO RAMALHO EANES – 14 janeiro 1981

Posse do presidente da república

(14.janeiro.1981)

Senhor presidente da assembleia da república

Senhor primeiro ministro

Senhor presidente do supremo tribunal de justiça senhores conselheiros da revolução

Senhores deputadosportugueses

As condições em que se realiza esta cerimónia de investidura são bem diferentes das que existiam no início do meu primeiro mandato.

Então, a incerteza e a insegurança ainda seriam os traços mais marcantes que se encontravam em todo o sistema político, mesmo que fossem ocultos pela nossa esperança democrática, pela convicção de que só a democracia permitiria resolver os graves problemas nacionais.

Apesar de termos depois atravessado um período de relativa estabilidade económica e social, persistiram tentativas de radicalizar o processo político.

As instituições, porém, resistiram e o resultado eleitoral de 7 de dezembro, por fim, consolidou- as. Temos hoje experiências feitas e certezas adquiridas; temos a demonstração de que as provas que um sistema democrático presta são sempre as suas melhores defesas.

Por isso encontro o primeiro e mais importante resultado da minha reeleição na expressão clara da vontade do povo português em manter, sem rupturas, o processo democrático aberto em 25 de abril e reafirmado em 25 de novembro.

Reconhecendo o comportamento democrático, o realismo responsável e a fidelidade ao espírito do 25 de abril, que procurei manifestar ao longo do meu primeiro mandato, a minha reeleição impõe um compromisso indeclinável.

Um compromisso indeclinável com o regime democrático, com um futuro de pluralismo, de convivência aberta e livre, de justiça e de tolerância, de estabilidade e de progresso.

Tendo sido critérios permanentes das minhas decisões, continuarão a ser os marcos orientadores da minha acção, por compromisso consciente e por imposição da vontade dos portugueses.

Não interpreto a reeleição como uma vitória pessoal.

Em democracia, não pode haver vitórias pessoais.

Ainda que, como acontece nas eleições presidenciais, não exista um confronto entre partidos nem entre programas de governo, a vitória é o êxito de um sistema de ideias e de concepções que são comuns a muitos responsáveis políticos, que são democraticamente afirmadas e praticadas por organizações e instituições, que correspondem aos anseios e sentimentos da maioria dos portugueses.

A democracia pluralista e a garantia de convivência livre e aberta entre concepções e interesses distintos são os principais valores políticos que saíram realmente vencedores.

E importa reter o seu significado, porque o pluralismo e a liberdade de expressão dos interesses sociais são valores permanentemente ameaçados.

Pudemos verificá-lo no período aditado e violento que antecedeu a institucionalização do regime democrático constitucional.

E mesmo depois disso, em múltiplas ocasiões e em diferentes oportunidades, foram defendidos projectos e concepções que admitiam o condicionamento das liberdades; que admitiam a limitação das relações e da legitimidade dos partidos políticos como fontes de representatividade do poder soberano dos eleitores; ou que admitiam ainda a utilização das posições de autoridade do executivo para condicionar a expressão legítima de correntes de opinião.

Em democracia, o pluralismo e a liberdade de expressão são valores absolutos. Mas constituem também pressupostos indispensáveis para responder à crise, conseguir a modernização e o desenvolvimento.

Não haverá esforço colectivo real e consistente baseado na exploração e na opressão.

Não haverá capacidade criativa se o nosso regime democrático não estiver aberto ao debate das alternativas, à capacidade crítica, à expressão das divergências. Só assim poderemos escolher o caminho mais eficaz e conhecer os sacrifícios que aceitamos suportar.

Competirá sem dúvida, ao estado democrático, responsabilidade de afirmação do interesse nacional. Mas as suas decisões só serão ajustadas e compreendidas se se basearem num exame atento das possibilidades em confronto e numa pedagogia aberta dos fundamentos aceites como válidos.

Neste sentido, foram superados pela expressão eleitoral o voluntarismo que se apoia na autoridade, e os projectos de concentração formal dos poderes políticos, que esquecem o pluralismo das vontades, bloqueiam a alternância, ameaçam a continuidade democrática e dividem os cidadãos.

E igualmente superadas se encontram as concepções que se apoiam em conceitos de vanguardas políticas ou sociais, estejam elas orientadas para objectivos revolucionários ou para o restauracionismo de privilégios.

Consubstanciando a defesa do consenso e do pluralismo, da legalidade e da estabilidade, a expressão da vontade eleitoral representa também a vitória das condições legítimas de revisão constitucional.

Os significados políticos da reeleição assentam na minha acção política passada e no programa que apresentei ao país.

Por isso, considero que se impõe, no momento solene da investidura no cargo de presidente da república e do juramento da constituição, reafirmar o quadro orientador que contém os critérios dos meus actos, onde reside o conteúdo da responsabilidade política que assumo perante os portugueses.

A democracia pluralista é o princípio superior a que se subordinam o estado, o sistema político e o quadro orientador das relações sociais, no reconhecimento de que só a expressão diferenciada dos interesses políticos e sociais permite a realização plena da liberdade e da dignidade do homem, a afirmação responsável dos seus direitos e deveres, a garantia permanente dos vínculos de solidariedade que unem e obrigam a todos os cidadãos.

A liberdade é valor indiscutível que a democracia pluralista garante e que assegura a todos e sem excepção os direitos de livre expressão, de livre associação, de acesso real às oportunidades, da sua realização no quadro das responsabilidades consagrado pelas regras democráticas.

A solidariedade social, resultante da integração de cada cidadão na comunidade nacional, impõe que se assumam inteiramente as exigências da vida colectiva em liberdade, garantindo condições de existência, de segurança e de apoio a que todos têm direito numa sociedade que recusa a opressão e a exploração.

A justiça, assegurando a igualdade perante a lei democraticamente legitimada e assumida, é o valor permanente que uma sociedade livre, aberta e responsável, não pode deixar transgredir, sob pena de se degradar na insegurança, na arbitrariedade, na luta fratricida e na violência.

A dignidade do homem ê a finalidade e o valor último para que convergem a democracia pluralista, a liberdade, a solidariedade social e a justiça, pelo que não admite qualquer desvio ao seu respeito integral e exige a sua consideração como objectivo permanente de toda a acção política.

A defesa da identidade nacional corresponde ao compromisso patriótico inviolável de assegurar a continuidade e o desenvolvimento das nossas raízes históricas e culturais, dos valores permanentes da nossa sociedade, em independência e com dignidade, e constitui a exigência suprema que vincula quem, servindo a pátria, serve os portugueses.

O respeito permanente por este quadro de valores fundamentais determina a dimensão ética em que considero dever situar-se o presidente da república como garante último da democracia e da unidade nacional.

No plano específico da função política do presidente da república, considero que, com uma legitimidade democrática própria que se justifica e o responsabiliza no seu programa de candidatura, tem as suas funções na política interna e na política externa definidas pela constituição que respeita e se obriga a fazer respeitar.

A autoridade que para o presidente da república decorre da sua eleição por sufrágio directo e universal permite-lhe ser, em termos efectivos, o garante da regularidade do funcionamento das instituições, o ponto de referência final do sistema, a última salvaguarda nos momentos de crise ou de emergência.

A dualidade de órgãos eleitos pelo mesmo processo exige, porém, no regime semi-presidencialista, mais do que em qualquer outro, a solidariedade institucional. Esta não significa a identidade permanente de concepções ou entendimentos. Traduz, sim, a estrita e rigorosa obrigação de respeito recíproco entre presidente da república, assembleia da república e governo, no quadro das respectivas competências constitucionais, e de acção concertada, para além de todas as divergências que porventura possam existir.

O presidente da república não faltará com a sua solidariedade institucional e com o apoio que desta deriva. A única condição do governo é a sua legitimidade democrática. A partir dai qualquer governo tem direito aos meios para governar e a obrigação de fazê-lo à única luz do interesse colectivo. De qualquer governo, sem acepção de partidos ou de pessoas, esperará sempre o presidente da república correcção, lealdade, transparência de processos, respeito pelas regras de relação entre os órgãos de soberania.

O presidente da república exercerá o seu mandato sem nunca ultrapassar as suas competências ou usurpar poderes alheios. Mas jamais prescindirá do exercício da sua autoridade constitucional, conforme as circunstâncias e as necessidades.

Realizado o objectivo que me propus, em 1976, de normalização das forças armadas, não acumularei as minhas funções políticas com quaisquer outras de natureza militar, salvo as que decorrem da qualidade de comandante supremo das forças armadas. Neste sentido, decidi que a transmissão de poderes para o novo chefe do estado maior general das forças armadas se fará até ao final do próximo mês de fevereiro.

No entendimento rigoroso do que é a defesa e a garantia da evolução estável do regime constitucional, exercerei o meu mandato, como o fiz no passado, com os objectivos permanentes de garantir a paz, a liberdade e a segurança, com a firmeza que impõe a legitimidade democrática da minha investidura.

Do mesmo modo, manterei no âmbito das minhas atribuições, os objectivos de procura dos consensos políticos e sociais, como factores de estabilidade e de coerência, de resolução dos conflitos pela negociação e de promoção das acções de cooperação entre interesses distintos que contribuam para o reforço da solidariedade social.

Como está estabelecido na constituição, não cabe ao presidente da república qualquer função própria no processo de revisão constitucional.

A responsabilidade pela revisão constitucional pertence integralmente aos parlamentares, que recebem o poder constituinte. Porém, o presidente da república, dentro dos limites das suas competências, assegurara o respeito pelas normas a que o próximo processo de revisão constitucional tem de obedecer.

Se estes são os princípios gerais a que se subordina a acção política do presidente da república, em função dos seus poderes constitucionais e das responsabilidades assumidas com a reeleição, é em relação a eles que se determina a sua posição perante as questões políticas concretas.

O presidente da república não tem, na nossa ordem constitucional, uma acção directa na área executiva.

Mas é sua obrigação estrita explicitar as coordenadas de interpretação das situações, realizando assim a sua missão de orientação superior da nossa vida política e criando as condições para que os grandes problemas nacionais sejam resolvidos em convergência de esforços.

A crise que atravessamos, onde os factores internos se conjugassem os factores externos, exige que os responsáveis políticos não abandonem os caminhos do realismo, da ponderação e da serenidade que têm vinco a ser percorridos nos últimos anos. Conseguimos encontrar as bases da estabilidade política, assegurando as condições de alternância e obtendo, pelo menos em relação às questões essenciais, espaços de consenso significativos.

Esse é um contributo importante para que possamos, agora, enfrentar com determinação as exigências da democracia, da modernização e do desenvolvimento.

Só o conseguiremos se soubermos compreender a necessidade da transformação e da mudança.

Por isso, teremos de decidir, com coragem política, com adequação social e com fundamentação técnica, quais as melhores condições de organização da actividade económica que permitam obter melhores resultados dos capitais disponíveis, do trabalho e dos sacrifícios que impomos às gerações actuais. Só assim será possível um desenvolvimento assente em condições sólidas é ajustadas aos novos desafios.

Teremos também de decidir, com igual coragem, quais os caminhos que queremos trilhar na modernização da agricultura, da indústria e do comércio, qual a nossa atitude perante a urgência de modernizar o sistema educacional, a produção e difusão da conhecimentos científicos, a criação cultural.

Só assim enfrentaremos os desafios do desenvolvimento e do progresso.

É importante o debate ideológico para a formação de uma consciência colectiva informada das alternativas existentes. Mas ele não nos pode distrair das tarefas necessárias, nem nos pode fazer perder as oportunidades que estão ao nosso alcance.

Nestes termos, o realismo que se impõe na decisão económica, olhando com coragem para o futuro sem ficarmos presos a considerações estéreis sobre o que foi o passado, exige também que se assumam inteiramente os imperativos de solidariedade social e de satisfação das expectativas legítimas de segurança, de justiça e de bem-estar que os portugueses alimentam.

A modernização e o desenvolvimento não se atingirão se as realidades prometidas se colocarem apenas num horizonte longínquo, incapaz de motivar o esforço no presente e os sacrifícios que se exigem no imediato.

Neste sentido, a participação de todos os agentes económicos, sejam empresários ou trabalhadores, técnicos ou investidores, de todos os grupos sociais, no debate e na formulação da política económica geral, não pode ser uma promessa vazia de conteúdo.

Mas, igualmente, não pode ser esquecido o compromisso político de protecção e de apoio aos que, menos capazes de exercerem um poder reivindicativo, são mantidos afastados dos benefícios do desenvolvimento.

Em todo este caminho complexo que nos conduzirá, pela consolidação da democracia política, pela concretização do princípio democrático nos domínios económico, cultural e social, terá um papel decisivo a comunicação social como veículo da máxima importância na formação de uma consciência e de uma vontade colectivas.

Será, contudo, necessário que os meios de comunicação social, especialmente a rádio e a televisão, não sejam utilizados como instrumentos de pressão política ilegítima ou de adulteração deliberada de notícias ou de fundamentos de decisão, para serem, como sempre devem ser, espaços de expressão pluralista, de alternativas e de concepções. Se não for assim, a comunicação social trai a sua responsabilidade democrática, aviltando os seus profissionais e prevertendo um instrumento essencial na organização das sociedades modernas.

Mais do que no passado recente, essencialmente orientado para a procura da clarificação e da estabilidade política, importa agora que o debate das alternativas que se colocam na determinação de uma política de modernidade seja enriquecido pela produção de uma informação séria, verdadeira e responsável.

Isso se espera, como condição conscientemente aceite, de todos os responsáveis pela comunicação social e que cada um dos seus profissionais.

Senhor presidente

Senhores deputados

Vivemos tempos de transformações, de mudança, de superação de concepções tradicionais.

Defrontamos novos problemas, reconhecemos novas condicionantes da vida em sociedade, encontramos, em toda a sua extensão, o desafio da construção do futuro.

Já vencemos, na nossa história, outras crises globais, outras situações de transformação e de inovação, outros momentos em que a capacidade colectiva derrotou os que, fechados no seu conservantismo e dogmatismo, anunciavam a catástrofe.

Conhecemos bem os comportamentos de recusa perante o que é novo, a negatividade sistemática dos velhos do restelo, a crença fantasista em salvadores-iluminados, a tendência para os messianismos secularizados.

Nascidos, como entidade política autónoma e independente, da evolução histórica da europa, das suas condicionantes económicas, sociais e religiosas, cedo manifestámos a nossa vocação universalista.

Exercemos uma função crucial na abertura da europa ao mundo, iniciando o ciclo imperial europeu no memento exacto em que as condições materiais permitiam a expressão e o desenvolvimento da concepção universalista da renascença.

Fizemos o mundo conhecido, relacionámos culturas, desenvolvemos a convivência fraterna com outros povos, contribuímos para a concepção aberta e ecuménica que marca a cultura europeia, no nosso modo singular de entender e realizar a relação entre os homens.

Voltámos à unidade das terras que nasceram portuguesas, encerrando o grande ciclo da expansão europeia, quando as condições geopolíticas de afirmação da vontade, da concepção e da identidade europeias transformam e modelam em novos termos as possibilidades da sua expressão.

Regressados à europa, partilhamos com o velho continente uma crise de orientação que, tendo aspectos específicos em cada país, marca profundamente as condições de expressão dos nossos valores de cultura e de civilização.

Nestes tempos de perturbação, em que teremos de responder aos que querem impor o seu dogmatismo imobilista, parece-me bem que se recordem as palavras de um dos nossos pensadores: "...quando a crise enfim se manifesta a claro, a ideia que ocorre à maioria dos homens é a do simples regresso à estabilidade antiga (...). Esta ideia, porém, tem o inconveniente de ser quimérica, e de chegar somente a soluções transitórias, que hão-de desabar catastroficamente. É necessário um equilíbrio novo, que seja essencialmente um equilíbrio dinâmico, por assim dizer: não a harmonia da uma coisa estática, mas o decorrer dialéctico de um movimento, – o que torna evitáveis as revoluções sangrentas. A elite que viveu até aí do tradicional, já não tem remédio senão inventar, conceber com audácia, corrigir seus rumos (...). No que toca à sociedade e ao viver político, torna-se indispensável avançar sem termo por "mares nunca dantes navegados", e passar a ideia dos descobrimentos

para o íntimo domínio do espiritual.

Inventar, revolucionar, andar, transformar pela história as instituições históricas, procurar a igualdade e a fraternidade entre os homens, desejando a aproximação de um ideal longínquo...

Só no momento em que a nação portuguesa adoptar enfim esse modo de ver e essa mesma concepção da sua própria história – só então, digo, terá adquirido a consciência plena da sua personalidade e do seu destino: e estará de posse, pois, das condições intelectuais do seu ressurgir e dos rumos progressivos da sua vida pública".

É em confronto com estas palavras que podemos estabelecer um juízo sobre o caminho já percorrido pela nossa democracia.

O nosso estado democrático caminha para a plena consolidação. Dispõe das condições necessárias para orientar Portugal neste período difícil e de profundas transformações.

Demos, nos últimos anos, passos seguros e que serão continuados, na via da descentralização e do respeito pela autonomia das regiões insulares, reconhecendo a legitimidade dos interesses diferenciados que aí encontram a sua expressão.

Longe de enfraquecerem o estado ou de lhe reduzirem a eficácia, essas condições aumentaram a capacidade de realização e de satisfação das necessidades das populações e deram uma consciência mais firme, porque mais flexível, à unidade nacional.

As exigências democráticas são claras e imperativas para a responsabilização dos detentores do poder, que não podem limitar a criação de condições para que cada comunidade local e regional possa desenvolver livremente as suas capacidades e assim participar, livre e conscientemente, na construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna.

As linhas fundamentais da nossa política externa estão claramente definidas no que se refere à europa, à aliança atlântica, aos estados de África e da América latina a que nos ligam fortes laços de história e de interesse mútuo, e aos países árabes. Iniciámos uma acção de valorização das comunidades portuguesas espalhadas no mundo, obra ainda incompleta e longe de satisfazer as naturais expectativas dos emigrantes e os reais interesses de Portugal.

Permitem-nos afirmar a nossa capacidade singular no diálogo internacional, contribuir para a redução dos conflitos e das tensões, reforçando o prestígio de Portugal na comunidade das nações.

Permitem-nos ainda a afirmação dos nossos interesses, a maximização de oportunidades e o

reforço das ligações externas através da organização de um sistema de relações económicas internacionais estável e equilibrado.

Senhor presidente

Senhores deputados

É neste quadro de esperança e de responsabilidade que assumo, como presidente de todos os portugueses, perante esta assembleia e perante o país, o compromisso solene de defender e de garantir a nossa democracia aberta, expressa nas suas dimensões de participação política, de desenvolvimento económico, de solidariedade social e de criação cultural, respondendo aos desafios do presente e construindo um futuro de progresso e de fraternidade.

Os tempos actuais são exigentes pelas dificuldades que nos colocam.

Os tempos futuros são, pelas oportunidades que se nos oferecem, pela experiência que recolhemos e pela consciência e serenidade que saberemos manter, espaços abertos de realização e de afirmação do nosso destino colectivo.

Saibamos todos ser dignos da nossa história e do nosso futuro.

Saibamos ser dignos do povo a que pertencemos.

Assim cumpriremos Portugal.

MÁRIO SOARES

DISCURSO DE TOMADA DE POSSE – 1986

MENSAGEM TOMADA DE POSSE 1º MANDATO MARIO SOARES – 9 março 1986

UNIR OS PORTUGUESES, SERVIR PORTUGAL[49]

Depois de ter jurado por minha honra «cumprir e fazer cumprir a Constituição», as minhas primeiras palavras são para saudar o povo português, garante da perenidade da Pátria — um a pátria com mais de oito séculos de história e que representa uma cultura, uma forma peculiar de estar no Mundo e uma língua, hoje falada por cerca de 150 milhões de seres humanos. E aos Portugueses, a todos os portugueses, sem esquecer os emigrantes espalhados pelo vasto mundo, e que com o seu trabalho honram Portugal, que exprimo o compro- misso do meu empenhamento e da minha solidariedade.

Fui eleito pelos Portugueses para desempenhar o alto cargo de Presidente da República nos próximos cinco anos, que considero decisivos para assegurar um futuro de desenvolvimento a Portugal, no quadro da Comunidade Europeia, a que agora pertencemos por direito. Findo o período de transição para a democracia plena, sou o primeiro Presidente civil eleito, diretamente, por sufrágio popular. E uma escolha que me honra e que me responsabiliza.

Tudo farei para estar à altura da responsabilidade histórica que me foi confiada pelo voto livre dos Portugueses. Com isenção e independência, ao serviço tão-só de Portugal e do que Portugal representa no Mundo.

Sou um homem de convicções e de fidelidade. É com humildade que lhe agradeço, Senhor Presidente da Assembleia da República, as generosas palavras de confiança e de apreço que me dirigiu, com a autoridade democrática e o talento que lhe são unanimemente reconhecidos. Foi com igual humildade e com o sentido pesado das responsabilidades que assumi, perante os Senhores Deputados, legítimos representantes do povo português, o meu compromisso para com a Nação.

[49] Discurso proferido na Assembleia da República, em 9 de Março de 1986, na Sessão Solene de Investidura como Presidente da República

Sempre considerei — e considero — a Assembleia da República como o centro vital da democracia. Honro-me de ter sido parlamentar. Deputado às Constituintes, fui sucessivamente reeleito em todas as legislaturas. Nos últimos dez anos vivi momentos históricos exaltantes neste hemiciclo, de que guardo indelével recordação. Num regime pluralista e pluripartidário, como o nosso, o papel do Parla- mento é primordial e insubstituível. E da eficácia da sua acção, no plano político e no plano legislativo, que em grande parte depende o regular funcionamento das instituições democráticas, de que sou, partir de agora, constitucionalmente, garante.

A Assembleia da República pode contar com o meu respeito, com minha solidariedade e com a minha cooperação. Estarei atento, como meu dever, às indicações desta Casa, que todos os democratas têm dever de prestigiar, e manterei com V. Ex.ª , Senhor Presidente da Assembleia, e com todos os partidos aqui representados, um diálogo atento e permanente.

Muito me honra também a presença, neste acto solene, de Chefes de Estado, de Primeiros-Ministros e de altos representantes de nações amigas com que Portugal mantém relações especiais. Desejo agradecer- -lhes e saudá-los calorosamente. A sua ilustre presença é u m testemunho de solidariedade para com o Povo Português, que muito me sensibiliza. E mais uma prova de que Portugal saiu definitivamente do isolamento internacional, em que tantos anos viveu, e que é hoje, graças ao 25 de Abril, um país prestigiado e respeitado na Comunidade Internacional.

Há, no entanto, um lugar vazio nesta sala, que impede que o nosso regozijo seja completo. Esse lugar deveria ter sido ocupado por um grande estadista, por um humanista, defensor das causas nobres e gene- rosas, um amigo sincero de Portugal. Refiro-me a Olof Palme. Um atentado brutal e absurdo — como todos os actos terroristas — roubou- -lhe a vida. Curvo-me, respeitosamente, perante a sua memória. Foi um homem de diálogo, de tolerância e de paz. Honro-me de ter sido seu amigo e companheiro de ideal durante quase três décadas.

O terrorismo representa hoje uma das principais ameaças ao desenvolvimento da democracia. Nos planos nacional e internacional. Por isso, as democracias têm de saber defender-se, pondo-se de acordo numa acção concertada e eficaz de luta contra o terrorismo, fruto amargo da violência, do fanatismo e da intolerância. Nas sociedades abertas a segurança é um bem tão precioso quanto a liberdade. O terrorismo, flagelo até há pouco desconhecido em Portugal, não pode ser hoje arredado, infelizmente, das nossas mais instantes preocupações. Tudo farei para que lhe seja dado um combate efectivo e sem tréguas.

O Povo Português, tradicionalmente pacífico e tolerante, elegeu-me porque confia na minha

capacidade para unir os Portugueses, contribuindo assim para criar condições de convivência cívica e de colaboração responsável entre todos, ao redor de objectivos claros que nos são comuns. Essa vontade de promover um clima de concórdia nacional não exclui firmeza e exigência, no respeito pelas regras democráticas e pelas leis da República. Nesse aspecto, serei inflexível. Consciente do perigo que sucessivas crises representam para o regime, tenho defendido que a estabilidade política e a paz social são condições indispensáveis para o desenvolvimento e a modernização de Portugal. O desenvolvimento, com verdadeira dimensão social — o que pressupõe correções e aperfeiçoamentos do sistema político e económico — é, com efeito, o grande desafio com que estamos confrontados, até ao fim do século, e que justifica o nosso empenhamento colectivo, com vontade de ganhar. E o desígnio capaz de unir os Portugueses nos próximos anos, congregando energias e boas vontades — a inteligência, a criatividade e o entusiasmo de muitos, e em especial dos jovens, para construir uma sociedade aberta, justa e de bem-estar e lutar sem descanso contra a pobreza, a ignorância e a intolerância que ainda atingem , infelizmente, tantos Portugueses. Para tanto, exige-se a responsabilidade solidária e a cooperação leal dos órgãos de soberania, cabendo ao Presidente da República, pelas suas próprias funções, ser um factor essencial de estabilidade, o natural mediador dos consensos possíveis. Esse será o meu principal objectivo.

Conheço bem as dificuldades de governar e sei, portanto, medir a importância que tem, para a acção governativa, a compreensão e o estímulo do Presidente da República. Sempre considerei um erro opor maiorias que não devem ser, em termos de defesa do regime, oponíveis. Por isso afirmei, antes e após serem conhecidos os resulta- dos eleitorais, que a maioria que me elegeu se esgotou no próprio acto da eleição. Para evitar ambiguidades. Considero, assim, ser meu dever trabalhar lealmente com os governos que tenham a confiança da Assembleia da República ou que por esta sejam viabilizados, quais- quer que forem. Asseguro, pois, ao actual Governo, embora minoritário, o meu apoio leal e a minha solidariedade, nos termos expressos.

Conheço e compreendo os problemas dos partidos, quer estejam no Governo, quer na Oposição. Os partidos são instituições essenciais à democracia — tão essenciais que sem eles não há democracia — e, por isso, é dever de todos os democratas prestigiá-los. Tendo renunciado a todos os cargos, direitos e deveres partidários, uma vez eleito Presidente da República — por os julgar incompatíveis com a função presidencial — estou em condições de assegurar a todos os partidos, com imparcialidade, e designadamente aos que têm representação parlamentar, uma cooperação isenta e que tenha em conta tão-só o interesse nacional. Tal como a entendo, a função presidencial não deve ser interferida por projectos

pessoais nem por egoísmos partidários, sejam de que natureza forem. Durante o meu mandato, os Portugueses estão certos de que isso n ã o acontecerá.

Vivi por dentro todas as crises políticas do regime e penso conhecer- -lhes as razões e os mecanismos subtis. Sei o que custam ao País. Os Portugueses têm a garantia de que tudo farei para as evitar, poupando perdas de tempo irreparáveis e recursos que nos fazem falta e serão melhor aplicados numa estratégia nacional de desenvolvimento.

Disse-o aos Portugueses durante a campanha eleitoral e reafirmo-o hoje, com solenidade: serei o Presidente de todos os portugueses, e não apenas daqueles que em mim votaram.

E nessa qualidade que desejo prestar uma homenagem sincera, neste momento e neste lugar, ao m eu ilustre antecessor, o Presidente da República cessante, general Ramalho Eanes. Conhecidas que são algumas divergências que pertencem agora ao passado, estou à vontade para enaltecer o papel que desempenhou o Presidente Eanes no processo político e militar com plexo que conduziu à estabilidade democrática, ao longo dos seus dois mandatos.

Desejo igualmente saudar, com todo o respeito, os candidatos à Presidência da República que defrontei na primeira e na segunda volta das eleições presidenciais e o valioso contributo que deram para o esclarecimento democrático dos Portugueses.

Completa-se hoje um ciclo da vida portuguesa. Outro com eça, em plenitude democrática, que gostaria fosse marcado pela confiança dos Portugueses em si próprios e nas potencialidades de desenvolvimento de Portugal. Podemos hoje olhar o futuro com esperança.

No passado próximo vivemos crises difíceis, um processo político- -social complexo e sinuoso, ultrapassámos dificuldades económicas e financeiras que pareciam invencíveis, sofremos frustrações e choques de diversa índole, alguns de grande gravidade. A tudo resistimos. E resistimos sem nunca p ô r em causa os interesses nacionais essenciais e sabendo preservar e aprofundar as instituições democráticas pluralistas, nascidas com o 25 de Abril.

E o momento de prestar homenagem aos militares de Abril, sem a coragem e o patriotismo dos quais nada teria sido possível. Não esqueceremos nunca o que lhes devemos. E é tempo, igualmente, de saudar a instituição militar —as Forças Armadas—, que, na sua hierarquia, profissionalismo, disciplina e lealdade democrática, tem contribuído decisivamente para consolidar, por forma que representa um grande exemplo, o regime saído da vontade popular. As Forças Arma- das, de que sou a partir de hoje, por inerência, o Comandante Supremo, incumbe, constitucionalmente, o importante papel da defesa militar da República.

Dotá-las das condições necessárias ao cumprimento das suas missões, à sua modernização e reestruturação, é , pois, uma exigência nacional.

A segurança dos Portugueses e a absoluta garantia dos seus direi- tos e liberdades, bem como dos seus direitos e deveres económicos, sociais e culturais, são imperativos constitucionais do Estado democrático. Os tribunais são órgãos de soberania a quem incumbe, na administração da justiça, assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados. Saúdo, respeitosamente, os Magistrados portugueses, de todas as categorias, que são um pilar essencial na manutenção e aperfeiçoamento do Estado de direito.

Como garante da unidade do Estado, desejo saudar os órgãos próprios das regiões autónomas e assegurar-lhes uma leal e efectiva cooperação. A autonomia regional constitui uma das grandes realizações da nossa democracia, que importa prosseguir e desenvolver, visto que trouxe inúmeros benefícios às populações insulares.

E unanimemente admitido que o poder local constitui uma pujante realidade democrática. Por isso merece toda a minha solidariedade. Com efeito, as autarquias têm sido uma escola de democracia, possibilitando a participação e o empenhamento de milhares de cidadãos na vida da comunidade e em defesa dos interesses locais e regionais. Aprofundando a tradição municipalista, tão celebrada por Herculano, o poder local tem modificado, com as suas realizações, a própria estrutura de Portugal e trazido às populações melhoramentos sem paralelo na nossa história contemporânea.

Durante a campanha eleitoral assumi voluntariamente compromissos políticos e culturais, que desejo neste momento reiterar. Agirei no respeito escrupuloso das minhas competências, observando em relação aos outros órgãos de soberania a separação e interdependência estabelecidas na Constituição. Tudo farei para garantir a estabilidade política e institucional, de acordo com a responsabilidade que me foi conferida pelos Portugueses. E nesse quadro que considero ser meu dever tomar as iniciativas que entenda adequadas aos grandes objectivos nacionais. Sempre entendi que o Presidente deve acompanhar a acção governativa, mas não tem de se intrometer nas decisões de política corrente. O Presidente da República é portador de um desígnio nacional e compete-lhe, no âmbito dos seus poderes, ser um factor de orientação e de referência, em termos genéricos, que permita a realização progressiva daquele desígnio, com tempo, serenidade e moderação.

Não hesito em identificar esse desígnio nacional, nesta nova fase da vida portuguesa, com a estratégia para o desenvolvimento, a reforma do Estado, a modernização da Sociedade e a

afirmação da vitalidade indesmentível da nossa Cultura. S ã o objectivos interliga- dos que importa prosseguir sem perda de tempo, suscitando para tanto amplos consensos e fazendo apelo aos Portugueses de boa vontade.

É óbvio que há divisões, conflitos e contradições na sociedade portuguesa, que se exprimem livremente, como é próprio das sociedades abertas, e que se não podem ignorar. Mas, longe de nos paralisarem, devem estimular a nossa criatividade e capacidade de concertação, dado que em democracia os conflitos se dirimem pelo voto e pela aceitação da regra da alternância democrática.

Quero endereçar à população de Macau a expressão da minha solidariedade e apreço. Tudo farei para lhe garantir as melhores condições de estabilidade, de progresso e de desenvolvimento.

Desejo também exprimir aqui a minha preocupação relativamente à situação de Timor Leste, que tem sido acompanhada por Portugal, nos últimos anos, com tealismo e persistência, de harmonia com as regras do direito internacional. Nos termos da Constituição, Portugal continua, relativamente a Timor Leste, vinculado às responsabilidades que lhe incumbem. É na fidelidade a esses princípios e responsabilidades que continuaremos a afirmar e a lutar, na medida das nossas possibilidades, pelo direito imprescritível do povo de Timor Leste à autodeterminação e independência.

Neste momento solene e na presença tão honrosa de ilustres personalidades nacionais e estrangeiras, seja-me permitido endereçar, em nome de Portugal, as nossas saudações à Comunidade Internacional. Portugal é hoje uma nação de paz e que luta, esforçadamente, pela paz no Mundo. Fiel às suas alianças tradicionais, membro fundador da Aliança Atlântica e membro de pleno direito da CEE, Portugal n ã o esquece os laços fraternos e de excepcional afectividade e solidariedade que o unem aos Países Irmãos de África de língua oficial portuguesa e à grande Nação Brasileira. N ã o esquece, igualmente, a presença portuguesa que a história deixou repartida pelo Mundo e que o trabalho dos nossos emigrantes, que efusivamente saúdo, rejuvenesce cada dia.

A fidelidade às nossas origens e o culto renovado da nossa identidade cultural são trunfos decisivos na batalha do futuro, em que esta- mos empenhados neste final do século. Ao Presidente da República competirá dar o seu patrocínio a acções que visem promover externa e internamente a cultura portuguesa e a voz da Pátria. Queremos fazer de Portugal um a terra de gente livre e solidária. U m a terra de progresso, de prosperidade e de cultura. E um sonho que está ao nosso alcance realizar. Retomemos a esperança e ganhemos confiança no esforço próprio. Muito depende de nós. Saibamos despertar a iniciativa criadora de trabalhadores e

empresários. Façamos confiança à inteligência portuguesa — aos nossos professores, cientistas, técnicos, escritores, artistas. Dêmos à juventude condições para construir, pelas próprias mãos, o futuro que lhe pertence. Sejamos, sobretudo, solidários com os mais pobres e os mais carecidos — os idosos, os doentes, os deficientes. Com eles está a preocupação permanente e a solidariedade activa do Presidente da república .

Nesta hora de responsabilidade e de alegria, nesta sala de tantas e tão antigas tradições liberais, na presença dos nossos convidados, seja-me permitido reafirmar o meu compromisso nacional: unir os Portugueses, servir Portugal.

MÁRIO SOARES

DISCURSO DE TOMADA DE POSSE – 1991

MENSAGEM TOMADA DE POSSE 2º MANDATO MARIO SOARES – 9 março 1991

IMPERATIVO NACIONAL[50]

Proferido o compromisso constitucional de «defender, cumprir e fazer cumprir a Constituição», perante a representação nacional, expressa neste Parlamento, e perante os altos corpos do Estado, aqui também reunidos, as minhas primeiras palavras serão para agradecer, com humildade sincera e pleno sentido das minhas responsabilidades, ao Povo Português, fundamento primeiro e último da soberania nacional, ter-me honrado de novo com a sua confiança — pela forma expressiva como o fez — para continuar a presidir aos destinos da República, nos próximos cinco anos. No desempenho das funções em que acabo de ser investido, tudo farei para ser em absoluto fiel a essa confiança reiterada e ao juramento solene que acabo de proferir, no entendimento que tenho da Constituição, da sua letra e do seu espírito, que é bem conhecido, e como garante que sou, por imperativo constitucional, do regular funcionamento das instituições democráticas, legitimadas pelo voto popular, e dos princípios inspiradores do Estado de Direito, que somos, baseado na observância da lei e da legalidade, no respeito pelos direitos humanos e das minorias e na aceitação, a todos os níveis, do pluralismo e da alternância democrática.

Quero agradecer a Vossa Excelência, Senhor Presidente da Assembleia da República, as generosas palavras que me dirigiu, ao saudar-me em nome dos Senhores Deputados, e assegurar, a esta ilustre Assembleia, o meu respeito, como sede principal da democracia portuguesa, e a minha intenção de estreita cooperação e solidariedade.

Ao iniciar um segundo mandato, como Presidente da República, não devo furtar-me a uma breve reflexão sobre o caminho percorrido, nos últimos cinco anos, que hoje se completam — as grandes mutações ocorridas na vida nacional e, principalmente, no plano internacional — considerando-as obviamente numa perspectiva de futuro. Trata-se de avaliar o percurso

[50] Discurso da tomada de posse, em 9 de Março de 1991

feito, o seu sentido e alcance, por forma objectiva, mas, sobretudo, de procurar discernir as linhas do futuro, para melhor o preparar para as gerações que despontam.

O meu compromisso de há cinco anos foi «unir os portugueses e servir Portugal», com absoluta independência política, colocando-me numa posição de equidistância em relação aos partidos políticos, que respeito por igual, oferecendo uma solidariedade institucional sem falhas ao Governo legítimo, porque resultou do voto popular expresso nas eleições legislativas de 1985 e de 1987, observando, e fazendo observar, as regras de jogo *normais* numa sociedade aberta, que implicam concertação cívica, espírito de tolerância, respeito pelas mino- rias e plena igualdade entre os partidos, qualquer que seja a sua representação parlamentar, em especial no acesso aos meios de comunicação social sob tutela do Estado.

O compromisso de então reassumo-o hoje, nos mesmos termos e fazendo a mesma leitura da Constituição, com plena consciência, todavia, de que os próximos cinco anos serão diferentes, porventura mesmo mais difíceis e com desafios bem mais complexos a vencer. Faço-o, entretanto, com idêntica determinação, fiel a mim próprio, com total devoção ao bem comum e à ideia que tenho *de* e *para* Portugal, repetidamente exposta em diferentes oportunidades, mas de- certo com um conhecimento mais aprofundado dos problemas nacionais, e da sua ordem de prioridades, bem como das resistências burocráticas, dos grupos de pressão e dos mecanismos entorpecedores da Sociedade Civil e do Estado.

Conheço hoje melhor Portugal e os portugueses. Percorri o País em todos os sentidos, de norte a sul, do litoral ao interior, o continente e as ilhas atlânticas; contactei amplamente as populações, como porventura ninguém antes o fizera tão sistemática e intimamente, pro- curando auscultar os seus diferentes segmentos sociais, tão diferencia- dos entre si, e ouvir as opiniões das pessoas responsáveis, dos mais distintos padrões culturais e condições sociais. Além disso, visitei os portugueses da diáspora, dispersos pelos vários continentes — que daqui saúdo com especial carinho —, e tenho procurado aperceber-me das pulsões do País profundo, do sentido e evolução dos costumes, dos modos de pensar, de reagir e dos sentimentos, frustrações e ambições dos portugueses.

Portugal mudou muito, nos últimos anos, e vai mudar muito mais ainda. Somos hoje uma Nação muito diferente — e melhor — do que éramos em 25 de Abril. Temos perante nós, em aberto, exaltantes perspectivas de futuro. O Mundo mudou, igualmente, por forma aceleradíssima, em especial a Europa, em que naturalmente nos inserimos. Os portugueses devem ter plena consciência dessas mudanças e preparar-se para elas, com criatividade e sentido inovador. Por isso, a política, obviamente, e as concepções estratégicas para o desenvolvimento e adaptação de Portugal, ao mundo que aí vem, devem também mudar, bem

como o discurso, as propostas e quiçá mesmo os objectivos políticos, a curto e médio prazo. Não vamos navegar, como nos anos que passaram, com uma realidade internacional bem definida, com parâmetros seguros que pareciam imutáveis. Os condicionalismos mudaram. Tudo é agora incerto e complexo. Mas a navegação à vista da costa, timorata e sem alma, que claramente é a que comporta menos riscos, não será porventura a mais compensadora no plano nacional. Teremos de aceitar riscos ponderados e reaprender a navegar ao largo, na linha de uma grande ambição nacional que foi comum aos nossos melhores antepassados — aqueles que ainda hoje recordamos.

O ciclo da transição da Ditadura para a Democracia, que vivemos nas décadas passadas, está completo e encerrado. Não, que a nossa democracia não comporte aperfeiçoamentos ou não possa ser aprofundada, mediante uma maior participação e um mais amplo pluralismo. Claro que pode, deve e é importante que isso aconteça. Mas no sentido em que é inimaginável, na Europa de hoje, um regresso, em Portugal, a situações antidemocráticas e, portanto, que certo tipo de discursos radicalizados, num sentido ou outro, de antagonismos e de contradições, que vivemos e tanto nos ocuparam e preocuparam no passado recente, se encontram hoje definitivamente ultrapassados. Já não mobilizam ninguém. Julgo que os homens políticos e os parti- dos terão vantagem em ser os primeiros a aperceber-se disso, procedendo em conformidade.

A descolonização e todas as sequelas desse período tão dramático como inevitável, dado o condicionalismo anterior, constituem outro exemplo de uma temática esgotada, que pertence igualmente ao passado. Os historiadores concerteza, em tempo próprio, oferecer-nos-ão os seus juízos, com a objectividade possível. Serão seguramente interessantes e válidos. Mas o potencial de controvérsia que a descolonização ainda encerra, por maior que seja, importa pouco à sociedade portuguesa de hoje e, muito menos ainda, aos países africanos lusófonos, abertos à paz e ao pluripartidarismo. O que interessa agora — e isso sim é actualíssimo — é aprofundar a nossa cooperação com os países africanos de expressão portuguesa, a todos os níveis, na igualdade, no respeito mútuo e na reciprocidade de vantagens, cimentando em bases sólidas a comunidade de afecto e de língua que nos une já e estimulando as tão necessárias relações de compreensão, amizade fraterna e de entreajuda.

Nesse sentido, seja-me permitido saudar com satisfação e uma ponta de orgulho lusófono, a tão significativa e promissora evolução democrática em países como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe — em especial os Presidentes eleitos Mascarenhas Monteiro e Miguel Trovoada e o seus respectivos Governos — países que se revelaram pioneiros, em África, dessa imensa mutação democrática que está em curso nesse continente mártir, e que a nós, portugueses, com manifesta vocação africana, importa seguir atentamente, estimular e

ajudar, com todas as nossas forças. Saúdo igualmente os esforços perseverantes de paz que estão a ser feitos em Angola e Moçambique — com significativa participação portuguesa, no primeiro caso — e que representam uma condição imprescindível para o desenvolvimento desses países irmãos.

Somos hoje uma Nação plenamente inserida na Comunidade Europeia e desde há cinco anos participamos, activamente, na sua construção. O choque europeu foi indiscutivelmente benéfico para Portugal, concorrendo para uma acelerada modernização global da sociedade e influenciando a evolução das próprias mentalidades. Tenho dito que a integração europeia foi de certo a mutação mais significativa que ocorreu na história contemporânea portuguesa, tendo apenas paralelo no 25 de Abril. Os períodos de transição previstos no Tratado de Adesão estão, no entanto, a chegar ao seu termo. Sem prejuízo de novos quadros de apoio que venham a ser negociados, temos de nos habituar a viver dos recursos próprios e da criatividade e força de trabalho dos portugueses, em regime de duríssima competitividade na área dos Doze. É uma situação nova. Todos sabemos que não vai ser fácil. Mas não há alternativa. As índias que hoje temos para descobrir resultarão da nossa capacidade de potenciar os recursos próprios, de valorizar o trabalho, a criação da riqueza e o espírito de criatividade nacional. A modernização de Portugal — com todas as alterações profundíssimas que implica nas estruturas da Sociedade Civil e do Estado — é o nosso próximo objectivo, como antes foram a democratização, a descolonização, e a plena integração na Comunidade Europeia. E um objectivo que está ao nosso alcance, como os anteriores estiveram — apesar do que em contrário disseram os velhos do Restelo — mas que implica sacrifícios e gera contradições, desequilíbrios sociais e mesmo conflitos que têm de ser geridos com tacto, inteligência, no tempo próprio, com um grande sentido da concertação social e da sempre tão necessária coesão nacional.

A modernização de Portugal é um imperativo nacional, uma vez que se não ocorresse — ou viesse a dar-se parcialmente e apenas por simples arrastamento, conservando amplos espaços de arcaísmo e subdesenvolvimento na sociedade — nunca nos conseguiríamos integrar, como um igual, na Europa dos Doze. O que quer dizer que os portugueses — e sobretudo os jovens — para poderem aspirar, como é legítimo, a padrões de vida plenamente europeus, têm de ser capazes de criar novas formas de organização do trabalho e de estruturação das próprias vidas, empresas e actividades profissionais, em todos os domínios, com destaque para a produção científica, cultural, técnica e para a própria formulação de ideias novas — em liberdade, autonomia, pluralidade e em regime de pleno intercâmbio europeu mas também de grande competitividade. Digamos aqui, antecipando, que aquilo que vai acima de tudo contar nessa autêntica revolução pacífica, que é a modernização da sociedade

portuguesa, é a libertação da sociedade civil, entendida também como sociedade de cidadãos — livres, conscientes, determinados e participantes — muito mais do que as reformas também necessárias do Estado, o qual deixará, pela força das coisas, de ser proteccionista e em permanência interventor, para necessariamente ser, na Europa em construção, descentralizado, plural, aberto e supletivo, atento sobretudo às políticas de solidariedade, para poder corrigir as assimetrias regionais e as desigualdades sociais que a modernização não deixará de provocar, como um efeito perverso.

Nesse sentido, devemos estar muito atentos à erradicação das manchas de pobreza que subsistem — e aos novos pobres, marginalizados pelo progresso — e às condições inaceitáveis em que vivem, em autênticos *ghetos* sociais, os africanos imigrantes que trabalham em Portugal.

Os anos que aí vêm são, assim, de progresso, de grande mutação e de criatividade mas obrigam-nos, necessariamente, a grandes reajustamentos internos, de que muitos portugueses não terão ainda perfeita consciência. Para além do termo dos períodos de transição, com tudo o que para nós representa de concorrência acrescida, havemos de nos preparar, a partir de Janeiro de 1993, para as exigências do Mercado Único Europeu, com a crescente liberdade de circulação no nosso território de pessoas, serviços, mercadorias e capitais, da área dos Doze; teremos de nos preocupar com a segunda fase da União Económica e Monetária, que está em gestação e que implica uma obrigatória partilha de soberania; ter em conta a inevitabilidade da entrada do escudo no sistema monetário europeu; e, sobretudo, teremos de ser capazes de produzir ideias claras para a construção da União Política, que, quer se queira quer não, entrou na ordem das preocupações comunitárias uma vez verificada, com a guerra do Golfo e a crise do mundo comunista, a necessidade de uma coordenação efectiva das políticas externas e de defesa dos Doze, sem o que a Europa deixará de ter voz audível e peso, no concerto internacional. Se a isso acrescentarmos que, a partir de Julho deste ano, passaremos a fazer parte da *Troika* Comunitária e que em Janeiro de 92 — num período decisivo para a Europa e para o Mundo — assumiremos, pela primeira vez, a presidência da Comunidade, com todas as obrigações e responsabilidades internacionais que daí decorrem, havemos de reconhecer que o tempo urge — e não tem paralelo com o passado — que os desafios que teremos de vencer são novos, enormes e estão calendarizados, tudo aconselhando um grande trabalho colectivo de consciencialização, de esclarecimento e de concertação dos interesses em conflito ou, pelo menos, divergentes.

Refira-se, como anotação à margem, que a poucos meses de vista, por imperativo constitucional, teremos eleições legislativas, uma vez que se completa, pela primeira vez na história da II República — e releve-se-me o orgulho com que o refiro — uma legislatura, a

actual, de quatro anos. Não entro, obviamente, nessa problemática eleitoral que respeita principalmente aos partidos e que o Povo Português, em plena liberdade, deverá dirimir. Qualquer que seja, porém, o resultado, aceitá-lo-ei, como me cumpre, animado tão só pela preocupação de manter com o futuro governo a melhor cooperação institucional.

Mas não me dispensarei de referir, a esse propósito, que a proximidade de eleições — com a pré-campanha e a campanha que necessariamente as precedem — não deve servir de pretexto para desviar a atenção dos portugueses dos desafios com que estão confronta- dos, na própria Pátria, na Europa Comunitária e em África. Pelo contrário: aconselha um amplo — e prévio — debate nacional, sereno, informado e responsável, sobre toda esta problemática, que a meu ver deve iniciar-se quanto antes, e postula, como se compreende, uma estreita cooperação interpartidária — e entre parceiros sociais — na preparação dos *dossiers* comunitários, que responsabilizam a Nação no seu conjunto, de modo a não haver vazios e para que Portugal esteja bem preparado para enfrentar as dificuldades que aí vêm, seja qual for o resultado das eleições.

Esta insistência na importância do debate político responsável — sem esquecer as dimensões económica, social, cultural e ecológica que hoje também comporta — relaciona-se com a necessidade de reafirmar o pluralismo, em todos os escalões da Sociedade e do Estado, pluralismo que representa uma condição *sine qua non* das sociedades abertas. O poder político, como qualquer poder, deve ser susceptível de contestação e de crítica, aceitando a controvérsia como um facto natural e mesmo salutar, decorrente da existência de uma opinião pública livre, informada e responsável. É assim que se estruturam as democracias modernas e essa é mesmo a sua mais efectiva superioridade sobre os regimes fechados. O poder político, como o poder económico — que, em Portugal, sofreram as vicissitudes conhecidas, ao longo do nosso processo democrático — irão ser necessariamente repensados e reestruturados nos próximos anos — as privatizações são apenas um exemplo disso, e que importa acompanhar de perto — à medida que se for aprofundando a nossa integração comunitária. E inevitável que assim aconteça. Por isso, quanto mais cedo todos nos dermos conta dessa exigência, melhor. E aí terá um papel decisivo a desempenhar uma comunicação social verdadeiramente independente, ciosa das suas garantias deontológicas e qualificações profissionais — como lhe cumpre — mas responsável e responsabilizável perante órgãos jurisdicionais, eles também, em absoluto, independentes do poder político e do poder económico.

Numa sociedade democrática ninguém está acima da lei. Todos os assuntos são susceptíveis de ser discutidos, com sentido da responsabilidade e do interesse nacional, desde que o sejam no respeito pelo direito de cada cidadão ao seu bom nome e dignidade. Em caso de lesão

desses direitos — ou de conflito — é aos Tribunais, independentes do poder político e do poder económico, que cumpre aplicar a lei e dirimir os conflitos, presumindo-se a inocência dos arguidos até ao trânsito em julgado das sentenças. Em Portugal, como exemplos recentes demonstram, as instituições funcionam e a independência dos Tribunais é felizmente um facto.

Os próximos cinco anos serão exaltantes: grandes transformações estão em curso no Mundo; tudo evolui com excepcional rapidez — países, instituições, as próprias concepções, as ideias e as pessoas. Está em via de se construir, pela força das coisas, uma nova ordem internacional. Qual ela seja, é a grande questão. Como a Guerra no Golfo veio demonstrar, o precário equilíbrio criado em Yalta não actua mais, como antes, e novas realidades se impõem. O mundo deixou de ser bipolar. Poderemos esperar das Nações Unidas um reforço de prestígio e uma racionalização das regras do seu funcionamento, que as torne mais eficazes? Assistiremos ao renascer em forças da Europa, tendo com centro motor a Comunidade, associada aos países da EFTA e solidária dos países da Europa Central e Oriental, em vias de democratização? Estaremos, como os optimistas previam, antes da guerra do Golfo, no limiar de uma nova era de paz, com a gradual universalização das regras do pluralismo democrático, a observância dos direitos humanos, e o sentimento generalizado de que o Mundo é *um só,* o que nos obrigará, por forma consequente, a retomar o diálogo Norte-Sul, as preocupações ecológicas à escala planetária e a um trabalho sério de erradicação das causas da miséria, da doença e da ignorância que continuam a afligir dois terços da humanidade?

Não me arrisco, obviamente, a entrar na futurologia, nem seria indicado fazê-lo neste momento. Mas que os problemas referidos es- tão no centro de todas as preocupações — e não podem, por muito mais tempo, ser iludidos — isso é evidente.

Portugal é um pequeno País, que tem a consciência das suas limitações, mas sabe, igualmente, que o seu prestígio internacional e o peso da sua longa história não se medem pela extensão geográfica do seu território nem pela expressão numérica da sua população. Espero que possa contribuir, validamente, para esse grande debate uni- versal. É um país euro-atlântico, fiel às Alianças em que se insere, situado numa posição geoestratégica impar, na entrada do Mediterrâneo, com uma língua hoje falada por 170 milhões de seres humanos, em todos os continentes, e uma memória histórica que perdura. Integrado na Comunidade Europeia, em cujo desenvolvimento activamente participa, ligado intimamente à África Lusófona e ao Brasil, por sólidos laços afectivos, culturais e de interesse, que estão a renovar-se intensamente, o mais próximo vizinho dos Estados Unidos, na Europa, Portugal é hoje uma nação segura de si, que sabe o que quer, com um rumo definido. A coesão nacional

é um facto óbvio para todos os portugueses, que resulta directamente da larga convergência existente quanto aos grandes objectivos nacionais, e como tal reconhecidos, da comunidade de interesses e da imensa consensualidade que foi possível estabelecer quanto ás instituições que nos regem.

Como Presidente da República e por inerência Comandante Supremo das Forças Armadas cumpre-me saudar a instituição militar, garante também dessa unidade e da independência nacional, nas pessoas dos seus Chefes, aqui presentes. Devo também saudar o Senhor Cardeal Patriarca, figura máxima da Igreja Católica portuguesa, cuja presença nesta sessão de investidura dá testemunho das excelentes relações existentes entre o Estado e a Igreja, que representa a religião da maioria do Povo Português, relações hoje baseadas na separação, no respeito mútuo e na estrita observância pelo Estado da liberdade religiosa.

Quero ainda referir dois outros pontos, especialmente caros a Portugal. O primeiro, respeita a Timor e à solidariedade que nos merece esse martirizado Povo, que ainda não logrou ver reconhecido, pela comunidade internacional, o seu direito inalienável à autodeterminação e à independência, se essa for a vontade expressa do Povo de Timor-Leste, em consulta totalmente isenta e livre. Como repetidamente tenho afirmado em todos os areópagos internacionais, Portugal, como potência administrante *de jure* em relação a Timor-Leste, apenas deseja que a Carta e as resoluções das Nações Unidas sejam respeitadas, os direitos humanos observados, e que o Mundo não continue a tolerar, ainda que pelo silêncio, uma invasão *manu militari* muito semelhante à que sofreu o Kuwait, com igual desrespeito das normas internacionais mas que, ao contrário do que sucedeu no Kuwait, não mereceu ainda, o repúdio da consciência universal e a rápida e eficaz reposição do Direito Internacional.

O segundo, refere-se às responsabilidades de Portugal, relativa- mente a Macau, cujo Território nos cumpre administrar, nos termos da Declaração Conjunta Luso-Chinesa, até Dezembro de 1999- Macau, como tenho dito, representa, para Portugal, um *grande desígnio nacional* que como tal deve ser assumido pelos portugueses, na convergência de pontos de vista entre os órgãos de soberania da República e as autoridades da China Popular, quanto à estratégia do desenvolvimento integrado definida para aquele Território, na base da Declaração Conjunta e numa perspectiva de futuro que ultrapassa de longe 1999 e se prolongará, pelo menos, até meados do próximo século. Aproveito este momento solene para saudar carinhosamente a população de Macau, na pessoa dos seus legítimos representantes, aqui presentes, — o Presidente da Assembleia Legislativa, uma representação de Deputados e o Presidente do Leal Senado — enviando-lhe uma mensagem de confiança no futuro, de tranquilidade e de progresso.

E tempo de terminar. No segundo mandato, que hoje inicio, continuarei a ser, como fui, reconhecidamente, no primeiro, «o Presidente de todos os portugueses» — isento, independente, solidário com os outros órgãos de soberania, intransigente na defesa da Constituição e da legalidade — nomeadamente no que se refere às liberdades e garantias de segurança dos cidadãos — empenhado na defesa do prestígio de Portugal na ordem externa e no bem estar e progresso dos portugueses, principalmente os jovens, e os mais pobres e careci- dos de solidariedade. Unidade nacional, solidariedade social e modernização da sociedade, em todos os planos, são as minhas ideias-força e principais preocupações. Nesse sentido, tudo farei para ajudar e estimular as artes, as letras e as ciências que considero — bem como a educação — das nossas primeiras prioridades, sem o que não haverá modernização nem desenvolvimento. Estarei atento aos abusos do poder e denunciá-los-ei sem hesitação. Garantirei a estabilidade político-institucional, que tem sido uma das condições de desenvolvimento, estimulando, ao mesmo tempo, o espírito crítico dos cidadãos, a inovação, em todos os domínios da vida nacional e a criatividade da Sociedade Civil, tão necessárias. Serei sempre solidário com o poder local, expressão de desenvolvimento e de democracia, com as Regiões Autónomas, na definição de uma *autonomia tranquila,* radicada na liberdade e na unidade da Nação, e com todas as formas de associativismo e de descentralização que dêem maior vigor à sociedade e maior participação aos cidadãos. Estes são os meus compromissos solenes.

Os portugueses sabem que podem contar comigo e que, aconteça o que acontecer, me encontrarão disponível sempre que de mim precisem. Alguns, considerando que não necessito mais de me submeter ao sufrágio popular, têm-se interrogado, de diferentes e imaginativas formas, sobre as minhas intenções e propósitos. Não há que alimentar dúvidas: são transparentes. A resposta está no meu passado e na coerência política que me conduziu onde me encontro hoje, por vontade expressa dos meus concidadãos. Não trairei a confiança que em mim depositaram. Não deixarei de exercer a magistratura de influência a que habituei os portugueses. Há, para além disso — digo-o com modéstia e sem querer usar expressões grandiloquentes —, «o julga- mento da História» e o da própria consciência. Esses são os mais exi- gentes. Obrigam-me a um rigor cada vez maior no exercício das minhas funções e uma absoluta fidelidade a mim próprio. Os portugueses poderão continuar tranquilos: de mim não virão surpresas. O caminho é claro e está bem definido.